

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA MOCELIM

“SEGUNDO CONTA A ESTORIA...” A CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE
1344 COMO UM RETRATO MODELAR DA SOCIEDADE HISPÂNICA TARDO
MEDIEVAL

CURITIBA
2013

ADRIANA MOCELIM

“SEGUNDO CONTA A ESTORIA...” A CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE
1344 COMO UM RETRATO MODELAR DA SOCIEDADE HISPÂNICA TARDO
MEDIEVAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal
do Paraná como requisito parcial para obtenção
do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes

CURITIBA
2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mocelim, Adriana

“Segundo conta a estória...” A Crônica Geral de Espanha de 1344
como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval. /
Adriana Mocelim. – Curitiba, 2013.
317 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fátima Regina Fernandes
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Península Ibérica – História – Idade Média. 2. Pedro Afonso,
Conde de Barcelos, d.C. 1285-1354. 3. A Crônica Geral de Espanha
de 1344.
4. Monarquia – Idade Média. I. Título.

CDD 946.02



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de Adriana Mocelim de Souza Lima, intitulada: **"Segundo conta a Estoria ... " A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica Tardo Medieval**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua.....APROVADA....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Curitiba, treze de março de dois mil e treze.

Prof. Dra Fátima Regina Fernandes (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dra Isabel Maria de Barros Dias (UAB)
1º Examinador

Prof. Dra Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFG)
2º Examinador

Prof. Dra Marcella Lopes Guimarães (UFPR)
3º Examinador

Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR)
4º Examinador

Aos meus pais, Divanira e Mário, luzes que iluminam meu caminho, meus grandes incentivadores. À Greici, minha querida irmã e força na caminhada, e à você Léo, meu amor e companheiro.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento de conclusão, de mais uma etapa da minha vida de estudante, não poderia deixar de agradecer a Deus, guia e conforto ao longo do caminho.

Muito obrigada à Professora, Amiga e Orientadora Fátima Regina Fernandes. Que vem acompanhando meus passos desde a Graduação, me apontando o caminho e acima de tudo mostrando que os sonhos podem se tornar realidade. Esta pesquisa deve muito à sua inspiração.

Quanto ao Professor Renan Frighetto, digo tudo se disser que devo a ele o brilho nos olhos ao trabalhar com a História.

À Professora Marcella Lopes Guimarães, o meu muito obrigado pela energia com que me ajudou a caminhar mais facilmente pelo mundo das letras.

A você Professora Renata, agradeço o apoio carinhoso que não faltou quando mais precisei.

Não poderia deixar de mencionar aqui o apoio, o carinho e a atenção recebida de além mar. Muito obrigada professora Isabel de Barros Dias.

RESUMO

A partir da Crônica Geral de Espanha de 1344, cuja autoria foi atribuída ao Conde Pedro Afonso de Barcelos, foi elaborada a presente tese, discutindo a importância da Literatura Cronística na Península Ibérica e desta obra de maneira especial. Foi importante analisar o contexto do autor para buscar as motivações que levaram o Conde Pedro Afonso, filho bastardo do Rei Dinis e irmão de Afonso IV, a escrever primeiro um Livro de Linhagens, em 1340, e depois a Crônica em 1344. Buscou-se nas duas obras levantar características que permitissem elaborar perfis idealizados de nobreza e de Rei, para a realidade vivida pelo autor no século XIV. Realidade essa cada vez mais marcada por um processo de concentração do poder régio e pela tentativa, por parte da nobreza, de afirmação de seu poder na sociedade. O bom Rei aparece como figura central na regulação da sociedade, responsável pela aplicação da justiça e promoção do bem comum, baseado no bom relacionamento entre Rei e nobreza. É o Rei da Reconquista, que combate muçulmanos, conquista territórios e garante assim a unidade da Cristandade. O Conde não se refere a um poder político centralizado, a unidade hispânica seria alcançada através de vinculação entre Rei e nobres, em torno de um objetivo em comum. Esta unidade afastaria divisões internas e o enfraquecimento da sociedade. Virtudes como honra, amizade, fidelidade, lealdade, auxílio mútuo, fazem parte da caracterização do nobre ideal. O amor e a amizade deveriam fundamentar as relações sociais. Uma pretensa “unidade hispânica” perpassa suas obras, contrastando com uma realidade marcada por particularidades e divisões.

Palavras-chave: Baixa Idade Média. Conde Pedro Afonso de Barcelos. Crônica Geral de Espanha de 1344. Nobreza. Monarquia.

ABSTRACT

From the General Chronicle of Spain of 1344, whose authorship was attributed to Count Pedro Afonso de Barcelos, this thesis was conducted, discussing the importance of Chronistic Literature in Iberic Peninsula and, especially, this work. It was important analyze the context of the author to seek the motivations that led the Count Pedro Afonso, bastard son of King Dinis and brother of Afonso IV, to write, in first place, a Book of Lineages in 1340, and then the Chronicle in 1344. What was sought, in both works: features that allow the elaboration of idealized profiles of nobility and king to the reality experienced by the author in the fourteenth century. Reality that was increasingly marked by a process of concentration of royal power and by the attempt, of the nobility, for assertion of their power in society. The good king appears as a central figure in the regulation of society, responsible for the administration of justice and for the promotion of the common good, based on the good relationship between king and nobility. It is the king of the Reconquest, which fights Muslims, conquer territories and thus guarantees the unity of Christendom. The Count does not refer to a centralized political power, the "hispanic unit" would be achieved through linkage between king and nobles, around a common goal. This unit would remove internal divisions and avoid the weakening of the society. Virtues such as honor, friendship, fidelity, loyalty, mutual aid, are part of the characterization of the noble ideal. Love and friendship should support social relationships. An alleged "hispanic unit" pervades his works, contrasting with a reality marked by divisions and particularities.

Key words: Low Middle Ages. Count Pedro Afonso de Barcelos. General Chronicle of Spain 1344. Nobility. Monarchy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Menções à desonra presentes no relato dos Godos	117
TABELA 2 – O Bom Cristão	164
TABELA 3 – Reis que combatem muçulmanos	167
TABELA 4 – Virtudes do Bom Cavaleiro.	176
TABELA 5 – A Crônica de 1344 como um “Espelho de Príncipe”.	182
TABELA 6 – Menções aos reis e nobres amados por seus súditos.	196
TABELA 7 – Casos de lealdade presentes na sociedade da Reconquista	200
TABELA 8 – Casos de punição à traição, presentes na sociedade da Reconquista	219
TABELA 9 – Menções à honra alcançada combatendo os muçulmanos	226

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O CONDE, O LINHAGISTA E O CRONISTA	22
1.1 O CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS	22
1.2 O LINHAGISTA	27
1.2.1 A Literatura Genealógica	28
1.2.2 O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso de Barcelos	33
1.3 O CRONISTA	45
1.3.1 Características cronísticas presentes no Livro de Linhagens	48
1.3.2 O Conde Pedro Afonso de Barcelos e a Crônica Geral de Espanha de 1344	50
1.3.3 A Crônica Geral de Espanha de 1344	57
2 DA ORIGEM MÍTICA À DOMINAÇÃO ROMANA	63
2.1 A ORIGEM MÍTICA DA PENÍNSULA IBÉRICA	63
2.2 “DAS GENTES QUE CONQUISTARÃO AS ESPANHAS E OS NOMES DELAS”	78
2.2.1 Cartagineses, Romanos e a Península Ibérica	80
3 OS GODOS NA PENÍNSULA IBÉRICA	93
3.1 O REI CRISTÃO	96
3.2 O REI VIRTUOSO	105
3.2.1 Os vícios	112
3.3 O REI CONQUISTADOR	132
3.4 O REI JUSTO	135
4 A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM IDEAL DE REI E NOBREZA NA “SOCIEDADE DA RECONQUISTA”	141
4.1 SER CRISTÃO	149
4.1.1 Sonhos e Visões	152

4.1.2 Providencialismo	161
4.1.3 O Bom Cristão	164
4.2 SER VIRTUOSO	173
4.2.1 Cultivar o Amor e a Amizade	184
4.2.2 Ser Leal	200
4.2.3 A Traição	218
4.2.4 Ser Honrado	225
4.3 SER JUSTO	237
5 O CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS: ATOR E AUTOR DA HISTÓRIA	254
5.1 O REI DINIS	255
5.2 O REI DINIS E O INFANTE AFONSO, SEU IRMÃO	258
5.3 A MENORIDADE DO INFANTE FERNANDO DE CASTELA	261
5.4 O REI DINIS: ÁRBITRO PENINSULAR	263
5.5 A GUERRA CIVIL EM PORTUGAL (1319 - 1324)	265
5.6 AFONSO IV	280
5.7 O CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS E SEU CONTEXTO	284
CONCLUSÃO	294
FONTES	304
REFERÊNCIAS	305

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas nos últimos doze anos, desde a Iniciação Científica, dedicados à análise da trajetória do Conde Pedro Afonso de Barcelos: sua biografia, atuação política e social. Aqui, terão relevância especial as considerações tecidas sobre duas obras atribuídas a ele: o *Livro de Linhagens* de 1340 e a *Crônica Geral de Espanha de 1344*. O Conde era filho bastardo do Rei Dinis de Portugal, mereceu destaque na Corte régia em função de sua ação conciliadora, junto ao Rei e à nobreza, e de suas obras.

Escreveu suas obras durante o século XIV, período que representou tanto para o Rei como para a nobreza, um momento de profundas mudanças, transformações e adaptações. As tensões entre Rei e nobreza, cada vez mais frequentes, são fruto de um processo de concentração do poder régio. Em meio às disputas entre o Papa e o Imperador a nobreza precisou de

um árbitro identificado com ela mesma, este árbitro foi o Rei, cuja atuação se moldou em duas direções, a da justiça e a da administração. Em seu longo processo de centralização do poder, a Igreja promoveu um perfil de monarca dificilmente compatível com a necessidade dos tempos: um Rei que devia celebrar a paz, não ser guerreiro e que pudesse conduzir o povo à salvação.¹

Valendo-se de tais preceitos o reinado de Dinis (1261-1325) foi marcado pela acentuação do processo de concentração do poder político, obrigando-o a exercer um diálogo constante com a nobreza. Ao ascender ao trono, deu sequência a um processo de centralização régia, iniciado durante o reinado de seu pai, Afonso III, afirmando com progressiva veemência que o Rei não representava mais um *primus inter pares* dentro do reino: tornava-se, cada vez mais um verdadeiro monarca, assumia a condição de árbitro das questões que envolviam as forças sócio-políticas do reino. Em particular, da nobreza.

¹ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV), o espelho do rei: “decifra-me e te devoro.”** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2004. p. 07.

Durante seu reinado, desenvolveu uma luta lenta e insidiosa, contra todos os senhores que pudessem fazer uso de direitos senhoriais, com prejuízo da jurisdição régia. Como forma de controle, fez uso das inquirições gerais, levantamentos dos bens da nobreza, de maneira persistente e sistemática, tornando-as cada vez mais incisivas, especificamente sobre a nobreza mais tradicional do Norte, visando assim delimitar honras e direitos senhoriais.

Essa nobreza manifestara-se contra a centralização régia, inicialmente, através de protestos nas Cortes, contra a quebra de imunidades senhoriais, gerando no reino um clima de instabilidade, que o Rei tentava dissuadir através de medidas militares. Tal resistência culminou em uma Guerra Civil, tendo os nobres na figura do filho de D. Dinis, o Infante Afonso, um importante aliado.

O Infante começou a discordar abertamente de seu pai em função de reivindicar, para si, o regimento da Justiça do reino, elemento chave no processo de centralização. Os nobres aliados ao Infante esperavam conseguir uma administração judicial menos rigorosa, pois poderiam reduzir as pretensões dos juristas que desprezavam os costumes ancestrais dos nobres e só pensavam em aplicar princípios racionais, não valorizando prestígios ou tradições.

O Conde Pedro Afonso, nomeado pelo Rei Dinis Alferes-Mor e também Conde de Barcelos em 1314, teve participação decisiva, ao lado da Rainha Isabel, no estabelecimento da concórdia entre o Rei e o Infante, durante a Guerra Civil. Após a morte de Dinis seu filho, o Infante Afonso, tornou-se Rei, dando continuidade às ações centralizadoras empregadas pelo seu pai. A nobreza, que saíra aparentemente vitoriosa da Guerra Civil, perdeu sua referência, sua sustentabilidade.

Esse é o contexto no qual foram produzidas as duas obras atribuídas ao Conde. Para a elaboração do *Livro de Linhagens* ele pode, como membro da nobreza, escrever em nome dela, a fim de justificar sua importância dentro da sociedade. Ao mesmo tempo, pode ter contado com patrocínio régio, a fim de delimitar o lugar a ser ocupado pela nobreza na reorganização da sociedade. O *Livro de Linhagens* aparece assim como um importante instrumento ideológico.

O *Livro de Linhagens*, escrito pelo Conde, é a terceira obra do gênero redigida no reino português, considerada a mais completa em função da ampla

cobertura das famílias nobres, não só do reino português como dos reinos vizinhos. Conta ainda com uma grande quantidade de trechos narrativos, uma de suas principais singularidades. Além das linhagens nobiliárquicas, a obra traz as linhagens régias até chegar aos reis portugueses.

Além de sua obra linhagística é atribuída ao Conde a redação da *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Essa obra insere-se dentro de um estilo literário que primeiro foi empregado, segundo Luís Filipe Lindley Cintra, no reinado de Afonso X de Castela, através da redação da *Crônica Geral de Espanha*.

A redação da Crônica teria acontecido após a conclusão do *Livro de Linhagens*, podendo ter sido o mesmo, assim como suas fontes, utilizado como base para a redação da Crônica. Na primeira versão da Crônica havia um esquema de história universal de caráter puramente genealógico. Ao dedicar-se à refundição da *Primeira Crônica Geral* aparece, segundo Lindley Cintra, o estilo amplo do Cronista, no entanto podem ser encontrados ao longo do texto alguns esquemas genealógicos e apontamentos linhagísticos, marca do autor.

Na refundição, ele fez uso de diversas fontes que não haviam sido empregadas anteriormente por Afonso X. Prolongou as histórias dos reis de Navarra e Aragão, trouxe a história dos reis da Sicília, versões genealógicas dos reis da Bretanha, de Inglaterra e da França, dados esses que não estavam presentes na obra de Afonso X. A *Crônica Geral Espanha de 1344* resulta da união de uma versão da *Crônica Geral* de Afonso X a extensos enxertos da *Crônica do Mouro Rasis*, da *Crônica dos Vinte Reis*, do *Liber Regum*, de textos poéticos e históricos.

Existe, no entanto, uma segunda versão da Crônica de 1344, segundo Lindley Cintra, escrita no período final do século XIV ou início do XV. Sendo difícil, a partir dos registros encontrados, precisar com clareza a data efetiva da redação da mesma. Na segunda redação da *Crônica de 1344* os redatores se preocuparam em fazer desaparecer elementos heterogêneos, omitiu-se a história genealógica inicial e optou-se pela inclusão de um prólogo e uma série de capítulos inspirados na Primeira Crônica. Foram recuperados elementos da versão afonsina, dando ao texto um caráter mais uniforme, descritivo e detalhado. A recuperação da narrativa, dos tempos mais antigos da Península

Ibérica, foi feita tentando-se minimizar as alusões imperiais presentes no texto afonsino.

A partir dessa caracterização da Crônica, levando em conta a produção do Conde Pedro Afonso e do refundidor, ou refundidores, são percebidos elementos tanto relacionados à primeira metade do século XIV, momento de redação do Conde, quanto elementos que trazem referências ao momento de elaboração da refundição da Crônica, na virada para o século XV. São duas realidades distintas, o que não impossibilita a análise, mas a torna ainda mais instigante.

Durante a elaboração da Dissertação de Mestrado, intitulada: “*Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha*”: *O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português*², foi possível analisar a construção de uma imagem ideal de Rei e de nobreza. No Livro o bom Rei é descrito como sendo cristão, luta pela defesa da Cristandade, possui virtudes que são modelos para a nobreza, zela e pratica a justiça em seu reino, além de ser o Rei conquistador.

Já a imagem de nobre ideal foi construída a partir da valorização do ideal cavaleiresco, pautado em virtudes como amizade e honra, além de valores como a bravura e a coragem do cristão, defensor da Cristandade frente ao infiel. O “nobre ideal” é ainda o bom conselheiro de seu senhor, ou do Rei ao qual está ligado por laços de vassalagem.

Tendo-se em vista esse contexto, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da análise da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, relacionando-a e dando sequência ao que foi trabalhado anteriormente na análise do *Livro de Linhagens*. O problema perseguido, durante este trabalho, foi a relação entre o fazer cronístico e a construção de perfis ideais de Rei e de Nobreza. Dentro de um período marcado pelo processo de centralização régia, vivido pelo Conde no reinado de Dinis e Afonso IV, foi relevante contrabalancear a imagem ideal de Rei e de nobreza, presente na obra, ao contexto do período vivenciado pelo autor.

² MOCELIM, Adriana. “*Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha*”: *O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2007.

A construção dessa imagem foi percebida através da análise da estrutura cronística empregada pelo autor, chegando até a apresentação dos reis do momento em que estava escrevendo, quando enaltece, sobretudo, as virtudes do Rei Dinis, e justifica suas ações no momento da Guerra Civil, que opôs aquele Rei ao Infante Afonso.

Além da imagem de “Rei ideal”, foi buscada a imagem de nobre que o Conde explorou ao longo da Crônica. Como ele apresentou esse “nobre ideal” que vive, no século XIV, um momento caracterizado pela tentativa de se fortalecer e definir seu espaço dentro da sociedade, frente às constantes tentativas empreendidas pelos reis a fim de centralizar seu poder. Analisando como ele apresenta a relação entre o monarca e a nobreza, ao longo da Crônica, foi possível levantar elementos representativos do momento em que ele escreveu.

Segundo coloca Pedro Juan Galán Sanchez, uma Crônica se caracteriza pela compilação de fontes anteriores, sendo que os momentos de maior originalidade encontram-se no relato que o autor faz do seu momento presente, onde pode relatar fatos e eventos muitas vezes por ele vivenciados. Os trechos referentes aos reinados de Dinis e Afonso IV teriam, segundo Lindley Cintra, sido redigidos pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos e não por um refundidor da Crônica.

É importante pensar, nesse momento, acerca do papel da linguagem servindo como um “molde que ordena o caos, que é a realidade em si. Como a linguagem dá forma a esse caos, determinando o que é uma coisa, um acontecimento, cria uma imagem ordenada do mundo.”³ A linguagem, ao mesmo tempo em que cria uma imagem idealizada de mundo é produto social e histórico, daí vem a relevância de analisar as obras, escritas pelo Conde Pedro de Barcelos, inseridas em seu contexto de produção.

Outro ponto a destacar é a forma como indivíduos e grupos “dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.”⁴ É relevante assim pensar no Cronista como o “representante que guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto – o

³ FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2004. p. 53.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 39.

representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão.”⁵

As representações estão associadas, segundo coloca José d’Assunção Barros, a “um modo de ver as coisas, de dá-las a ver, de refigurá-las.”⁶ As práticas sociais geram representações, estas por sua vez também geram práticas, configurando assim “um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão os começos – se em determinadas práticas, se em determinadas representações.”⁷ O autor Jacques Le Goff ao se referir às representações coloca que “este vocábulo, de uma grande generalidade, engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida. A representação está ligada ao processo de abstracção. A representação de uma catedral é a ideia de catedral.”⁸ Já o imaginário é visto pelo autor como pertencente ao

campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra. Para evocar uma catedral imaginária é preciso recorrer à literatura ou à arte. [...] Mas o imaginário, embora ocupando apenas uma fracção do território da representação, vai mais além dele. A fantasia - no sentido forte da palavra - arrasta o imaginário para lá da representação, que é apenas intelectual.⁹

A pesquisa que foi realizada insere-se dentro de uma abordagem de História Política, entendida como a história das relações de poder, que tem como objetivos específicos as relações político-institucionais e o imaginário social, caracterizada ainda pela “preocupação central em demonstrar, explicar, entender [...] as relações de poder na sociedade, o estudo das representações e do imaginário social.”¹⁰

Os estudos da Nova História Política não mais compreendem a política em seu sentido tradicional, mas sim no nível das “representações sociais ou

⁵ PESAVENTO, 2005. Op. Cit., p. 40.

⁶ BARROS, José d’Assunção. A nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, nº 16, 1º sem. 2011. p. 48.

⁷ Ibid., p. 50

⁸ LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 11.

⁹ Ibid., p. 12.

¹⁰ PADOIN, Maria Medianeira. A nova história política. In: **Anais da XVI Reunião da SBPH**. Curitiba: SBPH, 1996. p. 60.

coletivas, dos imaginários sociais, da memória ou memórias coletivas, das mentalidades, bem como das diversas práticas discursivas associadas ao poder.”¹¹ Essa Nova História Política

recebe importantes aportações da historiografia que reflete sobre as teorias e estruturas de poder construídas historicamente em cada sociedade e que lhe dá novas dimensões, mas que não prescinde do concreto e da sua valorização frente a visões excessivamente estruturalistas ou funcionalistas próprias de sociólogos e antropólogos.¹²

A presente pesquisa procurou analisar, dentro do recorte temporal proposto, as relações entre as instituições políticas que passam, durante o período analisado, por um profundo processo de transformações e reordenações. A análise voltou-se para duas instituições: a monarquia e a nobreza, buscando analisar a crescente influência da autoridade régia sobre as elites laicas, além, é claro, de perceber as reações dessa nobreza diante das investidas do poder real, e sua tentativa de demonstrar força e tradição através da valorização de certos valores e ideais.

As obras deixadas pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos, refundidas ou não, podem ser analisadas a partir de uma percepção da história cultural do político, definida como sendo

mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social.¹³

Além das contribuições dos estudos e conceitos ligados à História Cultural e à História Política, foram de grande relevância os estudos filológicos e literários realizados a partir da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, ou de outras fontes cronísticas como a *Crônica Geral de Espanha* de Afonso X. Destaque deve ser dado aqui aos estudos de Leonardo Funes, Elisa Nunes

¹¹ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 76

¹² FERNANDES, Fátima Regina. Poder e sociedade na Península Ibérica. In: **Revista de Ciências Humanas**. Curitiba: SCHLA/UFPR, (10), 2001 (2003), p. 01.

¹³ PESAVENTO, 2005. Op. Cit., p. 75.

Esteves, Isabel de Barros Dias e Luís Filipe Lindley Cintra, devidamente referenciados ao longo do estudo.

Como referências historiográficas para a análise do contexto do século XIV, foram de grande relevância as obras de José Mattoso, relativas à História de Portugal, ao processo de concentração do poder régio e à nobreza medieval portuguesa. Foi ele ainda quem realizou a edição crítica do *Livro de Linhagens*, em 1980. Os estudos de José Mattoso abrangem o período a ser analisado, trazendo, sobretudo, referências acerca da organização e estruturação da nobreza, sobre a forma como esta exercia suas prerrogativas senhoriais, suas relações de parentesco e os laços artificiais de dependência que a estruturavam.

Além dos escritos de José Mattoso, foram importantes os estudos presentes na *Monarquia Lusitana*, obra de referência em se tratando de História de Portugal, escrita durante o século XVII. Seus autores compilaram importantes documentos que ajudam a perceber as transformações ocorridas na sociedade e os acontecimentos diretamente ligados à nobreza e ao fortalecimento do poder régio.

Não se pode deixar de referenciar os estudos de Fátima Regina Fernandes, relativos ao processo de concentração do poder régio na Baixa Idade Média portuguesa, e às relações desempenhadas pela nobreza nesse mesmo período. Em suas obras, ela procura reconstruir a arquitetura, as estruturas e articulações, além das relações de poder, enquanto sistema, na monarquia portuguesa.

A fim de levantar informações acerca da personagem do Conde Pedro Afonso e sua inserção dentro do contexto do século XIV, citamos novamente a frequente consulta às obras de José Mattoso e Fátima Regina Fernandes. Contribuíram também as reflexões de Diego Catalán Menéndez Pidal, que analisou as fontes empregadas pelo Conde para escrever o *Livro de Linhagens* e a *Crônica de 1344*, e a relação dessas fontes com os escritos de Afonso X, Rei de Castela e seu bisavô.

Além disto, João Soares Carvalho e Antônio José Saraiva, constituíram-se como autores importantes no estudo da historiografia linhagística, comum no século XIV em Portugal. Para o estudo da produção cronística destacam-se

os estudos de Luís Filipe Lindley Cintra, autor que fez a edição crítica dos três volumes da Crônica, sendo relevante seu estudo para certificar a autoria do Conde Pedro Afonso de Barcelos da obra em questão.

A fim de buscar informações acerca do pensamento político, que permeava o final do século XIII e o início do século XIV, foram empregados os escritos de Walter Ullmann, sobretudo sua discussão a respeito do renascimento do pensamento aristotélico na Idade Média. Ainda para discutir o pensamento político medieval, merecem destaque os escritos de Joseph Strayer, Guy Fourquin, além de J. P. Canning, autor que discute o fortalecimento dos reinos no século XIV, pautado na retomada do Direito Romano e nos estudos aristotélicos.

Outra contribuição importante veio de autores como Jurgen Miethke, José Manuel Nieto Soria, Ricardo da Costa e Bonifacio Palacios Martin, ao discutirem a importância dos *Espelhos de Príncipes*, na Baixa Idade Média. Partindo das características apontadas por esses autores, foi possível encontrar, ao longo do relato cronístico analisado, elementos que se assemelham às características de um *Espelho de Príncipe*.

Outros autores foram relevantes especificamente para o estudo da História Medieval Portuguesa, dentre os quais é possível citar Joaquim Veríssimo Serrão, empregado no contexto geral, Adeline Rucquoi e Marie-Claude Gerbet, destacadas em função de sua análise acerca da nobreza, Pedro Juan Galán Sánchez, em função de sua análise dos elementos cronísticos, e Luis Krus, que procura traçar um quadro com elementos geográficos, presentes no *Livro de Linhagens*.

A presente tese apresenta em seu primeiro capítulo a descrição da personagem do Conde Pedro Afonso de Barcelos, inserindo-o em seu contexto, caracterizando sua produção linhagística e cronística.

No segundo capítulo inicia-se a análise do texto cronístico. Importante ressaltar que ao longo de toda a análise serão apresentadas as características inerentes ao relato cronístico, de acordo com o contexto apresentado, tais como o providencialismo, a cronologia com enfoque bíblico, dentre outras. Inicia-se a análise com as origens míticas peninsulares, e a forma como são descritos os primeiros povos a ocupar a região. Determinadas personagens,

fundamentais para o prosseguimento do relato, são destacadas, assim como a forma como a região foi ocupada, valorizando-se determinadas virtudes dos conquistadores.

O terceiro capítulo é dedicado a analisar de que forma os godos, sobretudo os visigodos, são descritos ao longo do relato. Ao apresentá-los, o Cronista projeta uma visão idealizada da presença goda na região, ressalta virtudes, imprescindíveis ainda para a sociedade do século XIV, e vícios, que deveriam ser evitados a fim de manter a unidade na sociedade, evitando a divisão e a fragilidade entre os cristãos católicos.

Após esta descrição, da presença dos godos na Península Ibérica, será dado prosseguimento à análise de uma imagem idealizada de Rei e de nobreza, não entendida aqui de forma estática, mas como sendo resultado de uma negociação de sentidos, buscada agora ao longo do relato da sociedade da Reconquista.¹⁴ Tanto o Rei quanto o nobre idealizados ao longo do relato, são descritos a partir do ideal cavaleiresco, pautado nos seguintes aspectos: a necessidade de se cultivar o amor e a amizade, a fim de manter a “ordem” na sociedade, virtudes como a lealdade, fidelidade, mansidão e moderação e ainda a fim de servirem como *exempla* a contrário os relatos de deslealdade e traição. A projeção idealizada passa ainda pela necessidade de ser um bravo guerreiro, além de ser um bom conselheiro

Como fechamento do trabalho, serão analisados os trechos relacionados aos reis Dinis e Afonso IV. A relevância desse ponto da análise está relacionada ao fato de que, segundo Lindley Cintra, os textos teriam sido escritos pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos e permanecido na obra mesmo após as refundições pelas quais o texto cronístico passou.

Ao escrever suas obras para pessoas que conhece e convive diariamente, sendo o Conde Pedro Afonso membro da nobreza e filho bastardo

¹⁴ O termo reconquista é entendido como “a recuperação de territórios cristãos ‘usurpados’ pelos muçulmanos. O ‘renascer’ do antigo reino visigótico constitui uma continuidade político-ideológica, primeiro assumida por ásture-leoneses e depois com mais força por leoneses e castelhanos. Esse ideal, designado por nós como neogótico, fora perseguido com empenho nas surtidas para o sul, com tanto ou mais vigor do que o próprio ideal de cruzada pregado além-Pirenéus. Os reis cristãos peninsulares teriam, neste quadro, o dever de recuperar esses territórios.” PAIVA DO MONTE, Marcel. Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147. In: **Revista Medievalista**. Nº 5, (Dezembro 2008). Disponível em: [HTTP://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista).

do Rei Dinis, o Conde, através de suas palavras, dá expressão à convivência, às formas de relacionamento e comportamento, às maneiras diferentes de pensar o mundo. Aponta virtudes que devem ser preservadas e imitadas pelo “bom Rei”, além de fornecer à nobreza exemplos que devem ser seguidos.

Sendo assim, sua obra não pode ser considerada e analisada de forma estática, ela é investida de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e motivos que lhes dão estrutura e as competências ou expectativas do público que dela se apodera.

1 O CONDE, O LINHAGISTA E O CRONISTA

É objetivo deste capítulo apresentar o Conde Pedro Afonso de Barcelos, sua relação com seu pai, o Rei Dinis de Portugal, e seu irmão, o Infante Afonso futuro Rei Afonso IV. Serão apresentados ainda elementos que destacam o papel conciliador, exercido por ele durante a Guerra Civil, que opôs o Rei Dinis e o Infante Afonso. A partir da caracterização do Conde, interessa buscar o contexto de produção, e características, de suas duas principais obras, o *Livro de Linhagens* e a *Crônica Geral de Espanha de 1344*.

1.1 O CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS

O autor do *Livro de Linhagens*, Pedro Afonso, foi filho bastardo do Rei Dinis de Portugal, com Grácia Aires, nasceu por volta de 1285 e faleceu em 1354

de mulheres prohibidas por alheyas, honradas, & illustres teve elRey D. Dinis até o anno de mil duzentos, & noventa, trez filhos: O primeyro foy D. Affonso Sanchez, (...). O segũdo D. Pedro, despois Conde de Barcellos; & Autor do livro que intitoulou Nobilitario; porque nelle tratou da origem, & descendencia das familias, & appellidos illustres de Portugal: E digo foy seu Autor, ou porque lhe descobrio a materia, ou porque lhe deu a fórma: Hũa & outra cousa dizem nossos Antiquarios.¹⁵

Os filhos bastardos do Rei Dinis foram acolhidos e criados na Corte Régia. A própria Rainha solicitava que os filhos bastardos do Rei fossem enviados a ela ainda jovens, para que com ela vivessem. Tais práticas, reservadas às damas e rainhas de seu tempo, constituíam-se como parte de um “ambiente político no qual não só Dinis, mas também a Rainha Isabel,

¹⁵ JESUS, Rafael de. [1683] **Monarquia Lusitana**. Vol. VII. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 13-14.

procuravam constituir uma rede de influência política a partir da negociação dos casamentos de alguns desses bastardos.”¹⁶

Em outubro de 1298, Dinis elaborou um testamento onde colocou uma cláusula designando a Rainha Isabel como tutora e administradora de seus filhos bastardos “Affonso Sanches, Pedro Affonso, Dom Pedro, & Fernão Sanches, ficando a Rainha com poderes para os desherdar, se depois de manciados cometessem qualquer desobediencia em seu deserviço, ou do Príncipe D. Affonso.”¹⁷

O Conde Pedro Afonso foi casado duas vezes. A primeira, com “D. Branca Pires, filha de Dom Pedre Annes de Portel, filho de D. João de Auoim & de Dona Constança Mendes de Sousa, filha de Dom Mem Garcia de Sousa, de quem teue hum filho, que morreo minino.”¹⁸ Ainda segundo Frei Francisco Brandão, autor do Quinto Voume da *Monarquia Lusitana*, o filho do Conde foi enterrado em Santa Maria dos Olivares, na Vila de Tomar em uma sepultura alta, conforme registro encontrado no livro tombo da Igreja, dizendo que ali foi enterrado um neto do Rei Dinis.

A Rainha Isabel muito se empenhou na política de alianças nobiliárquicas envolvendo casamentos dos filhos bastardos do Rei Dinis com membros de famílias importantes da nobreza portuguesa ou peninsular. Como exemplo, dessa intervenção da rainha, pode ser mencionado sua participação nas negociações do segundo casamento do Conde Pedro Afonso com a aragonesa Maria Ximenez Coronel, filha de Pedro Coronel e de Orraca Artal, e irmã de Pedro Coronel senhor de Alfajarim, pessoas de grande prestígio em Aragão.

A rainha, em carta enviada de Guimarães ao seu irmão Jaime II de Aragão, no dia 12 de julho de 1300, tratou dos preâmbulos para a realização do casamento de Pedro Afonso com Maria Ximenez Coronel:

¹⁶ GIMENEZ, José Carlos. **O papel político da Rainha Isabel de Portugal na Península Ibérica: 1280 – 1336**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2005. p. 73.

¹⁷ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 36-37.

¹⁸ BRANDÃO, Francisco. [1650] **Monarquia Lusitana**. Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976. p. 177b.

Rey Irmão ia sabedes como Dom Remom de Cardona falou comnosco sobre feito de casamento de Pero Affonso filho delRey e da filha de Dom Pero Coronel. E por que Dom Reymomdo nom foy y em essa terra gram tempo e como sabedes nom envyou ende recado alRey e a nos e ora envjounos dizer que el falara comuosco e com a Reya e com a donzela e que vos prougue ende e y lho outorgastes. E el Rey e nos tivemos por bem de se fazer ante alo que em outros logares hu lhe tragam a el casamento. E nos sobre esto enyamos nosso recado a Dom Reymondo porque vos rogamos Irmão que o criades do que vos disser da nossa parte e gradeçervoloemos muito...¹⁹

A Rainha enviou ainda outras cartas ao irmão, Jaime II, tratando diretamente do casamento de Pedro Afonso com Maria Ximenez Coronel, uma das damas do reino de Aragão, que se transferiu para a Corte portuguesa após o casamento da Rainha com Dinis. Tais negociações demonstram a preocupação da Rainha em estreitar os laços de colaboração entre os reinos de Portugal e Aragão.

Existem indícios, segundo Frei Francisco Brandão, de que após a morte de Maria Ximenez, o Conde Pedro Afonso tenha se casado pela terceira vez com “Dona Tereja Annes de Toledo, dama da Rainha Dona Brites, mulher delRey Dom Afonso Quarto.”²⁰

O Conde contou sempre com uma grande proteção de seu progenitor, recebendo de Dinis domínios em Lisboa, Estremoz, Evoramonte, Sintra, Tavira, dentre outros. Tornou-se senhor de Gestaço, em 1306, sendo que logo em seguida foram confirmadas pelo Rei as heranças que João Soares, Frei da Ordem do Templo, lhe havia dado. Tornou-se ainda mordomo da Infanta Beatriz em 1307. No ano de 1314, estando o Rei já envolvido em conflitos com o Infante Afonso, Pedro Afonso recebeu do Rei de forma vitalícia o Condado de Barcelos, o único existente no reino português, além do título de Alferes Mor, em 1317.²¹

Pedro Afonso permaneceu ao lado do Rei na fase inicial da Guerra Civil, que aconteceu no reino português no período entre 1319 a 1324. Ao mesmo tempo buscou aproximar-se do Infante Afonso, herdeiro legítimo da coroa

¹⁹ ACA. Cartas de Jaime II. c.98, n.554 (Rodrigues, S. A. **Rainha Santa**: cartas inéditas e outros documentos. Coimbra: Coimbra Editora, 1958. p. 106-107 apud GIMENEZ, 2005. Op. Cit., p. 74.

²⁰ BRANDÃO, 1976. Op. Cit., p. 178.

²¹ Cf. BRANDÃO, 1976. Op. Cit., p. 180 e RESENDE DE OLIVEIRA, António. **O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos**. In: e-Spania Revue Interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales. 11 juin 2011. Consulté le 16 août 2011. URL: [HTTP://e-spania.revues.org/20374](http://e-spania.revues.org/20374).

portuguesa. Após desentendimentos com João Afonso e Afonso Sanchez, seus irmãos e principais oponentes do Infante Afonso, entrou em desserviço para com o Rei, foi desterrado e exilado em Castela, onde permaneceu de 1317 a 1322.

Ao retornar de seu exílio em 1322, procurou reconciliar-se com seu pai, o Rei Dinis, para que seus bens pudessem ser restituídos, assim como seu título de Alferes Mor. Procurou ainda desempenhar uma função conciliadora na demanda entre Dinis e o Infante Afonso, ao lado da rainha Isabel.

Após a morte de Dinis em 1325 e a ascensão ao trono do Infante Afonso como Afonso IV, o Conde Pedro Afonso fixou-se no Paço de Lalim, perto de Lamego, participando em momentos de conflitos gerados entre os reinos de Castela e Portugal, combatendo ao lado de seu irmão Afonso IV, prendendo, matando e destruindo com “braço tão forte, & golpe tam rijo, que se afogava a resistencia em seu mesmo sangue.”²² Foi nomeado por Afonso IV, para participar do acordo das pazes entre os reinos de Portugal e Castela, porém em função de encontrar-se enfermo não pode acompanhar o Arcebispo Gonçalo Pereira na data estabelecida.

Segundo coloca Frei Francisco Brandão, o Conde Pedro Afonso ficou conhecido na Corte de Portugal, na Corte de Castela, onde esteve exilado, e no Reino de Aragão, onde esteve juntamente com seu pai, como um homem de “grande opinião, discreto, & valeroso, & gèralmente foi auido pelo homem de mais galharda disposição, que intão auia em Espanha.”²³

É atribuído ao Conde Pedro Afonso um amplo conjunto de obras literárias, de variada natureza, no qual se inclui a o *Livro de Linhagens* e a *Crônica Geral de Espanha de 1344*, além de cantigas. Suas duas principais obras, o *Livro de Linhagens*, e a *Crônica* foram escritas na primeira metade do século XIV, “época de transição dos valores mais tradicionais e do surgimento de mecanismos de poder cada vez mais subteis.”²⁴

²² JESUS, 1985. Op. Cit., p. 403.

²³ BRANDÃO, 1976. Op. Cit., p. 180.

²⁴ FERNANDES, Fátima Regina. Discurso e poder na obra de Pedro Afonso, Conde de Barcelos. In: **Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais**, Belo Horizonte, PUC de MG/ ABREM/ CNPq e FAPEMIG, 2003a, p. 351.

Sua obra é considerada uma das melhores fontes para o estudo da história social portuguesa no período da Dinastia Afonsina: tal fato deve-se à enumeração de gestas, nomes e de costados presentes na obra. Não deixou o Conde de

circunstanciar muitas cousas, que a acclaraõ os successos daquelles tẽpos, & ainda as inclinações, & procedimetos dos principes, & caualeiros particulares, censurando os vicios dos mal procedidos, & louuando os que merereraõ ser abonados; & assi fica aquelle tratado genealogico quase hum sumario historial de tudo o succedido nos Reynos de Espanha, de que as historias colheraõ noticias mui importantes.²⁵

Percebe-se em seus escritos forte influência da Corte castelhana, na leitura de textos históricos e no método historiográfico, colocado em prática por seu bisavô Afonso X. O Conde Pedro Afonso pode ser reconhecido como “um dos primeiros escritores de língua portuguesa, não propriamente pelo valor da sua prosa, mas pela atividade que o situa nas raízes do movimento historiográfico nacional.”²⁶

O século XIV, período em que o Conde escreveu suas obras, foi marcado por uma colaboração cada vez maior de clérigos e leigos na constituição da cultura profana em Portugal. Nessa conjuntura, o Conde aparece como um sintetizador de tais influências. Para escrever o *Livro de Linhagens* e a *Crônica de 1344*, além de poesias de amor e de escárnio, o Conde recolheu tradições criadas no mundo profano como no clerical, histórias e narrativas das Cortes Régias como de Casas Senhoriais, de cavaleiros de origem goda, francos ou flamengos.²⁷

A história transparece nas obras do Conde Pedro Afonso como “o espelho dos grandes homens que se haviam destacado por feitos heróicos e por uma conduta que se fundava nos ideais de honra e valentia,”²⁸ em função disso seria inspirada pela exaltação da nobreza, das grandes famílias. Exaltação essa, que se faz presente em diversos momentos em suas obras ao

²⁵ BRANDÃO, 1976. Op. Cit., p. 182b.

²⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. p. 374.

²⁷ MATTOSO, José. A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV). In: **Portugal medieval: novas interpretações**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985b. p. 327.

²⁸ Ibid., p. 373.

enaltecer feitos dos fidalgos além de apontar diversas atitudes como quebra de fidelidade/lealdade, valores tão caros em seus escritos.

A obra do Conde Pedro Afonso tem como característica desvendar o quadro senhorial português que antecede a crise da primeira dinastia. Além de constituir, a esse título, um notável documento histórico para compreender a fase inicial do Reino português através da descrição das tradições e do imaginário da nobreza.

1.2 O LINHAGISTA

Os textos genealógicos permaneceram durante muito tempo à margem dos estudos historiográficos, apesar da Genealogia ser considerada pelos historiadores como uma ciência auxiliar. Segundo José Mattoso os historiadores positivistas preocupados com a reconstituição objetiva do passado rejeitavam qualquer fonte histórica que tivesse qualquer traço de subjetividade. Sendo assim, as genealogias que eram vistas como resultado da paixão dos aristocratas, que desejavam ganhar prestígio forjando muitas vezes ligações com nobres e “heróis” do passado, constituíam um campo propício às tentações e armadilhas.

À medida que os historiadores passaram a se preocupar mais com a análise e compreensão do passado, do que com a sua reconstituição, as genealogias passaram a interessar, fornecendo dados e imagens sobre a sociedade e o momento histórico em que foram produzidas. As genealogias trazem referências acerca das relações familiares e de parentesco, da organização da memória coletiva e de sua transmissão, da identidade de um determinado grupo ou ainda sobre o prestígio de uma família dominante.

Nesse sentido é que vem a relevância de contextualizar a literatura genealógica produzida durante a Idade Média, sobretudo a que foi produzida na Península Ibérica, para em seguida apresentar o *Livro de Linhagens* que foi escrito pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos.

1.2.1 A literatura genealógica

As primeiras genealogias, a que se tem referência, traziam preferencialmente genealogias de famílias régias acentuando o caráter sagrado de tais famílias, ligadas ao sangue dos deuses germânicos ou aos patriarcas do Velho Testamento.

A partir do século XI, é que apareceram as genealogias de casas principescas, seguindo um modelo que já era empregado na elaboração das genealogias régias, procurando demonstrar a ligação hereditária dos príncipes com os reis, consolidando seu poder em um território só seu. Diante da progressiva rivalidade destas casas para com os monarcas, em fins do século XII, deixaram as genealogias de procurar parentescos prestigiosos junto às genealogias régias. Foi nesse momento que começaram a aparecer genealogias de condes, e outras Casas com suficiente autonomia política para publicar as suas próprias genealogias.²⁹

Segundo Georges Duby, no livro: *A sociedade cavaleiresca*, a literatura genealógica teria se desenvolvido de maneira mais sistemática a partir do século XII, período marcado por uma transformação nas estruturas de parentesco que vinha acontecendo desde meados do século X. Até então

não havia linhagem, não havia consciência propriamente genealógica, não havia memória coerente dos antepassados; um homem da aristocracia considerava a sua família como um grupo, se assim posso dizer, horizontal, exposto no presente, sem limites precisos ou fixos, constituído por homens e por mulheres a ele ligados tanto pelo sangue como pelo jogo das alianças matrimoniais.³⁰

Com as transformações nas estruturas de parentesco o indivíduo que vivia em um meio onde predominava a estrutura cognática, marcada pelo parentesco entre consanguíneos pelo lado paterno ou materno na estrutura germânica, ou somente materna, segundo o Direito Romano,

²⁹ MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder**. Lisboa: Estampa, 1987. p. 40.

³⁰ DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. Lisboa: Teorema, 1989. p. 153.

sente-se, pelo contrário, preso num grupo familiar de estrutura muito mais restrita, centrado na filiação agnática (parentesco de consangüinidade (sic) por linha masculina), e de orientação vertical: sente-se membro de uma linhagem, de uma raça em que, de pai para filho, se transmite uma herança; o rapaz mais velho assume a chefia desta casa e a história desta pode-se escrever sob a forma de uma árvore com as raízes na pessoa do antepassado fundador, que está na origem de todo o poder.³¹

Nesse momento de constituição da ideia de “família agnática” a referência a um antepassado fundador, ancestral, atemporal ou detentor de uma temporalidade esvaecida, acrescenta elementos ligados à tradição e longevidade da linhagem, importantes características da nobreza do século XIV, que tem no sangue uma de suas principais referências. As genealogias nobiliárquicas expressam, portanto a incorporação da ideia de linhagem nas suas estruturas mentais, assumindo-a como algo próprio seu.

A partir do século XII, as genealogias que até então eram meros esquemas que mostravam as árvores genealógicas das famílias, passaram a incluir elementos estéticos da literatura de Corte. Cada vez mais laicizada e ligada à literatura de diversão para os cavaleiros, passaram a conter narrativas de heróis assumindo, como coloca Duby, o caráter de uma galeria de tipos exemplares, modelos de virtude numa produção literária ideológica.

A introdução nas genealogias de relatos de natureza lendária e fantástica, a partir do século XI, permitiu a incorporar relatos de antepassados míticos, que passaram a concentrar a personificação dos valores e virtudes da ética nobiliárquica e cavaleiresca, marcando a origem gloriosa da família,

na perfección do ideal cabaleiresco que o heroe personifica, como cúmulo de tódalas virtudes, na relación das súas meritórias fazañas, ofrécese á comunidade dos cabaleiros o modelo a seguir no seu proceder, o ensino exemplar co que se pretende consolidar a construcción de súa ética, da súa moral particular.³²

A presença, na literatura genealógica, de antepassados míticos marca, segundo Duby, o momento em que os laços familiares começam a se contrair no quadro estrito de uma linhagem. Até então o indivíduo se encontrava inserido no seio de sua parentela, percebida como um grupo fluido e horizontal.

³¹ DUBY. 1989. Op. Cit., p. 153.

³² PAREDES MIRÁS, Maria del Pilar. **Mentalidade nobiliária e nobreza galega, ideal e realidade na Baixa Idade Media**. Galiza: Toxosoutos, 2002. p 48.

Nesse meio as alianças tinham tanta importância quanto a ascendência, o importante era estar vinculado à “casa” de um benfeitor, ou ao Rei, mais até do que do que aos seus ancestrais “todos ascendiam graças aos seus ‘próximos’, fossem ou não do mesmo sangue.”³³

A partir das mudanças nas estruturas de parentesco, o homem, pelo fato de não ser mais um beneficiário, mas o herdeiro de um bem e de um poder transmitidos de pai para filho, “sente-se integrado a um corpo de parentesco de orientação vertical, a uma linhagem de homens, e a memória ancestral ocupa doravante um lugar muito mais amplo em suas representações mentais; ela pretende remontar até o fundador da casa.”³⁴ Por meio da conquista de uma autonomia estabelecida sobre a posse de uma dignidade hereditária, vem a consciência genealógica e a necessidade de se criar mitos acerca dos antepassados fundadores, visando a legitimação de uma determinada linhagem exposta.

No período da Baixa Idade Média os textos genealógicos refletem as características da nobreza, sua consciência de identidade e ideologia de grupo, “na medida em que a recuperação das origens da nobreza, marca a sua superioridade frente às pretensões da monarquia.”³⁵

A literatura genealógica em decorrência das constantes transformações e adaptações que sofreu ao longo da Idade Média foi, segundo Paredes Mirás, se aproximando mais dos anais e das crônicas, fazendo com que a genealogia no seu estado puro fosse praticamente inexistente na Baixa Idade Média. Porém ainda que impregnada de características de outros gêneros, o genealógico manteve sua própria identidade e função “a coexistencia non vai máis alá dun intercambio de doazóns e non existe en absoluto unha relación que determine a precedencia da Xenealoxía sobre a Crónica, nin que aquela derive transformándose nesta.”³⁶

Ao longo da Idade Média as genealogias não se adaptaram a um modelo definitivo, foram continuamente retomadas e transformadas em cada

³³ DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 105.

³⁴ Ibid., p. 105.

³⁵ FERNANDES, 2001 (2003), Op. Cit., p. 129.

³⁶ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p. 49

recuperação, foram feitas novas versões além de simples cópias. Tais textos constituem-se hoje como “claros espellos discernidores de acciões individuais e colectivas, de datos continxentes e fundamentais, e non só dos feitos senón tamém das crenzas, das estruturas cognitivas das sociedades que reflecten.”³⁷

A confecção dos livros de linhagens na Baixa Idade Média está ligada aos interesses da nobreza, já que o registro das linhas de descendência tinha em vista acautelar os direitos patrimoniais dos membros das famílias fidalgas. Visavam ainda assegurar às grandes famílias o galardão dos serviços prestados pelos antepassados e contribuir para o prestígio da aristocracia.³⁸

Através das genealogias a “nobreza recuperaba, ou máis bem construía, a memoria do seu pasado familiar e daba existencia efectiva ós seus valores e á imaxe que dela mesma quería transmitir.”³⁹ Vinculando sua família com os mais exímios soberanos, justificava-se perante a sociedade. Dessa forma uma Casa com pouca tradição poderia construir uma história de glórias, delimitando seu espaço e sua importância social.

As genealogias nobiliárquicas aparecem como ponto importante na legitimação de determinados poderes, que necessitam de uma base firme e assentada na tradição, na doutrina e na legislação, nesse mesmo período os reis buscavam legitimar-se perante o povo com os mesmos pressupostos. Quanto mais questionável ou inseguro fosse o alicerce da família, mais essa teria que esgotar os recursos disponíveis e ampliar a visão das coisas, de forma que o grau de afirmação transmitisse ainda o grau da convicção.

Cada vez mais as genealogias passaram a refletir o anseio da nobreza legitimar-se e dar sentido a suas ações, fez isso ao aparecer como protagonista de “una serie de hechos que tienen precedentes épicos reconocibles en el pasado histórico reconstruido o recreado.”⁴⁰ A literatura genealógica cria dessa maneira uma imagem ideal da tradição familiar, convertendo-se “no espello que reflexa a imaxe idealizada de si mesma no

³⁷ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p 33.

³⁸ SARAIVA, Antonio José. & LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2000. p. 86.

³⁹ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p 46.

⁴⁰ NIETO SORIA, José Manuel. Las inquietudes historiográficas del Gran Maestre hospitalario Juan Fernández de Heredia (m. 1396): una aproximación de conjunto. In: **En la España Medieval** nº 22. Madrid: Universidad Complutense, 1999. p. 210.

pasado, que a conciencia familiar se esforza por rememorar e recrear, superando no soño as limitacións dunha realidade moito máis parca em venturas e glorias.”⁴¹

A literatura genealógica pode ser vista ainda como elemento de consciência individual e coletiva da nobreza, durante a Idade Média, marcada pela ascensão de diversas camadas da aristocracia, em que à medida que iam consolidando seu poder, necessitavam justificar-se ideologicamente. A elaboração das genealogias foi o meio encontrado para a efetivação de tal necessidade, determinada pela implantação do feudalismo, com seus poderes privatizados, e pela assimilação da estrutura agnática. As genealogias, seguindo modelo adotado pelos príncipes, surgiram como forma de manter a categoria social das linhagens e assegurar a integridade de seus patrimônios familiares.

Essa forma de consciência individual, de fazer parte de toda uma estrutura familiar, levou a uma consciência social de grupo, marcada por valores como o sangue, patrimônio e honra daqueles que detém o poder. Um livro de linhagens poderia, através da história das relações familiares, ressaltar o dever de solidariedade social a que estavam obrigados. A necessidade de tal consciência se fez presente nos momentos de dificuldade, onde os privilégios adquiridos pelas gerações anteriores estavam sendo colocados em xeque, era necessário buscar a unidade como forma de chamar a atenção para os méritos conquistados e que justificavam as posições adquiridas na sociedade.

Durante o século XIV a produção das genealogias diminuiu no restante da Europa, ao passo que floresceram as principais obras genealógicas da Península Ibérica, sobretudo no reino português, alvo da presente análise. Ao contrário de outras obras que se limitavam a apresentar a genealogia das Casas Régias, a literatura genealógica da Península Ibérica enumera o conjunto de famílias nobres de um reino, ou no caso do Nobiliário do Conde Pedro Afonso, de vários reinos. Manifestam a consciência da nobreza enquanto grupo particular dentro da sociedade, detentora de valores nobiliárquicos comuns além de um patrimônio próprio e exclusivo, personificado através das relações consanguíneas.

⁴¹ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p. 231.

O reino português do século XIV constitui-se como um terreno fértil à produção genealógica, pois o poder régio mostrava-se cada vez mais organizado e centralizador, enquanto a nobreza encontrava-se sem um referencial que a valorizasse perante a sociedade, as operações de Reconquista diminuíram, sua função militar encontrava-se enfraquecida, enquanto sua posição social mostrava-se abalada diante das constantes investidas régias, através das inquirições. Os livros de linhagens entram então nesse contexto fornecendo à nobreza modelos a ser seguidos, servindo como obra de referência, de afirmação, coesão e estruturação.

1.2.2 O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso de Barcelos

O *Livro de Linhagens*, escrito pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos em 1340, constitui-se como o maior representante da literatura genealógica em Portugal. Esse fato pode ser explicado pelo momento vivido pela sociedade portuguesa, marcada pela reestruturação e necessidade de se delimitar o espaço da nobreza, fornecendo modelos a seguir, servindo ainda como obra de referência, de afirmação, coesão e estruturação. Com ele

surge o plano de uma história geral da Península, com uma intenção, ao mesmo tempo, genealógica e parenética. Os laços de sangue eram considerados a base de salutar convívio entre os homens, [...], sendo as linhagens uma forma de estabelecer laços de boa vizinhança.⁴²

Como a nobreza medieval portuguesa está diretamente ligada ao processo de Reconquista, os séculos XIII e XIV constituíram-se, para a mesma, um período de readaptação, necessária após a diminuição das operações de Reconquista. Esse período foi marcado ainda pelo fortalecimento do processo de centralização do poder régio, apoiado no Direito Romano.

É relevante destacar a Universidade de Bolonha como o principal centro da retomada dos estudos de Direito Romano, fornecendo aos Reinos meios

⁴² SERRÃO, 1979. Op. Cit., p. 391.

efetivos de ordenação interna. Por meio da aplicação das estruturas jurídico-administrativas e dos princípios de organização da governação, beneficiou a construção de um aparelho burocrático-administrativo.

A adoção do Direito Romano favoreceu ainda o “fortalecimento do poder dos monarcas, as concepções centralizadoras do poder imperial foram transferidas para a figura régia, gerando a idéia (sic) de que os reis, no plano jurídico-político, dentro do seu reino, são imperadores.”⁴³

Em Portugal, as influências do Direito Romano foram sentidas de maneira mais intensa a partir da administração de Afonso III (1247-1279). Educado na Corte de Luis IX de França, conheceu de perto o avanço das teorias de afirmação monárquica, que se fortaleciam no século XIII, através dos estudos de Direito promovidos na Universidade de Bolonha.

Os anos posteriores à Reconquista do Algarve (1270 a 1330) foram perturbados por revoltas nobiliárquicas que tomavam o partido dos membros das famílias régias contra os possuidores do poder central, muitos nobres puderam aumentar sua pressão sobre as zonas rurais, conseguindo privilégios para os rebanhos transumantes e proclamando o retorno dos *fueros* à prática antiga.

O período dominado por uma nobreza de Corte submissa ao Rei dava lugar a “nobres suficientemente poderosos para resistir abertamente aos progressos da centralização régia.”⁴⁴ A Guerra Civil de 1319 a 1325, ocorrida em Portugal, fruto do descontentamento da nobreza, em relação às medidas de centralização e ordenamento da sociedade, por parte dos reis, pode ser citada como exemplo de tentativa de sublevação dessa nobreza.

O Conde Pedro Afonso pode, através do *Livro de Linhagens*, fornecer um apoio à hierarquização estabelecida dentro da nobreza, levando em conta que “a consignação das tradições contribuía directamente para fixar de uma vez para sempre os lugares ocupados por cada família na escala social e política do reino.”⁴⁵

⁴³ FERNANDES, Fátima Regina. **Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá, 2000b. p. 41.

⁴⁴ MATTOSO, 1987. Op. Cit. p. 34.

⁴⁵ MATTOSO, José. **Ricos-homens, infâncias e cavaleiros: a nobreza portuguesa nos séculos XI e XII**. Lisboa: Guimaraes Editores, 1985a. p. 314.

O ideal de nobreza, ligada ao serviço de armas, foi um ideal acessível entre meados do século XI e meados do século XIII, tratava-se de uma sociedade que vivia permanentemente em estado de guerra. A guerra oferecia diversas ocasiões de enriquecimento e de se alcançar a condição de cavaleiro.

Com o fim das grandes operações de Reconquista no século XIII, esse ideal de nobreza saiu enfraquecido, pois se tornavam cada vez mais raras as ocasiões de servir as armas. Nesse momento começava a tomar forma um novo ideal de nobreza, considerada como uma categoria tanto moral quanto social, servindo aos que no fim das operações de Reconquista estavam privados de justificação prática.

O Conde escreveu o *Livro de Linhagens* valorizando características da Cavalaria, que como instituição estava assimilada à essência nobiliárquica, ressaltando valores e dando a medida da nobreza enquanto categoria social, ao buscar suas origens em um passado distante, no princípio do mundo. Partindo das ancestrais raízes da Cavalaria desembocou na Cavalaria Portuguesa, descendente, continuadora e meritória herdeira de seus fundadores

e por esta materea seer mais crara, e os nobres fidalgos saberem gram parte dos linhagees dos reis e emperadores e dos feitos em breve, que foram e passaram nas outras terras, do começo do mundo u seus avoos foram a demandar suas aventuras, por que eles ganharam nome, e os que deles decenderom por alguas nobrezas que aló fizeram, falaremos [...] ⁴⁶

Foi como forma de justificar este novo ideal de nobreza, uma nobreza que buscava estudar suas próprias características enquanto Cavalaria, que o Conde Pedro Afonso, preparou, retomando obras anteriores, o *Livro de Linhagens*

eu, Conde Pedro, filho do mui nobre Rei dom Denis, houve de catar por gram, gram trabalho, por muitas terras, escripturas que falavam dos linhagees. E veendo as escripturas com grande estudo e em como falavam d'outros grandes feitos compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha. E como quer que antre eles deve haver amizade segundo seu ordinamento antigo em dando-se fe pera se nom

⁴⁶ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** [1340] In: Portugaliae Monumenta Histórica, Nova Série. Ed. crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. Vol. I. p. 57.

fazerem mal uns aos outros, a meos de tor[v]arem a este amor e amizade per
desfiarem-se.⁴⁷

O Livro traz as genealogias das famílias da nobreza hispânica entremeadas por narrativas, que exaltam feitos das principais famílias nobres, além da justificativa ideológica da fixação da hierarquia através de uma teoria de solidariedade, decorrente do parentesco, devendo os nobres auxiliarem-se uns aos outros ao invés de lutar entre si.

O trecho transcrito acima traz ainda uma das possíveis motivações do Conde para escrever a obra a serviço do Rei: esperava através de seu texto, inculcar na nobreza valores como o amor e a amizade, fundamentais na constituição de um modelo de unidade e de estruturação interna, além de delimitar espaços e fornecer um apoio à hierarquização estabelecida. Ao fazer referência nesse trecho à Dinis, o Conde pode ter desejado prestar uma homenagem ao pai, valorizando sua política, que teve continuidade com Afonso IV, de ordenação do reino, delimitando o espaço a ser ocupado pela nobreza.

Ao salientar em suas narrativas os grandes feitos promovidos pela nobreza, encontramos indícios de que o Livro tenha sido escrito para a nobreza, que se via acuada diante do fortalecimento do poder régio, visava assim que ela através da apropriação de “tradições das famílias em que entravam pelo casamento, ou criando mitos que explicassem o seu sucesso inesperado,”⁴⁸ pudesse se estabelecer no reino, além de justificar-se perante as investidas do poder régio. Como forma de registrar tais justificativas fez uso do registro por escrito, sendo a literatura genealógica um importante meio para esse fim.

Dentro dessa concepção o Rei teria como função específica a “préservation et le bon état de l’empire ou du royaume, [...], reconnaissait donc l’inaliénabilité des droits fondamentaux de la communauté que le dirigeant gouvernait.”⁴⁹

⁴⁷ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op. Cit., p. 55.

⁴⁸ MATTOSO, 1985b. Op. Cit., p. 326.

⁴⁹ CANNING, J. P. Loi, souveraineté et théorie corporative, 1300-1450. In: MÉNARD, Jacques (Org.). **Histoire de la pensée politique médiévale 350-1450.** Paris: Presses Universitaires de France, 1993b. p. 436.

Não se pode deixar de levar em consideração as motivações pessoais, que levaram o Conde a escrever a obra. O Conde participou como intermediário nos conflitos entre seu pai o Rei Dinis e seu irmão, o Infante Afonso. Em muitas ocasiões foi obrigado a escolher entre o respeito e a obediência ao seu pai, e a lealdade e o amor fraterno a seu meio irmão. Ao retornar de seu exílio em 1322, a pedido do Infante Afonso, exílio esse provocado por ter ficado do lado do irmão contra seu pai, a fim de participar da ocupação de Coimbra, age como conciliador na demanda entre pai e filho.

Em função de sua ação conciliatória tem seus bens restituídos pelo Rei, permanecendo daí em diante fiel àquele a quem devia sua fortuna e à margem dos conflitos. O Conde pode ter guardado certo ressentimento em relação aos outros filhos bastardos de Dinis e que pelo Rei eram mais favorecidos do que o próprio Infante, indício que talvez aponte para a valorização no Livro da verdadeira “amizade” e da ética que deveria reger as relações entre os cavaleiros.

O Rei Dinis morreu em 1325, data provável do início do trabalho do Conde de elaboração do *Livro de Linhagens*. O Conde pode, através de sua obra, render uma homenagem póstuma ao Rei, a quem em alguns momentos, durante a Guerra Civil, foi desleal. Após a morte de seu pai o Conde afastou-se da Corte e passou a viver em sua residência nos paços de Lalim. Não se pode deixar de levar em conta que a obra foi escrita durante o reinado de Afonso IV, que pode ter de alguma maneira patrocianado a execução da mesma, influenciando-a, a partir de seus interesses de centralização monárquica, definindo o lugar a ser ocupado pela nobreza.

Em 1336, durante uma guerra entre Portugal e Castela o Conde foi colocado novamente numa situação de escolha: apoiar seu irmão Afonso IV a quem devia lealdade ou seu “amigo” Afonso XI de Castela, com quem conviveu durante seu exílio de 1317 a 1322, a quem devia fidelidade. Estava assim novamente envolvido em um conflito que era

un enfrontamento entre “uu sangue,” pois non esquezamos o parentesco das casas reais portuguesa e castelá, renovado por un matrimonio que facía de

Afonso IV o sogro de Afonso XI. Seguramente, o conflito prenderia mais nel o desexo de “meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha.” ⁵⁰

O que se pode colocar acerca do *Livro de Linhagens* é que fora escrito a fim de afirmar o papel da nobreza na constituição do Reino, assim como destacar, nesse contexto, o papel do monarca como figura central, em função de que, segundo o próprio Conde, não havia entre os nobres fidalgos da Hispânia amor e amizade cabia assim ao Rei assegurar a sua existência. O Conde Pedro Afonso, sendo irmão de Afonso IV, pode estar justificando ações régias, a fim de consolidar a preeminência da monarquia diante dos poderes nobiliárquicos.

Entretanto, como membro da nobreza, o Conde não deixa de lembrar ao Rei que ele ainda necessita do apoio da nobreza, e que esta é importante na constituição do Reino, devendo sua ancestralidade e seus valores ser levados em conta.

O amor e a amizade, mencionados no texto, relacionam-se com os ideais vassálicos, aos vínculos pessoais, marcas registradas da sociedade medieval, valores que o Conde buscava incutir e valorizar nessa nobreza hispânica do século XIV. Ao enumerar as linhagens de famílias nobres, que viviam dentro e fora do território português, demonstra estar impregnado de características universalizantes, que estão refletidas na ideia da unidade da nobreza como

entidade social supranacional, a única institución que, xunto coa Igrexa, non coñece de fronteiras. Unha unidade (necesaria neses momentos difíciles) á que se apela a través do valor da amizade, como grande precepto a guardar (moi particularmente se media o parentesco) por unha nobreza inspirada e informada culturalmente pólas doutrinas dun código cabaleiresco e dunha relixión cristiá. ⁵¹

Além de valorizar a amizade e a fraternidade entre os membros da nobreza o Conde não deixa de mencionar o conflito entre nobreza e poder régio, chamando a atenção dos monarcas a respeito de sua obrigação de reconhecer os méritos da nobreza alcançados através de seu esforço, devendo o monarca outorgar-lhes e manter as recompensas correspondentes, como

⁵⁰ PAREDES MIRÁS, 2002, Op. Cit., p. 83.

⁵¹ Ibid., p. 233.

pode ser visto no trecho a seguir, retirado do Prólogo do *Livro de Linhagens*: “por os reis haverem de conhecer aos vivos com mercees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que receberam os seus avoos em se ganhar esta terra da Espanha per eles.”⁵²

Diferentemente de outros Livros de Linhagens, onde se dava primazia às linhagens nobiliárquicas, o Conde apresenta inicialmente a genealogia das famílias régias, para em seguida descrever as linhagens nobiliárquicas. Se em outros momentos havia uma clara oposição entre nobreza e monarquia, deixando o conflito em evidência, o Conde

procura a súa solución apelando á unidade, á identidade ontolóxica dun grupo que se rexe por unha mesma ética, por uns mesmos valores – os da cabalería – que remite a unhas mesmas orixes, que actúa nas mesmas batallas contra los mesmos e verdadeiros inimigos, e sobre todo, que se vincula polo forte lazo que crean as relacións de parentesco, as que movem ‘mais de ligeiro ãas cousas per que a amizade se mantem.’⁵³

As linhagens nobiliárquicas apresentadas pelo Conde são as mesmas que já se encontram consagradas em outras obras genealógicas, porém não aparecem em oposição ou em um caminho paralelo às genealogias régias, aparecem como “coadjuvantes, como colaboradores imprescindibles ó lado do Rei, contribuindo no desenvolvimento dos seus proxectos e facéndoa a artífice verdadeira dos êxitos da monarquía.”⁵⁴

Trata-se de uma obra escrita em uma época marcada pela grande circulação entre a nobreza dos reinos da Península Ibérica, nessa realidade os laços familiares que unem a alta nobreza são muito fortes. Como resultado, a Península Ibérica até meados do século XIV constitui-se como “um espaço geográfico onde linhagens poderosas entrecruzam-se e estabelecem suas raízes, [...], e onde predomina a solidariedade linhagística.”⁵⁵

A circulação da nobreza muitas vezes é provocada por dissensões internas ou em relação à monarquia. A fidelidade à monarquia ainda é mais fraca do que a fidelidade vassálica, esse pode ser um indício da importância

⁵² **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op. Cit., p. 57.

⁵³ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p. 84.

⁵⁴ Ibid., p. 84.

⁵⁵ FERNANDES, Fátima Regina. Os Castro galegos em Portugal: um perfil de nobreza itinerante. In: **Actas de las Primeras Jornadas de Historia de España** Vol. II. Buenos Aires: Fundación para a Historia de España, 1999. p. 135.

que é dada à fidelidade ao longo do *Livro de Linhagens*, pois este ressalta que se houvesse “amizade” entre os nobres, e fidelidade a compromissos assumidos, não haveria necessidade de reis e nem de justiça. Lendo-se ao contrário tal afirmativa pode-se concluir que essa amizade/fidelidade não existe entre os nobres, assim a presença do Rei, enquanto elemento organizador dessa sociedade faz-se necessária. Porém, ao mesmo tempo, o Rei deve estar ciente da importância da nobreza dentro da sociedade, e de sua dependência frente a ela, do bom relacionamento entre Rei e nobreza depende o bem comum do reino.

Ao analisar a obra percebe-se que a ligação entre patrocinador e produto não é muito clara, observando-se somente a partir de seu autor. Desde a primeira versão do Livro, escrita em 1340-44, pode ter havido patrocínio dos Pereira⁵⁶, com anuência do Rei Afonso IV,

o Rei pode estar co-patrocinando uma obra, que em seu conteúdo reforça a legitimidade de sangue da nobreza que o cerca, tal é a essência de um nobiliário medieval, no qual só se destacam os ramos principais, ignorando em boa medida os ramos colaterais e bastardos. Estratégia que definiria, sem dúvida, um perfil nobiliárquico, um modelo de unidade e de estruturação interna, que lhe dá força, mas que também a delimita.⁵⁷

O Livro teria sido escrito em duas fases. A primeira entre 1325 e 1336 seria destinada à reunião dos materiais e a primeira redação, correspondendo esse período aos anos em que o Conde afastou-se da Corte, momento entre a morte de Dinis, seu pai (1325) e sua participação na guerra contra Castela, na fronteira galega (1336). Nos quatro anos seguintes completaria a obra, com posteridade em relação à Batalha do Salado (1340), porém antes de escrever a Crônica de 1344.⁵⁸

Para poder escrever a obra o Conde Pedro Afonso teve acesso a vários tipos de fontes. Em Portugal onde viveu a maior parte de sua vida, morou nas comarcas do Entre Douro e Minho e na Beira, regiões onde estavam situados os solares mais antigos do reino. Tornou-se, portanto, fácil a tarefa de recolher

⁵⁶ A família Pereira aparece com força, nas duas refundições que acontecem no *Livro de Linhagens* após a morte do Conde.

⁵⁷ FERNANDES, Fátima Regina. **O modelo de “criatio” régio e senhorial em Portugal (séc. XIV)**. Curitiba: Anais da XXIII reunião da SBPH, 2003c. p. 05.

⁵⁸ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p. 77.

informações sobre esses solares, seus fundadores e os fidalgos que neles moravam, pode desta maneira colocar no papel muitas das experiências transmitidas oralmente no meio nobiliárquico.

Teve acesso, ainda, ao resultado das inquirições realizadas por ordem do Rei Dinis sobre honras, solares, padroados de Igrejas e coutos dos fidalgos,⁵⁹ onde se apurou a maior parte dos dados acerca da nobreza, desde o tempo de Afonso Henriques. O Conde teria sido o responsável pela Quinta Inquirição, realizada pelo Rei Dinis, como demonstra um trecho desta inquirição presente na Parte Quinta da *Monarquia Lusitana*, escrita por Frei Francisco Brandão em 1650,

Sabbado doze de Março da Era de mil trezentos & cincoenta & cinco Dõ Pedro Afonso Conde de Barcelos, & alferes de nosso Senhor elRey, mandou a Domingos Migueis luiz da Feira, & Ioão Mendes Tabelião, que fosem com elle para ver o registo da Feira, & Esteuão Ioannes o deu a Gonçalo Rodrigues Chançarel do dito Senhor.⁶⁰

Fora do reino português obteve informações junto aos reinos de Leão e Galiza, reinos vizinhos da Beira e de entre Douro e Minho, ou ainda através do envio de criados e capelães para que analisassem os cartórios dos mosteiros, das igrejas e dos fidalgos. Pode ainda recolher informações no período em que esteve exilado em Castela e ainda junto ao seu cunhado Pedro Coronel, de Aragão.

O Conde teve forte influência Navarra para compor a obra. Navarra é tida por José Mattoso como o lugar de eleição da literatura genealógica, foi lá que foi escrito um dos mais antigos textos europeus, o *Códice de Roda*, composto durante o século X. Por volta de 1200, “um monge do mosteiro beneditino de Fitero redige, o *Liber Regnum* ou *Chronicon Villarense*, curioso intermediário entre a Crônica universal e a genealogia régia.”⁶¹

O *Liber Regnum*, segundo Diego Catalan Menendez Pidal, foi a primeira história em língua vulgar conhecida e serviu como fonte ao Conde Pedro

⁵⁹ Segundo José Mattoso, no livro **Ricos Homens, Infâncias e Cavaleiros**, as Honras são as terras onde os Senhores exercem seus poderes, já os Coutos são terras onde a autoridade senhorial resulta de uma concessão expressa do rei, constituindo-se as duas formas em terras imunes, sem fiscalização régia. MATTOSO, 1985a. Op. Cit., p. 91.

⁶⁰ BRANDÃO, 1976. Op. Cit., p. 184.

⁶¹ MATTOSO, 1987. Op. Cit., p. 41.

Afonso. Tratava-se de uma esquemática história universal e de *Hespanha*, que ao estar concebida genealogicamente,

tendía un puente entre el interés por los linajes, que heredaba don Pedro de la tradición portuguesa, y la historia cronística, descubierta en las obras de la escuela castellana; ello fue para el Conde de gran utilidad, primero para encuadrar sus linajes portugueses en un marco histórico general y luego para completar la historia cronística donde los materiales alfonsíes por él conocidos no alcanzaban.⁶²

Além da influência navarra o Conde Pedro Afonso recebeu outras influências, como a da Crônica de Castela e das genealogias bretãs, que podem ser percebidas nos textos narrativos, praticamente autônomos em relação à matéria genealógica. Tais características lhe permitiram realizar uma fusão entre as genealogias portuguesa e a universal.⁶³

Apesar de ao escrever o *Livro de Linhagens* não ter nenhum modelo produzido na corte castelhana, tendo se dedicado a imitar e até mesmo superar as obras genealógicas que até o momento haviam sido redigidas em Portugal – o Primeiro Livro de Linhagens e o Livro Velho escrito pouco tempo antes de o Conde iniciar a redação da sua obra – é como discípulo da “escola historiográfica castelhana que ele tenta essa superação.”⁶⁴ Ao se preocupar em traçar um esquema de história universal, unindo e coordenando transcrições de fontes, aproxima-se do processo empregado pelas grandes compilações históricas de Afonso X.

Ainda referindo-se às influências que o Conde recebeu para escrever o Livro, pode-se destacar a relevância de seu exílio em Castela de 1317 a 1322, onde esteve em contato com os escritos de seu bisavô Afonso X, e com os escritos de Juan Manuel. O contato com a historiografia cronística influenciou e muito o Conde que empregou determinadas características cronísticas já no

⁶² MENENDEZ PIDAL, Diego Catalán. **De Afonso X al Conde de Barcelos**. Madrid: Editorial Gredos, 1962. p. 304-305.

⁶³ Em relação às fontes que serviram de base para o Conde Pedro de Barcelos escrever o *Livro de Linhagens* vide: MENENDEZ PIDAL, 1962. Op. Cit., p. 304-5; p. 365-370 e p. 410-1; e MATTOSO, José. **A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal – séculos XIII-XIV**. 1985b. Op. Cit., p. 315 et passim.

⁶⁴ LINDLEY CINTRA, Luís Filipe. Introdução. In: **Crônica Geral de Espanha de 1344**. Fontes Narrativas da História Portuguesa. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009. p. 415.

Livro de Linhagens, inserindo-as numa tradição portuguesa de literatura genealógica.

Já no Prólogo do *Livro de Linhagens*, podem ser percebidas as influências dos textos castelhanos. A citação de Aristóteles, acerca da amizade, corresponderia a uma referência feita a Aristóteles na Partida IV título 27, das *Siete Partidas*, obra de Afonso X:

Esto diz Aristotiles: que se homees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus. E a todos los homees ricos e pobres compre amizade. E aos que som meninos, ham mester quem os crie e ensine. E se som mancebos, ham mester quem nos conselhe pera fazer sas cousas seguramente. E se forem velhos, ham mester que lhes acorram aos seus desfalecimentos. E os amigos verdadeiros devem-se guardar em sas palavras de dizer cousa per que seus amigos nom venham a fama ou a mal, ca per i se desataria a amizade.⁶⁵

E por ende dixo Aristóteles que si los omnes oviesen entre sí amistad verdadera, que non avría menester justicia nin alcaldes que lhos judgasen, porque la amistad les faría cumplir e guardar aquello mesmo que quiere e manda justicia. [...] E, sobre todo, dixo que en qualquir edad que omne sea, ha menester ayuda de amigos; ca si fuere niño ha menester ayuda de amigo que lo críe y lo guarde que non faga nin aprenda cosa quele esté mal; e si fuere mancebo, mejor entenderá e fará todas las cosas que oviere de fazer con ayuda de su amigo que solo; si fuere viejo, ayudarse ha de sus amigos en las cosas que fuere menguado o que non podiese fazer por sí, por los embargos que vienen a las vezes.⁶⁶

Dedicou-se ainda a “realizar um trabalho de compilação, inspirado pelas obras do mesmo gênero realizadas pelo seu bisavô Afonso X, que era já considerado na época como um modelo para o nobre culto,”⁶⁷ buscou desta forma fornecer aos nobres um texto onde estivessem preservadas das vicissitudes do tempo, a memória das gerações anteriores e das tradições familiares. Para tanto procurou fixar tradições orais e composições de várias ordens através da escrita, dessa maneira impediria o desaparecimento de muitas tradições.

Além da parte genealógica a obra destaca-se pela grande quantidade de textos narrativos que possui, cerca de sessenta. A forte presença de textos narrativos dá ao texto uma estrutura bem construída, sendo a prosa

⁶⁵ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op. Cit., p. 55-56.

⁶⁶ CARTAGENA, A: Doctrinal de los cavalleros, ed. J. M. VIÑA LISTE, Universidade de Santiago, 1995. p. 244-245. Apud: PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p. 79-80.

⁶⁷ MATTOSO, 1985b; Op. Cit., p. 313.

empregada pelo Conde “fluida, precisa, objectiva, particularizadora, permitindo visualizar locais, personagens, cenas, em certos momentos com efeitos persuasivos.”⁶⁸

Encontram-se dentre as narrativas aquelas de fundo mítico, em pequeno número e relativamente curtas. Aparecem ainda, segundo José Mattoso, resumos prosificados de canções épicas, algumas muito conhecidas como o Poema de Mio Cid e o Cantar dos Infantes de Lara, dentre outras. Há trechos onde a narrativa sentimental aparece isolada de um trecho épico ou sobreleva-o, são trechos que se aproximam dos cantares de gesta recitados nos jograis e ligados à cultura aristocrática, “devem tratar-se de alguns dos mais antigos exemplares de narrativas do tipo das que foram depois aproveitadas pelo romancelheiro.”⁶⁹

Enquanto as narrativas de ficção, mitos, romances ou epopeias aparecem em menor número, as narrativas históricas, embora geralmente curtas, aparecem em maior quantidade, cerca de quarenta e cinco trechos, mais especificamente ligados a tradições familiares. Destinavam-se a

perpetuar a memória das glórias e lutas dos antepassados. Os seus protagonistas têm sempre um sentido positivo ou negativo. No segundo caso podiam ter sido conservadas por famílias inimigas. Então a função desprestigiante pode manter-se ou atenuar-se até o ponto de o significado primitivo se tornar oculto ou ambíguo.⁷⁰

Dentre eles encontram-se anedotas, trechos que põe em relevo valores da vassalagem e outros que se aproximam bastante do gênero histórico. As anedotas destinam-se a apresentar episódios relacionados à honra de uma certa família, revelando ousadia, força, resistência, generosidade, astúcia ou excessos de um determinado antepassado.

Os trechos relacionados a valores da vassalagem contam a fidelidade ou infidelidade de alguém, “servem não só para perpetuar a honra de uma família que participa na glória do antepassado exemplarmente fiel, mas também para servir de modelo a todos os que têm o dever de cumprir o código da

⁶⁸ DIAS, Aida Fernanda. **História Crítica da Literatura Portuguesa**. Vol. I. A Idade Média. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. p. 380.

⁶⁹ MATTOSO, 1985b. Op. Cit., p. 316.

⁷⁰ Ibid., p. 317.

vassalagem.”⁷¹ Boa parte das narrativas têm um sentido negativo, trazem relatos de traições e acentuam os pormenores que tinham como objetivo levar o leitor a condenar seus protagonistas.

Os trechos históricos se aproximam dos relatos presentes nas crônicas, sendo que a maioria deles visa apresentar a biografia de um determinado personagem, suas ações trazem exemplos de valores da vassalagem, apresentam “uma série de informações que completam a história do indivíduo em questão, o relacionam com outras pessoas, principalmente com reis, referem os cargos que eventualmente desempenhou, etc.”⁷²

Ao trazer exemplos de bravura, de fidelidade, de traições, de anedotas, de lutas, de honras feridas, de casamentos, de raptos, adultérios e violações a obra permite desvendar muito da sociedade do momento de produção do Livro, e das relações que permeavam essa realidade. Essa obra pode assim, ser percebida como meio de difusão de doutrinas, ideias e crenças de todo tipo.

1.3 O CRONISTA

Antes de iniciar a análise acerca do Conde Pedro Afonso de Barcelos e sua produção cronística, é necessário definir o que era, no contexto medieval peninsular, uma Crônica. Para tanto será empregada a definição proposta por Marcella Lopes Guimarães:

a Crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contaexemplos) para a sociedade política.⁷³

⁷¹ MATTOSO, 1985b. Op. Cit., p. 318.

⁷² Ibid., p. 318.

⁷³ GUIMARÃES, Marcella Lopes. O discurso cronístico e a narratividade histórica. In: MARCHINI NETO, Dirceu e NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Organizadores). **A Idade Média: entre a história e a historiografia**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2012. p. 57-58.

A Crônica Geral de Espanha de 1344, atribuída ao Conde Pedro Afonso de Barcelos, é representante de uma Crônica Geral, tendo recebido “forte influência da cronística castelhana que teve na obra historiográfica de Alfonso X de Leão e Castela o seu modelo.”⁷⁴ É importante buscar alguns elementos que são relevantes na caracterização cronística tardo-medieval.

Segundo coloca Esteban Sarasa Sánchez, inicialmente as crônicas se ocuparam principalmente de elementos ligados à história universal, buscando associar suas origens ao livro do Gênesis, a partir de um modelo proposto por Eusébio de Cesarea, influenciando as crônicas produzidas posteriormente. Seguiram ainda

un orden cronológico que combinaba fechas de interés eclesiástico con acontecimientos civiles que informaban dentro de una continuidad histórica providencialista. Los autores de crónicas se ajustaron al esquema de las seis edades de la historia bíblica para encuadrar los hechos narrados, pero con el paso del tiempo la evolución de este género fue complicándose y enriqueciéndose hasta incorporar incluso fuentes no narrativas.⁷⁵

Em relação à Península Ibérica, Sarasa Sánchez ressalta que inicialmente foram redigidos escritos genealógicos nos reinos peninsulares. Tais escritos tinham por finalidade legitimar as novas dinastias, interligando-as à monarquia visigoda, servindo ainda para “justificar la resistencia al infiel invasor que había tomado el poder por la debilidad y degeneración de la monarquía unitaria legítima que sucumbió en Guadalete con el rey Rodrigo.”⁷⁶

Destaca-se nesses primeiros relatos a presença do providencialismo, ao se exaltar os feitos alcançados pelos cristãos frente aos muçulmanos, e a preocupação genealógica empregada para

desentrañar la red de relaciones familiares y personales de las primeras familias que controlaron el poder y estimularon oficialmente la Reconquista y la expansión territorial hacia el Duero y el Ebro, sirvió de base posteriormente, en

⁷⁴ KRUS, Luís. *Crônica Geral de Espanha de 1344*. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) **História e antologia da literatura portuguesa, séculos XIII – XIV, a prosa medieval portuguesa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1997b. p. 20.

⁷⁵ SARASA SÁNCHEZ, Esteban. La construcción de una memoria de identidad. El género historiográfico en la Edad Media: de lo europeo a lo hispano. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la e MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (coord.). **Actas: Los espacios de poder en la España Medieval: XII Semana de Estudios Medievales**, Nájera, del 30 de Julio al 03 de agosto de 20001. Instituto de Estudios Riojanos: Espanha, 2002. p. 414.

⁷⁶ Ibid., p. 421

muchos casos, para la composición de grandes crónicas que, en el fondo, no fueron mas que genealogías ampliadas que apenas perdieron su primigenia concepción.⁷⁷

A produção dos escritos historiográficos na Península Ibérica teria passado assim do

universalismo de Orosio (siglos IV-V) al nacionalismo hispanogodo de Isidoro de Sevilha (s. VII) para desembocar en los particularismos de los núcleos de la Reconquista a partir del siglo IX, desde el siglo XIII se volvió en algunos casos a las crónicas universales e hispánicas en conjunto (Crónica General de España de Alfonso X el Sabio en el siglo XIII) y a las particulares de los reinados (Crónica de López de Ayala en el XIV) o de los reinos (Crónicas de los Reyes de Navarra del Príncipe de Viana en el XV).⁷⁸

As crônicas, a partir de Afonso III, inserem-se em um contexto historiográfico marcado por um poder político que busca consolidar-se, “adquire conciencia de sí y busca un medio de legitimación, justificación histórica y perduración en el ámbito cultural, concretamente, en la escritura cronística; acompañando el dominio político con la hegemonia ideológica.”⁷⁹

Um novo passo na produção cronística foi dado com a *Crônica Geral de Espanha*, de Afonso X de Castela. Nesta obra estariam presentes quatro elementos fundamentais que, juntos, formam um conjunto renovador em termos historiográficos, seriam eles: “la utilización de fuentes de forma fragmentaria y selectiva, la inclusión de temas entresacados de la poesia popular, la aplicación de fuentes árabes y el uso de la lengua vulgar.”⁸⁰ O modelo historiográfico, presente no relato afonsino, ressalta a “importancia que adquiere el nivel de la enunciación cronística, con el interjuego temporal entre el pasado de la historia y el presente de la narración, y la muy elaborada construcción de la categoría del yo-narrador.”⁸¹

Esse modelo encontrado na Crônica de Afonso X sofreu inúmeras reelaborações tanto no âmbito castelhano-leonês quanto no ocidente da

⁷⁷ SARASA SÁNCHEZ, 2002. Op. Cit., p. 421

⁷⁸ Ibid., p. 422

⁷⁹ FUNES, Leonardo. Elementos para una poética del relato histórico. In: ARIZALET, Amaia (éd.). **Poétique de la chronique. L'écriture des textes historiographiques au Moyen Âge (Péninsule Ibérique et France)**. Toulouse – Le Mirail, Université, 2008. p. 245.

⁸⁰ SARASA SÁNCHEZ, 2002. Op. Cit., p. 423

⁸¹ FUNES, 2008. Op. Cit., p. 248.

Península Ibérica.⁸² Interessam, nessa análise, as remodelações sofridas no reino português, sobretudo aquela realizada pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos. O Conde inserido, e participante de muitas ações, junto à Corte do Rei Dinis é tido por Luís Filipe Lindley Cintra como

o mais culto dentre os filhos do Rei, que, já em tempo e certamente sob a influência de seu próprio pai, mas também e principalmente sob a forte impressão causada pelo contacto directo com os meios castelhanos onde então eram prolongadas e refundidas as obras de Afonso X, se dedica insistente e decididamente à imitação dos empreendimentos do grande Rei de Castela no campo da historiografia.⁸³

Esse contato do Conde com o trabalho historiográfico, desenvolvido em Castela, permitiu a ele dedicar-se, segundo Lindley Cintra, a mandar traduzir e ampliar a Crônica dos Vinte Reis e realizar uma refundição da Crônica Geral de Afonso X.

1.3.1 Características cronísticas presentes no Livro de Linhagens

Uma das obras de maior relevância atribuídas ao Conde Pedro de Barcelos é o *Livro de Linhagens*, obra que não estava entre os escritos realizados até então na Corte Castelhana. Já na elaboração desta obra pode-se perceber a influência dos textos cronísticos, seja por meio da absorção de características do gênero cronístico, pela leitura de textos históricos e ainda pelo método historiográfico que fora colocado em prática por seu bisavô Afonso X, de Castela. Pode compilar no Livro muitos trechos que haviam sido recolhidos por Afonso X.

Dentre as características cronísticas empregadas pelo Conde, no *Livro de Linhagens*, aparece: a cronologia com enfoque bíblico; o universalismo e o providencialismo. A cronologia com enfoque bíblico é inspirada numa

⁸² Sobre as inúmeras remodelações pelas quais passou a Crônica Geral de Espanha de Afonso X, consultar as obras: BARROS DIAS, Isabel de. **Metamorfoses de Babel**: a historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV) construções e estratégias textuais. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; ESTEVES, Elisa R. P. Nunes. **A Crônica geral de Espanha de 1344**: estudo estético-literário. Évora: Pendor, 1997.

⁸³ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 413.

concepção cristã da História, tomando como ponto de partida uma personagem ou um acontecimento bíblico. O Conde já no prólogo coloca que irá tratar “do linhagem dos homees como vem de padre a filho des o começo do mundo, e do que cada uu viveo e de que vida foi, e começa em Adam, o primeiro homem que Deus fez, quando formou o ceo e a terra.”⁸⁴

Ainda no prólogo relaciona todas as casas régias de que vai falar até chegar aos reis de Portugal. Inicia em Adão, passando pelos reis de Jerusalém, da Síria e de Nabucodonosor. Dos reis de Tróia, de Roma e da Grã Bretanha. Dos reis da Pérsia, dos reis e imperadores do Egito e de Roma, dos Godos, dos reis de Castela e Navarra, dos reis de Aragão e dos de França de quem descendem os reis de Portugal. Ao proceder dessa maneira o livro “assume uma feição universalista, quando se detém nos grandes impérios da Antiguidade e das monarquias da Europa ocidental desde as suas origens.”⁸⁵

Ao inserir as linhagens portuguesas, régias e aristocráticas, numa árvore genealógica que parte das maiores personagens históricas universais conhecidas no momento “exprime-se a visão universalista trazida por Afonso X à historiografia dinástica castelhana, e certamente relacionada com o título de Imperador, que se arrogava.”⁸⁶ A permanência de D. Pedro na corte castelhana durante seu exílio “explica bien esse deseo de superar las obras históricas que en sus dias se redactaban en Portugal, incorporando a la historia nacionalista algo del grandioso espíritu universalizante que alentava en la producción historiográfica creada em Castilla por la preocupación científica de Alfonso X.”

87

O universalismo pode aparecer tanto no âmbito temporal como no âmbito espacial.⁸⁸ O universalismo temporal tende a abarcar desde as origens do mundo até o mundo contemporâneo do autor, como pode ser verificado no trecho a seguir, retirado do prólogo do *Livro de Linhagens*: “Falaremos primeiro do linhagem dos homees e dos reis de Jerusalem des Adam ataa nacença de

⁸⁴ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**, 1980. Op. Cit., p. 55.

⁸⁵ DIAS, 1998. Op. Cit., p. 378.

⁸⁶ SARAIVA, 2000. Op. Cit., p. 88.

⁸⁷ MENENDEZ PIDAL, 1962. Op. Cit., p. 288.

⁸⁸ SARAIVA, 2000. Op. Cit., p. 25-28.

Jesu Christo, [...] falaremos dos reis de Navarra e dos d'Aragom e dos de França, e donde decenderom os reis de Portugal.”⁸⁹

Já o universalismo espacial permite que se incluam no relato todos os povos conhecidos. No Livro, o Conde mapeia grande parte das casas régias conhecidas, além de não pretender somente relacionar as linhagens nobiliárquicas portuguesas. Como pode ser visto no prólogo quando ele coloca que um de seus objetivos é “meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha.”⁹⁰ E que após apresentar a ascendência dos reis de Portugal ele vai informar “donde decenderom os nobres fidalgos de Castela e de Portugal e Galiza.”⁹¹

Outra característica cronística, presente nessa obra, é o providencialismo, que coloca Deus como o responsável pela História. A Providência Divina regeria o mundo e todas as ações humanas, sendo referenciada, por exemplo, nas descrições das vitórias dos cristãos sobre os muçulmanos. A presença de determinadas características do gênero cronístico na obra revela indícios das transformações pelas quais a literatura genealógica passou ao longo da Idade Média. De uma literatura onde predominavam as listas de parentesco, sem muito espaço para narrativas, chega ao século XIV com uma forma de literatura genealógica mais aproximada dos anais e das crônicas, porém tal intercâmbio não significa que a literatura genealógica tenha perdido sua identidade e função.

1.3.2 O Conde Pedro Afonso de Barcelos e a Crônica Geral de Espanha de 1344

Pouco tempo depois de publicar o *Livro de Linhagens*, o Conde Pedro Afonso escreveu a *Crônica Geral de Espanha* de 1344 “depois de ter seguido o exemplo e de ter aproveitado parcialmente as obras de Afonso X, acabou por

⁸⁹ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**, 1980. Op. Cit., p. 57-58.

⁹⁰ Ibid., p. 55.

⁹¹ Ibid., p. 58.

dedicar-se à refundição de toda uma das mais extensas produções da escola historiográfica fundada pelo Rei de Castela.”⁹²

A autoria da *Crônica de 1344* atribuída ao Conde Pedro de Barcelos só aconteceu após os estudos realizados por Luís Filipe Lindley Cintra, sendo que essa é a versão que está servindo de base para a presente análise.⁹³ Antes dele outros autores já haviam se dedicado a levantar a autoria do texto, destacando-se Ramón Menéndez Pidal que apresentou, na obra *Crónicas Generales de España*,⁹⁴ três hipóteses acerca da autoria da obra, elaboradas entre meados do século XVI e inícios do século XVII e a sua visão acerca da mesma.

A primeira hipótese, levantada por Ocampo, era de que o autor da *Crônica de 1344* seria Afonso XI de Castela, já a segunda hipótese seria fruto de uma confusão entre autor e copista, apontando Manuel Rodriguez de Sevilha como o autor da obra. A terceira hipótese, levantada por Ambrosio de Morales apontava Juan Manuel, sobrinho do Rei de Castela Afonso X, como sendo o autor da obra. Menéndez Pidal demonstra a impossibilidade desta hipótese “dejando, pues, como anónima la Crónica de 1344.”⁹⁵

É necessário, nesse momento da análise, apontar que a mesma está sendo realizada tendo como base a edição crítica realizada por Luís Filipe Lindley Cintra. Levando-se em conta que se trata da versão da *Crônica* que passou por refundições e adaptações, porém esse fato não inviabiliza a análise e nem elimina o fato de que inicialmente a obra foi escrita pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos. As inúmeras refundições e adaptações, realizadas a partir do texto inicial, demonstram sua relevância para o contexto do reino português e porque não ibérico.

⁹² LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 414.

⁹³ “Creio porém que, partindo da surpreendente coincidência na utilização de fontes entre a *Crônica* e o *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro, da contemporaneidade entre a mesma *Crônica*, redigida por volta de 1344, e o autor do *Livro* morto em 1354, e da prévia determinação da origem portuguesa da *Crônica*, se pode ir além [...] e afirmar que, se não é possível atribuir com toda a segurança a compilação da *Crônica de 1344* a D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, já que nenhum dado documental apareceu até hoje provando que a ele se devesse esta iniciativa, há pelo menos uma série de circunstâncias que dão um alto grau de probabilidade a esta nova hipótese.” ⁹³ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 130.

⁹⁴ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Catálogo de la Real Biblioteca, Tomo I. Manuscritos: **Crónicas Generales de España**. Madrid, 1898. p. 17-23.

⁹⁵ Ibid., p. 22.

Após ter sido atribuída a autoria da Crônica ao Conde Pedro Afonso, faz-se necessário analisar o Cronista Pedro Afonso. A redação da Crônica teria acontecido após a conclusão do *Livro de Linhagens*, podendo ter sido o mesmo, assim como suas fontes, utilizado como base para sua redação. A respeito da data de redação da primeira versão da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, é encontrada, no texto da mesma, a seguinte referência:

salvo estes condes de Castella, que nom foram reis, e salvo el Rei dom Sancho de Navarra, o Mayor, que foy senhor de Castella pella raynha dona Elvira, sua molher, e savando el Rey dom Afonso d'Aragõ, que foi tan be senhor de Castella pella raynha dona Orraca, sua molher, que enton era senhor, que nõ vay em esta estória, foron reis de Castella e de Leom trinta e sete. E, co os reis godos, que foron trinta e seis, fazem sateenta e tres e, com el Rey Don Garcia e com outros sete que foron reis de Portugal, foron per toda conta oyteeta e hũu, ataa a era de myl e trezentos e oyteenta e dous annos que este livro foy feito, feria quarta, viinte e hũu dias de Janeiro da dita era.⁹⁶

Esse trecho, que está inserido no corpo do texto, não corresponde, portanto ao período final de redação da obra, serve como marco temporal de que nesta data, que corresponde à 21 de Janeiro de 1344, o autor chegara a esse ponto da narrativa.

Na primeira versão da Crônica havia um esquema de história universal de caráter puramente genealógico, “concebida dentro do mesmo espírito e redigida no mesmo estilo que o esquema de história universal com que se inicia o Livro das Linhagens. A Crônica começa, pois como obra de um genealogista.”⁹⁷

Após essa genealogia universal teria sido realizada a inserção de uma parte das obras do historiador do século X Ahmed bem Mohammed Arrazi, cuja obra é conhecida como “*Crônica do Mouro Rasis*”. A tradução dessa obra, na primeira metade do século XIV, marca o início da produção historiográfica em língua portuguesa. A iniciativa deveu-se ao Rei Dinis, neto de Afonso X de Castela, que “manda traduzir a Crônica do historiador árabe Ahmed Arrazi, não

⁹⁶ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** Vol. II. In: Fontes Narrativas da História Portuguesa. Ed. Crítica: Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1954. p. 379-380.

⁹⁷ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 188.

aproveitada nas obras do monarca castelhano,⁹⁸ tomando assim uma iniciativa que o aproximou do que desenvolvera Afonso X em sua Corte castelhana.

A *Crônica de Rasis* teria sido justaposta à parte anterior, incorporando assim características cronísticas à redação. O trecho que apresenta a história dos godos, anteriores a Rodrigo na *Crônica árabe*, é descrito a partir do *Liber Regnum*, regressando ao estilo seco e rígido da genealogia, o mesmo estilo é encontrado ao introduzir uma lista dos reis de Castela e Leão e uma nova derivação do *Liber Regnum*, após a segunda inserção da *Crônica de Rasis*.⁹⁹

Ao dedicar-se à refundição da primeira *Crônica Geral* aparece, segundo Lindley Cintra, o estilo amplo do Cronista, no entanto podem ser encontrados ao longo do texto alguns esquemas genealógicos e apontamentos linhagísticos, marca do autor.

O Conde fez uso de diversas fontes, tentando “recuperar alguns elementos do passado mais distante ausente das fontes manuseadas para os períodos posteriores.”¹⁰⁰ Prolongou as histórias dos reis de Navarra e Aragão, trouxe a história dos reis da Sicília, versões genealógicas dos reis da Bretanha, de Inglaterra e da França, sendo que “nenhuma dessas histórias era abrangida pela *Crônica de Afonso, o Sábio*.”¹⁰¹ A *Crônica Geral de 1344* resulta da união de uma versão da *Crônica Geral* de Afonso X a extensos excertos da *Crônica do Mouro Rasis*, da *Crônica dos Vinte Reis*, do *Liber Regum*, de textos poéticos e históricos. A primeira redação da *Crônica de 1344* caracteriza-se assim como uma obra marcada pela heterogeneidade de seu autor que se desloca entre a genealogia e a *Crônica*, pensando em uma história genealógica universal.

Existe, no entanto, uma segunda versão da *Crônica Geral de Espanha de 1344* escrita, segundo Lindley Cintra, no período final do século XIV ou início do XV, essa é a versão editada por ele. Sendo difícil, a partir dos registros encontrados, precisar com mais clareza a data efetiva da redação da mesma.

Na segunda redação da *Crônica de 1344* os redatores se preocuparam em fazer desaparecer

⁹⁸ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 413.

⁹⁹ Ibid., p. 188.

¹⁰⁰ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 96.

¹⁰¹ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 35.

a heterogeneidade de que lhe advém um carácter de simples rascunho, [...] pela omissão da história genealógica inicial e pela inclusão, em seu lugar, de um prólogo e de uma série de capítulos inspirados na Primeira Crônica. Deram deste modo à obra uma unidade que ela não tinha na sua versão original.¹⁰²

Recupera-se assim a “versão afonsina dos períodos mais antigos, apresentando, por isso, um texto estilisticamente mais elaborado e mais uniforme, uma vez que já não se verifica a mudança brusca de tom que a primeira redacção evidencia ao saltar da organização analística para um discurso mais descritivo e detalhado.”¹⁰³ A recuperação da narrativa, dos tempos mais antigos da Península Ibérica, é feita tentando-se minimizar as alusões imperiais presentes no texto afonsino.

Essa versão da Crônica, elaborada por volta de 1400, tenta aproximá-la do padrão historiográfico castelhano, afastando grande parte dos textos claramente genealógicos, porém não

sacrificou a perspectiva com que o Conde de Barcelos encarou a história peninsular da Reconquista. Motivado para o registro da gesta hispânica num momento marcante da afirmação da unidade ibérica, o da vitória cristã do Salado, Pedro Afonso concebeu o passado peninsular como herança colectiva de proezas e façanhas, sendo nesse quadro que o Portugal nobiliárquico e régio se devia distinguir com valorizada diferença, mobilizando-se para cumprir um destino libertador e redentor, tal como melhor se define numa outra obra do Conde, o Livro de Linhagens ou Nobiliário.¹⁰⁴

Na versão da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, além da refundição da *Crônica Geral* de Afonso X, da inserção de trechos genealógicos são encontrados diversos extratos que trazem o autor Pedro Afonso de Barcelos. Tais trechos referem-se de maneira muito particular aos reinados de Dinis, pai do Conde, e de Afonso IV, seu irmão. São textos, que muito possivelmente já estavam presentes na versão escrita por ele em 1344 e que permaneceram na versão do final do século XIV, constituindo-se em relatos de relevante interesse histórico, são “um precioso depoimento de um contemporâneo que, pela sua posição, estava nas melhores condições de observar os fatos.”¹⁰⁵

¹⁰² LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 189.

¹⁰³ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 97.

¹⁰⁴ KRUS, 1997b. Op. Cit., p. 21.

¹⁰⁵ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 399.

Para poder escrever acerca desse período o Conde empregou sua vivência na Corte de Dinis, sua ativa participação como mediador na demanda entre Dinis e o Infante Afonso durante a Guerra Civil, que aconteceu no reino português entre 1319-1324, sua participação no reinado de Afonso IV, além de relatos contemporâneos.

Ao se referir ao reinado de Dinis descreve com uma minúcia de detalhes acontecimentos nos quais ele mesmo esteve presente, como nas viagens do Rei Dinis a Aragão em 1304. Nas referências aos períodos do reinado em que atuou diretamente junto ao Rei Dinis, desempenhando importante papel na vida pública, há inúmeras informações relativas à sua atuação, algumas delas com nítido carácter de justificação.¹⁰⁶

Tal qual já fizera Afonso X, na *Crônica Geral de Espanha*, preocupou-se o Conde com a formatação de uma história de abordagem universalista, sendo assim onde ficaria então a novidade em relação aos escritos já realizados na Corte de Afonso X? Segundo Lindley Cintra a novidade encontra-se na abundância de novas fontes utilizadas na *Crônica Geral de Espanha de 1344* e na ampliação das seções dedicadas a Aragão, Navarra e Portugal. A técnica empregada pelo Conde para redigir a obra seria a mesma já consagrada por Afonso X, “deste ponto de vista, o seu autor revela-se, com a única, mas importante, excepção da reduzida série de capítulos directamente redigidos pelo compilador, um discípulo fiel dos processos compilatórios da escola castelhana de fins do século XIII.”¹⁰⁷

Muito embora em seu conjunto a *Crônica Geral de Espanha de 1344* seja fortemente influenciada pela produção historiográfica castelhana, não se pode deixar de observar as diferenças quanto ao conteúdo e a forma empregada na redação da Crônica portuguesa. Quanto ao conteúdo, ao mesmo tempo em que permanece fiel ao ideário de uma história ibérica, trazendo o passado dos diversos reinos cristãos da Reconquista, incluindo Portugal, não “deixa de manifestar uma sistemática hostilidade para com a dinastia real de Castela e uma paralela tendência para exaltar o contributo regional português na construção da história peninsular, acabando, desse

¹⁰⁶ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 397.

¹⁰⁷ Ibid., p. 416.

modo, por atenuar a tese afonsina do primado castelhano no protagonismo hispânico.”¹⁰⁸

Em relação à forma percebe-se que embora buscasse aproximar-se do processo de compilação das fontes, próprio da cronística afonsina, acaba por proceder de “maneira menos sistemática e organizada, repetindo informações oriundas das distintas fontes disponíveis e cometendo vários atropelos cronológicos na apresentação global das notícias compiladas, reflexos, por sua vez, de um pouco trabalhado plano historiográfico prévio.”¹⁰⁹

Percebe-se, ao analisar a produção do Conde Pedro Afonso, uma aproximação entre a produção linhagística e a produção cronística, buscando construir uma nova leitura do passado ibérico, integrando o reino Português na história peninsular. Ressalta as origens hispânicas e o superior ideal cavaleiresco manifestado na sua nobreza guerreira, destacando ainda o papel dos reis portugueses na valorização da solidariedade e de reconhecimento feudal capaz de permitir e valorizar a missão cruzadística dos fidalgos portugueses.¹¹⁰

Outro ponto que deve ser observado é o de que o Conde Pedro Afonso ao escrever a *Crônica*, com feições universalistas, representava uma tendência que estava sendo abandonada pela historiografia. Já na segunda versão, da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, percebem-se indícios de restrição do campo historiográfico

desaparecem a história genealógica universal do início e os resumos de história da França, da Bretanha, da Inglaterra e da Sicília. É verdade que se substitui a genealogia inicial por uma refundição de parte dos capítulos da Primeira *Crônica Geral*, referentes à prehistória fabulosa da Ibéria e aos domínios grego, cartaginês e romano, e que se põe no lugar do simples esquema de história gótica da primeira redacção um extracto da parte correspondente da obra de Afonso X. Mas apesar da maior extensão e pormenorização das partes agora introduzidas, elas dizem respeito só à história da Península.¹¹¹

¹⁰⁸ KRUS, 1997b. Op. Cit., p. 20.

¹⁰⁹ Ibid., p. 20.

¹¹⁰ KRUS, Luís. Historiografia Medieval. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) **História e antologia da literatura portuguesa, séculos XIII – XIV, a prosa medieval portuguesa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1997a. p. 14.

¹¹¹ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 418.

O foco principal da narrativa passa a ser somente o que está diretamente relacionado à Península Ibérica, esta mudança de foco narrativo está diretamente relacionada ao contexto político que marca o final do século XIV e início do XV, período supostamente de redação da segunda versão da *Crônica Geral de Espanha de 1344*.

1.3.3 A Crônica Geral de Espanha de 1344

Pensar no Conde Pedro Afonso escrevendo a Crônica, inserido na Corte do Rei Afonso IV e tendo trânsito junto à nobreza portuguesa do início do século XIV, leva a pensar acerca de seus interesses e motivações. Qual seria a envergadura de se escrever uma obra a partir de uma refundição da *Crônica Geral* de Afonso X de Castela, o Rei Sábio, já consagrada na Península Ibérica? Qual o papel desempenhado pela história nesse meio social?

Os textos produzidos na Corte de Afonso X foram sucessivamente copiados, resumidos e reescritos em épocas e lugares diferentes, demonstrando assim a autoridade do texto, gerando ecos e continuações. Formou-se em torno desses textos

uma estrutura complexa de inovações e dependências mútuas, pois à cópia e reformulação do material veiculado pelos textos mais antigos foram sendo adicionados novos factos e opiniões. A estes elementos vão-se ainda sobrepor as diferentes ideologias daqueles que de um modo ou de outro puderam influir no processo e cujas opiniões nem sempre coincidiram.¹¹²

Em sendo a *Crônica Geral de Espanha* Afonsina uma obra que já alcançara uma posição privilegiada no contexto peninsular, era necessário “reservar um lugar na história para o reino mais recente da Península. Sendo o

¹¹² BARROS DIAS, Isabel de. Modelos heróicos num fluir impuro. In: RIBEIRO, Cristina Almeida e MADUREIRA, Margarida (Coord.). **O gênero do texto medieval**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. p. 107.

espaço físico, geográfico de Portugal já uma realidade, era necessário conquistar também um lugar na memória e no imaginário. ”¹¹³

Entre as duas versões da *Crônica Geral de Espanha de 1344* encontram-se indícios de construção e consolidação de um projeto de identidade própria. No momento de redação da segunda versão, final do século XIV, não seria

muito adequado retomar um texto que fizesse a apologia de um Império Ibérico e/ou supremacia de Castela. Um pequeno reino que não tinha cessado de lutar para aumentar o seu território e para manter a sua independência relativamente a vizinhos cristãos, consideravelmente mais poderosos, teria forçosamente que reflectir, também ao nível da sua produção textual, uma das questões fundamentais para a Península Ibérica: a afirmação da existência dos diversos reinos autônomos, em oposição a correntes que defendiam a união de um Império. ¹¹⁴

Percebe-se ao longo do relato cronístico uma maneira de refletir outra ordenação da Península Ibérica, marcada pela partição territorial, que contraria as referências imperiais e apologia à unidade ibérica presente nos relatos afonsinos.

Ao analisar a *Crônica de 1344*, Isabel de Barros Dias procura elementos que denotem *abbreviatio* e *amplificatio* em relação ao texto base empregado pelos refundidores: a *Crônica Geral* de Afonso X. A autora coloca que “o que se escolhe omitir, aquando da construção de um texto, mormente de uma crônica que é o lugar da memória do passado, é tão significativo como o que se escolhe integrar.” ¹¹⁵

Nesse sentido a autora aponta para uma série de alusões imperiais que estavam presentes na *Crônica Geral* de Afonso X e que não mais estão presentes na obra de 1344. Tal fato pode já ser percebido ao se tratar do período da ocupação do território da península ibérica pelos romanos e do próprio Império Romano, sendo a ausência de determinadas descrições justificada na obra

¹¹³ BARROS DIAS, Isabel de. **Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção ativa.** In: Hispania. Revista Española de Historia, 2007. Vol. LXVII, núm. 227, septiembre-diciembre. p. 901.

¹¹⁴ Ibid., p. 902.

¹¹⁵ Ibid., p. 904.

e, por que esta estoria dos que conquistaron as Spanhas ataa os Godos, fala de muytos que em ella veheron a conquistar, he forçado, por a hordenança da storya hir direita, que, daquelles principes que en ella veheron e fizeram grandes feitos, que nos metamos na estoria algũas vezes, tomando hũas cousas pequenas que fazem ordenança na scriptura, ainda que non tengam muyto aos feitos d'Espanha, e leixando alguũs outros grandes feitos que elles fizeram que non perteeça a esta estória.¹¹⁶

Ficaram de fora do relato cronístico até mesmo imperadores de origem ibérica,¹¹⁷ sendo a motivação para essa supressão entendida ao levar-se em “consideração que é graças a supressões deste tipo que a crónica portuguesa pode desconstruir (por omissão) a argumentação e as diversas insinuações imperiais do discurso afonsino.”¹¹⁸

A autora encontrou ainda amplificações, em relação ao texto de Afonso X, nas descrições relacionadas à Reconquista. Ainda que o relato esteja centrado nos reinos de Castela e Leão, o enfoque dado aos reinos periféricos, em particular a Portugal, é significativo ao acentuar a presença dos reinos menores no contexto da história peninsular. Deve-se levar em conta o maior acesso a fontes detalhadas da história desses reinos assim como o fato de que “o aumento da extensão textual dedicada aos reinos periféricos altera o peso relativo dos vários reinos, sobretudo, quando também se abrevia, mesmo que discretamente, as narrativas sobre os reis de Castela e Leão.”¹¹⁹

Através de suas produções o Conde, e posteriormente os refundidores, buscavam criar um espaço na memória e no imaginário da Península Ibérica para o Reino Português. Para tanto fizeram uso da já consagrada historiografia preexistente, textos que remetem a uma autoridade, fazendo em Portugal “o que já tinha sido feito anteriormente em Castela-Leão, aquando da reelaboração dos textos afonsinos: desvia-se, modela-se o Modelo, em consonância com novas ideias e ideais distintos, mantendo, no entanto, a referência prestigiante à *Auctoritas* do Rei Sábio.”¹²⁰

¹¹⁶ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 76.

¹¹⁷ Segundo Isabel de Barros Dias ficaram de fora Galba, eleito imperador em oposição a Nero na Hispânia, Nerva e Trajano, naturais da Hispânia, assim como Adriano. BARROS DIAS. 2007. Op. Cit., p. 904.

¹¹⁸ BARROS DIAS, 2007. Op. Cit., p. 905.

¹¹⁹ Ibid., p. 905.

¹²⁰ Ibid., p. 927.

Tanto o Conde, na primeira versão, como os redatores da segunda versão da Crônica trabalharam a partir do texto afonsino, porém não se tratou de uma mera tradução ou transcrição, o texto é interpretado, comentado e recriado, levando-se em conta a realidade portuguesa.

Acerca dessa realidade portuguesa, ligada ao momento de elaboração da Crônica de 1344, percebe-se, segundo coloca Luis Krus, a manutenção do tema da “desordem que a centralizadora monarquia castelhano-leonesa introduzia na península pós-Salado, frustrando as expectativas criadas em torno do desejado prosseguimento e termo da Reconquista.”¹²¹

Contrapunha-se a esse imaginário a busca por preservar a unidade cristã peninsular em relação a um belicismo monárquico, que segundo Luis Krus estaria preocupado apenas com a honra e o poder da realeza. Tal belicismo estaria deixando de lado os usos pacíficos da realeza castelhana e peninsular, retratada nas narrativas antigas, que ressaltavam as negociações de diferendos ibéricos, o acolhimento cortesão de exilados dos reinos vizinhos, fidalgos em busca de conselhos feudais e ainda de intercâmbios matrimoniais.

Ganhava espaço nessa conjuntura a “desconfiança com que a nobreza e cavalaria da península considerava a Castela Régia, sobretudo a sua parcela hispânica que se mantivera mais fiel ao ideal cruzadístico, isto é a fidalguia de Portugal, a que melhor soubera resistir à tentação de abandonar a missão ibérica.”¹²²

Ao escrever uma Crônica tinha-se em mente a percepção da mesma como suporte da verdade “onde, se ben pararmos mentes da prol que nos vê das scripturas, acharemos que per ellas viimos em conhecimento da verdade e somos sabedores das cousas antigas da criação do mundo.”¹²³ Além de suporte da verdade o era também dos exemplos que se desejam preservar para a posteridade, adquirindo assim autoridade também ao nível moral ou ético.¹²⁴

Um texto cronístico ao reclamar para si uma verdade, que se quer

¹²¹ KRUS, Luis. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico**, Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280-1380). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2000. p. 197.

¹²² Ibid., p. 198.

¹²³ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 5.

¹²⁴ BARROS DIAS, 1997. Op. Cit. p. 109

más profunda que la que se apoya en el razonamiento y la evidencia: su verdad es una verdad moral, una verdad de adecuación modélica en la que una comunidad construye su praxis y manifiesta su voluntad de participar de una identidad y de una escala de valores. Por lo tanto, esta verdad consensual, profundamente ligada a la tradición y el rito, sostiene ideológicamente la historicidad de este relato cronístico complementando así la autoridad emergente de su construcción narrativa¹²⁵

A produção historiográfica medieval apresentava em muitos casos a contraposição de versões de autores diferentes, como pode ser observado no trecho da *Crônica de 1344* destinado a apresentar como morreu o Rei Tulga, dos godos:

conta o arcebispo dom Rodrigo e dom Lucas de Tuy que a perda deste Rey (Tulgas) foy muy grande em toda Espanha, ca elle era de tanta boa cõversaçon, assy aos eclessiasticos como aos leigos, que todos eram delle muy contentes; ca asy como aquelle boo rey Recaredo, que destruyo a heresia dos arrianos, se trabalhava da honrra de Deus e prol de seu poboo, assy o fazia este, entanto que todos pensavã deste ainda melhores cousas. Mas Sigeberto cota esto per outra maneyra, ca diz que era moço livaão e de pouco siso e que os godos lhe tolheron o reyno por esta razon e que o ordenaron clerigo de myssa. Mas esto nõ pode seer creeudo, por que o arcebispo dõ Rodrigo e o bispo dom Lucas, que screveron os feitos dos Godos o mais certo e verdadeiro que eles poderon achar, som mais de creer que Sigeberto, que era frances.¹²⁶

A partir dessa contraposição de versões, ressaltando o fato de dois dos autores serem mais próximos ao objeto relatado, ao contrário de Sigeberto, descredenciado para falar do Rei Godo pelo fato de ser francês, aproxima-se a *Crônica de 1344* do que coloca Leonardo Funes: “las primeras crónicas (alfonsíes e post-alfonsíes), mediante un trabajo de traducción (o de prosificación, según el caso) y de compilación de materiales que ya tenían formato narrativo, fundaban la garantía de verdad de su relato en el hecho de haberlo hallado em fuentes inobjetables.”¹²⁷

Outro ponto a ser destacado em relação à *Crônica de 1344* é sua aproximação com os *Espelhos de Príncipes*, obras que circulavam pela península Ibérica desde o século XIII, projetando modelos de ações tanto para

¹²⁵ FUNES, Leonardo. La construcción ficcional del acontecimiento histórico en el discurso narrativo de mediados del XIV. In: *Studia Hispanica Medievalia III. Actas de las IV Jornadas Internacionales de Literatura Española Medieval*. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 1993. p. 66.

¹²⁶ *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 218.

¹²⁷ FUNES, 1993. Op. Cit., p. 59.

a nobreza como para os reis. Durante a análise do *Livro de Linhagens*, realizada para a elaboração da dissertação de mestrado,¹²⁸ já foram levantadas características que também o aproximavam dos *Espelhos de Príncipes*.

O *Livro de Linhagens* pode ser analisado como um espelho de reis e de nobres, obra onde as virtudes do bom Rei e do nobre, assim como os vícios que podem e devem ser evitados estão contemplados. A partir do modelo de bom Rei apresentado pelo Conde, obtém-se o modelo do bom nobre, que segue as características atribuídas ao monarca. Nesse espelho de virtudes, construído pelo Conde Pedro Afonso, destacam-se virtudes que não servem unicamente ao bom Rei, servem também como modelo aos nobres.

Ao analisar a *Crônica Geral de Espanha de 1344* também são encontrados excertos que remetem às características dos *Espelhos de Príncipes*, inseridos em outra forma textual: a historiografia. Essa inserção “numa estrutura geográfica, temporal e dinasticamente bem situada, diminui um pouco o tom de abstração que pende sobre os *specula* que circulavam de forma autónoma, mesmo quando dedicados à alguém em particular.”¹²⁹ Conforme coloca Isabel de Barros Dias esses trechos, inseridos no discurso historiográfico, trazem além do enunciado normativo, dirigido a uma pessoa em particular, retratos específicos dessas personagens, contendo a narrativa de seus atos e gestos.

A *Crônica* pode ser analisada como uma obra que privilegia determinadas “virtudes” ao mesmo tempo em que ressalta o que deve ser evitado. A maneira como são

sublinhadas e defendidas questões de relacionamento entre os soberanos e os seus súbditos, ajusta-se à ideologia pró-senhorial que marca esta historiografia mais tardia. Contrariamente aos ideais de centralização régia defendidas por Afonso X, esta cronística posterior apresenta, inclusivamente, situações de aviso relativamente a eventuais excessos dos soberanos, mesmo quando os desculpa com o *topos* do mau aconselhamento.

¹²⁸ MOCELIM, Adriana. **“Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”:** *O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2007.

¹²⁹ BARROS DIAS, Isabel de. Modelos teóricos e descrições aplicadas: imagens de soberanos na cronística ibérica de inspiração afonsina (sécs. XIII-XIV). In: LARANJINHA, Ana Sofia e MIRANDA, José Carlos Ribeiro. **Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 120.

Percebe-se assim uma aproximação entre a *Crônica Geral de Espanha de 1344* e o *Livro de Linhagens*, ao trazer inseridos nas descrições genealógicas ou ao longo do relato historiográfico, trechos que projetam uma determinada imagem ideal de Rei e de nobreza.

2 DA ORIGEM MÍTICA À DOMINAÇÃO ROMANA

Este capítulo tem como objetivo analisar de que forma o Cronista se refere ao processo de ocupação da Península Ibérica, desde suas origens mitológicas, passando pelos cartagineses e encerrando no momento em que os romanos chegam à Península. É importante ressaltar ainda a presença ao longo do relato de importantes características do texto cronístico: a concepção cristã da história, a cronologia com enfoque bíblico, o providencialismo e a atribuição de características essencialmente medievais aos personagens referenciados, como é o caso da descrição de Hércules como um guerreiro medieval.

2.1 A ORIGEM MÍTICA DA PENÍNSULA IBÉRICA¹³⁰

Uma concepção cristã de história permeia a construção teórica presente na *Crônica de 1344*, essa concepção encontra respaldo no que coloca Galán-Sanchez acerca da cronologia do gênero cronístico

la cronología de la historia del mundo creada por Eusebio de Cesarea presentaba, como era de esperar, un evidente enfoque bíblico, inspirada en una concepción Cristiana de la historia. Esta cronología bíblico – cristiana es la que pasará a todos los autores posteriores de Crónicas. De ahí que se

¹³⁰ A definição de mito, empregada ao longo dessa análise, baseia-se no que coloca Marisa Costa Marques: “o mito é essencialmente narrativa de uma criação, que nos conta de que modo, algo até então inexistente passou a existir, com interveniência do sobrenatural. [...] Mito e cristianismo ocupam posições antagônicas, no entanto o segundo absorveu elementos do primeiro. As Sagradas Escrituras referem figuras mitológicas como a Árvore da Vida ou o Dragão. Na Idade Média surgem vários exemplos do pensamento mítico, como por exemplo: o mito do Santo Graal, o mito do vampirismo, ou o mito das Amazonas. O mito insere-se no sistema de crenças de uma sociedade e é um fator essencial da civilização humana, com os seus símbolos e signos. Possui uma lógica baseada no imaginário humano e reflete a perplexidade e ansiedade do homem, na busca de explicação para sua própria existência.” MARQUES, Marisa Costa. O mundo do fantástico na arte Românica e Gótica em Portugal. **Revista Medievalista**. Nº 8, Julho de 2010. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/MEDIEVALISTA8\marques8013.html>. Página consultada em: 05/04/2013.

convertiera en característica común de muchas de ellas el comenzar su relato tomando como punto de partida un personaje o acontecimiento bíblico.¹³¹

A *Crônica de 1344*, objeto dessa análise, inicia retomando o que está descrito no Livro do Gênesis:

Moyse fez huũ livro que he chamado Genesi e chamãlhe assi por que he livro de geraçõoes e outrossi por que he em ele achado como Deus criou o mundo e da formaçom de Adã e como, por o seu pecado, foy deytado do Paraíso e outrossy como, por os grãdes pecados que fizeram os que delle descendieron, adusse Deus o grande deluvio sobre a terra com que os matou todos, e tal guisa que ño ficou senõ Noe e sua mulher e tres filhos com suas mulheres, assy que forõ per todos oyto almas. E achasse outrossy em este livro e como os do linhagem destes tres filhos de Noe, que houveron nome Sem, Cam, Jaffech, veerõ os que cõ grande sobervha edifficarõ a Torre de Babel que he em Babillonia, a grande, e esto pera quererem saber as cousas do ceeo e pera se escaparẽ e ella doutro deluvyo, se veesse. Mas, por que faziã esto cõ grande sobervha, ño conhecendo Deus ñẽ o temẽdo ñẽ guardando os ensynamẽtos de Noe, e porẽ destroyo Deus as suas maas enteçõoes e confondehos ena linguagem, de tal guisa que se ño entenyã os hũus con os outros; e por esta razon leixarõ aquelle lavor que faziam ca ño tan solamente foram departidos em a linguagem mas ainda em as voõtades, de tal guisa que ño quiseron mais morar hũus cõ os outros.¹³²

Através desse trecho inicial – apresentando as origens dos homens a partir de Adão, do Dilúvio, de Nóe e da construção da torre de Babel, empreendida por seus filhos, – o autor deixa entrever traços acerca da consciência histórica de sua época. Os descendentes de Noé, em função de não guardarem seus ensinamentos e não temerem a Deus, foram impelidos a morar separados povoando assim o mundo, que segundo a *Crônica* estaria dividido em três partes: Ásia, Europa e África.¹³³

Ao longo do trecho tem-se a repetição por três vezes da ideia de: começo – meio – fim, ideia central dentro da concepção cristã de história que perpassa a obra. Tal encadeamento faz parte da influência cristã na historiografia. Diferente da historiografia pagã que concebia a história do mundo

¹³¹ GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la Chronica**, las crônicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994. p. 17.

¹³² **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 8.

¹³³ “Os que screveron o departimẽto das terras fizeram de toda a terra que se pode morar tres partes. Aa primeira e mayor posseron nome Asya e aa segunda, Affrica e aa terceira Europa [...] Os filhos de Sem, o mayor yrmaão, herdaron Asya, mas non todos, e os filhos de Cham herdaran Affrica; mas os filhos de Jaffeth, o meor yrmaão, ouveron por sua parte Europa.” **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 9-10.

bajo una forma cíclica, el cristianismo imponía una concepción lineal del tiempo, con un comienzo, la Creación, y un fin, el Juicio Final. Toda la historia del mundo se desarrollaba en un solo tiempo. Contrariamente a los paganos, la conciencia cristiana tenía muy vivo el sentimiento de la unidad esencial del tiempo pasado. Y justamente por ello el Cronista cristiano encuentra natural y consecuente cubrir dentro de un mismo relato todo el pasado, toda la historia del mundo, desde la Creación hasta el presente del autor.¹³⁴

A presença do relato Bíblico, dando início ao texto cronístico, reflete segundo Leonardo Funes um modelo de mundo que esteve presente no imaginário medieval:

desde el Génesis hasta el Apocalipsis, la Biblia Cristiana proporcionaba una estructura enteramente concordante, con un fin en armonía con el medio y un medio en relación coherente con el principio y con el fin. Los elementos básicos del pensamiento apocalíptico (imperio, decadencia y renovación, progreso y catástrofe) se nutren de la historia y son la base de la manera de conferir sentido de la conciencia histórica medieval.¹³⁵

Após narrar como os descendentes de Noé povoaram a Hispânia revela que “ouve em estes tempos hy muytos caudees que foron senhores dellas e que houverõ grandes guerras antre sy. Mas, por que os seus feytos nõ foron muyto assiinados pera contar ã esta estória, poren tornaremos a contar de Hercolles que foy o homẽ que mais feytos assiinados fez em Spanha ã aquella sazõ.”¹³⁶

O autor justifica, no trecho acima, o fato de não mencionar muito acerca dos primeiros povoadores, pois mesmo tendo havido muitas guerras entre eles, seus feitos não foram retidos da mesma forma que foram valorizados os feitos de Hércules na Hispânia, personagem central nos cinco capítulos seguintes. Hércules aparece na Crônica como a primeira personagem destacada por suas qualidades e feitos, que contribuíram para iniciar o povoamento da Hispânia.

Ao iniciar a narrativa do povoamento da Península Ibérica com Hércules, o autor emprega outra característica da historiografia cristã: o rompimento da

¹³⁴ GALÁN SÁNCHEZ, 1994. Op. Cit., p. 17-18. Já Arnaldo Momigliano coloca que não há qualquer indicação nos historiadores gregos de que acreditassem em uma recorrência inevitável e regular dos acontecimentos, já a ideia de um *continuum* histórico seria uma característica da historiografia judaico-cristã. Cf: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 38-39. Conferir ainda: LE GOFF, Jacques. O imaginário do tempo. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

¹³⁵ FUNES, 2008. Op. Cit., p. 251.

¹³⁶ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 15.

divisão entre mito e história. Com o cristianismo “todo es ya historia, desde el momento en que se atribuye la categoria de vera historia a la Biblia, que comienza desde la Creación del hombre, no dejando así lugar alguno para el mito.”¹³⁷

Segundo o texto da Crônica teriam existido três Hércules, sendo o grande Hércules o terceiro “o qual fez muitos e grandes e famosos feytos dos quaaes todo mundo fallou, este foy muy grãde, muy ligeiro, muy valente mais que outro homen, e deste fallaron todos os sabedores que compozeron estorias enas quaaes screveron os grandes feytos que elle fez per o mūdo.”¹³⁸ O texto segue apresentando os feitos de Hércules já adulto, segundo a Crônica de forma abreviada, pois o que interessa ao autor é narrar como ele chegou à Hispânia e o que aí realizou.

Dentre os feitos de Hércules, na Península Ibérica, merece destaque a narrativa da batalha entre ele e Gerião. Após Hércules passar por Cádiz e Sevilha teria chegado à região de Lisboa onde encontrou Gerião “muy poderoso e homem forte e muy valente e de grande ligeirice, em tanto que per força avya tomada essa terra de que era senhor e todos lhe davã a metade de quanto avyam e ainda dos filhos; e os que esto ño queriam dar, matavaos. E por esta razon era muy mal quiste de todas as gentes da terra.”¹³⁹ A população, segundo a Crônica, não ousava se levantar contra Gerião por não achar ninguém com força necessária para a ele se opor. Quando souberam que Hércules estava na Hispânia recorreram a ele entendendo que

per elle seeriã livres de maaos senhorio e envyaronlhe dizer em grande segredo per sua carta estas palavras: Oo grande e muy famoso Hercolles, começador e acabador dos grandes feytos! Oo home forte e ligeyro e piadoso, envyado dos deusses eternaes pera destroyr os cruees e sem piedade e livrar os que som em prema e servydom dos maaos senhorios, rogamoste que acorras a nos que gravemente somos atormetados e maão de forte tirãno e, ou per teus rogos ou per bondade de teu corpo, sejamos livrados. E, se o teu muy nobre esforço reger o teu ligeyro e bem manhoso corpo de vires com Gedeon e batalha e o vençeres, nos te obedeeceremos co toda a terra sem contenda.¹⁴⁰

¹³⁷ GALÁN SÁNCHEZ, 1994. Op. Cit., p. 19.

¹³⁸ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 17.

¹³⁹ Ibid., p. 22.

¹⁴⁰ Ibid., p. 23.

Do trecho acima é importante destacar a oposição entre Gerião, descrito como tirano, cruel, sem piedade e que não sabe ser um bom Senhor, e Hércules visto como libertador, forte, ligeiro e piedoso. Essa ideia é reforçada no trecho a seguir onde o autor destaca Hércules como aquele que “nõ era cruel nem maaos senhorio; ante era muy piadoso aos boõs e mui bravo aos maaos, como aquel que nom era viindo pello mundo por outra cousa se nõ por destroyr os sobervosos e maaos e defender os boõs e humyldosos.”¹⁴¹

Mesmo tendo recebido conselho dos seus para não entrar na batalha, Hércules propõe a Gerião que a batalha acontecesse entre os dois, somente, sem a participação dos demais homens, quem fosse vencido perderia suas terras. A batalha durou quatro dias, ao final dos quais Hércules saiu vencedor: “Hercolles foy muyto espantado por se Gedeon poder delle defender tã longamete. Pero em fym venceuho Hercolles e cortoulhe a cabeça e mandou logo em aquele logar fazer hũa muy grande torre e fez meter a cabeça de Gedeom eno fundameto della.”¹⁴²

A vitória atribuída a Hércules é importante na construção desse primeiro contraponto entre o mau senhor, sem piedade, que conquista terras a força e o que vem para libertar caracterizado pela piedade, defensor dos bons e humildes, que vem destruir os soberbos e libertar da tirania. Após vencer Gerião a narrativa segue trazendo outros feitos de Hércules: conquista terras, povoa, verifica áreas para cultivo, combate a selvageria.¹⁴³

A aventura épica protagonizada pelo herói apresentaria, segundo Elisa Nunes Esteves, uma ambiguidade “se por um lado nos aparece ligada ao tempo antigo, o tempo a que pertencem o herói e também as personagens da mitologia clássica [...], por outro mostra-nos que Hércules age como um

¹⁴¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 23.

¹⁴² Ibid., p. 23.

¹⁴³ Ao chegar na região de Cartagena combateu Taço, que não quis obedecer a Hércules como os demais. Após ser vencido Taço fugiu para Roma onde “se meteu con medo em hũa cova muy funda e çarrouha cõ hũa pedra muy grande e pos de dentro grandes cadeas de ferro. E dessy saya de noyte a fazer quanto mal podia pella terra e tornavassee ally e çarrava aa porta da sua cova. E por que era ligeiro e corredor mais que outro homen, tomava muytos homeens e muytas bestas e cortavalhes as cabeças e penduravaas aa porta da cova, da parte de fora. E as gentes cuydavã que elle comya as gentes assy como as bestas e por esso diziam que era meo home e meo besta. E em aquella cova esteve grande tẽpo ataa que veeo Hercolles que o matou em aquella cova, segundo conta as estorias.”¹⁴³ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 28. Nesse caso Hércules representaria a civilidade contra a bestialidade/selvageria de Taço.

guerreiro medieval e não como um semi-deus.”¹⁴⁴ Os acontecimentos narrados não estão ligados aos feitos maravilhosos que marcam o tempo fantástico longínquo, desenrolam-se “pelo contrário, de forma típica e recorrente na Crónica, e são dados através de processos próprios da épica medieval, como a transcrição de cartas [...] e o discurso dos vassalos do conselho reunido para avaliar a situação.”¹⁴⁵

Essa visão acerca de Hércules, apresentada na *Crônica de 1344*, representa, segundo Isabel de Barros Dias, uma importante modificação em relação ao Hércules presente no texto da *Crônica Geral* de Afonso X

enquanto o Rei sábio apresenta Hércules como o primeiro unificador da Península, a segunda redacção da *Crônica de 1344* dramatiza e amplifica os contornos cavaleirescos da narrativa tornando-a quase um germe de “Romance Antigo.” [...] Ao acentuar uma imagem onde Hércules surge como um exemplo de cavaleiro valoroso, acaba por mitigar a sua dimensão de primeiro unificador do território peninsular que era certamente muito mais atraente para os interesses ideológicos do Rei Sábio.¹⁴⁶

Esse trabalho de comparação entre as duas versões da *Crônica Geral*, feita por Isabel de Barros Dias, contribui para lançar elementos que possam entrever a intencionalidade do autor da *Crônica Geral de 1344*, seja ele o próprio Conde Pedro de Barcelos ou refundidores, não mais valorizando em Hércules características que remetem ao primeiro unificador da Península, mas sim valorizando suas características nobiliárquicas: valoroso, valente, amigo, piedoso, mantenedor da ordem, defensor dos homens contra maus senhores e libertador.

O relato prossegue referindo-se ao fato de que Hércules após ter “conquistada toda a terra que aaquella sazón era chamada Esperia, prougelhe de hyr andar pello mundo a provar os grandes feytos que achasse.”¹⁴⁷ Deixou na terra conquistada homens da sua linhagem e para governar Espam, seu sobrinho.

Espam torna-se Rei após ter sido criado por Hércules desde pequeno, e ainda porque “o avya provado por muy boõ cavalleiro e de grande siso e muy

¹⁴⁴ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 66.

¹⁴⁵ Ibid., p. 66.

¹⁴⁶ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 99.

¹⁴⁷ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., 1954. p. 29.

esforçado e feyto de armas. E por seu amor tolheu o nome aa terra, que ante avya nome Esperya, e poslhe nome Espanha.”¹⁴⁸ Segundo coloca Elisa Nunes Esteves a primitiva atribuição do nome Esperia à Hispânia remete a lendas antigas. A autora busca em Santo Isidoro, nas Etimologias, uma explicação mais detalhada do que está transcrito na Crônica:

tanto a Itália como a Hispânia receberam este nome porque os Gregos, nas costas italianas e espanholas, se guiavam na navegação pela estrela Héspero. A Hispânia distinguia-se ao ser chamada a última Hespéria, situada que estava no extremo Ocidente. Mas o nome dado a esta Península pela estrela do Ocidente reveste-se de conotações mais complexas, para além dessa referência geográfica. Se a imaginação medieval sempre colocou o Paraíso Terrestre algures no Oriente, existe no entanto uma ancestral tradição grega que situa esse Outro Mundo a Ocidente, à beira do Oceano, denominando-o Jardim das Hespérides.¹⁴⁹

A visão desse paraíso, remetendo à antigas lendas, estaria também presente na *Crônica de 1344* nos capítulos que contêm as narrativas dos feitos de Hércules e posteriormente de Rotas, estaria presente em narrativas associadas à riqueza, abundância, amenidades e prazer. Em relação ao sobrinho de Hércules, Espam, este aparece destacado na Crônica pelo fato de amar “muyto ygualdade e justiça e fazia a todos muytas mercees. E, por que era muy esforçado contra os emiigos e defendya bem sua terra, amavão todos muyto. E, bem assy como Hercolles se apoderara da terra per força, assi se apoderou este per afaagos e per bem fazer.”¹⁵⁰

Espam é descrito ainda como exemplo de bom cavaleiro, prudente, esforçado e pelo fato de que era amado pelos seus não precisou recorrer à força para empreender suas conquistas. O amor ganha destaque nas ações de Espam, sendo esse um dos pontos de maior destaque já no *Livro de Linhagens*, escrito pelo Conde Pedro de Barcelos. Para o bom estabelecimento da sociedade era necessário que houvesse amor entre os homens.

O relato, acerca das origens da Península Ibérica, prossegue com o povoamento de Cádiz, lugar descrito como tendo somente uma torre construída por Hércules. A região era tida como sendo muito perigosa por três razões: “por não aver augua; por o braço do mar em que não avya ponte per que passassem;

¹⁴⁸ *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 1954. Op. Cit., p. 30.

¹⁴⁹ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 54.

¹⁵⁰ *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 1954. Op. Cit., p. 30.

por que era a terra lodossa que a nõ podia andar eno inverno se nõ con grande trabalho.”¹⁵¹

O Rei Espam tinha uma filha de nome Libéria que, segundo o relato, fora instruída em astrologia por um astrólogo que acompanhava Hércules. A fim de dar início ao povoamento de Cádiz Espam consulta sua filha para saber o que deveria ser feito. Libéria diz ao pai que lhe diria como proceder com a condição de que não a fizesse casar, com quem ela não quisesse. Como o tempo ia passando, e levando-se em conta que o Rei Espam não tinha outros filhos, a pressão para que Libéria casasse aumentava. Libéria disse aos conselheiros que casaria, se naquele tempo aparecesse alguém que lhe propusesse casamento.

Vieram ter com o Rei “tres filhos de reys muy poderosos e cõ muy grandes tesouros: huũ deles era de Grecia e outro, de Affrica e o terceiro, d'Escorcia.”¹⁵² Liberia pediu para que no dia seguinte os três aparecessem juntos, diria então com quem casaria. No dia seguinte os três apareceram dizendo que a amavam e que com ela queriam casar, ela disse que acreditava “que todos a amavã, e que pera elles mostrarẽ que era verdade o que cada huũ dizia, que lhes conviinha de fazer o que lhes ella devysasse e que, qual delles acabasse prymeiro o que ela dissesse, que con esse casaria.”¹⁵³

Como a região de Cádiz era muito importante para seu pai, e da maneira que estava não havia condições de iniciarem o povoamento, pediu que cada um se encarregasse de realizar uma das benfeitorias necessárias para a região: uma muralha com torres, uma ponte para que transpusessem o braço de mar contando com um cano a fim de levar água para a vila e um calçamento a fim de que os homens pudessem andar sem contratempos. O primeiro que acabou sua obra foi “o iffante de Grecia que avya nome Pirus e este fazia a ponte e o cano per honde veesse a augua. [...] E ella, quando estou ouvyo, prouguelhe muyto e outorgoulhe de casar com el.”¹⁵⁴ Só contaram aos outros dois quando as obras que lhes cabia já estavam quase concluídas, permitindo assim o início do povoamento de Cádiz.

¹⁵¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 31-32.

¹⁵² Ibid., p. 32.

¹⁵³ Ibid., p. 32.

¹⁵⁴ Ibid., p. 32.

A personagem de Libéria ganha no texto um papel de protagonismo acerca da condução do reino, em função de seu pai não saber como proceder em relação ao povoamento de Cádiz, e não haver outros herdeiros. Segundo coloca Cristina González a narrativa que envolve Espam, Libéria e Pirro traz elementos que se assemelham a um conto de matador de dragões:

en el relato principal, el rey viejo es Espam, la princesa heredera es Liberia y el héroe salvador es Pirus de Grecia. El aspecto más original del cuento es la conexión entre la prueba y la herencia, en la cual Liberia demuestra su sabiduría, ya que, mediante la prueba, edifica su herencia. En otros cuentos de este tipo, la función del héroe salvador es defender la herencia amenazada por el ataque de un agresor. En este, su función es crearla. El dragón al que Pirus de Grecia y sus competidores deben vencer es la naturaleza inhóspita de la isla de Caliz, la cual tienen que dominar mediante la construcción de una muralla, un puente y una calzada.¹⁵⁵

Para Cristina González os contos folclóricos materializariam, na literatura medieval, a relação entre civilidade, selvageria e barbárie. Segundo ela

en el discurso cultural de la Edad Media, los hombres se dividían en tres categorías: civilizados, salvajes y bárbaros. Los salvajes se distinguían de los civilizados en que son hombres degradados, animalizados, que no tienen concepto de pecado y dan rienda suelta a sus instintos, no participando en las instituciones que regulan el sexo, la comida y la salvación, que son la familia, la economía y la iglesia respectivamente. [...] Los bárbaros viven fuera de la civilización. Los salvajes, dentro.¹⁵⁶

Dos diversos tipos de contos que envolvem essa relação, entre civilidade, selvageria e barbárie, o conto cavaleiresco por excelência seria o conto do matador de dragões, onde “el héroe vence a un enemigo, que puede ser un salvaje o un bárbaro, y consigue el poder, [...] el matador de dragones es el héroe más civilizado de todos, porque es el que vence a la otredad.”¹⁵⁷

Através do emprego desses contos, ao longo da narrativa cronística, apresenta-se um programa profético, onde os protagonistas através de seus êxitos e fracassos se apresentam em relação aos antepassados. Transmite-se assim um modelo onde se explicam as vitórias e as derrotas, e ainda uma forma de como proceder para alcançar as primeiras e evitar as segundas.

¹⁵⁵ GONZÁLEZ, Cristina. Selvajismo y barbarie en la Estoria de Espanha. In: **Nueva Revista de Filología Hispánica**. XL, Núm. 1. Mexico: Colegio de Mexico, 1992. p. 67.

¹⁵⁶ Ibid., p. 63-64.

¹⁵⁷ Ibid., p. 65.

Retomando a narrativa, tem-se que após a morte de Espam, Pirro torna-se Rei e segue inicialmente junto com Libéria fundando cidades. Uma das cidades por eles povoada recebe o nome de Libéria, em homenagem à sua esposa, que grávida acaba por ficar morando na cidade, enquanto ele segue para o lugar onde mais tarde seria fundada a cidade de Toledo. Libéria deixa assim o protagonismo da narrativa que passa a ser desempenhado por Pirro.

Ao chegar ao lugar, onde seria fundada a cidade de Toledo, Pirro encontrou duas torres que demarcavam uma região que não havia ainda sido povoada. Essas duas torres teriam sido construídas pelos dois filhos do Rei Rotas num período bastante recuado no tempo. O Rei Rotas era da terra do Oriente de onde teria partido em busca de adquirir sabedoria, o que conseguiu apreender acabou por redigir em um livro que lhe permitia “adevynhar muitas cousas das que avyã de viir e fazia tantas maravyllhosas cousas que os que o viiam tiinham que fazia milagres. E por esto viinha a elle muyta companha, assy que tantas eram as gentes que viinham a elle que el fogya delles”¹⁵⁸

Fugindo, chegou Rotas à Tróia onde previu sua destruição, muitos quiseram matá-lo, no entanto o Rei mandou prendê-lo para ver se sua profecia se realizaria ou não. Temendo pela sua vida, acabou por fugir dos guardas e da cidade de Tróia. Em sua fuga chegou à região onde seria fundada Roma, lá “escreveo ã huũ marmor quatro leteras que diziam Roma e estas achou hy despois Romulo quãdo a pobohou e prouguelhe muyto por que acordavã com o seu nome.”¹⁵⁹

Essa passagem, que atribui a Rotas a escolha do nome de Roma, “tem a vantagem de ligar aquela que foi o centro do Mundo Antigo e sede do Império Romano com a Hispânia, graças ao percurso de uma figura de ligação, esse mítico Rei da Antiguidade mais remota.”¹⁶⁰ Da Península Itálica Rotas partiu para a Hispânia, chegando ao lugar onde se localizaria Toledo. Ao chegar à região

vyo que aquelle logar era ã meo da Espanha mais que nem huũ outro; e avya hy muy grande montanha. E entendeu per seu saber que ally avya de seer poboadã hũa grande cidade mais que nõ a pobraria elle. E achou hy hũa cova

¹⁵⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 35.

¹⁵⁹ Ibid., p. 36.

¹⁶⁰ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 65.

em que se meteu; e jazia em ella huñ dragon muy grande. E elle quando o vyo, ouve delle grande medo e rogoulhe que nom fizesse mal ca todos erã criaturas de Deus. E o dragon tomou tal amor com elle que de quanto caçava, de todo lhe ally tragia e daquello vyveo hũa grande sazón.¹⁶¹

Alguns anos mais tarde andava próximo à cova um homem, descrito como sendo honrado, de nome Tarcos, que viu um urso entrando na toca. Rotas que estava na cova, ficou com medo ao ver o urso entrando, porém

começou de o affaagar e rogouho que lhe non fizesse mal, bẽ como fizera ao dragon. E o usso homyldousselhe logo e deytousse ante elle e elle começou de o coçar e affaagar. E a esto chegou aquelle cavalleyro que viinha empos elle e entrou ena cova. E, quãdo os ambos assy vyo estar, foy espantado sobreguysa mais por parte de Rotas que do usso, por que o vyo com muy longa barba e cuberto de cabellos ataa a terra, ca cuydou que era homem salvagem. E pos a seta eno arco por o feryr.¹⁶²

Nesse momento Rotas pediu ao recém chegado que não o matasse, em seguida contou sua história. Após ouvi-la Tarcos pediu que Rotas o acompanhasse e deixasse aquele lugar perigoso, ofereceu ainda a mão de sua filha e suas terras, após sua morte. Rotas aceitou o oferecimento, porém enquanto conversavam foram surpreendidos pela chegada do dragão, Tarcos “quando o vyo, ouve delle muy grande medo e quis fugyr. Mas Rotas lhe disse que o nõ fizesse ca elle postarya que lhe nom fizesse mal. E o dragon lançou enton ante Rotas huñ meo boy ca ho outro meo havia elle comydo.”¹⁶³

Rotas deixou então a cova onde morava, casou-se com a filha de Tarcos, teve com ela dois filhos e, após a morte de Tarcos, herdou suas terras. No lugar onde ficava a cova seus filhos ergueram as duas torres, encontradas por Pirro anos mais tarde, quando deu início ao povoamento da cidade de Toledo. Esse mesmo lugar foi depois encontrado por Hércules que ao chegar

aaquelle logar onde ora he pobrada a cidade de Tolledo vyo a fortalleza e o assentamento do logar e vyo hy duas torres pequenas que fizeram os dous filhos de rey Rotas, etendeu per arte de astronomya que em aquelle logar avya de seer pobrada hũa muy nobre cidade. Entom fez em aquelle logar hũa casa tã maravylhosa e per tal arte que nũca no mũdo foy homen que verdadyramete soubesse dizer como era feyta. E çarrouha de fremosa çarradura e pos em ella leteras que deziã assy: ‘Non seja nem huñ tã ousado, dos que ora son ne dos que despois veeren, que abra esta porta por veer esta casa’. E mandou a

¹⁶¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 36.

¹⁶² Ibid., p. 36.

¹⁶³ Ibid., p. 36-37.

Espam, seu sobrynho, que, em quãto elle vyvesse, sempre ouvesse esta casa em guarda e que, se em seu tempo essa cidade fosse pobrada, que escolhesse doze homees dos mais honrrados que em ella ouvesse e que lhes desse as chaves e guarda daquella casa e mandado que requeressem a todollos reis que despois veessem que deytassem em aquella casa senhos cadeados.¹⁶⁴

Fecha-se assim a narrativa mitológica acerca das origens da Hispânia inter-relacionando Rotas, Hércules, Espam e Pirro. Os relatos de Rotas e Pirro se conectam, pois dizem respeito ao domínio que exercem sobre a natureza selvagem, mediante a sabedoria fundam cidades, levando assim a “civilidade” para Cádiz e Toledo. No caso de Rotas “el aspecto más original del cuento es la prueba, que consiste no en vencer sino en domesticar primero a un dragón y después a uno oso, los cuales se le humillan y lo sirven gracias a su sabiduría, adquirida en Oriente.”¹⁶⁵ Já Pirro tem seu relato ligado ao domínio que exerce sobre a natureza inóspita, possibilitando assim iniciar o povoamento da cidade, constituem-se assim os relatos em provas fundacionais de Cádiz e Toledo.

A sabedoria atribuída a essas personagens, direta no caso de Rotas e indireta no caso de Pirro, pois segue as indicações de Libéria, possibilita

preparar el terreno y echar los cimientos de la civilización. El salvajismo, sin embargo, reaparece cuando los dos hijos de Rocas, llamados Rocas y Silvio, se enfadan, instalándose cada uno en una torre. Luego una gran sequía devasta la tierra, los dos hermanos mueren y las gentes huyen, sin que nadie se atreva a repoblar Toledo hasta la llegada de Pirus, que edifica sendos castillos junto a las dos torres y puebla el lugar antes de irse.¹⁶⁶

A autora Cristina González analisa os relatos de Pirro e Rotas a partir da Crônica Geral de Espanha de Afonso X. Atribui as origens de tais relatos a diferentes versões do conto do matador de dragões, o “qual ya estaba bien establecido como relato caballeresco en la literatura europea en la época en que Alfonso X emprendió la composición de sus Crónicas.”¹⁶⁷ Referências a tais relatos já podiam ser encontrados, segundo a autora, na História dos reis da Britânia de Geoffrey de Monmouth, obra escrita entre 1135 e 1139,

¹⁶⁴ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p 26.

¹⁶⁵ GONZÁLEZ. 1992. Op. Cit., p. 68.

¹⁶⁶ Ibid., p. 68.

¹⁶⁷ Ibid., p. 68.

considerada a origem da literatura cavaleiresca europeia, e ainda na lenda de Artur e Merlin.

As aventuras de Rotas estariam “llenadas de resonancias de las aventuras de Merlín y de Arturo, las cuales, bien a través de la Historia de Geoffrey o bien por medio de la literatura caballeresca romance posterior, debían de ser conocidas por los lectores de la época.”¹⁶⁸ Embora a autora analise a versão de Afonso X, o que se pode perceber é a permanência de tais relatos míticos na *Crônica de 1344*, demonstrando assim a importância de tais relatos para a construção narrativa do texto.

A presença de tais relatos na *Crônica* pode ser analisada, segundo Leonardo Funes, como sendo parte da “construcción de un acontecimiento mediante la aplicación de ciertos procedimientos narrativos y la proyección de unos modelos ficcionales con el fin de sostener una verdad más allá de la evidencia documental.”¹⁶⁹

Essa apropriação do relato ficcional, pelo relato cronístico, é vista assim como parte essencial da narrativa presente na *Crônica Geral de Espanha de 1344*, influenciada também pela literatura genealógica produzida no reino português. Ao autor Leonardo Funes interessa trabalhar na produção das formas narrativas da história suas variações e o “interjuego con otros discursos (jurídico, genealógico, religioso, filosófico) porque en esas operaciones de préstamo, interdependencia, contaminación, oposición, desvío, se va constituyendo una textualidad concreta y se va realizando su capacidad de nombrar el mundo.”¹⁷⁰ O autor em questão trabalha com o contexto castelhano de Afonso X, porém é possível, a partir do que está sendo analisado, traçar paralelos entre o que o autor estuda acerca dos escritos de Afonso X e o contexto de produção da *Crônica Geral de Espanha de 1344*.

O papel da matéria lendária, para a configuração narrativa do acontecimento histórico, é importante para Leonardo Funes a fim de ilustrar adequadamente o jogo interdiscursivo entre a história e a ficção, levando em

¹⁶⁸ GONZÁLEZ, 1992. Op. Cit., p. 70.

¹⁶⁹ FUNES, 1993. Op. Cit., p. 66.

¹⁷⁰ FUNES, Leonardo. La materia legendaria en la historiografía castellana del siglo XIV. In: **Actas y Comunicaciones del Instituto de Historia Antigua y Medieval**. Facultad de Filosofía y Letras. Vol. 6. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010. p. 02.

conta a “muy peculiar concepción medieval de lo histórico y de lo ficcional, ámbitos de fronteras sumamente dinámicas e inestables.”¹⁷¹

A partir dessa tênue relação entre história e ficção, Hércules, a primeira personagem mítica a ser nomeada na Crônica, tinha sua “historicidad garantizada por la autoridad indiscutible del arzobispo de Toledo, don Rodrigo Ximénez de Rada, y su De rebus Hispaniae. Hércules era, pues, un personaje tan histórico como Alejandro Magno y Julio César.”¹⁷² O que garantia a existência mítica de Hércules era a autoridade de quem narrara seus feitos, permitindo assim que sua existência não fosse questionada.

O autor Leonardo Funes, assim como Cristina González, coloca Hércules, Espan, Pirro e Rotas como

variantes de una misma figura ejemplar: la del héroe civilizador que destruye o domina diversas formas de salvajismo. El estricto encadenamiento lógico de las acciones cumplidas por estos héroes, la explicitación sistemática de las motivaciones de sus conductas, mantienen los elementos fantásticos (como el dragón) sujetos a un riguroso parámetro de racionalidad.¹⁷³

O último elemento que vem a dar autoridade/cientificidade ao texto narrado é sua cronologização global, onde se busca inserir na cronologia dos feitos históricos os feitos mitológicos. Dentro da análise elaborada por Funes “el modelo historiográfico alfonsí plantea una absoluta sujeción de lo legendario y de lo fantástico a los principios de racionalidad y cientificidad de la verdad histórica.”¹⁷⁴

Esse mesmo modelo empregado por Afonso X foi o que serviu de parâmetro para a elaboração da *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Foram empregados os mesmos referenciais míticos para as origens do povoamento da Península Ibérica, com remodelações de acordo com seus interesses e contexto de produção. A inserção das narrativas dos feitos de Rotas e de Hércules na Crônica pode ser vista como “manifestação do louvor e

¹⁷¹ FUNES, 2010. Op. Cit., p. 04.

¹⁷² Ibid., p. 04.

¹⁷³ Ibid., p. 04.

¹⁷⁴ Ibid., p. 04.

encarecimento da Espanha, a terra fertilizada por um sábio e um herói que asseguram na sua gênese uma linhagem de carácter excepcional.”¹⁷⁵

Essa apropriação que o texto cronístico faz dos relatos épicos-romanescos é tida por Isabel de Barros Dias como “um dos fatores que estiveram na base da extensa divulgação e aceitação dos produtos afonsinos e seus derivados.”¹⁷⁶ No entanto essa aproximação, em relação aos relatos mais literários, é vista pela autora como uma

espada de dois gumes, a integração revela-se problemática na medida em que terá obrigado as equipas afonsinas e subsequentes reformuladores a consideráveis esforços retóricos com vista a um nem sempre conseguido domínio da literatura. Se por um lado a maior vivacidade e emotividade são fundamentais para o cativar de um público alargado (o que consequentemente possibilita a transmissão mais ou menos pragmática de valores e ideais), a sua ambiguidade básica é também um convite permanente à manipulação.¹⁷⁷

A *Crônica Geral de Espanha de 1344* pode ser analisada como uma obra que deriva da *Crônica Geral Afonsina*, sendo assim pode-se perceber também a aproximação do texto cronístico em relação aos textos considerados mais literários. Tal incorporação teria o intuito de fornecer “carnadura aparentemente indispensable para convertir el seco registro de los hechos em historia”¹⁷⁸ e servir ainda, segundo Isabel de Barros Dias, para transmitir valores e ideais que a partir dos interesses do autor/refundidor se pretendia valorizar. Tais relatos seriam assim reinterpretados a partir de diferentes contextos e objetivos dos autores.

2.2 “DAS GENTES QUE CONQUISTARÃO AS ESPANHAS E DOS NOMES DELAS”

Assim que termina de descrever os feitos de Pirro, em Toledo, o texto da *Crônica Geral de Espanha de 1344* recebe a interpolação de um trecho, que

¹⁷⁵ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 68.

¹⁷⁶ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 127.

¹⁷⁷ Ibid., p. 127

¹⁷⁸ FUNES, Leonardo. El lugar de la Crónica Particular de San Fernando en el sistema de las formas cronísticas castellanas de principios del siglo XIV. In: **Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas**. Madrid: Centro Virtual Cervantes, 1995. p. 182.

corresponde a 34 capítulos, retirado da *Crônica do Mouro Rasis*,¹⁷⁹ destinado a descrever a geografia da Hispânia. Essa interpolação de um trecho destinado a descrever a geografia da região insere-se dentro de um modelo de processo compilatório, que já fora empregado nos escritos de Afonso X.

Segundo coloca Leonardo Funes, acerca do processo compilatório afonsino, a redação da história profana pode acontecer tanto através de “unidades temáticas en torno a un fecho (suceso o personaje); por lo tanto, estorias unidas, que aglutinaban no sólo todas las versiones disponibles del fecho sino también todo el saber relacionado (geografía, historia natural, glosas, etc.).¹⁸⁰ Nesse caso específico encontra-se a inserção de um relato geográfico da Hispânia, buscando enaltecer suas qualidades.

A descrição geográfica, que inicia no capítulo XIII, intitulada “Crônica do Mouro Rasis – geografia: as Espanhas”, segundo Elisa Nunes Esteves remeteria a um louvor de origem afonsina que inicia com a frase: “Em Espanha há muytas nobrezas, as quaaes nom podem seer comtadas.”¹⁸¹ Todo esse capítulo seria específico da versão da virada do século XIV para o XV, onde buscou-se aproximar a *Crônica de 1344* do estilo cronístico Afonsino, retirando trechos de caráter genealógico, além do prólogo da *Crônica de Rasis* e dos sete capítulos finais, sobre as serras e os rios, que figuravam na versão de 1344.¹⁸²

A laude de Rasis encontraria uma articulação perfeita com o louvor afonsino à Hispânia. Esse trabalho que cabe ao autor de “manipulação e de inserção de textos não deixa de ter um significado próprio, como reflexo de um dos aspectos mais importantes da actividade criadora dos autores da Idade Média.”¹⁸³

¹⁷⁹ Segundo coloca Luís Filipe Lindley Cintra, na Introdução à edição crítica da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, na primeira redação da Crônica após a história genealógica “justapôs o autor da Crônica de 1344 uma tradução de uma parte das obras do grande historiador cordovês do século X, Ahmed ben Mohammed Arrazi, vulgarmente conhecida como Crônica do Mouro Rasis. Esta tradução árabe para português foi encomendada por el rei D. Dinis a Gil Peres, capelão de Pero Anes de Portel.” LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 31.

¹⁸⁰ FUNES, Leonardo. **Un nuevo avance en el conocimiento de la historiografía alfonsí**. In: INCIPIT. Vol. XII, Buenos Aires: Seminario de Edición y Crítica Textual, 1992. p. 214.

¹⁸¹ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 39.

¹⁸² ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 55.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 55.

O elogio à Hispânia aparece marcado no texto por fórmulas ligadas ao amor cortês, enumerando qualidades em registro superlativo e hiperbólico, além do tópico da inefabilidade.¹⁸⁴ Tais características podem ser verificadas no trecho a seguir:

Espanha sobre todallas terras he engenhosa e atrevuda e muyto esforçada em batalha, ligeyra e forte em affam e leal em senhorio, afficada em estudo, e em pallavra comprida, e graciosa de todo ben.

[...]

Espanha sobre todas he adiantada em grandeza e mais que todas preçada por lealdade. [...] não ha lingua nem engenho de homem que podesse contar verdadeiramente a nobreza e o bem das Espanhas.¹⁸⁵

Mesclam-se no trecho, características que dentro da literatura do amor cortês estariam ligadas à feminilidade e ainda traços viris e guerreiros, tipicamente masculinos. Esse caráter laudatório da Hispânia também pode ser verificado nos capítulos seguintes, onde a região é apresentada como um imenso “Paraíso na Terra.” Essa descrição laudatória do espaço natural “obedece claramente ao famoso tópico Greco-romano do *lócus amoenus*, que já é, por seu lado, um ponto de convergência de múltiplas tradições ancestrais, desde a concepção mais primitiva do jardim sagrado do Génesis.”¹⁸⁶

Esse caráter de enaltecimento de características da região, que se verifica na inserção da *Crônica do Mouro Rasis*, traz elementos que remetem a uma projeção de uma ideologia que enaltece características ligadas ao ideal cavaleiresco. Ideal esse que está presente ao longo da *Crônica* onde os conquistadores da Hispânia se cobrirão de glória, na vida ou na morte.

2.2.1 Cartagineses, Romanos e a Península Ibérica

O autor abre o relato acerca dos conquistadores com uma apresentação do que será trabalhado. Os primeiros conquistadores seriam os *Almonizes*

¹⁸⁴ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 55.

¹⁸⁵ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 41.

¹⁸⁶ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 58.

depos elles, o emperador Almical. Desy seu filho Anibal. Diremos ainda mais doutros grandes feitos que se hy fezeron, assi como dos Cipioões que pellejarõ con Magon, yrmaão d'Anibal; e de como Cipion veo a Spanha e dos feitos que en ella fez; e como Pompeyo veo a Spanha e a guaanhou e leixou hy seus caudees e seus filhos e como Julyo Cesar veo sobr'elles e os cõquistou.¹⁸⁷

Faz parte da análise aqui proposta levantar valores e virtudes destacadas nas personagens apresentadas, não deixando ainda de ressaltar os pontos negativos que são referenciados, tais pontos retratados seriam contrários aos ideais defendidos pelo autor e/ou refundidores. Sendo assim, tem-se como primeira personagem a ganhar destaque: Amilcar, descrito como aquele que “guysou sua hoste muy grande e entrou eno mar e arribou em Calez e começou de conquerer a Espanha, vencendo muytas lides e combatendo muytas villas e castellos e gaanhandoos per força.”¹⁸⁸.

Assim como Amilcar, Asdrúbal e Aníbal são descritos ao longo do relato como sendo conquistadores de terras a força, em função disso teria ocorrido a retaliação por parte dos romanos. Aos conquistadores de terras à força se opõe os bons cavaleiros romanos, é valorizada a cavalaria frente aos que usam a força somente para conquistar.

Se os cartagineses são apresentados como os conquistadores, que empregam a força para alcançar seus objetivos, as virtudes romanas encontram-se personificadas nos Cipiões que são apresentados como os que

passaron os mōtes Pirineos e decerom aos chaãos da ribeyra de Hebro. E começaram de afaaagar os homeens da terra por aver os coraoões delles e prometianlhes a fazer muyto bẽ. E, so que assy podyam aver per amor, nõ lhes faziam mal e guardavãnos e defendiãnos; e, os que lhes nõ queryã obedecer, matavãnos e destroyãnos.¹⁸⁹

É ressaltado ao longo do relato o fato de que a conquista romana na Península se deu mais pelo amor do que pela guerra e ainda o reforço de uma postura em batalha, onde não se aceitaria a fuga ou deixar-se prender, ao entrar em uma batalha só resta morrer ou vencer, como no trecho que traz uma mensagem de Cipião aos soldados romanos: “que se nembrassem da postura que avyam antre sy, que ne huũ Romaão depois que entrasse em batalha que

¹⁸⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 76.

¹⁸⁸ Ibid., p. 80.

¹⁸⁹ Ibid., p. 88.

não fogisse nem se leixasse prender per ne hũa guysa mas que ou morresse ou vencesse.”¹⁹⁰ Tais passagens trazem à tona ideais que se esperava da cavalaria do século XIV ou virada para o XV: necessidade de conquistar pelo amor, empregando a força somente se necessário, refletindo ainda a postura que deveria existir em combate.

Outro ponto a destacar no relato é a oposição entre os romanos e os habitantes da Península Ibérica liderados por Viriato. O Cronista caracteriza Viriato como sendo “pastor de gaado, muy ligeyro, muy valente, e muy ardido huũ tẽpo fora teedor de camynhos. E por sua bondade juntou a sy grã companhia de gentes de pẽe e andava descubertamente, fazendo mal e roubo contra os Romaãos e contra todos aquelles que tiinham sua voz.”¹⁹¹

São atribuídas a ele características que valorizam suas habilidades pessoais: valentia, coragem, intrepidez, chegando até a saltar estradas. Ressalta o Cronista que pela sua bondade acabou por atrair seguidores, e que juntos passaram a “fazer mal” aos romanos que estariam usando a força para garantir seus domínios, diferente do que acontecera no tempo dos Cipiões.

Viriato andou por muitas vilas, algumas conquistou pela força, outras pelas armas e outras simplesmente se entregaram a ele. No processo de conquista das terras, enriqueceu e atraiu para junto de si um grande número de pessoas a pé ou a cavalo. Os danos sofridos pelos romanos, diante das ações de Viriato, eram muitos levando-os a sofrer com suas ações, mais do que haviam sofrido com outros povos.

Após o Cronista apresentar o resultado dos embates entre as hostes de Viriato contra os Romanos, encerra a narrativa acerca de Viriato da seguinte forma:

aquel ladrom que desuso ouvystes, guerreou con os Romaãos quatorze annos e desbaratoulhes muytas hostes e matou delles muytos homeens honrrados. E em cabo matarõno os seus a grande traiçon, aquelles em que se elle mais fiava. E cuydaron a aver dos Romaãos galardõ mas elles nõ lho quiserom dar, polla grande traiçom que fizeram em matarem assy a seu senhor.¹⁹²

¹⁹⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 90.

¹⁹¹ Ibid., p. 100.

¹⁹² Ibid., p. 102.

O desfecho do texto ressalta o papel de Viriato combatendo as hostes romanas e o fato de ter sido morto à traição pelos seus seguidores, que assim o fizeram no intuito de receber recompensas por parte dos romanos. Entretanto, os romanos não deram nenhuma recompensa, pois os seguidores de Viriato não souberam honrar seu senhor, matando-o. Contrapõe-se assim a lealdade e traição.

É importante destacar ainda a presença, nessa parte do relato, da discussão em torno da aplicação da justiça. Para tanto o Cronista emprega o relato da presença de Pompilio e Rancino em Zamora. Pompilio fora mandado primeiro para Zamora, depois teria ido o cônsul Rancino que ao chegar tomou as hostes de Pompilio e controlou a cidade, de forma a causar desonra aos romanos em função de suas atitudes. Os romanos, assim que souberam das atitudes tomadas por Rancino, teriam enviado alguns homens para a região, lá chegando prenderam Rancino e o entregaram aos habitantes de Zamora para que fizessem justiça:

tomaño e ataronlhe os pees e as mãos detras e poserño antre as portas da vyla e seve assy ataa noyte, Ca os de Çamora nõ lhe fizeram outro mal nem os da oste dos Romaños nõ tornaron cabeça sobre elle. E esto faziam elles por que tiinham que nem huũs homees nõ avyam e sy mais assignadamente estas quatro cousas que elles: justiça, lealdade e fortelleza e mercee.¹⁹³

Aparece no trecho uma crítica às atitudes tomadas pelos romanos, enquanto se valorizam as virtudes dos habitantes de Zamora: justiça, lealdade, fortaleza e piedade. Os moradores da região guardavam

natureza de senhorio, em que fizeram dereyto e lealdade; a outra, que forom firmes eno preyto que poserom com os Romaños e nõ se quiserom tornar delle. E outrossy mostrarom mayor mercee que elles, quando, aquel que lhe derom pera justiça, nõ no quiserom matar, podendo fazer com dereyto. E, por que manterẽ bem estas quatro cousas com os Romaños, ja quanto tempo ouverom paz.¹⁹⁴

Outro ponto que merece destaque é a oposição entre Pompeu e Júlio César. Pompeu após ter conseguido assegurar o domínio romano sobre a península alcançou projeção em Roma, dessa forma Júlio César “veendo como

¹⁹³ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 103.

¹⁹⁴ Ibid., p. 103.

elle (Pompeu) era recebido ena corte tam honrradamete, ouve dello tã grande enveja que, segundo contam as storias, se começou a descobrir a sanha que de Pompeo avya.”¹⁹⁵

O Cronista, ao narrar os feitos de Júlio César na Hispânia, preocupou-se em descrever os objetivos que moveram tal empreendimento:

esta conquysta d'Espanha mais cobiiçava elle de a levar por amor e per aveença que per prema ne per guerras ne por sparger sangue. E assy foy entrando pella terra e trabalhou de aver as villas e os castellos e as outras gentes o mais em paz que elle poder. E a huũs dava muy grandes doões e fazialhes muyta honrra e a outros prometia a fazer muitas mercees. E defendya e guardava muy bem aquelles que se a elle tornavã; e esto dizia que lho fazia por que as gentes d'Espanha eram muy fortes em armas e a terra muy castellada e muy boa e, porende, queryaa ante aver per sy per amor que per lyde, por aver os corações delles mais pagados, e desy por que entendya de a conquerer mais agynha e que se lhe nõ fazia tan grande detardança pera hyr buscar Pompeo e o senado, que era a cousa que elle mais desejava e por que elle fazia todo esto.¹⁹⁶

Nesse trecho o autor ressalta a forma empregada por Júlio César para efetivar suas conquistas na Hispânia, não através da força, mas sim buscando fazê-las através do amor, oferecendo vantagens aos que ficassem do seu lado, descrição essa que se assemelha ao respeito pelos vínculos de fidelidade que deveriam reger as relações entre senhor e vassalos, relações feudais, portanto. Aparece no trecho ainda o enaltecimento da Hispânia como sendo uma região muito protegida pelos seus castelos e onde vivia uma gente muito forte em armas.

Um ponto, nessa disputa, a ser ressaltado é que as hostes lideradas por Petreo e Freneo, leais a Pompeu, mostravam-se incapazes de atacar as hostes lideradas por Júlio César em função de que

tanto foy o amor e o desejo que antre elles foy que lhes fez quebrantar os mādados de seus senhores, que os mandavam lidar e elles nõ lidavã. [...] E, onde stavam aprestes pela lydar e se matar, receberonsse muy ben como parentes que eram, dhũa cidade naturaaes, e começaram a fallar em lealdaes e dizer que tam maa cousa como aquella nõ se poderya fazer antre parentes e amigos sem maa stança e sem quebranto de lealdade, e que era bem de nom seer em quanto o elles podessem desvyar.¹⁹⁷

¹⁹⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 110.

¹⁹⁶ Ibid., p. 112-113.

¹⁹⁷ Ibid., p. 117-118.

O autor busca valorizar o amor e a lealdade que existiam entre as hostes que se alinhavam, impossibilitando o combate. No entanto, percebendo Petreo o que poderia acontecer se tal atitude perdurasse, haveria uma associação entre os dois grupos apoiando Júlio César, fez um discurso às suas hostes visando reforçar a lealdade a Pompeu e defender o Senado Romano:

cavalarya sem corações e olvydadeyra de sua terra e das suas synas e do seu dereyto! E vos outras, companhas que aquy sodes comygo! Não podees teer a razon do senado, que he nossa saude e nosso bem e nossa franqueza, e fazer por elle? E, se esto não queredes fazer de maneyra que fique vençudo Julyo Cesar pera lyrrardes nossa terra de servidoõe delle, seredes mortos e destroydos. [...] Amygos, tornade sobre vos e lidade como barões leaaes. [...] E, se vos avedes jurado de teer co Julyo Cesar em este feyto e cuydades de guardar hy lealdade ou gaanhar hy algo, nom o tenhades assy nẽ no façades, ca tal guarda de lealdade como esta, onde se home torna servo, vylleza he deshonorra ena teer. E, o que lidardes por nosso senhor Pompeo e pello senado de Roma, lidaloedes por dereyta e não caeredes e culpa a todo tempo averedes perdom, ainda que sejades vençudos, o que Deus não mande, e seredes louvados e averedes boo galardom.¹⁹⁸

Nesse trecho a lealdade ao Senado romano e a Pompeu aparece no discurso de Petreo visando impulsionar o combate contra as hostes de Júlio César. A lealdade, aos ideais a ser defendidos, estaria acima dos laços de parentesco que uniam as duas hostes. O Cronista remete ao que dissera Lucano acerca desse momento: “eram muy duras e muy grandes as posturas dos Romaãos e as suas amyzades que poynham, como quer que a postura donde nace vergonça e deshonorra não se deve a teer.”¹⁹⁹

É atribuído a Petreo um questionamento acerca da fidelidade a Pompeu

oo tu, Põpeo grande, que andas pellas terras, movendo as gentes e sacando hostes, e chamas os reis e os outros principes e vêe a teu mandado os do cabo do mundo! Pouco sabes do que te guysam os sabios! Ca elles te prometem boa andança, mas, segundo eu vejo que aquy fazem os da tua parte, muyto me semelha que vay doutra guysa e, em fyuza do esforço que em nos teens, mester faz que cates tua fazêda alo nas terras per hu andas, ca entre nos aca não acho tal lyeldade como tu cuydas. E bem podes dizer por nos outros que, quanto stamos alongados da tua vysta, tanto stamos dos corações.²⁰⁰

Esse questionamento de Petreo reflete uma diferença entre o que Pompeu pensava, acerca de suas conquistas, e a realidade encontrada nessas

¹⁹⁸ Crónica Geral de Espanha de 1344. 1954. Op. Cit., p. 119-120.

¹⁹⁹ Ibid., p. 120.

²⁰⁰ Ibid., p. 120.

áreas. Tal discurso põe em xeque a lealdade que Pompeu contava ter alcançado na Península Ibérica, pois segundo o texto quanto mais distante da vista mais distante estavam os homens do coração e da lealdade devida, o que abriria caminho para a difusão dos ideais de fidelidade a Júlio César. Após esses questionamentos Petreo passa a contar os feitos de Pompeu, reacendendo assim a lealdade devida.

A partir do discurso de Petreo as hostes foram movidas a fazer batalha, embora muitos já tivessem interesse em honrar Júlio César. Novamente tem-se a inserção, no contexto ligado à antiguidade, de valores tipicamente medievais como a honra, a fidelidade e a lealdade. A batalha entre as duas hostes foi muito dura, levando à morte muitos dos homens de Júlio César. O Cronista, a partir do que fora dito nas histórias sobre o enfrentamento, assemelha a dureza do embate a uma “besta selvagem que ho homẽ tem tomada e lhe dam algũa anymalia a matar que, depois que bevẽ o sangue dela e se acorda da crueza que ha feyta contra natura, pero nõ se leixa porẽ de assanhar e matarya e comerya outra se podesse.”²⁰¹

Tal semelhança se deve à forma empregada pelos homens subordinados a Petreo para alcançar a vitória sobre as hostes de Júlio César: estes estavam comendo desarmados, certos de que haveria a possibilidade de união entre os dois grupos, quando os homens de Petreo começaram a feri-los e matá-los. Nota-se no trecho, através da atitude tomada pelos homens de Petreo, uma aproximação à “selvageria” ao atacar os demais homens desarmados enquanto comiam, estes “civilizados”. A atitude tomada por Petreo serviu para justificar a guerra que Júlio César estava movendo contra Pompeu, pois estavam os “Romaãos em seus amores e nõ se catando huũs dos outros.”²⁰²

Destaca-se na narrativa dos embates entre as hostes lideradas por Júlio César contra as hostes leais a Pompeu, fossem elas lideradas por seus sobrinhos: Petreo e Freneo, ou comandadas por seus filhos, a presença do providencialismo divino favorecendo as vitórias alcançadas por Júlio César.

²⁰¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 120.

²⁰² Ibid., p. 121.

Serão referenciados dois momentos em que o providencialismo está presente no relato:

E Julyo Cesar perdeo em esta lyde (Lérída) muyto da sua cõpanha, pero por todo esto nõ leixou elle de seer muy esforçado e esforçar os seus. E ajudouho Deus, assy que nõca foy mais beandante e outra batalha que ouvesse dante do que foy e aquela que foy en Lerida, ca os cometeu elle mui ryjamente e asy os venceo que tornarõ os de Petreo e Freneo a seu logar e todos steverom em sy.

[...] Mas nõ querya a sua boa ventuira delle e a maa delles e o que se comprisse pello poder de Deus ca o que elle quer quer seja, outro nõ o pode desfazer.²⁰³

Nesses dois trechos o providencialismo está ligado a batalhas onde Júlio César combatia as forças subordinadas a Pompeu, na Península Ibérica. O primeiro está ligado ao cerco promovido contra Lérída, após a derrota sofrida por Júlio César, já o segundo trecho traz referência a um período posterior ligado à batalha de Munda empreendida entre as hostes de Júlio César e as hostes lideradas pelos filhos de Pompeu. A ajuda viria de Deus, cristão, destinado a fortalecer o ânimo das hostes e ajudá-las a vencer, segundo o próprio texto o que Deus quisesse seria alcançado.

Outra das virtudes atribuídas a Júlio César encontra-se na narrativa acerca do cerco a Lérída. Os habitantes, já bastante debilitados, e percebendo que não teriam outra opção a não ser se entregarem parte para uma derradeira batalha frente às hostes de Júlio César. Este percebendo o interesse dos habitantes em alcançar uma derrota em batalha acaba por pedir aos seus que desviassem dos ferros deles, pois “nom he boo vencimento matar os que se assy metẽ na morte, como estes que o fazem com desesperança por que nõ ha outro remedyo.”²⁰⁴

Como os habitantes de Lérída já estavam sem água há dias, as hostes lideradas por Petreo foram se entregar perante Júlio César:

Julio Cesar, eu por hõrra de Pompeo, meu senhor, e polla minha se fosse vençudo doutro homen que tu nõ fosses, aiinda tiinha corpo e força con que me matar ante que morrer aas suas mãos. Mas, por que o avemos contigo, que es boo e as passadas grandes feytos, deshy es Romaão como nos, tenhome por contêto de seermos de ti vençudos ante que doutro. Porem viimos a ti e

²⁰³ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 121-122.

²⁰⁴ Ibid., p. 122.

metemonos em teu poder e pedimoste mercee que nos des vyda. E devello fazer por muytas razões: a hũa, he por que nos ñ te erramos em defender esta terra, de que nos Pompeo leixou caudees, pois que a tu queres tomar e tu nolo devyas a teer por mal se o doutra guysa fizessemos; outrossy por que todos somos Romaãos; e deshi por que nos as vençudos e tua ventuira quer que cobres Spanha e nos ñ te podemos embargar. E queres que te diga verdade? O peor feyto que nos fizemos, foy por que te nos leixamos vencer como homees cativos sem ventuira e sem corações. E desto te pedimos nos perdom, ca ñ doutra cousa.²⁰⁵

No discurso de Petreo pode ser visto o reconhecimento da bondade de Júlio César e o fato de ter realizado grandes feitos, não sendo assim uma desonra terem sido derrotados por seu exército. Fecha o discurso o pedido de perdão pelo fato de terem sido vencidos se entregando como cativos, sem a honra que poderia ser encontrada pela derrota numa batalha. Foi estabelecido um acordo entre as hostes de Petreo e Freneo e Júlio César onde este não lhes faria mal em troca de que Petreo e Freneo não viessem a se colocar entre ele e Pompeu.

Finalizando a descrição da batalha de Lérída o Cronista referencia as virtudes atribuídas a Pompeu: “diziam delle muyto bem, assy em feyto d’armas como e outras boas condições, e deziem que ataaly fora seu caudel nas batalhas.”²⁰⁶ Já Júlio César era louvado “por boo guerreyro e por sutil e ardido e aguçoso e piedoso, em quanto os podera matar e lhes dera vyda, pero julgarõno por muy sobervo.”²⁰⁷ Vale ressaltar aqui valorização do guerreiro Júlio César, sua piedade e o que era criticado em sua personagem: a soberba.

As conquistas de Júlio César se consolidam após vencer Pompeu na batalha de Tessália: “tornousse pera Roma muy honrrado, como aquel a que todo o mûdo em aquel tempo era so seu senhorio e todos lhe obedeciam.”²⁰⁸ A honra, alcançada através de suas conquistas, é valorizada pelo Cronista nesse trecho. Após derrotar Pompeu, seus filhos se reuniram e se dirigiram para a Hispânia, lá alcançando grande apoio contra Júlio César.

Ao saber do que estava acontecendo Júlio César reuniu parte de seus homens e para lá se dirigiu a fim de derrotá-los, no entanto viu seus homens, que até então se mostraram bons de armas nas batalhas disputadas, perderem

²⁰⁵ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 123-124.

²⁰⁶ Ibid., p. 125.

²⁰⁷ Ibid., p. 126.

²⁰⁸ Ibid., p. 125.

o ânimo e enfraquecer diante das hostes dos filhos de Pompeu. Analisando que se continuasse dessa forma acabaria por ser derrotado “esforçouse, como aquelle que era de grande coração, e esforçou os seus; e tanto fez em aquella hora per seu corpo e per seu esforço que foram vencidos os Pompeos e seus caudees.”²⁰⁹

Esse desfecho deixa entrever como a soberba de Júlio César poderia ter sido punida pela derrota iminente frente às hostes dos filhos de Pompeu. Houve uma falha ao analisar o poder que os filhos de Pompeu tinham alcançado na Península, para lá mandando uma quantidade reduzida de soldados. Só veio a alcançar a vitória em função de suas qualidades em batalha e também pela associação ao providencialismo, era para ser assim, pois Deus assim o queria.

Ao longo deste momento, marcado pelo processo de instalação de cartagineses e romanos na península Ibérica, foi verificada a preocupação do autor em reforçar determinadas virtudes associadas aos Cipiões, linhagem valorizada no texto: são eles os conquistadores de terras que ao invés da força fazem uso do amor para com seus “vassalos.” São ainda descritos como companheiros de seus homens, que prezam a lealdade e a honra em suas relações com os povos subordinados, possuem ainda boa postura em batalha.

Em contrapartida são destacados ainda personagens que fazem uso da força para empreender suas conquistas, desrespeitam a população local que se volta contra os dominadores. Não se pode deixar de falar ainda da vingança e da traição. A vingança aparece no texto associada aos cartagineses contra os romanos, pelo lado dos cartagineses é Aníbal que recebe orientações para buscar a vingança pela morte de Amílcar e Asdrúbal,²¹⁰ já Cipião, o Mancebo, visa vingar a morte de seu pai e de seu tio.²¹¹

A traição também aparece no texto. A primeira citação está ligada a Sérgio Galba que não soube ser leal aos moradores de Lucena, que a ele se entregaram.²¹² A segunda referência à traição encontra-se na descrição de Viriato: como os romanos não conseguiam derrotá-lo foram seus companheiros

²⁰⁹ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 127.

²¹⁰ Ibid., p. 82.

²¹¹ Ibid., p. 90 a 93.

²¹² Ibid., p. 99.

que o fizeram, esperando com isso alcançar favorecimento junto aos romanos. Os romanos acabam por puni-los pela falta de respeito e lealdade que mostraram ao seu líder não lhes dando nenhuma retribuição, como não foram leais não eram dignos de confiança.

À exceção dos romanos da linhagem dos Cipiões, o texto descreve os demais romanos como líderes/dominadores que não souberam manter o domínio sobre a Hispânia, pois tentavam fazê-lo através do uso da força. Os moradores da cidade de Zamora são destacados, no texto, por praticarem a justiça, a lealdade e a fortaleza melhor do que os romanos o faziam, sendo assim mais valorosos.

Após descrever esse primeiro momento que marca a chegada de cartagineses e romanos à Península Ibérica a narrativa salta para o momento em que Pompeu e Júlio César disputam o domínio do território peninsular. Pompeu é descrito como conquistador e bom cavaleiro, já Júlio César destaca-se por ser bom guerreiro, piedoso, sutil, honrado e corajoso, destacado como o grande unificador da península. O único senão presente no texto relacionado à Júlio César está relacionado à soberba, que pode ter contribuído para que quase perdesse a batalha frente aos filhos de Pompeu, no entanto o providencialismo estava ao seu lado.

A partir dessa síntese de valores/virtudes destacadas ou dos pontos negativos ressaltados no texto, pode-se entrever muito do que era valorizado pelo autor no momento em que redige o texto, pois honra, lealdade, amor, coragem, guerreiros valorosos, traição e vingança relacionam-se a valores almejados para a sociedade do século XIV.

Já no *Livro de Linhagens*, escrito pelo Conde Pedro de Barcelos em 1340, encontram-se referências à “teoria da solidariedade”, decorrente do parentesco, expressa através dos termos “amor” e “amizade”, e que no século XIV ainda são predominantes nos mais altos estratos nobiliárquicos. Os nobres, segundo o Conde, estão dispostos numa hierarquia, porém a “todolos homees ricos e pobres compre amizade.”²¹³

Os termos “amor” e “amizade” referem-se aos valores cavaleirescos que estão presentes na sociedade medieval. Assim, pode-se dizer que “o requinte

²¹³ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**, 1980. Op. Cit., p. 56.

dos sentimentos entre dois seres humanos parecia estar confinado, na sociedade viril e guerreira da idade propriamente feudal, à amizade entre homens, vindo depois o amor cortês”.²¹⁴

A “amizade” e “amor” estão relacionados às relações de parentesco, às linhagens, portanto, envolvendo vínculos pessoais e compromissos de fidelidade e respeito mútuo, valores primordiais da relação feudo-vassálica que unia o senhor a seus vassalos, estabelecendo “vínculos de tal ordem que implicam uma obrigação pessoal e sagrada de fidelidade, a sua ruptura unilateral é asperamente censurada como traição.”²¹⁵ Valores que o Cronista buscava incutir na nobreza do século XIV, que havia perdido sua referência com o término das operações de Reconquista e vivia um momento onde os laços de dependência estavam afrouxando, porém ainda se prezava e se zelava por determinados valores/virtudes, sustentáculos dessa nobreza.

Para a sociedade descrita, nesse trecho da Crônica, ainda não se pode falar de linhagens, porém lealdade, honra, traição e amor são valores da sociedade do século XIV que se inserem na descrição da antiguidade. Ao longo do texto podem ser levantados “exemplos que vão surgindo de forma diferente ao longo do decurso temporal abarcado pela narrativa, mas sempre carregando valores idênticos, cada um como pré-figuração do seguinte.”²¹⁶

Segundo coloca a autora Isabel de Barros Dias a *Crônica Geral* de Afonso X trazia a Península Ibérica construída a partir de uma

sucessão de períodos de unificação considerados favoravelmente (como se verifica, para o período mais antigo, com o domínio de Hércules e Espam, com Júlio César e outros imperadores romanos apresentados de forma positiva ou com os Godos) e de invasões e desagregações, marcadas como calamidades.²¹⁷

Associar Afonso X aos antepassados imperiais era uma forma de legitimá-lo e permitir que pudesse aspirar posições cada vez mais elevadas. A autora Isabel de Barros Dias coloca que a produção historiográfica redigida em

²¹⁴ LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. p. 116.

²¹⁵ MATTOSO, José. **Identificação de um país**: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325), Vol. II. Lisboa: Estampa, 1988b. p. 138.

²¹⁶ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 59.

²¹⁷ Ibid., p. 87.

Castela após Afonso X insere-se em um contexto onde já estavam perdidas as ilusões imperiais, dessa maneira “o texto cronístico centra-se, sobretudo no seu aspecto didático. A formação moral e ética do público é um dos traços que a produção literária vai acentuar sob Sancho IV.”²¹⁸

Como no contexto de elaboração da *Crônica Geral de Espanha de 1344* também não estão presentes tendências imperialistas, pode-se fazer uma relação com o que a autora coloca para a produção literária de Sancho IV. O texto cronístico elaborado no reino português mantém exemplos positivos e negativos, já bastante salientados nos textos afonsinos, porém o texto é produzido a partir de “actualizações e modificações de alguns conteúdos ideológicos mais profundos, com vista ao seu uso em contextos histórico-culturais diferentes.”²¹⁹

Nesse contexto é que podem ser analisadas as referências a Pompeu e Júlio César, personagens destacadas no texto e que estão ligadas ao período de transição da República para o Império Romano. No texto não aparecem pretensões imperialistas ligadas a essas personagens, como também não aparecem no texto outros governantes romanos, pelo contrário ressalta-se a lealdade, o amor, a fidelidade e a necessidade de se reforçar constantemente tais laços, pois como é citado no texto: quanto mais longe se está da vista, mais longe se está também do coração.

²¹⁸ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 60.

²¹⁹ Ibid., p. 81.

3 OS GODOS NA PENÍNSULA IBÉRICA

A descrição da presença dos godos, sobretudo dos visigodos, na Península Ibérica, vem ao encontro de uma tradição comum a Navarros, Castelhanos, Portugueses e Aragoneses que “reivindicavam um passado comum, dominado pelos Visigodos, passado que condicionava um futuro de Reconquista e mantinha a idéia (sic) de uma Espanha unida para além de suas diferenças.”²²⁰ Vem daí a relevância de se estudar como eles são apresentados no texto, quais são os valores e virtudes destacados, a fim de construir uma imagem ideal de sua permanência na Península.

Os godos aparecem na Crônica como os antepassados dos reis cristãos peninsulares do Trezentos. A narrativa da sua chegada à Hispânia inicia com o autor colocando que “agora a estorya torna a contar como os Godos entraram ã Espanha e como se asenhoraram della.”²²¹ Na Gália teriam combatido os vândalos, descritos como sendo “gente muy desleal e de grande ãgano.”²²² Em Roma venceram os exércitos imperiais, após terem-na conquistado foram de “tamanho piedade que, os que fugiam pera os santuarios, a todos perdoavam, que os ñ tiravã delles; e outrossy, deque forom na cidade, nom quiserom matar nenguũ; e os que fora da egreja achavam, se se chamavã a Jhesu Christo ou aos sanctos, ñ lhes faziam nem huũ mal; e aos outros eram piadosos.”²²³

Após terem deixado a Península Itálica foram para a região da Gália, onde impuseram seu senhorio por meio da guerra. Lá souberam das “desmesuras e crueldades que os barboros faziam ã Spanha e moverösse con grande piedade aas mizquiĩdades e quebrantos que recebyam os d’Espanha”²²⁴ juntaram suas hostes para os socorrer, a pedido dos romanos.

São referenciados no texto combates e disputas que acabaram por consolidar seu domínio na Península, ultrapassando

²²⁰ RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995. p. 261.

²²¹ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 129.

²²² Ibid., p. 129.

²²³ Ibid., p. 130.

²²⁴ Ibid., p. 133.

a categoria de meros protagonistas de um outro itinerário de passagem e conquista episódica da península, para configurarem o surgimento de uma primeira realza verdadeiramente hispânica, fundada na força protectora de uma nobreza guerreira capaz de, a partir daí, defender e interditar o espaço Ibérico a novas conquistas e usurpações oriundas do exterior.²²⁵

Levando-se em conta o caráter modelar presente na *Crônica de 1344*, é que serão analisadas as passagens referentes à presença dos godos na Península Ibérica. Foram encontradas referências a valores e virtudes imprescindíveis para uma sociedade ideal que o autor tentava projetar para o século XIV, momento de rivalidades entre os reinos peninsulares, disputas internas entre o crescente poder monárquico centralizado e uma nobreza que busca reafirmar seu papel perante a sociedade.

Abaixo, segue-se uma análise das imagens utilizadas pelo Conde nesse contexto:

Imagem moralizante:

Reis cristãos – Está presente o embate entre arianismo e catolicismo, importante na definição do bom Rei perante os demais, não se pode deixar de ressaltar nesse contexto o providencialismo.

Reis virtuosos: esforçados, zelam pelo amor e a amizade, são honrados e leais, mostram-se piedosos, mansos e pacíficos, possuem bons conselheiros.

Imagem de função:

Reis conquistadores: destacam-se pela força e valentia, são bons cavaleiros.

Reis justos: exercem a justiça

Como outra imagem possível de ser analisar está a imagem do Mau Rei, pautada numa **Imagem Amoral**: marcada pela desonra, pela influência de maus conselheiros, pela traição e ainda pela luxúria que afastaria o Rei da civilidade, do controle de seus instintos levando-o a transmitir à sociedade a deturpação de seus valores.

²²⁵ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 115.

Tais valores e virtudes associam-se, diretamente, à sociedade medieval portuguesa e à nobreza, formadas no interior de uma sociedade organizada para a guerra. Guerra que se constituiu enquanto “fator dominante que estrutura a sociedade e sua economia na Península Ibérica medieval.”²²⁶

Um exemplo do perfil do “bom Rei ostrogodo”, apresentado na Crônica, pode ser encontrado no relato do que teria dito o Rei Teodorico, a seu neto Amalarico

Meu filho, vos sodes em tal ydade que ja saberedes reger reyno; e porẽ eu querovos dar os reynos que foron de vosso padre. E comprevos saber as condiçoẽs que deve aver o rey: ca o rey deve seer sabedor, franco, liberal e nobre de coraçom; deve de seer bem acostumado, temperado e yqual a todos, justioso e boo governador e seer sem cobiiça senom de honrra e de senhorio e seer de muy boo consselho e muy forte e esforçado ênas batalhas e amador do seu poboo e acrecentador de sua terra. Porẽ vos rogo, meu filho, que aprendades esto que vos digo e que ajades sempre ã vosso conselho homeẽs de boas conciẽcias e sabedores e fidalgos e boos conselheiros e de grandes coraçõẽs, ca taaes compre ao rey aver em seu conselho, por que, quando lhes demandar conselho em os grandes feitos, que lho saybam dar. Nunca cheguedes a vos e a vosso conselho homeẽs de baixo sangue e vyl condiçon, ca taaes como estos nom ham boõ conselho em feyto d'armas nem som pera grandes feytos, ca estes nõ sabem consselhar os reys senom ã tirãnyia do poboo e desaveenças dos fidalgos e dos maaos costumes e esto por fazerem de sy grandes e ricos, a qual cousa elles nõ ham de sua natureza; ca nom pode o rey aver mais perigosos ãmiigos que maaos conselheiros. Grande myngua he ao rey cõverssar com homeẽs viis. [...] E prezade e hõrrade os fidalgos. E amade e regede bem os poboos. E a todos geeralmente fazede dereyto e justiça e assy seeredes amado e temudo. Outrossy vos mando que amedes sempre o senado e o poboo de Roma e que ajades por amygo o emperador.²²⁷

Ao analisar o trecho acima percebe-se que o Rei ideal deveria ser sábio, temperado em suas ações, zelar pela prática da justiça em seu reino. Nas batalhas deveria ser forte e esforçado buscando honra e senhorios. Outro ponto chave no texto é a necessidade de ter em torno de si bons conselheiros, pois maus conselheiros levam o Rei à tirania e promoção de desavenças entre os fidalgos, sendo esses os piores inimigos do Rei. Deve o Rei prezar e honrar os fidalgos do reino, amando e regendo bem os povos a ele subordinados. O texto termina com uma referência à necessidade de amar o Senado e o povo de Roma, devendo o Rei ser amigo do imperador, respeitar e obedecer a autoridade superior a ele.

²²⁶ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 217.

²²⁷ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 168-169.

3.1 O REI CRISTÃO

Seguindo uma linha de análise baseada no que coloca Galán-Sánchez para a cronologia presente nas Crônicas, ressalta-se que “desde la Crónica de Eusebio, las crónicas cristianas adoptaron la periodización pagana, de origem helenístico, baseada en la idea de la sucesión de los impérios.”²²⁸ Tal influência chega ao século XIV, momento de redação da Crônica, que ora está sendo analisada.

Pode-se perceber essa influência ao se realizar a análise do providencialismo, ligado aos Godos e depois aos Reis da Reconquista. Os Godos aparecem na descrição como os sucessores dos romanos, após a queda do Império. Tais referências encontram-se já na descrição dos feitos de Alarico em Roma que

por vyngar a morte de rey Acassy e dos godos que com elle morreron, foy cercar a cidade de Roma e quebrantouha e êtrou dentro ã ella e fez em ella muy grande matança. E Roma, que soya seer vencedor de todallas gentes, foy vençuda dos Godos e metuda so o seu poder delles e do seu rey Alarigo.

[...]

E foy tomada a cidade de Roma del rey Allarigo, que era rey dos Godos. [...] Este quebranto que rey Allarigo e os Godos fizeram e Roma nõ veo por medo delles mas por juizo proprio de Deus.²²⁹

A entrada dos godos em Roma, e a conquista que teriam empreendido, são descritos como um feito querido por Deus. Outro momento em que o providencialismo aparece no texto relaciona-se ao Rei Recaredo, Rei que é descrito como exemplo de Rei cristão. Coloca o Cronista que “este rey lidou algũas vezes com as gentes que revelavã ao seu senhoryo e sempre os vencia, ca Deus o ajudava por que elle exalçava a sua fe e guardava a sua ley.”²³⁰

As descrições relativas ao cristianismo aparecem relacionadas à providência divina. Como primeiro ponto a ser destacado está a perseguição aos cristãos, empreendida pelo Rei Hunerico (dos Vândalos):

²²⁸ GALÁN SÁNCHEZ, 1994. Op. Cit., p. 19.

²²⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 130-131.

²³⁰ Ibid., p. 202.

aos doze (anos de reinado) começou este rey Ugerigo, que era arryano como seu padre, de atormentar os cristaãos que erã verdadeyros catolicos per toda a terra de Africa, em tanto que elle matou quatro mil e novecentos e vynte e seis cristãaos com muytos e desvairados tormentos. Aos quatorze annos do seu reynado, fez este Ugerigo chamar quantos bispos avya em toda terra d’Africa, os que eram catolicos, e segurouhos que veessem a huũ concilio. E os que veeron foron quatrocetos e quareenta e quatro bispos. E, depois que os assy teve ajuntados, coydando elles estar seguros, destroyhos todos.²³¹

Nesse trecho são narradas as ações do Rei Hunerico frente aos cristãos e aos bispos católicos. Aparece no trecho a associação do Rei que é ariano como o que persegue e mata cristãos, caracterizando assim como um mau Rei. O texto apresenta a consequência a tais atitudes tomadas pelo Rei: “mas o Nosso Senhor Jhesu Cristo, a que nõ som escaecidos os que fielmente perseverã enna sua fe, ferio este rey de muy forte enfermydade, ca se geerou em o seu corpo corrupçon de vermees de que todo foy comydo e desto morreo.”²³²

Outro Rei ligado a questões envolvendo o arianismo e o catolicismo foi o Rei dos ostrogodos Teodorico. Segundo o relato após seis anos de reinado

ouve o senhorio de Itallya todo assessegadamente ã paz, foyse pera Roma e foy recebido dos Romaãos muy honrradamete. E vyveo ã Roma co elles hũa sazón a muy grande prazer de todos. E, por que este rey Teuderigo era homẽ de muy boõ doayro e muy gracioso e recebia muyto ben todollos que lhe queryam fallar, amavãno todos de coraçom.²³³

O Rei teria alcançado mais prestígio entre os romanos ao oferecer-lhes uma grande quantidade de trigo durante um período de carestia, os romanos “ouveron desto grande prazer e amarõno muyto mais por esto que lhes fez e seryrõno e honrarõno ã tanto que quiserom tirar do senhoryo o emperador Eugenyó e dallo a elle; mas elle nõ o quis fazer, ca entendeo que seerya grande deslealdade.”²³⁴

O Rei Teodorico é descrito ainda por suas ações em defesa da Hispânia, que seria de seu neto godo, ainda menor de idade, como “muy nobre rey em condições e esforçado ã cavallarya e muy recebedor dos boos e faagueyro e

²³¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 154-155.

²³² Ibid., p. 155.

²³³ Ibid., p. 160.

²³⁴ Ibid., p. 160.

de boo doayro a todos e justiçoso em todo tempo e logar.”²³⁵ O Rei teria saído de suas terras para prestar auxílio aos de Hispânia, a fim de preservar o senhorio que seria de seu neto. Passados cinco anos do reinado de Teodorico na Hispânia ocorre o pedido de apoio do Papa Hormisda ao imperador Justino:

o Papa mandou dizer ao emperador que ben sabya como todo o mundo estava apoçoentado daquella mortifera peçonha e escomügada heresya de Arryo e que o rogava por amor do Senhor Jhesu Cristo, cuja fe elle tiinha e que o posera em estado de emperador, que nõ leixasse mais crescer aquella praga amaldiçoada de Deus e condenada ão inferno cõ todos aquelles que a tiinham, em a qual a Sancta Egreja avya grande perda dos seus filhos.²³⁶

O imperador recebeu o bispo e autorizou-o a pregar em Constantinopla contra o arianismo, convertendo muitos ao catolicismo. Mandou ainda que os bispos católicos assumissem as igrejas da Península Itálica e de outros lugares, para serem por eles mantidas.

Tais atitudes, tomadas pelo imperador, acabaram por gerar uma reação por parte do Rei Teodorico que “ëvyou seus messegeiros ao emperador Justino e que lhe rogava que fizesse tornar as igrejas que dera aos catholicos, aos bispos arryanos, e que os leixasse vyver em paz, se nom que elle se trabalharya de o desservyr e que nom perdoarya a nem huũ de quantos moravã em Itallya.”²³⁷ Segundo o relato esta atitude tomada por Teodorico teria duas motivações: em ele sendo ariano teriam ido até ele os bispos arianos lhe advertir do que tinha acontecido e ainda seria uma forma de demonstrar poder político frente ao imperador.

O imperador recebeu os mensageiros do Rei godo que o colocaram a par de que “nõ averya nem hũa piedade aos catholicos de Itallya que nõ morressem, porende o ãperador, veendo o mal que desta cousa podya viir, outorgou todo o que el rey Theuderigo mandou pedyr.”²³⁸ Cede o imperador assim às ameaças infligidas por Teodorico.

Após seu neto alcançar idade suficiente para governar a Hispânia Teodorico o torna Rei, partindo em seguida para a Península Itálica onde preocupou-se em recuperar o que fora destruído por Alarico e Ataulfo, dos

²³⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 165.

²³⁶ Ibid., p. 166.

²³⁷ Ibid., p. 167.

²³⁸ Ibid., p. 167.

godos, e Genserigo dos vândalos. Conseguiu manter o reino muito bem e em função das “obras que fez em Roma e per toda a terra fizeram os Romaãos hũa ymagem d’ouro em sua reverença.”²³⁹

Apesar desse destaque que teria recebido em Roma o relato acentua que

não embargando que el rey Teuderigo fizesse todas estas cousas que ditas son, pero era todo cheo daquela mortal peçonha da heresya de Arryo [...] por esta razon foy avydo por maa e cruel e contraryo a ley de Jhesu Cristo e porê quis Deus que fosse encarcerado eno inferno, por que as suas obras prestumeiras não acordaron com as prymeyras.²⁴⁰

Ressalta-se assim a necessidade de que o governante mantivesse uma linha de ações que não viesse a depor contra determinados preceitos que deveriam reger seu governo, todas as suas atitudes enquanto governante são levadas em conta.

Cerca de um ano após Amallarico tornar-se Rei da Hispânia, o imperador Justino ordenou um cerco aos arianos, enviou o Papa à Itália a fim de pregar e admoestar o Rei Teodorico para que deixasse a heresia dos arianos. O Rei

ẽ cujo corpo o diaboo fazia morada, logo que ouvyo as pallavras que lhe o Papa dezia por sua salvaçon, foy cheo de tanta sanha e soberva que mandou logo prêder o Papa e os que cõ elle andavã e deitallos em carcer, avendo grande odyo ao emperador Justino por que honrrava e prezava tal homen. E tanto jouve o Papa o os outros ẽ o carcer ataa que morreron de fame.²⁴¹

A partir do momento em que defendeu o arianismo frente à defesa do catolicismo, empreendida pelo imperador Justino, o Rei Teodorico passou a ser visto como aquele que pode vir a quebrar laços de fidelidade, mal e cruel, contrário à lei de Cristo, que se deixa levar pela ira e soberba, chegando inclusive a prender o Papa até morrer de fome. Tais características se contrapõem ao que fora colocado acerca do primeiro momento de seu governo onde prevaleceu a lealdade, a defesa da Hispânia, o fato de ser muito

²³⁹ Crónica Geral de Espanha de 1344. 1954. Op. Cit., p. 169.

²⁴⁰ Ibid., p. 169.

²⁴¹ Ibid., p. 170.

esforçado, bom cavaleiro, agradável, de bom destino e ainda visto como justo.

Tais atitudes tomadas pelo Rei acabam com sua morte, que teria acontecido pouco tempo depois da morte do Papa “de maa morte subitanea, per juizo de Deus. E, logo que foy morto, apareceu ã vison a huũ sancto homẽ hermitan, ã como a alma do Papa Johãne e de Symaco patricio e de Boecio, o fillosofo, os quaaes este escomũgado rey marterizara, levavã a sua alma aa olla de Bulcon que he em Cezillia.”²⁴² A providência divina aparece na descrição atribuindo uma penalidade ao Rei que possuía uma postura desviante daquela que se esperava de um bom Rei.

Outro caso representativo do embate entre arianismo e catolicismo está relacionado ao Rei Leovegildo e seus filhos: Hermenegildo e Recaredo. O Rei Leovegildo é descrito como um grande conquistador de terras, ariano. Hermenegildo, seu filho, casou-se com uma cristã deixando assim o arianismo, chegando a ser aclamado Rei pelos cristãos. Estando ele regendo bem sua terra

foyo cercar seu padre ã Sevyilha per grande engano; e esto por que leixara aquella maldita heresya e nõ queria consentyr em suas maas leis e costumes. [...] Hermenegildo, quando se vyo cercado assy ãganosamẽte, nõ quis contender cõ seu padre, por nõ quebrantar o precepto da ley de Deus. Mas partiosse de Sevyilha o mais escuso que pode e foyse pera outra terra.²⁴³

Ao regressar para suas terras, Hermenegildo foi novamente cercado por seu pai que “prendeuh e deytouho ã carcer, fazedolhe sofrer grandes tormentos.”²⁴⁴ Estava já ele preso, há dois anos, quando recebeu um recado do Rei Leovegildo, dizendo-lhe

que leixasse a fe dos catholicos que tomara por amor de sua molher e se tornasse aaquello que tiinham e criam os arryanos e que o mandaria soltar e que lhe farya toda cousa que padre devesse fazer a seu filho. Estas pallavras e outras de afaagos mãdou dizer el rey a seu filho; e que, se esto nom quisesse fazer, que elle per sua mão o matarya. Mas o muy nobre fidalgo e de grande coração, esforçado enna fe catholica, nõ deu nada por todas as ameaças de seu padre; ante scolheu morrer que leixar a fe. E, quando el rey vio que o nõ podya mover, foy ao carcer onde elle jazia e matouho com hũa segur. E esto

²⁴² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 171.

²⁴³ Ibid., p. 195.

²⁴⁴ Ibid., p. 196.

foy em vespera de Pascoa de resurreiçon. E asy morreo Hermenegildo confessando a fe; e foy poren martyr de Jhesu Cristo.²⁴⁵

A personagem de Leovegildo é descrita como um Rei de grande crueldade, tendo matado o próprio filho, pela falta de piedade aos cristãos católicos. A perseguição aos católicos levou-o a muitos expulsar da Hispânia, incluindo bispos e clérigos. Dentre os bispos estavam Leandro, de Sevilha, e Mazona, de Mérida. Acabou por tomar para si

todallas rendas que elles avyã das igrejas e britoulhes os privilegios que ante avyam e muytos delles fez tornar aa heresya dos arryanos. [...] E assy ho tiinha o diaboo cego em aquella heresya que, a muytos dos nobres fidalgos da sua corte, se ño queryam tãer a sua heresya, ou os mandava degolar ou lhe tomar os bẽes e deitallos da terra. Este foy o primeyro rey que enriqueceo fazendo tesouro dos bees das igrejas, que era patrimonyo dos pobres de Jhesu Cristo, e outrossy dos bees dos cidadãos e fidalgos que matava e deytava fora da terra.²⁴⁶

Continua o Cronista a reforçar a ideia de que pelo fato do Rei seguir o arianismo acabava por cometer ações como mandar matar e se apropriar dos bens dos que perseguia. Ao chegar aos dezoito anos de reinado o Rei caiu enfermo, antes, porém de sua morte teria chamado seu filho Recaredo para fazer-lhe uma confissão:

meu filho, sabee que eu som acerca de mynha morte, a qual eu ben mereço por os meus pecados, ca eu matey meu filho Hermenegildo por a lealdade da sua fe, persseguy e matey e desterrey muytos nobres e fiees catholicos cristaãos. Por que vos rogo que, aquello que eu mal fige, que vos o corregades, se vos Deus der estado de rey, e que mandees por Mãsona e por Leandre, arcebispos, e por todolos outros que eu desterrey; e tornadeos cada huũ a seu logar. E rogovos que creades estes arcebispos, Mansona e Leandre, assy spiritualmente como no temporal, por que son homẽes de grande santidade e muy provados na sua fe, e os ajades por padres e obedeçadees a todos seus castigamẽtos.²⁴⁷

Através desta conversa, que teria existido entre Leovegildo e Recaredo, tem-se a ligação no texto entre o último Rei visigodo a praticar o arianismo e o primeiro Rei dos visigodos a se converter ao catolicismo. Ao se referir ao Rei Recaredo o Cronista ressalta o fato de que seria ele um “muy noble homen e

²⁴⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 197.

²⁴⁶ Ibid., p. 197-198.

²⁴⁷ Ibid., p. 199.

de nobres condições e de sanctos costumes e muy desvyado da grande crueldade de seu padre.”²⁴⁸ Os dois filhos do Rei Leovegildo, Hermenegildo e Recaredo, teriam sido educados na fé católica pelo bispo Leandro de Sevilha, motivo que, segundo o texto, teria provocado o exílio do referido bispo. Apesar das perseguições sofridas pelo pai, os dois filhos mantiveram-se firmes na fé católica.

Diferenciando-se das ações cometidas pelo pai

persiguidor da Fe de Jhesu Cristo, o filho foi amator della. E o padre acrecentou o reyno per armas; e este exalçouho com sancta devaçõ e dereyta entençõ; ca, logo que elle começou de reynar, mandou por Sã Leandre e San Fulgencio e Mansona e por todollos outros que eram desterrados e, despois que foron todos ena terra, mādou aos bispos que preegassem a fe fortemête e que cõvertesen os homêes aa fe e que destroysem aquella heresya arryana. E per tal guisa fez que todollos poboos foron tornados aa fe e leixaron o error em que estavã.²⁴⁹

No trecho fica clara a contraposição entre os dois reis. Enquanto um conquista por meio do uso da força o outro o faz com “santa” devoção e intenção. Aos quatro anos de seu reinado Recaredo convocou um Concílio em Toledo a fim de oficializar que a Hispânia não mais professava o arianismo, oficializou-se ainda constituições acerca de como viveriam os clérigos católicos. Nesse mesmo Concílio Recaredo teria dito que

por sy e por todo seu linhagen, renúciava e avya por maldita e escomungada a seyta de Arryo e a avya por pura heresya; e que elle criia verdadeyramente a sancta Trindade, Padre e Filho e Spiritu Sancto, hũ soo Deus, tres pessoas e hũa essencia, yguaaes em poder e querer e saber, per aquella guysa que o mais conpridamête cree e confessa a nossa madre Sancta Egreja.²⁵⁰

Tal como aparece no discurso presente na confissão paterna, o Cronista atribui novamente a Recaredo uma missão divina a ele instituída por meio do governo do reino:

e tanto foi este rey de dereyta entençom que elle alyvou o poboo muyto das peytas que a seu padre sohyam de dar e das premas que lhes elle soya fazer. Este amava muyto os proves e fazialhes muytas esmollas, ca elle êtêdya que

²⁴⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 200.

²⁴⁹ Ibid., p. 200.

²⁵⁰ Ibid., p. 202.

por esso lhe dera Deus o reyno, por que fizesse com elle todo bem e ãmendasse os tortos e crueldades que seu padre avia feytas.²⁵¹

Após ressaltar o providencialismo, atrelado ao Rei Recaredo, o Cronista volta-se para os reis Sisebuto, Suintila, Tulga, Chindasvito e Recesvinto, todos são destacados em função de que: foram bons reis, eram cristãos católicos, converteram judeus ao cristianismo, promoveram Concílios a fim de evitar a propagação de heresias no reino e ainda são descritos como divulgadores dos Evangelhos e das Escrituras.

A imagem do “Rei Godo Cristão,” apresentada na Crônica, é construída a partir de uma concepção Cristã da História, onde após narrar os feitos dos primeiros povoadores da Península Ibérica e a presença dos romanos, inicia a descrição dos godos. O que sobressai das descrições analisadas é a presença do providencialismo ao posicioná-los como herdeiros do Império Romano. A descrição parte da oposição entre arianismo e catolicismo, onde os seguidores do arianismo são caracterizados como maus reis em função de empreenderem perseguições aos cristãos católicos.

No caso do Rei Teodorico tem-se duas descrições diferentes acerca de seu reinado. O início do reinado é marcado por ações que o colocam como bom Rei: assegura a seu neto o governo da Hispânia, recupera áreas que foram devastadas em Roma, bem governa seus territórios, no entanto ao receber forte influência dos bispos arianos passa a perseguir os cristãos, enfrenta o imperador Justino, prende e manda matar o Papa, por ele enviado para buscar convertê-lo.

Tanto Ugerigo como Teodorico, em função de suas ações perseguindo cristãos, acabam por alcançar uma má morte. Tal caracterização reflete o que coloca Galán-Sánchez acerca de que “una segunda consecuencia del Providencialismo consistía en la consideración de los hechos históricos como instrumentos de la Justicia de Dios, en forma de premios, pruebas o castigos divinos.”²⁵²

Nos casos dos reis aqui apresentados tem-se a associação entre o indivíduo que pratica maldadese que encontra no momento de sua morte um

²⁵¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 204.

²⁵² GALÁN SÁNCHEZ, 1994. Op. Cit., p. 35

castigo divino. O Rei Ugerico teria sofrido uma grande enfermidade manifestada através de vermes que teriam atacado seu corpo levando-o a morte. Já o Rei Teodorico teria sofrido uma má morte súbita, sendo descrita uma visão de sua alma sendo conduzida pelos que foram perseguidos e martirizados por ele. Essa resposta no momento da morte reflete uma concepção cristã de história onde “el sentido de los hechos les viene dado ya a priori, como emanación que son de la Justicia divina; y responde a un mecanismo estereotipado, basado en el íntimo dualismo del cristianismo del bien y del mal, del premio y el castigo.”²⁵³

A descrição em torno de Leovegildo, Rei que professava o arianismo, apresenta-o como Rei que teria empreendido também perseguições aos cristãos católicos chegando até mesmo, segundo o texto, a matar seu filho Hermenegildo por este se recusar a deixar o catolicismo. No momento de sua morte chama seu outro filho, Recaredo, para reconhecer que merece a morte em função dos atos que cometera, ressalta ao filho a necessidade de retirar do exílio os bispos católicos, pois reconhecia a santidade deles, devendo seu filho seguir seus ensinamentos e os obedecer. Sua morte não foi acompanhada de uma descrição associando-a a um castigo divino.

O Rei Recaredo personifica o ideal em torno do bom cristão, é apontado como o que recebeu uma missão divina para bem governar, corrigindo as maldades que foram cometidas por seu pai, defendendo o catolicismo, combatendo o arianismo, buscando convertê-los ao catolicismo. Os demais reis cristãos perseguem judeus, convocam concílios a fim de estabelecer diretrizes para clérigos e leigos, suas ações são reflexos do fato de adotarem o catolicismo e ainda guardarem as escrituras.

Destaca-se ao longo dos relatos a vinculação entre heresia, nesse caso o arianismo, e a infidelidade. Essa vinculação traz consequências como a desunião, o confronto e a desordem no reino. Tais problemas só seriam superados por meio da conversão ao catolicismo, elemento esse que traria unidade à sociedade.

²⁵³ GALÁN SÁNCHEZ, 1994. Op. Cit., p. 38.

3.2 O REI VIRTUOSO

O Rei godo virtuoso está associado a uma série de virtudes e vícios, que correspondem a uma verdadeira ética de governo, necessária ao se relacionar ao contexto de produção da obra, direcionado a uma sociedade onde o poder do Rei está se afirmando perante a sociedade, enquanto a nobreza visa manter seus status. Tais virtudes associadas aos godos remetem a um passado idílico que fora rememorado pelos cristãos vinculados ao processo de Reconquista.

Tal concepção, segundo Adeline Rucquoi, teria se desenvolvido na região das Astúrias durante a alta Idade Média formando “uma entidade particular que, não recusando os contactos com o império carolíngio e os reinos que dele haviam nascido, baseava, no entanto a sua legitimidade e as suas esperanças num passado visigótico que só pedia para ser restaurado.”²⁵⁴

Essa ligação com o passado godo, idealizado durante as operações de Reconquista, encontra respaldo ainda no que coloca Luis Krus em seus estudos acerca do *Livro de Linhagens*, escrito pelo Conde Pedro de Barcelos:

o livro perfilhava, desde a primitiva versão do Conde de Barcelos, a tese de uma Hispânia goda sucessora e herdeira do providencialismo imperial romano, o que, tendo em conta que a realeza e nobreza peninsulares de Trezentos se reivindicavam como descendentes dos Godos, fazia da cavalaria hispânica a lídima representante dos antigos guerreiros da Cruz.²⁵⁵

Ao apresentar no texto cronístico virtudes, valores e vícios associados aos godos, busca construir um espelho de virtudes régias ou principescas que se aproximava de um gênero literário cada vez mais comum a partir do século XIII, o dos *Espelhos de Príncipes*.

Cada vez mais o poder da escrita se impõe como um eficiente mecanismo de poder, especialmente no que se refere à promoção da “imagem régia, cujas, idéias (sic), ainda que geradas num determinado contexto são sempre modelares e buscam construir modelos projetados sobre a realidade

²⁵⁴ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 66.

²⁵⁵ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 139.

concreta.”²⁵⁶ Realidade essa do século XIV e início do XV que considerava-se herdeira dos godos, vindo daí a necessidade de rememorar seus feitos, não deixando de levar em conta o processo de elaboração e seleção que marca a redação de um texto cronístico.

A responsabilidade do Rei godo em esforçar-se por manter o reino, zelar pela manutenção do amor e da amizade, devendo ser honrado e leal, piedoso, manso e pacífico, coloca-o como o chefe por excelência. Aquele que recebeu de “sua linhagem, marcada pelo selo divino, virtudes especiais que tem a obrigação de cultivar.”²⁵⁷

Dentre os reis que são destacados no texto dois deles são apresentados como esforçados. O futuro Rei dos ostrogodos Teodorico aparece no texto ainda como sendo um “mancebo de dezoito ãnos e muy esforçado.”²⁵⁸ O esforço aparece aqui associado ao fato de ter saído vencedor nas batalhas que empreendeu frente aos Sarinatos, na outra margem do rio Danúbio. Destaca-se sua força para a manutenção do reino, ainda que o mesmo ainda fosse governado por seu pai, Teudemiro.

Outro Rei a ser destacado é Sisebuto “era mui esforçado ennas batalhas e dava a suas gentes grande audacia e esforço pera todos fazerem bem e o que devyam.”²⁵⁹ Nesse caso o esforço empreendido por Sisebuto está relacionado à batalhas frente aos romanos “este rey lidou duas batalhas com os Romaãos e sempre os venceu e tomou delles muytas villas e logares.”²⁶⁰ Após vencer muitas batalhas frente aos romanos, sobretudo em províncias que estes possuíam na Península Ibérica, destaca-se por conseguir manter o reino em paz e em justiça.

Para iniciar a apresentação do reis que zelam pela manutenção do amor e da amizade é necessário entender o significado do amor e da amizade no contexto feudal vinculado ao autor e/ou refundidor da Crônica. Os termos amor e amizade estavam associados aos laços de fidelidade que deveriam

²⁵⁶ FERNANDES, Fátima Regina. Instituições e poder na Baixa Idade Média Portuguesa. **Atas das Jornadas da Linha Cultura e Poder**, Curitiba: PGHIS/ UFPR. Texto produzido em 2003b. (Prelo). p. 08.

²⁵⁷ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 82.

²⁵⁸ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 151.

²⁵⁹ Ibid., p. 209.

²⁶⁰ Ibid., p. 209.

prevalecer dentre os nobres, estruturando costumes feudais enraizados na sociedade medieval portuguesa.²⁶¹

Como primeiro Rei a destacar apresenta-se Vália “logo que começou de reynar, pos seu amor com Honoryo e fez com elle suas pazes e deulhe Pracida, sua irmã, muy honrradamente [...] e prometeulhe de seer ã sua ajuda e dos Romaños.”²⁶² Nesse trecho fica clara a ligação entre o amor e o vínculo aos laços de fidelidade que estariam ligando o Rei godo ao imperador romano.

Outro ponto a ressaltar no texto é o que se verifica entre Genserico (vândalos) e Eurico (visigodos): Genserico observando que os romanos estavam sendo atacados no ocidente pelos visigodos e no oriente pelos ostrogodos

pensou que, em quanto elles fossem êpachados cõ as guerras, que elle viveria seguro e em paz em terra d'Affrica. E êvyou seus messegeiros a el rey Eurigo, ã que o mandava rogar que fizesse guerra aos Romaños, louvando muyto a sua cavallarya; e êvyoulhe muitas armas e outras doas de grande preço. E el rey Eurigo, por amor delle, despois que êvyou os messegeyros, começou de fazer a guerra com mayor aguça que pode.²⁶³

Percebe-se aqui outra associação entre o amor e laços de fidelidade/vassalagem: em função de laços de vassalagem estabelecidos o Rei Eurico parte para a guerra com mais presteza a partir da solicitação enviada por Genserico. O amor pode estar associado ainda a vínculos entre o monarca e o povo que ele governa. Como referência a essa ligação pode-se citar três casos.

O Rei Teodorico dos ostrogodos, no início de seu reinado onde ainda não está associado às perseguições aos cristãos, é apresentado como “homẽ de muy boõ doayro e muy gracioso e recebia muyto bem todollos que lhe queryam fallar, amavãno todos de coração.”²⁶⁴ O Rei aparece aqui como aquele que com gentileza e graça recebe a todos que o procuram, sendo amado por seus súditos.

²⁶¹ Acerca do papel do amor e da amizade nas obras do Conde Pedro de Barcelos cf: MOCELIM, Adriana. Análise do Prólogo do Livro de Linhagens, escrito pelo Conde Pedro de Barcelos em 1340. In: **Revista Pós-História**. Assis/SP: Unesp, 2005/6. v. 13 e 14. p. 95-105.

²⁶² **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 135.

²⁶³ Ibid., p. 154.

²⁶⁴ Ibid., p. 160.

O Rei Recaredo, dos visigodos, é descrito como aquele que “fazendo muyto bem e boo regimento ã seu reyno, assy como aquelle que era de muy boo siso e muyto amado de todos, por que lhes era muy franco e liberal.”²⁶⁵ O amor que o Rei Recaredo alcançara junto aos seus súditos vinha do fato de ter colocado como meta de seu governo aliviar o povo dos impostos e da opressão que vinha sendo-lhes imposta por seu pai. Essa relação de amor e respeito que o Rei deveria ter em relação ao seu povo pode ser verificada também no reinado de Recesvinto: “este rey Recesundo amou e prezou muyto o seu poboo e elle foy outrossi muy amado e bem servido delle.”²⁶⁶ Se o Rei trata seu povo com amor respeito é por ele amado e servido.

No trecho analisado, referente aos godos, a amizade aparece referenciada em um conselho que o Conde Julião convocara em Ceuta, a fim de consultar seus homens acerca de voltar-se contra o Rei Rodrigo, por ter desonrado sua filha. Henrique um de seus conselheiros após ouvir o que colocara a mulher de Julião, pedindo que fizessem algo para salvar a honra da família, voltou-se ao Conde: “amigo, parade mētes ã vossa deshonnra e em o que diz vossa mulher!”²⁶⁷

O Conde após ouvi-lo teria dito:

amigo, quẽ em concelho fere nõ ha que negue em puridade. Esto vos digo eu por mỹ e por mynha fazenda, que vos ja sabedes. E poren vos rogo que me digades como faça e aderence minha fazenda, ca eu nõ farei se nõ como vos mandardes. E logo me hora dizede o que vos semelhar, ante todos estes. E sabedes por que vos carrego tanto deste feito? Por que sei que vos deveades de aver tam grãde pesar como eu.²⁶⁸

A partir da análise desses trechos pode-se perceber a associação entre a amizade e outra característica fundamental na sociedade medieval que é o bom conselho, este deve ser uma virtude esperada dos vassalos quando convocados pelo seu Senhor a demandar. Henrique no dia seguinte dá a sua resposta ao Conde Julião:

Na resposta dada por Henrique ao Conde Julião, é colocada a necessidade do amigo considerar o outro em grande importância e pensar em

²⁶⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 203.

²⁶⁶ Ibid., p. 226.

²⁶⁷ Ibid., p. 321.

²⁶⁸ Ibid., p. 321.

seu proveito. Nesse sentido é que pondera acerca da desonra sofrida e do que poderia ser feito para tirar desforra. Coloca que o Conde poderia contar com um grande número de vassalos que o acompanhariam onde quer que fosse e ainda contava com os muçulmanos, que estavam para além das terras por ele administradas, podendo assim contar com um número ainda maior de combatentes, dessa maneira sugere que comece a guerra.²⁶⁹

Outro trecho que merece destaque, relacionado à amizade, é a narrativa do pedido de conselho feito por Tariq ao Conde Julião, após os muçulmanos terem entrado em Córdoba. O Conde inicia seu discurso colocando:

Amigo, Deus sabe que de mĩ avedes vos o melhor conselheiro e ajuda que eu sempre pude. E bem sabede por verdade que, se eu ouvera sabido que Deus tanto mal queria a El rey dom Rodrigo e assi avia sabor de lhe encurtar os dias, nõ fora mester de vos passardes o mar, ca eu lhe dera cima. Mas, nõ embargando esto, eu vos conselharei como devades fazer, se me vos quiserdes creer, ca vos farei que nõ aja em Espanha Villa nõ Castello de que nõ sejades senhor.²⁷⁰

Nesse trecho está presente um relato do Conde Julião chamando Tariq de “amigo,” como tal deveria o Conde oferecer-lhe assim o melhor conselho. Ressalta o Cronista que se o Conde soubesse que o Rei Rodrigo teria sua vida curta não teria contribuído para com os muçulmanos, ajudando-os a transpor o mar. Porém como a situação já estava dada, o Rei morto e os muçulmanos na Península Ibérica, cabia ao Conde bem aconselhá-los a fim de que pudessem tomar na Hispânia vilas e castelos.

Nas descrições acerca da amizade a honra aparece a ela associada, assim entre “amigos” deveria existir a honra a juramentos feitos, à palavra dada, como pode ser visto na descrição entre o Conde Julião e Tariq. Outro caso representativo da honra atrelada à amizade está ligado ao Rei Teodorico dos visigodos. O Rei teria colocado como governante dos suevos um vassalo seu. Este, com apoio dos suevos, teria tentado se rebelar contra os visigodos alegando que não se subordinaria a ninguém. Como resultado, acabou morto a mando do Rei Teodorico.

²⁶⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 321-322.

²⁷⁰ Ibid., p. 333-334.

Os suevos encaminharam então seus sacerdotes para pedir ao Rei que os perdoasse, como o Rei era “homẽ de boa alma recebeo os sacerdotes muy honrradamente. E, por sua hõrra, perdoou aos Suevos o erro que lhe avyam feyto e outorgoulhes que alçassem antre sy rey de seu lynhagem, com esta condiçom: que lhe obedecessem como a senhor.”²⁷¹ A honra aqui norteia as ações do Rei, solicitando aos suevos que o honrassem a partir daí obedecendo-o como senhor.

A honra encontra-se também associada a vitórias em batalhas, como é o caso dos ostrogodos frente aos hunos. Os ostrogodos liderados pelo Rei Valamiro venceram os hunos liderados por Hernac, após a derrota dos hunos o Rei “Vualamer e os Estrogodos ficarõ poren muy honrrados e em paz e sem toda prema doutro senhorio. E des ally adiante lhes ouverom medo os Unos.”²⁷² A vitória alcançada frente aos hunos permitiu aos ostrogodos desfrutar da honra obtida, mantendo a paz no senhorio sem pressão.

A vitória frente aos hunos fez com que o imperador tivesse interesse em “os aver por amygos e por esto pos sua paz cõ elles. E deulhe Vuallamer em arreffenas huũ seu sobrynho que avya nome Teoderigo e era filho de Teudemyro, seu irmão; e nõ avya mais de oyto ãnos de sua ydade. E o emperador Leo o criou muy honrradamente em sua casa.”²⁷³ A honra aparece aqui como parte das obrigações que advêm dos laços de amizade, que foram estabelecidos entre o Rei Valamiro e o imperador Leo que passa a criar em sua Corte um sobrinho do Rei dos ostrogodos, Teodorico.

A honra que fora alcançada pelos ostrogodos em batalha permitiu que o Rei ostrogodo Teodorico fosse criado em Constantinopla, lá vivendo “muy viçoso e honrrado co o emperador Eugenyõ.”²⁷⁴ Quando os ostrogodos começaram a falar contra a paz estabelecida entre eles e os romanos, Teodorico foi procurar o imperador que buscou uma forma de dar-lhes alguma terra, que a ele não viesse causar dano. O imperador Eugenio enviou-os à Península Itálica a fim de que Teodorico dela se tornasse senhor.

²⁷¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 148.

²⁷² Ibid., p. 150.

²⁷³ Ibid., p. 150.

²⁷⁴ Ibid., p. 155.

Após derrotar as tropas lideradas por Odoacro, o Rei Teodorico “ouve o senhorio de Itallya todo assessegadamente e paz, foisse pera Roma e foy recebido dos Romaños muy honrradamente.”²⁷⁵ Novamente a honra aparece atrelada às conquistas militares empreendidas pelo Rei.

A honra aparece atrelada ainda à vitórias alcançadas frente aos muçulmanos, como pode ser analisado no trecho que narra um episódio que teria ocorrido no final do reinado do Rei Wamba. Quando fazia nove anos do reinado de Wamba teriam aportado na Hispânia muçulmanos que teriam feito

dampno e mortaidade ã as gentes. Mas, logo que o soube el rey Bamba, êvyou allo huñ caudel com grande hoste sobre esses Allarves. E, como os acharon, pellejarã com elles e desbaratarõnos e matarõ delles a mayor parte e os outros prenderõ; e queymarõ todallas naves. E, despois que esto ouveron feito, tornaronsse pera el Rei com muyta riqueza e grande honrra.²⁷⁶

Essa associação, da honra obtida em combates frente a muçulmanos, encontra vinculação a uma característica que marca as descrições dos reis do período da Reconquista: os bons reis são considerados honrados ao vencerem os muçulmanos.

Finalizando a apresentação das virtudes associadas aos reis godos encontram-se a mansidão, presente na caracterização do Rei Tulga: “este rey Tulgas foy homen muy mäsö e muy boo cristaão em todos seus feytos,”²⁷⁷ e a virtude de manter o reino em paz, como pode ser observada na descrição do Rei Chindasvinto “em o tempo deste rey, foy toda Espanha folgada de toda guerra em tal guysa que nõ era achado em toda a terra nõ huñ homen maaõ nõ que ousasse tomar armas sandyamente.”²⁷⁸

Ao enaltecer, ao longo do relato, as virtudes atribuídas aos godos o Cronista remete a um passado idealizado onde os homens viviam realmente em seu dia a dia tais virtudes, consideradas pelo Cronista como sendo fundamentais para manter a sociedade, imprescindíveis para que o amor e a amizade pudesse acontecer.

²⁷⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 159.

²⁷⁶ Ibid., p. 280.

²⁷⁷ Ibid., p. 217.

²⁷⁸ Ibid., p. 219.

3.2.1 Os Vícios

O Cronista enalteceu as virtudes associadas aos godos assim como os vícios, que segundo ele teriam corrompido a sociedade permitindo que os muçulmanos invadissem a Península Ibérica. Em relação aos vícios, descritos no texto, que deveriam ser evitados é relevante destacar a traição. Um caso representativo está presente no relato nos primeiros anos do reinado de Wamba. Após a morte do Rei Recesvinto os nobres do reino, não chegando a um consenso acerca de quem seria o próximo Rei, recorreram ao Papa que pediu aos mensageiros que regressassem à sua terra onde encontrariam o próximo Rei. Este seria um lavrador pertencente à linhagem dos reis godos. Os mensageiros fizeram tal qual o Papa lhes dissera e assim encontraram Wamba. Assim que o encontraram

descenderon dos cavallos e fezeronlhe grande reverença, tal como enton era devuda e feita aos reys, saudandoo con grande humyldaden e dizendolhe o por que eram viindos a elle cõ muyta reverença, como aquelles que foron ensynados e criados em casa dos reis, dizendolhe em como a muy noble cavallaria dos godos ho mandava chamar pera o fazer seu rey.²⁷⁹

Por meio de uma revelação divina, feita ao Papa, Wamba chega ao poder como Rei dos visigodos. Exalta-se assim uma ideologia de realeza a envolver o novo Rei. Após ser ungido e alçado Rei, Wamba “jurou e prometeu que elle teria senpre a fe catholica e que manterria a todos as leis e costumes e dereitos que avyam d’aver, assy aos fidalgos como aos poboos.”²⁸⁰ No entanto houve uma parcela dos godos, que vivia na Gália Narbonense, que não aceitou Wamba como novo Rei, liderando essa parcela da sociedade estava Ilderico, que segundo o texto buscou aliados para sua causa, traindo assim a lealdade devida a Wamba: “e, por que a sua traiçon fosse mais poderosa pera vëcer a lealdade, a qual cousa nũca foy nem seera, porende ajuntaron elles a sy outra grande companha de treedores e ajuramentaronse com elles pera todos

²⁷⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 232.

²⁸⁰ Ibid., p. 233.

seerem de hũa falla e conselho.”²⁸¹ Nesse trecho está presente a ideia de que Ilderico estava tentando contrapor a traição à lealdade, coisa que segundo o Cronista não aconteceria.

Dentre os que estavam ao lado de Ilderico estava Paulo que

per suas enganosas pallavras e affagos, revolvya os corações de muytos consentir aa sua maldade, ca todos o avyam por mayoral desta obra. [...] Depois que se ouve acordado com todollos outros treedores e avendo guaanhados os seus corações, mostrou claramente a sua traiçon ã se alçar contra el rey Bamba, assy como logo fez, ca jurou ante todos que já nũa averya por seu rey nem senhor Bamba nem lhe faria serviço e que assy o dava por conselho a todos que o fizessem; e que pera esto que escolhessen rey antre sy a que obedeeessen. E, a esto que elle disse, respondeu huũ cavaleyro que avya nome Ranosyndo, que era sabedor de todo o feito como era, e disse: Nom queremos, nos todos quanto aqui somos, outro por rey se nõ Paulo e aqeste enlegemos e aaqeste obedeeemos como principe e senhor.²⁸²

Segundo o texto cronístico Paulo estivera junto aos que elegeram Wamba como Rei, daí vem a traição e a quebra de lealdade jurada anteriormente, incorrendo assim em um dos mais graves crimes possíveis de ser cometido. Paulo é descrito como sendo “desleal e treedor, cobiçoso de honrra e sobervoso, atrevudo em toda maldade, consentyo e outorgou cõ aquelles treedores, fizesse logo vestyr e guarnecer como rey e fez que lhe jurassem todos em aquella forma e maneira que era costume dos Godos, assy como elle jurar com os outros ãna enliçon del rey Bamba.”²⁸³ Estão associados a Paulo aspectos que tem por finalidade desqualificá-lo em função de suas ações, contrárias a uma projeção de modelo ideal que é construída ao longo do texto cronístico: ele quebrara laços de vassalagem, auto intitulando-se Rei.

Chegara aos ouvidos do Rei Wamba que Paulo havia sido coroado Rei e que sua intenção era dirigir-se para a Hispânia, a fim de combater Wamba como traidor declarado. O Rei Wamba convocou um conselho a fim de melhor analisar a situação. No conselho diante da divisão entre seus conselheiros, acerca de qual medida tomar, ressaltou os grandes feitos dos godos e a necessidade de dar a eles continuidade:

²⁸¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 233-234.

²⁸² Ibid., p. 234.

²⁸³ Ibid., p. 235.

compre a nos de avermos em esto tal avisamento que a sua treição não creça mais, ca bem sabedes vos que os muy nobres reis godos a taaes cousas como estas nẽ a outras semelhantes nũca lhes derom logar, ante de todas suas ãjurias tomaron muy estranhas e cruees vinganças. Pois não cumpre a nos, que decêdemus do seu linhagen, de avyllarmos e desonrrarmos a sua muy nobre fama. [...] Logo partamos daquy a grãde pressa a destroyr aquella maa companhia, ca nom son nossos iguaaes em armas nem se nos terrã. [...] Ca devemos seer nombrados da grande nobreza que sempre os Godos husaron, dando grande livridom aos filhos d'algo, por o seu boo prez das armas.²⁸⁴

Era necessário conter o avanço da traição, para tanto rememora feitos dos godos ao combater outros casos de injúrias, devendo ele dar prosseguimento a tradição que envolve os godos. O Rei Wamba reuniu seus vassalos e partiu para o embate frente aos adeptos da traição empreendida por Paulo. Após descrever como as tropas lideradas pelo Rei venciam combates e conquistavam cidades e castelos, a narrativa chega ao cerco da cidade de Nimes.

Nesse momento chega-se a um ponto crucial, onde os homens que foram convencidos a apoiar a traição de Paulo, contra o Rei, se dão conta do que os esperava. Os vassalos do Rei invadem a cidade e os seguidores de Paulo buscam refúgio no Circo Máximo. Quando os

de Paulo que eram enno castello viron o grande destroymento que em elles era feito per aazo da treição de Paulo, foron antre sy ã tanta discordya que huũs con os outros se matavõ que lhes nõ era mester outros ãmiigos, ca os da vylla apoynam aos de Paulo que eram treedores e que por a sua traiçon eram elles mortos e destroidos. E tanto creceu aquella desaveença e matança antre elles que, pero que Paulo a quisera partir, nõ pode, ca ja os homeens o nõ prezavam nẽ lhe avyã amor nem temor nem algũa reverença, ca assi o avyam en desdem que ja por elle nõ leixaron de comprir suas voontades, e dizendo que a sanha del rey Bamba se tornaria sobre suas cabeças por consentir aa traiçon de Paulo.²⁸⁵

No trecho citado, fica claro que embora no início Paulo tivesse conseguido o apoio de um grande número de pessoas, que se colocaram contra o Rei Wamba, não conseguira fazer com que os homens tivessem por ele respeito, amor, temor ou reverência. Quando foram cercados pelas tropas do Rei, se deram conta de que apoiando a traição de Paulo conseguiram atrair para si a cólera régia, e que não conseguiriam de Paulo uma forma de amenizá-la, muito pelo contrário.

²⁸⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 236-237.

²⁸⁵ Ibid., p. 248.

A fim de melhor caracterizar o que deveria esperar os que ousavam voltar-se contra o Rei, a narrativa aponta que “quando Paulo se vyo assy desprezado, desasperousse de sua vida e de todo seu senhorio. E desvestiusse dos panos reaaes que com soberva avya tomado e vestiusse ã vestidura refece, ca Deus sabe abaixar os membros da soberva e eixalçar os filhos da omyldade.”²⁸⁶ Com a cidade de Nimes tomada, os que conseguiram fugir dirigiram-se ao arcebispo de Narbona, a fim de que ele interviesse junto ao Rei Wamba por clemência.

O arcebispo interveio junto ao Rei pelos que se reconheceram traidores, estando visível no texto que a “sua função real coloca-o até acima dos representantes de Deus na Terra.”²⁸⁷ A resposta do Rei ao arcebispo foi de que “por honrra de meu Senhor Jhesu Cristo e por que ey conpaixon de vos, poren salvovos as vidas; pero con esta condiçon: que se saiba per minha corte a pena que merecen os que taaes cousas fazem. Mas a vos perdoo de todo, em todollos erros que me fezestes.”²⁸⁸.

Levando em conta, o que fora estabelecido com o bispo, o Rei mandou seus homens entrar na cidade de Nimes e capturar Paulo e seus homens, os quais deveriam ser trazidos vivos perante o Rei. O Cronista ressalta novamente a virtude da piedade régia no momento em que o Rei teve diante de si Paulo e os que o apoiavam:

Oo grande Deus do ceeo, Nosso Senhor Jhesu Cristo, rey e senhor sobre todo, rey e emperador da terra! Grandes louvores dou ao teu sancto nome, por que tu abaixas a soberba e eixalças a homildade e fazes grandes maravilhas sobre a terra! Senhor, tu derribaste e abaixaste ante os meus pees este sobervoso e destroiste o que elle cuydava de fazer. [...] Oo mizquinhos! A vossa soberva e maaos conselho vos fez viir em tal confuson! A vida vos outorgo, ataa que sejades julgados per mynha corte que pena merecedes.²⁸⁹

É ressaltada, nesse trecho, a piedade régia ao não mandar matar os traidores, garantindo-lhes a vida até o momento em que suas ações fossem julgadas pela corte régia, deixando claro ainda que voltaram-se contra o Rei em função de terem sido mal aconselhados.

²⁸⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 249.

²⁸⁷ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 76.

²⁸⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 251.

²⁸⁹ Ibid., p. 253.

Paulo e seus companheiros foram levados à corte onde foram acusados de traição, se levantaram contra o Rei sem um motivo razoável. Foram considerados culpados, sendo a pena agravada pelo fato de terem tentado matar seu senhor, estando os membros da corte de acordo acerca de que “os mandassen matar de tal e tam cruel morte como mereciam os treedores que tal cousa cometeron. Mas el rey, como era homen piadoso e verdadeiro, nã quis consentir a morte delles; ante lha quitou. E assi comprio o que prometera ao arcebispo de Narbona e obrou piedade.”²⁹⁰

O Rei Wamba aparece assim como um Rei que zelou pela manutenção dos laços de vassalagem no reino, agindo com os traidores com dureza a fim de impedir o avanço da traição, no entanto soube agir com piedade ao punir os traidores, manteve a palavra dada. Após a derrota de Paulo e reorganização da Gália Narbonense soube reconhecer o valor de seus vassalos, estando o Rei em

Canebat sperou ally toda sua hoste. E desque foron todos ajütados, fezelhos huũ gracioso fallamento, enno qual lhes fez grande gracidimento da sua bondade e lealdade e bem fazer em armas e por que soportaron cõ elle tanto trabalho, dizendolhes que, per o seu boo esforço e grandes batalhas, foron tan toste vencidos os ãmiigos.²⁹¹

O Rei Wamba é descrito como um Rei que sabe que não alcança nada sozinho, depende de seus vassalos para alcançar seus objetivos. Reconhece a importância da lealdade ao Rei e do esforço de seus homens nas vitórias alcançadas. O Cronista construiu, a partir da narrativa do combate à traição, uma imagem moralizante em torno do Rei Wamba, exemplo virtuoso a ser seguido tanto pelos reis quanto pelos vassalos. Suas ações à frente do reino o colocam como Rei de

vyrtude, catholico fiel, regedor dereito, reynou nove anos e vyveu despois sete enna orden. Mas aqui he de notar que, despois deste rey Banba, nũca os Godos conquistaron terra, nem fizeram nem hũa boa cavallaria, nem ouveron nem hũu boo rey; ante foron sempre de mal em peor, ataa que de todo foron destroidos em tempo del rey dom Rodrigo.²⁹²

²⁹⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 255.

²⁹¹ Ibid., p. 257.

²⁹² Ibid., p. 282.

Por meio do “relato do reinado do Rei Bamba e através de sua caracterização, se pretende, sobretudo engrandecer a imagem de nobreza e fama dos godos, [...] Bamba é o Rei que a Espanha dá aos Godos e que aumenta a sua glória. Depois dele nunca mais será assim.”²⁹³ No trecho o poder, a força e as virtudes do Rei conseguiram suplantar e reafirmar a necessidade de manter a lealdade como elemento norteador da sociedade.

A desonra é outro dos vícios apresentados no texto, a fim de que se ressaltasse aos homens a necessidade de buscar a honra em suas ações, já que a desonra traz consequências a quem a pratica e ao grupo como um todo. Foram destacados quatro trechos que trazem referências à desonra, presentes na tabela a seguir:

TABELA 1 – Menções à desonra presentes no relato dos godos

Personagens	Narrativas
Rei Genserico - dos Vândalos	Guysou seus navyos e suas hostes pera passar em Italya e pera a destroyr. Mas sayu a elle Ossyllio Patricio co muytos navyos e com grande hoste dos Romaãos e ouve cõ el batalha sobre o mar e vêceuho, de guysa que ouve per força de tornar pera Affrica, vençudo e com grande deshonna. (Crônica. Vol. II. p. 151).
Rei Riotimo da Bretanha Francesa	E, andando el rey Eurigo veeo a elle el rey Rotino, que era rey dos Bretões, cõ doze myl homeês d'armas e cõo ajuda dos Romaãos, por lhe defender França. E el rey Eurico, logo que o soube, guysousse com todo seu poder e foy lidar cõ elle. E foy desbaratado el rey Rotino e perdeu muytas gentes, em tal guysa que se ouve de tornar muy desonrradamente. (Crônica. Vol. II. p. 153).
Guesaleico	Aveo que Gundamundo, rey de Bergonha, veo sobre a cidade de Narbona e destruyoha e estragouha. E Guysalayto, como rey maaõ e covardo, fogyo âte elle co muy grande dampno que recebeo em suas jentes. E foyse pera Barcelona e morou hy. E por esta razon perdeo a hõrra e senhoryo do reyno dos Godos. (Crônica. Vol. II. p. 164)
Ágila dos Visigodos	Este rey Aguylla, logo em o primeiro ano de seu reynado, começou a guerra cõ os de Cordova. E, por desprezamento da cristaydade, fez ençujar a sepultura do bem

²⁹³ ESTEVES, 1997. p. 76-77.

	<p>aventurado martyr Atisclo e mandou hy pousar seus homeens e poer hy as bestas. E em esto ãvolveronsse os seus cõ os da vylla, de tal guysa que foy elle ally vençudo e muy desonrrado e mataromlhe ally huũ filho. E perdeo hy todollos melhores da sua hoste e quanto tragia. E, assy confundudo e vencido, fogio muy lazeradamente, Ca os seus pecados lidaron contra elle. E, co grande pavor da morte, fogyo pera Merida. E todo este mal lhe acôteceu por elle mãdar desonrrar a sepultura do sancto martyr do Nosso Senhor Jhesu Cristo. (Crônica. Vol. II. p. 187)</p>
--	--

Dois dos trechos, referentes aos reis Genserico e Rotino, associam a desonra à perda em batalha, mesmo que seu exército estivesse em maior número. O trecho relativo ao Rei Geselaico traz a perda da honra associada à sua covardia e fuga diante do combate, como consequência perdeu o senhorio do reino dos godos. O último trecho associa a desonra alcançada pelo Rei, perdendo suas hostes e seu filho, pelo fato de não ter honrado a sepultura de um mártir cristão católico.

O Rei Vitiza, dos visigodos, segundo o relato cronístico, personifica vícios que teriam sido de fundamental importância para a desestabilização do reino visigodo. No começo do seu reinado aparentava ser um bom Rei, fato esse descrito como fingimento pelo Cronista. O Rei que até “este tempo fizera o pecado de sua luxuria alguũ pouco encuberto, começou, des este terceiro ano em dyante, fazello muy descubertamente ante todos sem nẽ huũ resguardo.”²⁹⁴

Existe no texto uma ressalva acerca da luxúria cometida pelo Rei, de que se somente ele incorresse em tais atitudes não haveria problema, no entanto as atitudes tomadas pelo Rei serviram para dar exemplo a

todollos do seu reyno de fazerem, assi aos grandes como os pequenos, assy aos clerigos como aos sagraaes. E, por que todollos homees per a mayor parte se conformã a seu rey, [...], em tal maneira que todo homen corrompeu o seu estado. E em esta guisa ençujou este luxurioso Vetiza a muy nobre gente dos Godos e fez perecer a sua muy famosa cavallaria e empoçoentou o estado da clerezia e avergonhou todo o povoo cristão d'Espanha. Que vos diremos, se nom que todollos homees leixaron os seus boos husos e emardeceron em tanto pecado de luxuria que toda Espanha foi chea deste mal? [...] Quebrantou

²⁹⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 290.

a muy grande nobreza dos Godos, os quaaes conquistaron muytas terras e fezeron grandes cavallarias e muyto estremadas façanhas. Aquy foy destroida toda e metida em fundo de todo o aviso, enas torpidades que ão covinha ao seu estado.²⁹⁵

Teria o Rei assim, segundo o Cronista, difundido no reino seus vícios, fazendo perecer as virtudes que enalteciam a cavalaria visigoda. A luxúria é analisada pela autora Cristina González como causa da perda da civilidade, incorrendo ainda na desunião do grupo. A perda da civilidade se dá em função de que se permite que entre os homens surjam traços de selvageria, perda do autocontrole, que levariam ao enfraquecimento e desunião.²⁹⁶

No início do reinado de Vitiza é reforçada a ideia de que as atitudes do Rei estariam associadas ao providencialismo, o arcebispo de Toledo Gunderico: “quando vio multiplicada tanta maldade e que se nom podia a ella poer remedio, entendeu que por perdiçõ da terra era deitada tal praga peçoenta em Espanha.”²⁹⁷ Essa previsão do arcebispo estaria interligada com o que fora anunciado pela passagem de um cometa, ainda no reinado de Suintila: “enno quynto ano deste rey tremeo a terra em Espanha e apareceo hũ cometa em que parecia huũ synal d’espada e apareceu por trinta dyas; e alguũs astronomicos que esto vyron diseron que demostrava que os Africanos avyan de cobrar senhorio em Espanha.”²⁹⁸ Para que os africanos conseguissem tomar a terra era necessário que a cavalaria goda se desvirtuasse de seus princípios e as atitudes do Rei Vitiza estariam contribuindo para isso, “estava escrito”.

A partir do sétimo ano do reinado de Vitiza teriam os pecados se generalizado por entre a população, nesse período

aveo esta maa ventuira em Espanha que vos agora diremos, ca o diaboo, que ão queda buscando e procurando aos homeẽs todo mal quãto em elle he e pode e sabe, sementou em o reyno d'Espanha muytaa maa semente. E foy en esta guisa: em os grãdes e poderosos, semẽtou soberva; e, ennos religiosos, ãvestio preguiça e negligencia pera bẽ obrar, e aquelles que aviam de preegar e anũciar paz ao poboo fezeos sementadores de mal e discordia; e, enna clerizia, luxuria e sobegidõe de pecados; e, ennos sabedores, pos embotamento de ignorãcia, per tal guisa que os bispos e sacerdotes e homees

²⁹⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 290 a 292.

²⁹⁶ GONZÁLEZ, 1992. Op. Cit., p. 66.

²⁹⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 191.

²⁹⁸ Ibid., p. 211.

de religiom foron tornados assi como os mais viis homees do poboo, e os principes da cavallaria e os regedores do poboo taaes como os pubricos ladrões; e el rey Vetiza tornou tal como o mais desaventurado homen que podia seer achado.²⁹⁹

Essas atitudes se contrapõem ao

reyno d'Espanha que era aaquella sazon grande e largo e temudo e honrrado polla grãde nobreza da cavallaria dos godos e mui preçado por o grande avondamento de riquezas e de mtiimentos. [...] Toda esta nobreza, que avedes ouvyda, do reyno d'Espanha e dos Godos foy destroida per aquelle tiranno luxurioso Vetiza; ca elle, temêdose que lhe tolheriam o reyno por as grandes maldades avorrecidas que fazia, mandou derribar todallas fortellezas do reyno, [...] despois que esto ouve feito, mandou que todollos que armas tevessem, que as defezessen e que fizessem dellas eixadas e ferros de arados. Oo maldito Vetiza, que as armas dos Godos, que foron as mais honrradas e temudas do mundo e que todollos homeens mais receavã, tu as mandas desfazer e tornar em nada!³⁰⁰

Em um primeiro momento são apresentadas as atitudes tomadas pelos habitantes do reino e que se distanciavam das virtudes até então atribuídas aos Godos, honrados e temidos pela nobreza de sua cavalaria. A caracterização do reinado de Vitiza desenvolve-se através

do tópico do mundo às avessas e que formalmente se concretiza na associação de atitudes incompatíveis com a condição dos seus protagonistas, [...], os efeitos sobre a Espanha e sob os Godos, provocados pelo mau reinado de Vitiza, sobressaem, pelo contraste entre o presente e o passado, no qual a Espanha sob a ocupação goda fora um Paraíso para o corpo e para o espírito.³⁰¹

O Cronista demonstra espanto e consternação diante da destruição deste paraíso, expressos ao narrar as medidas extremas tomadas pelo Rei mandando destruir armas e fortalezas do reino, que tantas glórias trouxeram aos Godos, e ainda na última frase da citação: “OO maldito Vetiza.”

O que teria levado o Rei a praticar tais vícios e tomar medidas extremas destruindo armas e fortalezas? Segundo o Cronista estas atitudes resultaram do fato do Rei Vitiza ter dado ouvidos ao “conselho e aviso de seus conselheiros, ca veendo elles o grande desamor que lhe avya o poboo, outrossi a mayor parte dos fidalgos, conselharonlhe que lhes derribasse as fortalezas

²⁹⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 293.

³⁰⁰ Ibid., p. 293-294.

³⁰¹ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 78.

e desfezesse as armas e desta guisa os teria todos sujugados que nem huũs nõ poderiam contra elle levantar.”³⁰² Ao ouvir seus conselheiros acabou por ser malquisto pelo povo, colocando por fim o Cronista que “nom pode ho rey aver mais empeciviis ãmiigos que os maaos conselheiros, ca estes, so especia de bem, mostrandolhe que he muyto seu proveito, armanlhe laços de grande confusson.”³⁰³

A morte do Rei Vitiza é apontada como consequência da justiça divina “que vem sobre todo homẽ que mal obra e a sua vingança sobre os que nom querem fazer peendencia e por que estes nom curaron aver Deus em conhecimento nem se quiseron ãmendar, poren dobrou Deus a pena da sua justiça sobre eles.”³⁰⁴

Dando prosseguimento ao relato cronístico que apresenta os vícios, que teriam contribuído para o desmantelamento da sociedade visigoda e consequente avanço dos muçulmanos sobre a Península, chega-se ao reinado de Rodrigo. Após a morte de Vitiza assumira o trono o Rei Costa, no entanto, este morrera pouco tempo depois deixando dois filhos ainda pequenos, era necessário escolher alguém que pudesse reger o reino até que os herdeiros pudessem assumir o trono. Os procuradores do reino buscaram alguém que pudesse assumir a regência e cuidasse da guarda dos filhos do Rei Costa, dentre os fidalgos

acharan que havia hi homẽ, boo cavalleiro em armas e muy esforçado, e que este era tal como elles demandavam e que daria a cada huũ o seu deryto, que por nem hũa cousa o nõ leixaria de fazer; e demais que era primo coyrmão del Rei Costa e que por esta razon averya mayor cuydado da criaçom e guarda dos seus filhos. E este cavalleiro avya nome dom Rodrigo.³⁰⁵

Os visigodos escolheram assim Rodrigo como regente do reino, até que os filhos de Costa pudessem assumir o trono. Colocaram-lhe que:

a vos fez Deus a mayor mercee que nũca fez a homen que nos possamos saber. E vedes o que vos fez: deuvos que ouvessedes de seer regedor d’Espanha e que vos façades como se fossedes rey. E esto nõ foy por vos seerdes herdeiro do reyno, mas foy por outra cousa por que vos devedes de

³⁰² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 294.

³⁰³ Ibid., p. 295.

³⁰⁴ Ibid., p. 297.

³⁰⁵ Ibid., p. 299.

teer por muy mais bem andante, ca foi per outorgamêto e grado de quantos nobres homeês vos aqui veedes, assi clerigos como leigos. E praza a Deus que esto que vos assim fazem, que seja por seu serviço em prol da terra e honrra de todos aquelles que vos emlegeron.³⁰⁶

O que se pode analisar a partir desse trecho é a grande confiança depositada na eleição de Rodrigo como regente do reino. Fora ele escolhido por Deus para ocupar esse cargo, esperavam os visigodos que ele pudesse honrar essa escolha, afinal ele não era o herdeiro do trono, deveria trabalhar em proveito da terra e dos que o elegeram. Comprometera-se ainda a passar a regência do reino aos filhos do Rei Costa assim que estes atingissem idade suficiente.

No entanto, assim que foi alçado ao trono “tomou grande poder e foy sobre aquelles que tiñham os filhos del rey Costa e matouuhos. Tomou os meninos e adusseos consigo e fezeos criar assy viçosos e tan honrradamente como cõviinha a filhos de Rei.”³⁰⁷ Criou assim os filhos do Rei Costa consigo, após matar seus tutores, a ponto de que estes ao atingirem idade para se tornarem reis acabaram por não fazê-lo, tornado-se Rodrigo assim Rei ao invés de regente do reino.

Questiona o Cronista se não havia ninguém entre os visigodos para se oporem a tal atitude: “nõ ouve tam ousado em toda Spanha que lhe ousasse dizer que lhes entregasse o senhorio do reyno, nem elle nõ lho quis entregar?”³⁰⁸ Diante do fato de que não havia opositores, pois foram mortos ou deixaram a Hispânia, o regente tornou-se Rei. Assim começa o Cronista a apresentar o Rei Rodrigo, de quem muito se esperava quando se tornou regente do reino.

O providencialismo está ligado ao Rei Rodrigo ao relacioná-lo à Casa de Hércules em Toledo, o Cronista retoma a descrição da casa que já fora apresentada quando narrou os feitos de Hércules na Península Ibérica.³⁰⁹ Segundo coloca a autora Elisa Nunes Esteves a narrativa que apresenta o Rei Rodrigo, presente na *Crônica de 1344*, teria tido como fonte a *Crônica do*

³⁰⁶ *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 1954. Op. Cit., p. 300.

³⁰⁷ Ibid., p. 300.

³⁰⁸ Ibid., p. 301.

³⁰⁹ Para uma descrição mais detalhada acerca da construção da Casa de Toledo conferir o capítulo 2.

Mouro Rasis. Narrativa essa que traz uma versão de uma antiga lenda peninsular que atribui às ações de Rodrigo a derrota dos cristãos frente aos muçulmanos.³¹⁰

Os guardiões da Casa de Toledo dirigiram-se ao Rei Rodrigo colocando-o a par de suas obrigações como Rei: “Senhor, nos viimos a ti a te requerer que tu faças o que fezerõ todollos reis que ante ti reynaron ã Espanha, Ca a ti cõvem de deitares teu cadeado em aquella casa que Hercolles fez em Tolledo, de que nos avemos a guarda.”³¹¹

Os guardas contaram a Rodrigo como a casa fora construída, e de que no reinado do Rei Pirro este “deytou um cadeado ena porta. E desdeque estou ouve feito, tomou doze homeões dos melhores que a essa sazõ hy avya e deulhes as chaves da casa e fezelhes jurar sobre a fe que guardassem sempre bem aquella casa e que, em todo tempo que elles podessem, que nũca aquella porta fosse aberta.”³¹² Todos os reis daquele momento em diante mantiveram a guarda da casa, tão logo chegavam ao trono mandavam colocar um cadeado representando-os, respeitando assim a tradição.

Era chegado o momento de Rodrigo fazer o mesmo. No entanto, ao ouvir o relato acerca da existência da referida casa “pêsou em seu coraçõ que stava em ella escõdido algũu grande tesouro ou outras algũas coisas de forte segredo, pois que Hercolles a mandara guardar con tanta femẽça.”³¹³ Aos guardas disse que gostaria de saber o que encerrava a casa, tendo ouvido deles que era importante fazer o que fizeram os outros reis, mantendo-a fechada. Como resposta aos guardas colocou que de momento deveria a ideia ser deixada de lado e de que em momento oportuno decidiria o que fazer.

A ideia de abrir a casa, para ver o suposto tesouro que teria sido lá colocado por Hércules, não lhe saía da cabeça sendo aconselhado que “nõ

³¹⁰ Em paralelo a uma versão da “história do reinado de Vitiza em Rodrigo de Toledo, aproveitada por Afonso X e transposta sem alteração para a nossa Crónica circulou desde muito cedo uma outra versão, de origem mais erudita, que atribuí a trágicos acontecimentos a Rodrigo e à sua paixão ilícita por Alataba. Aparece já no século X e inclui a lenda da Casa de Toledo, episódio este de origem oriental e bastante mais antigo. Segundo nos diz R. Menéndez Pidal, o mais velho autor que relata a aventura da Casa de Toledo é o egípcio Bem Abdelhákem, em meados do século IX. Reaparece depois no historiador de Córdoba, Rasis, em princípios do século X.” ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 80.

³¹¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 301.

³¹² Ibid., p. 303-304.

³¹³ Ibid., p. 304.

fezesse, ca ñ avya por que o fazer, o que os outros reis ñca tentaron de fazer.”³¹⁴ Não deu ouvidos aos conselheiros, estava firme no seu propósito, alegando que “em esta casa ñ jaz outra cousa se nom aver ou ãcantamẽtos. E, se he aver, filhalo ey; e, se son encantamentos, eu seguro son que me ñ podẽ empeeecer, pois ñ hei que temer.”³¹⁵

Seus conselheiros, percebendo que ñ conseguiram dissuadi-lo, acabaram por afirmar que ele poderia fazer o que quisesse, deixando claro que para isso ñ tinha o respaldo do conselho. O Rei Rodrigo solicitou as chaves dos cadeados, colocados na casa ao longo de todos os reinados, e começou a abri-los, ao entrar na Casa de Toledo se deparou com uma arca, onde supunha encontrar o tesouro de Hércules:

e entõ britou o cadeado com sua mão, ca ñ ouve hy nem hũu outro que o ousasse britar. Depois que a arca foi aberta, ñ siia em ella se nom hũa tea branca pregada antre duas tavoas de laton. E, despois que as tavoas foron despregadas, abriron a tea e acharom em ella Allarves fegurados, cõ toucas e suas cabeças e em suas mãos lanças cõ pendões e suas espadas a seus collos e suas beestas tras si ennos arções das sellas. E, em cima das feguras, avia leteras que deziã: Quando este pano for estendudo e parecerem estas feguras, homeens que andam assy armados filharam Espanha e seeram della senhores.³¹⁶

O Rei Rodrigo violara a tradição de manter guardada a Casa de Toledo, desacreditando inclusive do que dizia a tela encontrada:

nom queira Deus que todo seja verdade quanto os velhos diseron! E como cuidades vos que esto ñ era julgado per mỹ? E, des oje mais, ñ avemos por que nos queixar, pois ja he feito, ca non pode seer que ja ñ seja esto que he. Mas, que do que falla que ha de vñr, esto me pesa mui pouco per coraçõ, ca ñ he cousa de que se homen aja de catar.³¹⁷

Prenunciava-se assim o que estaria por acontecer ao reino Visigodo e ao Rei Rodrigo. A autora Cristina González ao analisar a descrição do Rei Rodrigo, presente na *Crônica Geral de Espanha de Afonso X*, ressalta o fato de serem atribuídos ao Rei Rodrigo os mesmos defeitos que foram atribuídos ao Rei Vítiza, típicos segundo a autora de personagens que se aproximam da

³¹⁴ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 309.

³¹⁵ Ibid., p. 309.

³¹⁶ Ibid., p. 311.

³¹⁷ Ibid., p. 311-312.

selvageria. Como exemplo de “su desmesura y vaticinio de su fin se incluye el episodio del palacio de Toledo, [...], la profecía no tarda en cumplirse con la ayuda de la lujuria y de la desunión, que parecen brotar del palacio, especie de caja de pandora del salvajismo.”³¹⁸

Dentre as características atribuídas ao Rei Rodrigo, que o assemelham ao que fora descrito acerca dos maus feitos atribuído a Vitiza, está o fato de ter mandado desfazer as armas, isto se confirmaria, segundo o relato, “por que he achado em algũas estorias que o fez per consselho do Conde Ilhã, aqui he de saber que ambos o fezerõ, ca el rey dom Rodrigo pouco foi melhor que el Rei Vetiza e, o que huũ nõ comprio, ho outro o acabou.”³¹⁹

O Conde Julião, referenciado na citação acima, está associado no texto tanto ao Rei Rodrigo como ao Rei Vitiza. Teria sido ele a aconselhar os reis a se desfazerem das armas que muito honravam os Visigodos, desta maneira enfraquecendo-os, apresentando aí o Cronista a ação dos maus conselheiros que acabam por desviar os reis do caminho das virtudes. À época do Rei Rodrigo vivia o Conde Julião em Ceuta, tratava-se de um

grande fidalgo, que era senhor dos portos do Estreito, assi d'aalem como d'aaquem. [...] e avia hũa filha muy fremosa e muy ben acostumada donzela e que avia aspeito e sembrante de seer boa molher. E, tanto que esto soube el Rei dom Rodrigo, mandou dizer ao Conde dom Ilham que lhe mandasse logo sua filha a Tolledo, ca a elle nõ prazia que donzela de tam boas manhas e de que se tanto bem dizia vivesse se nom com sua molher, por que lhe daria melhor casamento que outro homem que ão mundo ouvesse.³²⁰

Essa forma de apresentar o Conde Julião, como sendo um importante fidalgo que vivia em Ceuta, representa um

traço recorrente na tradição árabe da lenda do Rei Rodrigo, cujos textos sempre glorificam Julião apresentando-o como um alto e prestigiado funcionário do governo visigodo, sendo ao mesmo tempo aquele que contribui para a introdução do islamismo na Península. Nas versões moçárabes da lenda ele era um mercador do Norte de África. Aqui é um personagem com reconhecido valor na corte de Toledo.³²¹

³¹⁸ GONZÁLEZ, 1992. Op. Cit., p. 71.

³¹⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 295.

³²⁰ Ibid., p. 304.

³²¹ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 85.

Era costume, atribuído ao Rei Rodrigo no texto, trazer para viver em sua casa filhas de fidalgos que eram criadas de maneira honrada pelo Rei e pela rainha. Levando isso em conta o Conde Julião manda sua filha, descrita como a mais formosa donzela que havia em toda a Hispânia, para ser criada na Corte do Rei. O Rei encanta-se diante da beleza de Alataba, filha do Conde Julião, fazendo de tudo para dela se aproximar. Teria a donzela se defendido diante das investidas do Rei, no entanto ele “aficouha tanto que sua defesa ñ lhe prestou e ôuvesse de vencer, por que era molher, e fazer o mandado del Rei dõ Rodrigo, que a fortemẽte aficava e lhe tanto prometia.”³²² Acabou assim por ceder ao assédio por parte do Rei, por conta disso “lhe creceu tam grande pesar em seu coração que começou de perder sua fremosura muy desmesuradamẽte.”³²³

Procurou auxílio junto a uma de suas amigas, novamente aqui associa-se a amizade ao fato de bem aconselhar, para decidir acerca de como proceder. Temia contar o que houve a seu pai por receio de que achassem que ela buscou aproximar-se do Rei. Sua amiga disse-lhe que se não contasse o que houve a seu pai acabaria por engravidar do Rei, o que não poderia ser disfarçado, fazendo com que tudo fosse revelado da pior maneira, caindo assim na desonra. Após o conselho da amiga, escreveu uma carta ao pai, colocando a culpa do que aconteceu sobre o Rei Rodrigo:

Oo muy honrrado e discreto, sisudo, prezado e temudo senhor de Cepta, Conde dom Ilham, padre senhor, eu, Lataba, vossa deshonrrada filha me mão ãcomendar em quem e por quẽ e a quẽ he verdadeiro encomendamento de todallas cousas. A deshonrrada filha doesto he do boo padre. Evyo beyjar vossas mãos e quero que saibhades, padre senhor, que, vos cuydando fazer muyta vossa hõrra e mynha muy grande prol de me mandardes pera casa del Rei dom Rodrigo, seguiosse o contrairo, ca fezeistes grande vossa deshonrra e muyta mynha perda, ca el Rei dom Rodrigo muy sem meu grado e contra mynha vootade jouve cõmigo. E porẽ vos rogo, senhor, por Deus e por piedade, que mandades por mỹ; se nom, bem creede que eu me matarei com mynha mão, ca ante eu queria cem vezes morrer ca viver mais em casa del Rei dom Rodrigo.³²⁴

Ao receber do mensageiro a carta, o Conde partiu imediatamente para Toledo, a fim de resgatar sua filha. Ao chegar à cidade foi muito bem recebido

³²² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 305.

³²³ Ibid., p. 306.

³²⁴ Ibid., p. 308.

tanto pelo Rei quanto por seus homens, “ca bem lhes cõviinha de o fazer, ca este era o homen do outro mundo de mayor estado que rey nõ fosse.”³²⁵ Tal prestígio vinha do fato que seu senhorio em Ceuta era um ponto seguro para os cristãos, diante dos muçulmanos. Em seu regresso a Ceuta convocou seus conselheiros para decidir sobre como proceder em relação à desonra cometida pelo Rei. A resposta do conselho, como já foi referida anteriormente nesse texto, foi para que a guerra contra o Rei fosse iniciada.

A desonra sofrida pelo Conde não estaria inscrita no mesmo domínio da desonra aos valores guerreiros e cavaleirescos, insere-se por sua vez no “domínio da honra familiar. O Conde Julião foi atingido, por extensão, pela desonra da filha. A relação do indivíduo, do herói, com a sua família e a obrigação de vingança para manter a honra é uma dimensão muito importante na épica peninsular na Idade Média.”³²⁶

Nesse momento atribui-se ao Rei Rodrigo uma segunda traição. A primeira consiste em não prezar a tradição que indicava a necessidade de guardar a Casa de Toledo, nela colocando seu cadeado. Ao invés disso abriu a casa com a intenção de se apropriar de um tesouro, que supostamente havia sido lá depositado por Hércules. A segunda traição vem do fato de violar a honra da filha do Conde Julião, que mesmo não sendo seu vassalo direto, como fica claro na resposta dada por Henrique ao Conde durante o conselho convocado pelo Rei, era de suma importância naquele momento pelo fato do seu senhorio encontrar-se estrategicamente situado em Ceuta, ponto de onde poderiam partir os muçulmanos para a conquista da Península Ibérica.

Segundo Elisa Nunes Esteves o Rei teria incorrido assim em dois tipos de desrespeito: um deles marcado pelo desrespeito da tradição e do sagrado, sendo o outro o desrespeito pelas leis dos homens, principalmente a infracção aos códigos da honra e da lealdade.³²⁷

O Conde prepara-se para a guerra contra o Rei Rodrigo, para tanto contava com seus homens e víveres de seu senhorio. Encaminhou uma carta ao Muça, contando-lhe acerca de sua “desaveença e del Rei dom Rodrigo e mandoulhe dizer que lhe daria passagem e que o ajudaria a todo seu poder e

³²⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 315.

³²⁶ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 86.

³²⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 86.

que desto lhe traria qual preito elle quisesse.”³²⁸ Após Muça consultar Miramolim, e receber deste aval para mandar seus homens, designa Tariq para que partisse com cem cavaleiros e quatrocentos homens a pé.

Conforme combinado com os muçulmanos, o Conde Julião lhes permitiria passar pelo seu senhorio, sem nenhum impedimento, e ainda os auxiliaria a transpor o mar até a cidade de Algecira, que é cercada e invadida por eles, após a invasão deixam alguns homens a fim de garantir a posse da cidade, Tariq regressa à África com o butim do saque realizado. O Conde Julião alia-se então a Miramolim dizendo-lhe que poderia “cobrar toda Espanha e que elle o ajudaria com grãde poder de aver e d’amigos.”³²⁹ Assim que Miramolim viu o que Tariq trouxera cedeu à ideia do Conde de tomar a península enviando ao Conde

cento e oytenta e cinco mil cavalleiros barboros, afora os vassalos de Tarife e os Allarves, que eram muy grande jente sem conta. E, quando os o Conde vyo, prougelhe muito com elles e mandou por todos aqueles que entendeu que o ajudariam; e estes foron muytos e de muytos logares. E desy postou sua fazenda de tal guisa que os passou todos e naves em soõ de mercadores aaquê mar, poucos e poucos, e nũa nem huũ homen pode cuidar se nom que eram mercadores.³³⁰

Assim que chegaram os muçulmanos à Hispânia dirigiram-se ao Conde Julião pedindo que os aconselhasse acerca de como proceder, já que não conheciam a região. O Conde os colocou a par de suas motivações para aliar-se aos muçulmanos: “eu queria seer desherdado e que ãõ ouvesse solamente huũ palmo de terra, per tal condiçõ que el Rei dom Rodrigo fosse desterrado ou que eu cõ mynha mão lhe cortasse a cabeça e que vos fossedes senhores de toda Espanha,”³³¹ em seguida aconselhou os muçulmanos a aguardar a iniciativa do Rei Rodrigo, para então decidirem o que fazer.

Ao descrever a batalha entre cristãos e muçulmanos o Cronista retoma o providencialismo, que favorecera as ações dos muçulmanos:

mas Deus, que avia partida a sua graça dos cristaãos, quis que os mouros quebrantassem todallas aazes dos cristaãos. E foi morto don Sancho e tantos

³²⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 322.

³²⁹ Ibid., p. 324.

³³⁰ Ibid., p. 324.

³³¹ Ibid., p. 325.

dos outros que maravilha. E venceron a lide e correron cõ os que ficaram, matando ã elles. E despois que o encalço mais nõ quiseron seguyr, tornaronse ao logar onde fora a lide e apartaron todollos seus que acharon mortos e soterrarõnos. E desi fezerõ suas orações e deron graças a Deus e a Mafomede da meree que lhes fezera.³³²

Diante da vitória alcançada Tariq reuniu seus homens e disse-lhes que tinham Deus ao seu lado e que poderiam, portanto dar prosseguimento ao projeto de conquistar a Hispânia. Já o Rei Rodrigo assim que soube da derrota dos cristãos e da morte de Sancho, seu sobrinho descrito como o mais esforçado cavaleiro que havia na Hispânia, falou a todos que o acompanhavam:

Oo Jhesu Cristo, filho de Sancta Maria! Eu bẽ vejo conhecidamente que a tua sanha veeo sobre mỹ, quando tu sofriste que eu visse a morte do spelho da cavallaria d'Espanha. [...] Estas pallavras e outras muytas de grande doo dizia el Rei dom Rodrigo e, en todo esto, chorava assi doorosamente que que ho visse averia delle piedade.³³³

Ao analisar a descrição da morte de Sancho, presente na Crônica, Elisa Nunes Esteves ressalta que

a morte do sobrinho de Rodrigo é um episódio exclusivo de Rasis, sem nenhum outro testemunho atestado na tradição desta lenda. [...] Trata-se de um discurso codificado e com uma forma fixa, de que fazem parte a expressão de desespero do enlutado, e o elogio do morto a partir da referência às suas qualidades e feitos mais notáveis.³³⁴

Após chorar a morte de Sancho, o Rei Rodrigo reuniu seus homens e partiu para a batalha, ele mesmo liderando o exército

E, que vos eu quisesse contar como el Rei dom Rodrigo era vestido e da sua nobreza, certo eu nõ saberia dizer cõ verdade. Ca elle era vestido de hũa alfalla que os reis enton tragiã por costume; mas as pedras e os outros guarnimentos que eram em aquella vestidura bem valliam mil marcos d'ouro. E elle hya em hũa carreta que tiravam duas mulas muy nobres; e a carreta era tam nobremente feita que era muito de maravilhar, ca em ella nom avya fuste nẽ ferro e a mais refece cousa que em ella era assy eram ossos de marffym, e todo o al era ouro e pedras preciosas; e tã sotilmente feita e lavrada que era maravilha. E, em cima da carreta, hũa tenda de pano de ouro que nõ avya par. E, dentro ãna tenda, hya hũa cadeira tam rica e assi boa que nõca homen vyo melhor. E, em aquella cadeira, estava el Rei dom Rodrigo; e era tã alta que o

³³² **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 328.

³³³ Ibid., p. 330.

³³⁴ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 86.

mais pequeno homen que hiia em sua hoste o podya bem veer. Que vos posso mais dizer deste Rei dom Rodrigo se ñ esto: que, des aquelle Espam, sobrinho de Hercolles, que foi o primeiro rey ã Espanha, ataa o tempo que foy esta batalha, nũa achamos de rey nem doutro homen que tam bem guisado saisse d'Espanha nem com tanta gente como elle?³³⁵

Essa é a última descrição da aparição do Rei Rodrigo, sendo ela escrita de forma a exaltar a imagem do Rei na sua majestade suntuosa, para além dos seus atributos épicos. São descritos com riqueza de detalhes o vestuário do Rei, o luxo do carro, da tenda e da cadeira em que se fazia transportar para o campo de batalha. Há ainda na narrativa a descrição da multidão de súditos que o acompanhava, sublinhando assim a imagem da realeza. Estão aí condensadas as

marcas próprias da imagem épica do Rei que se dirige para a lide, mas exacerbando sobretudo a vertente da realeza. [...] Para além da riqueza não podemos deixar de notar a forma insistente de se afirmar a posição elevada em que se encontra, sendo, como sabemos a verticalidade e a elevação marcas das epifanias reais.³³⁶

Ao descrever essa segunda batalha, entre cristãos e muçulmanos, o Cronista ressalta que a traição fora um elemento a contribuir para a vitória dos muçulmanos. O Conde Julião sabendo que os filhos do Rei Costa estavam comandando as hostes cristãs nos flancos, chamou-os para conversar e expôs a eles que

eram assy sinprezes e de pouco saber, espoendosse a morte por quẽ os avya desherdados e lhes tiinha seu reyno per força; mas que, pera o poderen cobrar, tevessen tal maneira que, em outro dia, avyam de viĩr aa batalha e que, desque fosse começada, que se dessem a fogyr; e que, veendo el Rei dom Rodrigo e os seus como elles fogiam, que lhes quebrariam os coraçõs e que seeriam desbaratados; e que, se esto fizessem, que cobrariam o reyno que fora de seu padre, prometendolhes de lho fazer cobrar per muitos juramentos.³³⁷

Induzidos pelas promessas, feitas pelo Conde Julião, os filhos do Rei Costa procedem como fora combinado, retirando seus homens, que guarneciam os flancos no momento da batalha, enfraquecendo assim o exército comandado pelo Rei Rodrigo. Não conseguindo resistir ao ataque

³³⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 331.

³³⁶ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 87.

³³⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 332-332.

desferido pelos muçulmanos as hostes cristãs acabaram sendo derrotadas, quanto ao corpo do Rei Rodrigo, não foi encontrado.

Desaparecera assim o Rei Rodrigo, descrito como um mau Rei, traidor das tradições e fraco ao não conseguir respeitar a filha do Conde Julião. Suas atitudes, segundo o Cronista, acabaram por enfraquecer o reino Visigodo, além de terem contribuído para despertar no Conde o sentimento de vingança, sentimento esse que o levou a aproximar-se dos muçulmanos, estes derrotaram os cristãos e invadiram a Península Ibérica.

Ao analisar a descrição acerca da derrota dos cristãos, frente aos muçulmanos, Cristina González coloca que

a pérdida de España se produce, pues, mediante un proceso inverso al de su fundación, hecha por un matador de dragones. En lugar de superar una prueba, casarse con la princesa y heredar el reyno, Rodrigo fracasa en la prueba de la apertura del palacio, viola a la doncella e pierde España. En lugar de vencer al dragón, es vencido por él. [...] El triunfo del salvajismo hace que triunfe la barbarie. Los moros vencen porque los cristianos no logran vencerse a si mismos.³³⁸

Segundo a autora, ecos da formação da Hipânia atribuída aos reis Pirro e Rocas estão presentes na descrição do final trágico do Rei Rodrigo. Como o foco de análise da autora é a *Crônica Geral de Espanha* de Afonso X, analisa a descrição da perda da Hispânia, que ocorreu no reinado de Rodrigo, como parte de um projeto de Afonso X de

dirigir a los cristianos en una campaña que derrotase a los moros en todos los frentes, desde Andalucía hasta Palestina, pasando por el norte de África. Esta obsesión le acompañó hasta la muerte, según revelan sus testamentos, en los que exhorta a los cristianos a unirse, es decir, a superar su salvajismo para derrotar la barbarie de los moros.³³⁹

Ao fazer a análise da narrativa referente aos feitos do Rei Rodrigo, encontrados na *Crônica de 1344*, pode-se perceber a permanência de elementos que a autora Cristina González encontrara ao fazer a análise da *Crônica* de Afonso X. A presença desses elementos denota a manutenção de certos ideais e princípios que o Cronista de 1344 ainda considerava necessário

³³⁸ GONZÁLEZ, 1992. Op. Cit., p. 71.

³³⁹ Ibid., p. 71.

ressaltar, para o seu contexto de produção, mesmo tendo ele empregado outras fontes, como é o caso da *Crônica do Mouro Rasis*.

Ao ressaltar que o Rei mostrara-se incapaz de por um lado em manter a tradição de não violar a Casa de Hércules em Toledo, por outro em conter sua atração física pela filha do Conde Julião, deixando que seus instintos aflorassem, o Cronista apresenta a fraqueza do Rei como um dos elementos a contribuir para que não tivesse força suficiente para organizar de forma adequada a defesa do reino frente ao avanço muçulmano. Ressalta a relevância de manter a unidade dos cristãos em torno de um objetivo em comum, a desunião enfraquece-os.

É importante salientar que as derrotas dos cristãos frente aos muçulmanos são atribuídas ao fato de Deus ter desviado deles sua ajuda em função das transgressões por eles cometidas, não colocando em causa as qualidades guerreiras de Sancho ou do Rei Rodrigo. A traição e a desventura teriam levado os cristãos à derrota final, ressaltando assim uma visão providencialista da história, “Deus deu aos Godos esta terra e nela eles se glorificaram. A desmoralização dos reis, que arrasta a desmoralização do povo, interrompeu o favor divino e expulsou-os deste Paraíso, que passa agora para as mãos dos muçulmanos, até que de novo a Reconquista instaure a ordem.”³⁴⁰

Na descrição, dos feitos do Rei Rodrigo, o Cronista reforça a necessidade do comedimento, sem exageros e atos impensados, é necessário medir as consequências dos atos. Um Rei, tido como exemplo para seus súditos, não pode estar aberto a tais imprudências, de suas atitudes dependem todos. Uma atitude impensada pode acarretar, como no caso do Rei Rodrigo, na perda do reino.

3.3 O REI CONQUISTADOR

Dentro da linha de análise proposta no presente trabalho, outra característica presente no texto, e ligada à presença dos godos na Península

³⁴⁰ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 89.

Ibérica, é o fato de serem mostrados como exímios cavaleiros. Em muitos trechos a cavalaria goda é exaltada acima das demais.

Uma das primeiras referências à cavalaria goda está presente no relato acerca da vitória frente aos hunos liderados por Átila. Nesse momento estavam os godos, juntamente com os romanos, combatendo os hunos. Segundo o Cronista

se juntarom as aazes e foy a mais cruel batalha nẽ mais esquyva que nũca antes della. E os Godos, como muy ardidos cavalleyros, cobrarom primeyro aquelle outeyro que era ẽ meo do campo. E, con esforço da altura e con a bondade da sua cavallarya e outrossy dos Romaãos, foronsse vencendo os da parte de Atilla.³⁴¹

Nesse trecho os cavaleiros godos são enaltecidos em função de sua bravura em batalha, interessante notar que os romanos são colocados como coadjuvantes na vitória frente a Átila. Outro ponto do texto onde a cavalaria dos godos é enaltecida está presente no discurso proferido pelo Rei Wamba, frente ao seu Conselho, após ter recebido notícias de que Paulo pedira auxílio aos cavaleiros franceses, no intuito de fazer frente ao Rei dos visigodos:

certamente nã lhe valera algũa cousa, ca manifesta e sabuda cousa he em todo o mundo que, quando os Frãceses foron cometidos e apremudos dos seus inmiigos e nã podendo elles resistyr, demandaron ajuda aos Godos e por a bondade da sua cavallaria e força d'armas foron sempre defesos; e, se algũa vez batalha ouve antre os Godos e os Franceses, sempre ende os Godos levaran o melhor.³⁴²

Além de enaltecer os feitos da cavalaria visigoda podem ser percebidas, ao longo do texto, referências a bons cavaleiros visigodos, destacando suas vitórias e conquistas. Como primeira referência coloca-se aqui o relato acerca do Rei Torismundo:

logo que os Godos ouveron soterrado el rey Theoderedo, alçarom por rey seu filho Torismundo que era homẽ muy loução de coração e muy ardido nas batalhas. [...] E guysou logo de hyr cometer os Unos; pero quis ante aver sobr'ello conselho com Hecio Patricio, caudel dos Romaãos. E Hecio Patricio, veendo a grande fortelleza da cavallarya dos Godos, temeronsse que, se Torismundo vencesse ou matasse el rey Atilla, que argulhecerya tanto que nã quererya teer a paz que avya cõ os Romaãos; e porem lhe aconselhou que nã

³⁴¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 140.

³⁴² *Ibid.*, p. 237.

tomasse a batalha, mas que se fose pera sua terra e que assessegasse ante que lhe em ella alguũ dos seus irmãos metesse alguũ bolço, fazendolhe entender que el rey Atilla nõ estava tam bõo de arrancar daquella bastida onde estava.³⁴³

Nesse trecho, além do destaque dado ao novo Rei nas batalhas, aparece o reconhecimento dos romanos acerca da força da cavalaria visigoda. Tal reconhecimento faz com que os romanos aconselhem os visigodos a não combaterem os hunos, temendo que alcançando a vitória pudessem desfazer a paz que havia entre romanos e visigodos. O Rei Torismundo, acreditando estar sendo bem aconselhado, não atacou os hunos, sendo colocada nesse trecho uma advertência pelo Cronista: “muytas vezes acontece esto aos homees que, coydando seer bem aconselhados daquelles a quem demandan conselho, som per elles enganados e leixã de fazer o que devem.”³⁴⁴ Ressalta-se aqui a necessidade do bom conselho e o cuidado que deve haver para com aqueles que através de seus conselhos esperam alcançar proveito próprio.

Outro ponto a ressaltar é que um bom cavaleiro além de sua destreza em batalha precisa contar também com a “sorte/fortuna” como pode ser percebido no relato do Rei Viterico “este Rei Viterico era cavalleiro muy atrevudo e de grande esforço e armas mas era desaventurado, ca muytas vezes lidou cõ os Romaãos e sempre foy vencido, se nõ hũa vez que prendeu hũus cavalleyros e levouhos a Segonça.”³⁴⁵

As vitórias alcançadas pelos visigodos frente aos romanos também são enaltecidas ao longo da descrição, como pode ser comprovado nos trechos referentes aos reis Sisebuto e Suinthila. O Rei Sisebuto destaca-se por ser “mui esforçado ennas batalhas e dava a suas gentes grande audacia e esforço pera todos fazerem bem e o que devyam. [...] Este rey lidou duas batalhas com os Romaãos e sempre os venceu e tomou delles muytas villas e logares.”³⁴⁶

Já Suinthila após ser proclamado Rei

começou de guerrear os romãos ã tal guysa que gaanhou delles todallas villas e terras que elles ã Espanha tiinhã. E tal guerra lhes fez que lhes nõ leixou ã Espanha nõ hũa cousa, o que os outros reys nõ poderon fazer; Ca este foy o

³⁴³ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 143.

³⁴⁴ Ibid., p. 143.

³⁴⁵ Ibid., p. 205.

³⁴⁶ Ibid., p. 209.

prymeyro rey dos Godos que, apesar dos Romaños, foy senhor de toda Spanha e os deytou todos fora della.³⁴⁷

O Cronista enaltece o fato de que foi no reinado de Suinthila que os visigodos conseguiram tomar vilas e terras que os romanos detinham na Hispânia, assegurando assim seu domínio sobre a região. Essa visão transmitida no texto cronístico do século XIV, acerca da cavalaria goda e de seus feitos perante os romanos, pode ter sido influenciada por textos que teriam sido escritos por Isidoro de Sevilha, enaltecendo o destino histórico dos godos, e que circularam pela Península Ibérica entre os séculos VIII a XIV, segundo coloca o autor Luis Krus.³⁴⁸

O autor Luis Krus ao referir-se aos textos de Isidoro de Sevilha difundidos na Península Ibérica, à época da Reconquista, destaca:

os Godos isidorianos da Recapitulação apresentados como um povo expulso de um primitivo território originário que, sujeitos a uma contínua errância em busca de uma nova terra prometida, tinham sobejamente provado as suas capacidades bélicas derrotando forças militares até então consideradas invencíveis (caso da citada Roma Imperial), infundindo um tão grande terror aos seus inimigos que deles preferiam fugir a enfrentá-los, nunca negociando a paz, até se estabelecerem numa Hispânia considerada pelo Louvor como a honra e ornamento do orbe e a mais ilustre porção da terra.³⁴⁹

A partir dessa referência, por ele proposta, é que se pode analisar a importância de se enaltecer as virtudes e os feitos da cavalaria goda no século XIV, a fim de servir de incentivo aos cavaleiros da Reconquista, “tal como os seus supostos antepassados, de quem teriam herdado a força e virtudes bélicas, opor-se-iam a todos os exércitos, por mais temíveis que fossem para recuperar a terra donde tinham sido expulsos e salvar a Cristandade.”³⁵⁰

3.4 O REI JUSTO

Ao analisar, nesse momento, as referências à justiça, presentes no relato dos godos na Península Ibérica, é necessário em primeiro lugar levar em

³⁴⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 210

³⁴⁸ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 139.

³⁴⁹ Ibid., p. 139.

³⁵⁰ Ibid., p. 139.

conta que se está fazendo a análise a partir do que foi colocado sobre os godos no século XIV, período de redação da obra em questão. Sendo assim necessário caracterizar qual era a ideia de justiça que vigorava na época e que se encontra projetada no relato dos godos.

Segundo coloca Claude Gauvard, acerca da prática da justiça na Idade Média, o campo de ação da justiça funda-se na “noção de autoridade pública e pelo caráter, a um só tempo oficial e legal, é fundamentalmente diferente da vingança, cujo objetivo é de ordem privada. Sua existência supõe que o poder esteja em condições de intervir para indicar a infração da lei”³⁵¹ A vingança foi, durante boa parte da Idade Média, a forma fundamental para se resolver um conflito porque “além das necessidades inerentes ao aparelho do Estado, o laço social repousa em valores que legitimam de fato a prática da vingança.”³⁵²

A justiça oficial viria então a ser exercida no sentido de buscar suplantar práticas privadas de resolução de conflitos, no entanto tais práticas não teriam sido afastadas de forma definitiva da sociedade, em muitos casos subsistiam ao lado da justiça oficial de Estado quando essa se desenvolveu, imbricada nela. A paz seria, nessa realidade, fruto da justiça, sendo alcançada a partir de “negociações, palavras e gestos que substituem iniciativas privadas, sem que predominasse por isso a anarquia no modo de resolução porque tais iniciativas obedecem a regras tacitamente reconhecidas.”³⁵³ Sendo nesse sentido um dever atribuído aos monarcas zelar pela prática da justiça no reino, a fim de assegurar a paz aos seus súditos.

A partir dessa ideia de justiça e paz é que serão analisados trechos da *Crônica de 1344* onde a justiça aparece atrelada aos reis godos. Como primeiro trecho a ser analisado está o relato acerca do Rei Sisebuto:

este rey era muy leterato, piadoso, justicoso e muyto entendudo e sabedor de juízo. [...] Enno oytavo anno, tendo elle seu reyno em paz e grande justiça e avêdo vencidas muytas batalhas e acrescentando muyto em seu reyno, como aquele que avya tomado aos Romaãos parte das provencias que tiinham ã Espanha, adoeceu de hũa forte enfermidade de que morreo.³⁵⁴

³⁵¹ GAUVARD, Claude. Justiça e paz. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Volume II. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 56-57

³⁵² Ibid., p. 56.

³⁵³ Ibid., p. 59.

³⁵⁴ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 209.

No trecho está presente a associação entre o Rei que promove a justiça no reino alcançando a paz entre os seus. São associadas a ele ainda características de um literato, piedoso e conquistador de terras frente aos romanos. Outro relato acerca do Rei que pratica a justiça no reino está presente na descrição do Rei Tulga:

Ca certamente este rey Tulgas era muyto moço de dyas quando o enlegeron por rey. Mas el taaes regimentos e obras fazia e taaes eixemplos dava de sy que todos eram spantados do seu boõ regimento e deziã que Deus os amava muyto e que poren lhes dera tam boõ rey, ca este passarya em bondades o muy boõ rey Recaredo. Este confirmou todollos estabellicimentos que os reis ante delle fezeron ãnos concelhos. Este era tam graado e liberal em dar e tanto deryto ã julgar que todos o amavã, tanto como se fosse filho de cada hũu. Enno segundo ãno do reynado del rey Tulgas, sstando elle em Tolledo muy amado de todos e ordenando seu reyno em todos boos foros e costumes, veolhe hũa muy forte enfermydade da qual logo morreo.³⁵⁵

Segundo o relato havia em torno da eleição do Rei Tulga toda uma expectativa de que seu reinado fosse superar o reinado do Rei Recaredo, no entanto seu reinado foi bastante curto em função de sua morte prematura. Mesmo tendo estado pouco tempo à frente do reino destacou-se por suas obras e exemplos de como bem reger, sendo ainda amado pelos seus súditos em função de sua capacidade de julgar e manter o reino em ordem.

Outro dos reis visigodos citado por sua habilidade em praticar a justiça é o Rei Wamba. Como primeira referência cita-se o que fizera aos membros de sua hoste, que estavam a caminho da Gália Narbonense a fim de combater Paulo e Ilderico, que ousaram desafiar uma de suas determinações:

elle hyndo empos sua hoste com tal aviso como avedes ouvydo, algũs daquelles da sua companhia começaram de roubar e estragar a terra e tomar as mulheres casadas e fazer con elas adulterio e queymar as casas, e faziam todo mal. El rey, como era homen de grande justiça e muyto zelloso da ley de Deus e avya defeso em toda sua hoste que nem huũ nõ fosse ousado fazer taaes cousas nõ tomar se nõ soo o mantiimento, por que o nom podyam escusar, mandou matar todos aquelles que foron achados ã tal culpa, de tal morte como merecen os treedores que matã seu senhor. E esto fez elle por que todos se receassem de fazer taaes cousas, tomando destes exemplo.³⁵⁶

No trecho citado o Rei é mostrado como aquele que aplica a pena de morte aos de sua hoste. A pena de morte, que segundo o relato mereceriam os

³⁵⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 218.

³⁵⁶ Ibid., p. 239.

traidores que matam seu senhor, é ordenada por terem seus homens descumprido ordenações régias de somente pegarem o necessário para se manterem. Devendo a mesma servir como exemplo para que outros não seguissem pelo mesmo caminho. Essa ideia presente no relato encontra respaldo no que coloca Claude Gauvard acerca de que a “justiça ainda se exerce amplamente pelo exemplo e por meio de um terror coercitivo que o poder justiceiro pretende impor. A presença de cadáveres nas forcas tem um valor dissuasório.”³⁵⁷

O exemplo que o Rei esperava alcançar, condenando-os à morte, é reforçado no trecho a seguir proferido às suas hostes:

Amigos e vassalos, bem sabees em como me enlegestes por vosso rey e o juramento que me destes de fazer dereito e justiça assy aos grandes como aos pequenos e que tevesse a terra em todos seus boos foros e custumes. E, como quer que esta terra que somos seja agora revelada ao nosso senhorio, esto nom foy se nom per falssos e êganosos prometimentos de Paulo e per preegações daquelles malliciosos bispos que teem com elle. E poren nõ compre a nos de dar logar a roubar a nossa terra, mas comprenos de poer grave escarmêto em aquelles que taaes cousas fezeren, como estes que mortos son e de darmos peendencia de grande tormento aa malicia sobervosa dos treedores. E, pois que esto avemos de fazer e a guerra tragemos antre as mãos, nõ compre a cada huũ de nos metersse a fazer algũa vileza, ca o Nosso Senhor Jhesu Christo ama toda limpeza e ha em odio e avorrece toda çugidade e crueldade. E porende compre de nos guardarmos que nõ enclinemos contra nos a sanha de Deus e ãvye sobre nos a sua justiça e sejamos derribados e vencidos dos nossos ãmiigos, e esto mais por os nossos pecados que per ardimento de seus corações nem força de suas armas; per tal guisa que o prez e honrra que os Godos guaanharon per a grande bondade das suas armas, per a qual nos somos honrrados e temudos, nõ a queyramos nos agora perder com sobegidõe de nossos pecados; e eu, que son vosso rey, prenda confuson e vergõça se leixar sem pena passar as vossas vylezas. Mas façamos per tal guisa que as nobres façanhas e boa fama dos Godos seja per nos acrecentada e o mui grande ardymento delles reluza enas nossas lanças. E, se nos guardarmos de mal fazer e obrarmos justiça, ousadamente yremos contra nossos inmiigos, limpos dos pecados.³⁵⁸

Inicia o discurso deixando claro que um dos atributos a ser cumprido pelo Rei, após sua eleição, é a manutenção da justiça no reino, devendo a mesma ser extendida a todos, devendo o Rei ainda zelar pela manutenção dos bons costumes. As hostes estavam se dirigindo para combater Paulo, em seu discurso o Rei deixa claro que era necessário ter clara a real motivação para o deslocamento das tropas, não deixando que entre os homens houvesse

³⁵⁷ GAUVARD, 2002. Op. Cit., p. 60.

³⁵⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** Op. Cit., p 240.

espaço para atitudes vis, que pudessem por em causa a honrra da cavalaria dos godos. Era necessário evitar atitudes más e praticar a justiça a fim de que pudessem honrar a cavalaria dos godos frente aos inimigos, agindo assim não seriam derrotados por pecados internos ligados à falta de domínio sobre seus instintos. O discurso serve assim como um direcionamento aos que fossem ler o texto acerca de como proceder, ressalta a importância da unidade interna a fim de poder fazer frente aos inimigos a ser combatidos externamente.

Após derrotar Paulo e seus seguidores, o Rei Wamba trabalhou na reorganização da Gália Narbonense. Mandou reparar fortalezas, enviou mensagens aos que haviam deixado as cidades com receio da guerra, avisando-lhes de que já poderiam regressar às suas casas, todos os “foros e costumes que achou ena terra que nom eram boos pera o poboo, fezeos todos mudar ã melhores. E pos pela terra alcades que tevessem a terra en dereyto e justiça.”³⁵⁹ Reforça aqui o Cronista a imagem de um Rei justo atribuída a Wamba, exemplo aos governantes em função de suas ações combatendo a traição e zelando para que no reino se praticasse a justiça entre os súditos.

Em relação à punição dada à Paulo ressalta o Cronista de que fora o Rei fiel à palavra dada em não punir Paulo com a pena de morte, no entanto ao se aproximar de Toledo

mandou perante sy trager Paulo com seus companheiros e fezeos trosquiar ã cruz e raer as barbas e tirar-lhe os olhos e vestillos de almafega por grãde deshonna; e fezeos poer en cima de camelos que levava muytos. E Paulo, por que era delles o mayoral, poseronlhe hũa coroa de pez ena cabeça e poserõno ã cabeceira de todos. E elles hyam amarrados ã hũa corda. E assy entraron ãna cidade de Tolledo, feitos ã escarnho e riso doesto a todos como treedores. Desi mandouhos el rey meter em carcer e hy jouveron em toda sua vida ataa sua morte. E esto fez el Rei em estes por seer exemplo a todollos outros que nũca fossen ousados cometer tal cousa.³⁶⁰

Novamente fica demonstrada no texto a necessidade do Rei punir de forma exemplar, não condenara Paulo à pena de morte, após este ter sido levado à julgamento, no entanto impingira-lhe uma punição que serviria de exemplo aos demais, para que não seguissem pelo mesmo caminho.

³⁵⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 257.

³⁶⁰ Ibid., p. 258.

O Rei juiz é apresentado assim como o que consegue aplicar a justiça no seu reino, mantém a ordem e a paz no interior da sociedade. Ressaltou-se ainda a aplicação exemplar da justiça a fim de que pela punição exemplar se evitassem novas atitudes contrárias aos preceitos estabelecidos ou aos juramentos dados

4 A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM IDEAL DE REI E DE NOBREZA NA “SOCIEDADE DA RECONQUISTA”³⁶¹

A *Crônica Geral de Espanha de 1344* após apresentar os motivos que teriam levado os godos a não conseguir resistir à invasão muçulmana, passa a caracterizar como se deu o processo de conquista pelos muçulmanos do território, fazendo uso de uma compilação da “*Crônica do mouro Rasis*”. Em seguida parte para a caracterização do processo de conquista do território empreendido pelos cristãos que haviam se refugiado na região das Astúrias, ressaltando o fato de que teriam escolhido um Rei para direcionar o processo.³⁶²

A fim de caracterizar esse período o Cronista descreve ações, batalhas, fornece ao longo do texto uma galeria de tipos exemplares, modelos de virtude e ainda vícios que deveriam ser evitados na vida em sociedade. A obra constitui-se como uma forma de transmissão ideológica, que ao mesmo tempo reforça a legitimidade da nobreza, que cerca o Rei, e fornece a ela um modelo de estruturação interna, a partir da caracterização do bom e do mau Rei, além da caracterização do nobre ideal.

Ao longo da *Crônica* são encontradas referências ao código ético da Cavalaria medieval, na definição dos personagens e na recriação do ambiente em que se movimentam, apresentando assim um modelo de agir. Ocorre uma identificação entre nobreza e cavalaria, expressando um modelo ideal de vida para a aristocracia do século XIV e que ainda era um ideal relevante na virada para o século XV, momento de refundição da *Crônica*.

O texto cronístico fornece à nobreza, através do modelo cavaleiresco “unha conciencia de identidade, unha conciencia da existencia como grupo ou

³⁶¹ O emprego do termo Reconquista encontra respaldo no que coloca Philippe Conrad: “A Espanha da Reconquista construiu-se em torno de um ideal: voltar a fazer da Península uma terra cristã. Isso não exclui os períodos de tréguas, nem mesmo as alianças pontuais entre os príncipes cristãos e muçulmanos. Igualmente, também não exclui a existência de contactos culturais nem o jogo de influências recíprocas, mas o dado fundamental permanece: a guerra.” CONRAD, Philippe. **História da Reconquista**. Sintra: Europa-América, 2003. p.8.

³⁶² “Veendo os cristãos que ño passavam bem seu feito, teveron que era bem e acordaron de enlegerem e averem rey antre sy a que tevessem mentes e por que fizesse todo aquello que lhes elle mandasse, pera poderem com elle cobrar daquelo que perderon, se voontade fosse de Deus.” **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 380.

clase social ben definida dentro do conxunto da sociedade.”³⁶³ Esse ideal é construído a partir de valores ligados ao sangue, ao patrimônio, à tradição e à honra, valores que trariam coesão e estruturação à nobreza, que vivia um momento de desestruturação e perda de sua justificativa de defensora do reino, em função do término das operações de Reconquista no século XIV, nesse sentido a valorização dos ideais que envolviam a Reconquista seria uma forma de garantir a unidade entre os cristãos.

A Crônica foi escrita na primeira metade do século XIV, momento em que a nobreza portuguesa, em particular, acabara de sair aparentemente vitoriosa de uma guerra civil, onde teve algumas de suas reivindicações atendidas. Porém, encontrou em Afonso IV, um Rei que manteve e reforçou o projeto de centralização, iniciado por Afonso III e levado a cabo por seu pai, Dinis. Não se pode deixar de mencionar aqui a refundição pela qual passou a Crônica na virada do século XIV para o século XV, momento esse marcado pela necessidade de legitimação de uma nova dinastia e afirmação do reino português no contexto peninsular.

Nesse contexto é que entra a construção de uma imagem de Rei como o responsável pela ordenação da sociedade, pela garantia do bem comum, pela defesa da Cristandade e pela promoção e preservação da paz e justiça no reino, acima de tudo como exemplo de virtudes cavaleirescas aos nobres. Ao mesmo tempo valoriza-se, ao longo do texto, costumes e tradições da nobreza, que deveriam ser recordados pelo Rei, pois a nobreza aparecia “como coadjuvante, como colaboradora imprescindível ó lado do Rei, contribuindo no desenvolvimento dos seus proxectos e facéndo-a a artífice verdadeira dos éxitos da monarquia.”³⁶⁴

Com a diminuição das atividades de Reconquista, ao longo do século XIII, as possibilidades dos nobres servirem através das armas tornavam-se cada vez mais raras, nesse sentido começava a ganhar força, dentro da sociedade ibérica, uma nova concepção de nobreza, “a cavalaria, entendida

³⁶³ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p. 80.

³⁶⁴ Ibid., p. 84.

como virtus pessoal e como profissão querida por Deus para bem-estar do homem.”³⁶⁵

Determinados elementos como a investidura do cavaleiro, os torneios, a partida a fim de combater em terras distantes, a vida errante com ou sem aventuras, o risco de não retornar, faziam parte da caracterização nobiliárquica. A Reconquista aparecia como a oportunidade para que tais elementos fossem colocados em prática, sendo que a diminuição de suas ações trazia de certa forma um vazio para a nobreza, que precisava encontrar formas diferentes de colocar em prática os ideais que a caracterizavam e manter sua preeminência social.

O cavaleiro, que parte sozinho ou em bandos, em busca de aventuras, de glórias e prestígio tornava-se cada vez mais um ideal do que um elemento da realidade concreta do século XIV, marcada, no reino português, pela crescente estabilidade política. Os romances de cavalaria, transmitidos pela linguagem oral no século XIII, e que passaram a ser escritos a partir do século XIV, possuíam a “função social de proporcionar a este público ávido de modelos exemplares e de exortações, os seus motivos de acção, oferecendo ainda o ideal do serviço desinteressado ou mesmo da recompensa mística.”³⁶⁶

Os escritos de Afonso X, de Castela, constituem-se como exemplos dessa nova caracterização da nobreza, indicando as características e virtudes dos cavaleiros, servindo ainda como referência ao Conde Pedro Afonso. Raimundo Lúlio, terminava no mesmo período o *Libre del Ordre de Cavayleria*, onde define o cavaleiro como o “defensor da fé, do seu Rei e dos fracos, um homem hábil nas armas como na ciência e distinguido tanto pelas suas virtudes como pela sua generosidade.”³⁶⁷

Esse novo ideal de nobreza, que a considera tanto como categoria moral como social, vinha ao encontro daquela nobreza que com o final das operações de Reconquista perdia sua justificação prática. Foi em função disso que a mesma dedicou-se ao estudo de suas próprias características enquanto Cavalaria, valorizando determinados valores como honra, fidelidade, lealdade, coragem e bravura.

³⁶⁵ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 246.

³⁶⁶ MATTOSO, 1987. Op. Cit., p. 357.

³⁶⁷ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 246.

A construção do nobre ideal é elaborada a partir da caracterização do Rei e de suas virtudes, o Rei é o grande modelo a servir de inspiração aos nobres. A nobreza é apresentada como aquela que coloca em prática o ideal nobiliárquico, valoriza suas tradições e seus costumes.

Ao se transformar a nobreza em uma categoria moral, uma virtude, sua ausência, ou o fato de um nobre não vivenciar as virtudes nobiliárquicas, representava uma situação desprezível, vergonhosa, marcada pela falta de honra, item dos mais caros nessa caracterização da nobreza.

Cada vez mais, a proximidade em relação ao Rei era garantia de ser alçado à nobreza. O Rei Dinis, de Portugal, promulgou, em 1305, uma lei proibindo os nobres de armarem cavaleiro, daquele momento em diante só o Rei tinha esse privilégio, sancionando o valor moral dos seus súditos. Em contrapartida a nobreza tinha a obrigação de servir as armas e lutar para garantir a defesa da Cristandade, juntamente com a monarquia.

A *Crônica de 1344* é uma “Crônica Geral de Espanha,” como tal encontram-se nela caracterizados os diversos reinos da Península Ibérica, ressaltando a necessidade de mesmo com suas especificidades se manterem unidos, pois a divisão entre os cristãos enfraquece-os, como pode ser observado no próprio reino português assolado pela guerra civil opondo nobres favoráveis ao infante Afonso ou ao Rei Dinis, contexto esse vivenciado pelo autor da obra, o Conde Pedro de Barcelos.

Como exemplo desse enfraquecimento, que poderia levar à ruptura da Cristandade, pode ser citado o trecho a seguir relativo às conquistas empreendidas por Almançor à frente do exército muçulmano. Tais conquistas, segundo o relato, só foram possíveis em função da desestruturação dos cristãos:

tirou Almãçor sua hoste muy grande de mouros e, con aquelles cristaãos que vos dissemos que eram cõ elle, fezeronsse ja mais e mayor poder. E levou conssigo seu filho Abelmelic. E começou a estragar e destruyr todallas provencias de Leom e de Castella e de Navarra. E esto nõ viinha tanto por outra cousa como por o grande desacordo que avya antre os reis e antre os outros senhores cristaãos, ca nõ avya hy nõ huĩ que o outro quisesse ajudar a se defenderem.³⁶⁸

³⁶⁸ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** Vol. III. Fontes Narrativas da História Portuguesa. Ed. Crítica: Luís Filipe Lindley Cintra.. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1961. p. 178.

Seguindo a narrativa acerca das conquistas de Almançor aparece uma referência à desunião dos cristãos do tempo do Rei Rodrigo frente aos visigodos, momento esse marcado pelo enfraquecimento dos cristãos, incapazes de resistir ao avanço muçulmano:

esto nõ viinha se nõ polla sanha de Deus que viinha sobre os cristaãos, ca, despois que o prez dos Godos foy amortigado em Espanha, logo a igreja foy desprezada e abaixada e afrontada e levarom os mouros della todollos thesouros. E o quebrãto que fora del rey dom Rodrigo renovou outra vez em tempo d'Almançor.³⁶⁹

A vitória dos cristãos frente aos muçulmanos só foi alcançada após a união entre os reis cristãos de Leão e Navarra e ao Conde de Castela. O Rei Bermudo III de Leão

vendosse assy mal tragido dos mouros que tantas vezes lhe avyam corruda e roubada e agastada sua terra, ãvyou seu mandado ao Conde dom Garcia Fernandez de Castella e a el rey dom Garcia de Navarra, o Temeroso, que ouvessem olvidados os tortos que lhes elle avya feitos e que fizessem com elle paz e a ouvessem todos tres em huũ cõ sua postura bem firmada e que o ajudassem a defender a fe de Jhesu Cristo, que se perdya já, se aquello muyto durasse.³⁷⁰

Ao se referir à necessidade de união entre leoneses, navarros e castelhanos, o Cronista deixa de lado partidarismos e se preocupa com a fraternidade que deveria existir acima da vinculação regional ou divisões políticas, pensava possivelmente em uma “unidade Hispânica” em defesa da Cristandade.

Os valores apresentados pelo Conde ao caracterizar o bom e o mau Rei e o nobre são praticamente os mesmos. As relações de parentesco unem a nobreza à monarquia, essa união é possível, pois “os modelos culturais son compartidos porque son os mesmos; ainda máis, a monarquía tem a súa orixe na nobreza, existe por ela e em virtude dela.”³⁷¹

O Rei é visto durante o século XIV, no Ocidente Medieval, como sendo o regulador das pressões e relações internas da nobreza, que se dão ainda numa esfera baseada em relações pessoais. Nesse contexto, a primazia régia

³⁶⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 185.

³⁷⁰ Ibid., p. 187.

³⁷¹ PAREDES MIRÁS, 2002. Op. Cit., p. 235.

é construída por meio da promoção do bem comum no Reino, fundamentado no equilíbrio entre concessões e cobranças. O Rei teria o direito, segundo Gui Fourquim, de impor a sua vontade porque ela é conforme a vontade geral, ao bem comum da sociedade.³⁷²

O século XIV é marcado pela existência de relações e alianças políticas que extrapolam fronteiras físicas, laços de fidelidade e honra uniam nobres a seus senhores, de maneira que

nenhum dos critérios pelos quais se pode atribuir superioridade social a uma linhagem tem que ver com a sua 'nacionalidade,' mas antes com aqueles vínculos que as ligavam aos reis que iniciaram a Reconquista, como o Rei Rodrigo, ao grande antepassado da melhor nobreza peninsular, Cid o Campeador, ou aos outros heróis da gesta anti-islâmica.³⁷³

A fidelidade ao juramento vassálico era mais forte do que a fidelidade em relação ao território de nascimento. Sendo a ligação dos nobres com o ideal da Reconquista bastante acentuada, a ponto de estruturar as relações dessa nobreza, constituindo-se no seu grande modelo.

Ao apresentar um perfil do bom Rei o Conde fornece um modelo aos nobres, constrói dessa maneira uma identidade do que significava ser nobre aos membros da nobreza de Corte, construída a partir do modelo régio.

Esse modelo de Rei e de nobre foi sintetizado na Crônica a partir de inúmeras fontes às quais o Cronista teve acesso, incluindo narrativas que “circulavam oralmente (nos meios palacianos, aristocráticos, nos saraus das Cortes, nas cantigas trovadorescas) e tinham uma relativa independência de suas versões escritas.”³⁷⁴ Essas narrativas passaram a circular por entre a nobreza, do reino português, após a estabilização política promovida no reinado de Dinis, momento em que o imaginário cavaleiresco sofreu uma valorização, através da difusão de “um culto generalizado da poesia trovadoresca e dos romances de cavalaria.”³⁷⁵

³⁷² FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 105.

³⁷³ MATTOSO, José. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. **Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval**. Porto: Universidade do Porto/Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p. 1040.

³⁷⁴ COSTA, Ricardo da. **A mentalidade de cruzada em Portugal (sécs. XII-XIV)**. In. www.ricardodacosta.com. Página consultada em 19/09/2006, às 23:00 hs. p. 10-11.

³⁷⁵ Idem., p. 11.

A presente análise da Crônica traz elementos que podem levar a identificá-la como um espelho de reis e de nobres, obra onde as virtudes do bom Rei e do nobre, assim como os vícios, que podem e devem ser evitados, são contemplados. A partir do modelo de bom Rei apresentado pelo Conde, obtém-se o modelo do bom nobre, que segue as características atribuídas ao monarca.

Ao longo do texto são enumeradas características, valores e virtudes comuns ao Rei e ao nobre. Projeta-se assim ao longo do texto uma imagem idealizada de monarquia e nobreza onde sonho e realidade “misturam-se para formar nos espíritos uma cavalaria que, mais que corporação ou confraria, torna-se uma instituição, um modo de viver e de pensar, reflexo de uma civilização idealizada,”³⁷⁶ pautada nos seguintes aspectos:

Imagem moralizante:

Ser Cristão: a necessidade de ser temente a Deus, bom Cristão e defensor da Cristandade, lutar contra os muçulmanos.

Ser Virtuoso: esforçado/valente, leal, cultivar o amor e a amizade, ser honrado, manso, humilde, guerreiro, moderado, sensato, ser um bom cavaleiro.

Imagem de função:

Ser Justo: exercer a Justiça, ser piedoso, ter bons conselheiros, ser um bom conselheiro, zelar pelo Bem Comum dentro do Reino.

Ser conquistador.

Os vícios a serem evitados estão relacionados a uma **Imagem Amoral** (não cristã e não virtuosa): traição, desamor, desonra, deslealdade, possuir maus conselheiros, crueldade, pratica maus costumes, intriga, vingança. A divisão entre os cristãos que causa o enfraquecimento também merece destaque na narrativa.

É importante ressaltar que tais valores, virtudes e vícios não se encontram relacionados somente aos reis e nobres cristãos. Encontram-se

³⁷⁶ FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Volume I. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 186.

referências aos bons e maus reis muçulmanos, nesse caso ser conquistador é obter terras dos cristãos, ser guerreiro é ser valoroso em batalhas frente às hostes cristãs, a honra advém de suas conquistas frente aos reis cristãos. São destacadas ainda as alianças que se efetivam entre cristãos e muçulmanos.

Merece destaque ainda a presença na narrativa de mulheres conselheiras, que exigem que a justiça seja feita, mulheres que agem em prol de seus maridos, pais e filhos. Possuem papel decisivo na partilha dos reinos, interferem na distribuição de heranças, exigem lealdade. Também praticam vícios como intrigas, vingança, más ações.

Tais valores e virtudes associam-se, diretamente, à sociedade medieval portuguesa, à monarquia e à nobreza, formadas no interior de uma sociedade organizada para a guerra. Guerra que se constituiu enquanto “fator dominante que estrutura a sociedade e sua economia na Península Ibérica medieval.”³⁷⁷

Muitos desses valores são equiparados aos modelos transmitidos pelos romances de Cavalaria, difundidos de forma escrita no século XIV. Antes disso, transmitiam-se por via oral ou na forma de estratos, fornecendo alimento literário aos cavaleiros através da difusão das epopeias: “a realidade histórica misturava-se intimamente com a ficção literária e esta, por sua vez, inspirava e motivava a própria realidade.”³⁷⁸

Um exemplo do perfil de “Rei ideal”, apresentado na Crônica, pode ser encontrado no relato do que teria dito o Rei Fernando I de Leão e Castela a seus filhos: Sancho, Afonso e Garcia

Vos rogo, meus filhos, que sempre vos ajades bem cõ os fidalgos das vossas terras, fazendolhes sempre bem e mercee, e outrossi a todollos outros homees que vollo forem demãdar, ca nõ cõvem aos reis seer de avarêtos corações. E esto meesmo fazede aos pobres das vossas villas e cidades. Amade os vossos poboos nõ lhes fazendo sem razon, ca todos me serviron mui bẽ e ajudarõ a guaaanhar a terra que a vos outros fica. Seedes sesudos e temperados, muy sofrudos e esforçados nas batalhas, e muy francos em partyr vosso aver. Seedes mesurados e de boa palavra e bem recebentes. Honrrade os estrãjeiros. Seede muy verdadeiros, castos e temperados e fiees cathollicos, filhos obedientes na santa fe do Nosso Senhor Jhesu Cristo. Deffendede bem vossos reinos aos mouros e tomade os seus. E amadevos todos tres e ave de paz e cõcordia.³⁷⁹

³⁷⁷ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 217.

³⁷⁸ MATTOSO, 1987. Op. Cit., p. 357.

³⁷⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 346-47.

Nesse trecho a caracterização do “Bom Rei,” na mensagem deixada por Fernando aos seus filhos, indica a necessidade do Rei em respeitar e amar os povos, ressalta a importância deles na constituição do reino, devendo seus filhos estar atentos em relação à distribuição de riquezas de acordo com o merecimento de cada um, fosse ele fidalgo do Rei ou estrangeiro. Ao Rei cabe incorporar virtudes como: sensatez, temperança, valentia, que é necessária para empreender conquistas através das batalhas, moderação, honrar a palavra dada e a castidade. Acima de tudo deve o Rei ser cristão, defender a Cristandade combatendo os muçulmanos. Por último ressalta a necessidade dos irmãos se amarem a fim de manter a paz e a concórdia entre si, evitando assim a desestruturação do reino.

4.1. SER CRISTÃO

A partir desse ponto da narrativa o Cronista volta-se para a sociedade moldada a partir da Reconquista. Apresenta o contexto das conquistas cristãs, discute aproximações - ainda que frágeis - com os muçulmanos, preocupa-se com a constituição e defesa da Cristandade. Essa preocupação pode ser observada no trecho a seguir onde referencia a população que ocorre às Astúrias após ter ouvido a descrição dos feitos de Pelágio

as gentes dos cristaãos que foron fogidos e derramados per muytas terras e logares por coita de guardarem suas vidas, quando ouviron o bem e mercee que Deus avia feito a el Rei dom Paayo, veeronse todos pera elle, assi em cubertos come descubertos, cada huũ o melhor que podya, avendo todos ã coração de servyr a Deus e de morrer polla sancta fe catholica. E, assi como em outro tempo fezeron os boos cristaãos e amigos de Deus, fezerõ logo sua cavalgada e tomarõ logo dessa vez a cidade de Leon, que jaz ao pee da montanha das Esturas. E daly adeante forõ cobrando e perdendo medo e alçarom a sancta fe do Nosso Senhor Jhesu Cristo que jazia muy mal quebrantada.³⁸⁰

É importante notar como o Cronista valoriza o poder que os príncipes hispânicos alcançaram por meio das operações de Reconquista, são eles que

³⁸⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 385.

direcionam as ações e congregam em torno de si os cristãos que almejam lutar em defesa da Cristandade. Ainda referindo-se à Pelágio, é importante destacar uma percepção providencialista e cíclica da história presente no diálogo travado entre Pelágio e Oppa, irmão do Rei Vitiza:

Ay, Paayo! [...] Toma consellho ã como nõ percas a vida e para mentes ã tua fazenda e na daquelles que contigo son e nõ queiras morrer maa morte. E mitate em poder daquelle Tarique, tam honrrado e que nũa foy vencido, e tu averas honrra.

[...]

Tu e teu irmão Vitiza assanhastes Deus mallamente por os vossos pecados que fizestes, con o Conde Ilham, servo do diaboo Satanas, e o movestes a sanha, per que ouve de viir a destroymento a gente dos Godos e per que oje dya he a Igreja e a cristaydade quebrãtada e destruyda.³⁸¹

A derrota sofrida pelos godos frente aos muçulmanos é vista como fruto de castigo divino, no entanto Pelágio espera que a lição exemplar não vá durar para sempre: “Nosso Senhor nos quebrãtou e destroyu, nõ queira elle que dure para sempre. Mas ainda a cristayndade se levantara. [...] Creemos que, aquestes poucos que aquy somos, cobraremos toda a gente dos Godos que he perdida.”³⁸² Cabe assim a Pelágio restaurar a antiga ordem, ficando claro no final de sua oração um caráter profético por meio da profissão de fé a Deus, à Jesus Cristo e à Virgem Maria auxiliares na sua missão.

Diante da não aceitação dos termos, colocados por Oppa, ocorre a Batalha de Covadonga. Nessa batalha, segundo o relato, a vitória dos cristãos frente aos muçulmanos fora alcançada por meio da intercessão divina: “e lidou ally o poder de Deus pollos seus cristaãos que jaziam ãçarrados, [...] e, pollo prazer de Deus, que fez este milagre grande e tam estranho.”³⁸³ O desfecho da batalha se dá com o morte dos muçulmanos, que ocorreu após o desmoronamento de um morro, onde eles estavam, dentro do rio.

Nesse ponto da narrativa ocorre uma associação entre esse episódio e o que ocorrera com os hebreus ao fugir do Egito, buscando assim referências bíblicas a fim de respaldar episódios vivenciados pelos cristãos ibéricos:

³⁸¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Vol. II. 1954. Op. Cit., p. 382.

³⁸² Ibid., p. 382.

³⁸³ Ibid., p. 383.

e este tam nobre e tã maravilhoso milagre daquelle afogamêto fez Deus por prol de seus cristaãos d'Espanha, pera os livrar de grande quebranto e estragamento dos mouros em que stavã, assi como livrou os filhos de Isrrahel, quando os sacou do poder e cativeiro de Farao, rey do Egipto, e afogou elle e toda sua gente eno mar Ruyvo.³⁸⁴

O Cronista dedica-se na maior parte da obra a descrever a sociedade da Reconquista, com suas especificidades. Relaciona ao longo do texto as Casas Régias interligadas à nobreza, empregando um caráter universalista característico da concepção cristã da História. Essa maneira de apresentar as Casas Régias é “una de las aportaciones más importantes de la historiografía cristiana a la concepción de la historia, el universalismo frente a los nacionalismos y particularismos propios de la historiografía clásica.”³⁸⁵

Mito ou realidade a Reconquista fundou um conceito de poder e de prática deste, hierarquizou a sociedade a partir de critérios militares, organizou um espaço que não era fechado, além de elaborar uma visão “específica das relações entre o cristão e o seu Criador, que colocava a Igreja numa situação de sujeição ao poder civil.”³⁸⁶

Diante do fato de que são reis, condes e nobres que direcionam ações contra os muçulmanos, lideram as operações de Reconquista, é importante ressaltar na Crônica que

a Espanha, que fora o espaço do enobrecimento dos godos e o que lhes proporcionava a expansão de sua glória, mantém um sortilégio tal que os leva a tentar ir de encontro à corrente para a reaver. Nunca tal tarefa, de proporções gigantescas, poderia ser levada a cabo apenas através do esforço humano. Por isso Deus intervém de novo, enviando a sua ajuda através de anjos e santos ou mesmo realizando milagres.³⁸⁷

O auxílio divino pode ser percebido ao longo do relato em diferentes momentos e formas. O providencialismo aparece como forma de ajuda divina associado ao Rei, aos nobres e aos muçulmanos como punição a determinadas atitudes e ainda através de manifestações da divindade descritas nos relatos de sonhos e visões.

³⁸⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 384.

³⁸⁵ GALÁN SÁNCHEZ, 1994. Op. Cit., p. 25.

³⁸⁶ RUQUOI, 1995. Op. Cit., p. 216.

³⁸⁷ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 91.

4.1.1 Sonhos e Visões

A primeira menção, que aparece no texto, associando o apóstolo Santiago como defensor da Cristandade hispânica encontra-se nos relatos dos feitos do Rei Ramiro I de Leão. Este Rei teria tido um sonho com Santiago e depois durante a batalha de Clavijo o santo apareceu combatendo lado dos cristãos.

O Rei Ramiro recusara-se a pagar um tributo aos muçulmanos, habitual em reinados anteriores. Os muçulmanos lhe enviaram um pedido de cinquenta donzelas para se casar com os muçulmanos além de outras cinquenta para satisfazer seus prazeres, todas deveriam ser virgens.³⁸⁸ Em função de sua recusa foi atacado pelos muçulmanos na batalha de Clavijo. Os cristãos estavam em oração quando teria adormecido o Rei Ramiro, em sonho lhe aparecera Santiago:

Saibbas que Nosso Senhor Jhesu Cristo partio a todos os apostollos meus irmãos todallas provincias da terra; e a my soo deu Espanha que a guardasse e a emparasse das mãos dos emiigos da fe. [...] Rey dom Ramiro, esforçate e teu coração e se bem firme e forte ã teus feitos, ca eu são Sanctiago, o apostollo de Jhesu Cristo, e venho a ti por te ajudar contra estes emiigos. E saibhas por verdade que tu venceras cras enna manhaã, con ajuda de Deus, todos estes mouros que te teẽ cercado. [...] E, por que nõ duvydes nada do que te digo, veerme has de manhaã ena lide em Cavallo branco cõ hũa signa branca e grande espada reluzẽte enna mão. E vos, logo pella manhaã, menfestarvos edes de todos vossos.³⁸⁹

A aparição do apóstolo, em sonho, trouxe-lhe conforto e confiança na vitória a ser alcançada. No desenrolar da batalha, conforme anunciado no sonho

os cristaãos, quando viron o apostolo Santiado, foron muy esforçados; e, fiando enna ajuda de Deus e do senhor Santiago, começaram de feryr nos mouros muy de ryjo, dando muy grãdes vozes, dizendo: 'Deus ajuda e Santiago. [...] E, de aquelle dia adyante, ouverõ e tomarõ os cristaãos em huso de dizer nas entradas das fazêdas e ennos emcalços dos mouros, seus emiigos mortaaes: 'Ajuda Sanctiago'³⁹⁰

³⁸⁸ Cf. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 402.

³⁸⁹ Ibid., p. 403-404.

³⁹⁰ Ibid., p. 404-405.

A aparição de Santiago ou outros santos e anjos em sonhos “para além de desvendar o mistério do futuro, iluminando o vidente, os vaticínios que anuncia situam-se dentro do tema do Apocalipse: a luta entre o Bem e o Mal, o triunfo daquele, a dor e a morte antecipando a Glória.”³⁹¹ Na descrição da batalha de Clavijo são personificados elementos que corroboram a ideia da luta do “Bem, representado pelos cristãos, que contam com a ajuda de Deus e o Mal, os *ẽmiigos*.”³⁹²

Outro tema presente na narrativa da batalha de Clavijo, segundo Elisa Nunes Esteves, é a presença da libertação de um grupo de jovens virgens prestes a ser oferecidas em sacrifício, tema comum aos romances de cavalaria. Esse tema estaria ligado à lenda de São Jorge transmitida pelas hagiografias:

Jorge, um bravo soldado cingido com uma espada cintilante, liberta o povo de uma cidade obrigada a alimentar um dragão que os ameaçava, exigindo primeiro o sacrifício de cordeiros, depois de pessoas, a última das quais seria a filha do Rei. S. Jorge mata o dragão e liberta a princesa de uma morte atroz. Pensamos que o mito deste santo, que é também um herói libertador, está presente aqui e a sua figura se confunde com a de Santiago ajudando os cristãos a conservar as donzelas.³⁹³

Outra personagem que se destaca tanto pelo providencialismo como pelos sonhos e visões é Fernão Gonçalves, Conde de Castela. A menção ao providencialismo está presente na narrativa da Batalha de Lara. Antes da batalha um dos seus cavaleiros com receio, frente à quantidade de muçulmanos liderados por Almançor, tenta fugir e acaba sendo “engolido” pela terra. O fato do cavaleiro ter sido “engolido” é interpretado como se tivesse despertado a ira de Deus ao tentar fugir de uma batalha.

O Conde em seu discurso, a fim de motivar seus cavaleiros para que lutassem contra o exército de Almançor, ressalta que não deveriam esmorecer e lutar bravamente, a fim de alcançarem a vitória. Os cristãos clamando por Santiago iniciam o combate, fazendo com que os muçulmanos, segundo o relato, lamentassem o dia em que foram lutar com os cristãos. A descrição

³⁹¹ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 94.

³⁹² Ibid., p. 94.

³⁹³ Ibid., p. 95.

termina ressaltando que o “Senhor Deus teve por be de todos seerẽ vencidos a pouca d’ora.”³⁹⁴

Nessa descrição está presente a intercessão divina garantindo a vitória, muito mais do que a destreza dos combatentes cristãos frente aos muçulmanos. Na descrição da batalha de Hacinas, estando novamente o Conde Fernão Gonçalves contra as tropas de Almançor, é que aparece a segunda descrição de um sonho. Estava ele rezando na Ermida de Arlanza³⁹⁵ quando quase adormecido lhe apareceu em sonho o eremita São Pelágio

vestido em nobres panos brancos e tã fremoso e feito e tã maravilhosa forma que o ño poderia homẽ pêsar. [...] E, quãto a Deus pediste, todo te he outorgado. E tu faras muy grande mortaydade eno poboo dos pagaãos, pero com grande perda dos teus, ca hy morrerã delles dos melhores da companha. Pero, aacima, os mouros seerã vencidos e seeras o vecedor. E assi te manda Nosso Senhor que logo te vaas. E vay lidar com Almançor. E Deus tem por de seer hy em tua ajuda o apostollo Sanctiago e eu cõ elle, pera seer vencido Almançor e os seus confundidos e estragados e pera tu tirares honrra. E outros muytos angeos verram hi cõ armas brancas e trageram todos pedoões com cruces, de que os mouros averam grade espanto e perderam os corações.³⁹⁶

Estando ainda na Ermida pensando no que vira

ouvyyu hũa voz que viinha de cima contra o ceeo, que o chamava per seu nome. E, catando ele pera cima onde ouvira a voz, veolhe huũ muy saboroso sôpno e começou a dormyr. E a voz lhe dizia assy: [...] Cõ os mouros ño ponhas tregoas ne paz, ca ño praz a Deus. E tu faras das tuas gentes tres aazes. E tu entra cõ os mais poucos da parte d’ouriente; e ao começo da lide veerme ás hy. E manda êtrar a outra aaz da parte d’ouciente; e veeras hy ã tua ajuda o apostollo Sanctiago. [...] E levantate, ca te ño quero mais dizer, salvo tanto sabe por certo que eu soõ Mylhã, servo de Jhesu Cristo. E digote que esta lide durará ataa o terceiro dia; e, ao terceer dia, verra hy o apostollo Sanctiago e nos outros cõ elle.³⁹⁷

Percebe-se, nesse caso, a confirmação do que coloca Jean-Claude Schmitt acerca da presença dos sonhos na literatura narrativa. Segundo o autor a literatura narrativa

³⁹⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 36.

³⁹⁵ “Os castelhanhos, principalmente o Conde, nos aparecem como seres privilegiados pela ajuda de uma força sobrenatural e que é determinante no desfecho das lutas que travam contra o inimigo da fé cristã. Ambas as batalhas (Lara e Hacinas) estão ligadas à ermida de Arlanza, local da epifania do sagrado e onde têm lugar as orações e as proféticas visões do herói.” ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 106.

³⁹⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 47-48.

³⁹⁷ *Ibid.*, p. 49.

distingue cuidadosamente o sonho de outras manifestações sobrenaturais, como as visões ou aparições recebidas por pessoas acordadas, e muitas vezes o sonho é explicitamente designado como tal (*in somnis*) ou então consta na narrativa que o visionário despertou logo após a visão, de onde se pode concluir que ela foi um sonho.³⁹⁸

Trata-se aqui de um sonho premonitório, estabelecendo que a vitória cristã seria alcançada somente no terceiro dia de batalha. Durante a alta Idade Média os sonhos premonitórios eram vistos com ressalva pela Igreja. No entanto o sonho divinatório acaba por entrar na esfera do sagrado definido pelas escrituras, pela tradição e pela Igreja, chegando sua legitimidade a ser reconhecida por Santo Tomás de Aquino na *Suma Teológica*: “os sonhos são algumas vezes os sinais de acontecimentos futuros na medida em que podemos relacioná-los a uma causa comum aos sonhos e aos acontecimentos futuros. Nestas condições, a maioria das premonições do futuro provém dos sonhos.”³⁹⁹

Após ter despertado de seus sonhos o Conde procurou seus cavaleiros e colocou-os a par do que vira e ouvira. Preparavam-se então para a batalha contra Almançor, quando viram à noite “viir voando pello aar huũ dragõ muy grande e muy spantoso, dando muy grandes braados; e semelhava que viinha todo cheo de sangue. E os braados era assy spantosos que semelhava que ao ceeo chegava. E levava a boca aberta e lançava per ella chamas de fogo.”⁴⁰⁰

A visão do dragão deixou todos espantados, cabendo então ao Conde Fernão Gonçalves interpretar o que viram “vos bem sabees ã como os mouros som emiigos de Deus e amygos do demo e sempre fazem as suas obras e sempre husam de nigromãcia e encantamentos.”⁴⁰¹ A batalha teve início na manhã seguinte e no terceiro dia, conforme fora avisado a ele nos sonhos, apareceu o “apostollo Sanctiago cõ muy grandes companhas d’angeos que lhe pareciam que viinham todos armados de armas brãcas come a neve; e traziam todos pendões brancos cõ cruzes; e forõ contra os mouros.”⁴⁰²

³⁹⁸ SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**, ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: Edusc, 2007. p. 304.

³⁹⁹ AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica*. Apud: LE GOFF, Jacques. *Sonhos*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 526.

⁴⁰⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 54-55.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p. 54.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 62.

Fato comum nas descrições é a presença de sinais de luz, pureza (os cavaleiros estão puros após terem se confessado e comungado) e graça que marcam positivamente esse dia, tais sinais apontam para que “a luta não se fará sem danos também para os vencedores, mas o final será glorioso para os cristãos. Será certamente uma glória resplandecente.”⁴⁰³ Na batalha de Clavijo a vitória é alcançada após Santiago aparecer pela manhã montado em um cavalo branco, com uma espada reluzente nas mãos. A Batalha de Lara aconteceu no mês de maio, em um dia muito claro e ensolarado. A Batalha de Hacinas contou com a presença do apóstolo Santiago, acompanhado de anjos com armas brancas como a neve, segurando pendões brancos com cruzes.

A imagem de Santiago, recorrente nas visões e auxiliador nas vitórias frente aos muçulmanos, pode ser vista como um “lugar de convergência dos arquétipos cristãos do herói combatente, S. Miguel e S. Jorge, em nome de quem são armados cavaleiros na Idade Média. Santiago não era um soldado, era um apóstolo que passou pela Espanha para espalhar a Palavra de Deus.”⁴⁰⁴

Para ilustrar essa relação entre Santiago, São Miguel e São Jorge convém citar outro sonho ocorrido à época de Fernando I, durante o cerco à cidade de Coimbra. Nesse período estando a cidade de Coimbra cercada, havia sete anos, viera em peregrinação à Santiago um bispo da Grécia. Estando ele na igreja ouviu dizer que Santiago aparecia nas batalhas ajudando os cristãos contra os muçulmanos, ao ouvir isso disse: “amigos, não o chamedes cavalleiro, mas pastor!”⁴⁰⁵

Mais tarde estando o bispo dormindo apareceu-lhe em sonho Santiago com chaves na mão

Ostyano, tu teens por scarnho por que me chamõ cavalleiro e tu dizes que o nõ soõ. Porẽ venho ora a ti por te me mostrar, que nunca mais duvydes de mynha cavallaria, ca saybas bem que eu soõ cavalleiro de Jhesu Cristo, ajudador dos cristaãos contra os mouros. E elle em dizendo esto, trouveronlhe huũ cavallo branco muy boõ. E o apostollo Sanctiago cavalgou ã elle muy bem armado de todas armas que avya mester, muy fermosas a maravyilha, e disselhe como querya hyr ajudar el rey dõ Fernando que jazia sobre Coymbra sete annos avya. E por que sejas mais certo do que te digo, com estas chaves que tenho ã

⁴⁰³ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 94.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 94.

⁴⁰⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 314.

esta mão abrirei eu cras as portas de Coymbra aa ora de terça e dalla ey a el rey dom Fernando.⁴⁰⁶

Segundo Elisa Nunes Esteves o espanto do bispo grego justifica-se, pois na

tradição mais primitiva Santiago não se reveste destas características. Ele teria ficado ligado à Espanha porque após a morte o seu corpo fora metido num barco sem leme, que a Divina Providência conduziu à Galiza, e aqui ficou sepultado. [...] Ao aparecer como cavaleiro, com uma espada cintilante e combatendo, só ou com uma milícia de anjos, ele aglutina em si uma tradição que lhe é estranha, a do herói combatente, e cujos arquétipos são S. Miguel e S. Jorge.⁴⁰⁷

Um aspecto que está presente somente na descrição da batalha de Hacinas é a presença do dragão e de uma milícia de anjos, combatendo ao lado de Santiago. Esse fato pode estar relacionado à tradição hagiográfica ligada a São Miguel presente no Livro do Apocalipse que contém a

batalha do santo e dos seus anjos contra o dragão. [...] A tradição hagiográfica dá conta também deste combate extraordinário em que o Arcanjo, com um exército de anjos, expulsa dos céus o dragão Lúcifer. [...] A descrição do dragão alado (na batalha de Hacinas), diferente do dragão de São Jorge que é por tradição aquático, cheio de sangue, provavelmente marca do recente combate que o precipitou do Céu e lançando as chamas do Inferno da sua boca aberta, remete-nos também para a lenda do Arcanjo.⁴⁰⁸

O primeiro relato de uma visão profética está ligada à Bermudo II de Leão e uma grande seca e pestilência que se espalhara sobre a terra, descrita na Crônica como sendo fruto do fato do Rei ter dado ouvido a maus conselheiros e assim mandado prender o bispo de Oviedo. Segundo a narrativa doendo-se Deus do povo teve misericórdia aparecendo “ẽ visom a huũs boos homees d’ordem; e foilhe mostrado que, por o pecado e torto que el Rei dom Vermudo fezera em prender o bispo d’Ovedo, que por esso era aquella pestelença.”⁴⁰⁹

Destaque deve ser dado ao fato de que a visão que os homens tiveram teria sido do próprio Deus, explicando-lhes o motivo da peste que assolava a

⁴⁰⁶ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** O. Cit., p. 314.

⁴⁰⁷ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 95.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 96-97.

⁴⁰⁹ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 191.

terra em que viviam, eles rapidamente procuram o Rei. O Rei ao ficar sabendo da visão mandou soltar o bispo devolvendo-o ao bispado de forma honrada, assim que o mal fora desfeito a chuva voltou a cair e fecundar a terra. Segundo Jacques Le Goff a partir do século XII ocorreu uma grande inovação sobre os sonhos e sua interpretação, a partir desse momento “o sonho (somnia) tornou-se amplamente independente da visão (visio) vinda do alto; é um fenômeno humano.”⁴¹⁰

Nesse caso específico aparece a descrição de uma visão a dois homens descritos como sendo honrados, sendo ela uma visão vinda do alto, diferente das descrições de sonhos. Outras visões estão associadas a El Cid. Uma delas, de cunho profético, acontece enquanto viaja em romaria à Santiago. Estava ele a caminho, juntamente com vinte cavaleiros, quando encontraram um leproso que foi socorrido por Rodrigo e levado até o lugar onde passariam a noite. O fato de estar ajudando o leproso causou nojo entre seus cavaleiros, fazendo com que deixassem a pousada onde os dois estavam e fossem procurar outro lugar para dormir.

Rodrigo pediu que arrumassem a cama onde ele e o leproso passariam a noite, ao despertar no meio da noite, não mais o encontrou na pousada. Estava pensando no que acontecera quando apareceu um “homã vestido em vestiduras brancas com odor grande e maravilhosa claridade.”⁴¹¹

Novamente nesse trecho há referência à claridade e vestes brancas relacionadas a uma visão. O homem questionou se ele dormia, dizendo que não, indagou ao homem quem seria e o porquê de tamanha claridade. A resposta veio como uma profecia acerca do que alcançaria Rodrigo em sua vida:

elle lhe disse que era Sam Lazaro e que lhe fazia certo que elle era o gaffo a que elle fizera tanta honrra por o amor de Deus. E por esto que me assi as feito, Deus te ha outorgada grande graça que, quando te veer ã mente o gaffo que sonhaste, que todallas cousas que começares em lides e batalhas ou em outras cousas, que todallas acabaras compridamente. Assy que a tua hõrra crecera mais e mais em cada huũ dya e seeras temudo e receado assy de cristaãos come de mouros; e os emiigos nõ te epeeceã; e morrerás morte honrrada em tua casa e em tua honrra; e nũca seeras vencido mas sempre

⁴¹⁰ LE GOFF, 2002c. Op. Cit., p. 522.

⁴¹¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 304.

seeras vencedor, ca te outorga Deus a sua beenção. E, cõ todo este, faze sempre bem.⁴¹²

A outra visão ocorre após o Cid ter sido desterrado por Afonso VI de Leão. Estava ele dormindo quando “apareceolhe e visom huũ angio que lhe disse: Vay avante e nõ temas nada, ca sempre te hira bẽ ã quanto viveres, e cobraras o que quiseses e seeras sempre rico e honrrado!”⁴¹³ Importante notar na segunda visão o reforço do caráter profético acerca da honra que Rodrigo alcançará por meio de seus feitos e que tudo sairá bem enquanto viver.

Outras duas visões aparecem na narrativa do reinado de Fernando I de Leão e Castela, tendo Santo Isidoro como personagem central. A primeira visão ocorre quando dois bispos são enviados a Sevilha a fim de recuperar os corpos de Santa Justa e Santa Rufina, que seriam colocados na Igreja que Fernando I estava construindo em Leão. Chegando à Sevilha foram procurar o Califa que, após consultar seu conselho, disse aos bispos que não sabia onde os corpos estavam enterrados. Nisso os bispos começaram a rezar a fim de que Deus lhes mostrasse o que fazer. Após a oração apareceu-lhes Santo Isidoro

Servos de Deus, nõ he sua vontade que levedes daqui os corpos das santas virgeens, por que esta cidade ha de seer conquistada dos cristaãos e quer que fique aqui por louvor da fe catholica. Mas teende por bem de levardes o meu corpo, por honrra del Rei dõ Fernãdo, de que recebe muito serviço, e outrossi por amor de vos. [...] Foron muy spantados por a mui grãde claridade e odor que o sancto cõsigo trasya. [...] E elle mostroulhe como jazia ã Sevilha, a velha, e deulhe dello certos signaaes e o lugar certo da sepultura em que jazia.⁴¹⁴

Novamente o destaque deve ser dado à claridade que acompanha a visão do santo e o caráter profético, a cidade de Sevilha seria ganha pelos cristãos, frente aos muçulmanos.

A outra visão de Santo Isidoro acontece diretamente ao Rei Fernando I. Estava o Rei, segundo o relato já com idade avançada, em oração quando apareceu-lhe o confessor Santo Isidoro e “disselhe o dia e a hora em que avya de morrer e que, pera esto, fosse percebido de se confessar e fazer emenda de

⁴¹² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 304.

⁴¹³ Ibid., p. 424.

⁴¹⁴ Ibid., p. 323.

seus pecados. E, depois que lhe esto disse e outras muitas cousas por salvaçon de sua alma, desapareceu. E el rey ficou muyto confortado.”⁴¹⁵

O que se destaca nessa visão é o fato do santo anunciar ao Rei o dia de sua morte, tratando-se de uma visão divinatória, trazendo-lhe conforto. Essa descrição reflete o que coloca Eduardo Fabro:

os homens buscam intensamente a segurança. O futuro é incerto, desconhecido, por isso ele é temido. O temor leva as tentativas de controle. O incerto deve ser conhecido e, se possível, controlado. O homem medieval busca formas de antever o futuro em um anelo por segurança. Ele necessita saber o que virá, para estar preparado para combatê-lo.⁴¹⁶

Essa necessidade de saber o que virá, para poder se preparar, está presente numa outra visão profética, ligada ao Cid. Estava ele em Valência por volta da meia noite, quando viu entrar

ena sua camara hũa moy grande clarydade cõ odor de gram mansidom e muy suave. E elle quando aquello vyo, foy muyto espâtado. Entõ lhe apareceu hũu homẽ assi brãco commo a neve, velho, cãao e crespo, e tragia ẽ suas mãaos hũa chave. [...] Eu soo Pedro Apostolo. E venho a ty co mädado mais apressado que o que tu coidas, del rey Bucar, ca sabe que d’oje a XXX dias leixará este mũdo e hirás em vida de glória. E, cõ esto, te quer Deus fazer tãta merçee que a tua jête desbaratará el rey Bucar e que tu, sêedo morto, vêças esta batalha por hõrra do teu corpo; e esto seerá cõ ajuda do apostolo Santiago que Deus êviará aa batalha.⁴¹⁷

Alguns elementos merecem ser destacados no trecho: a presença da forte claridade acompanhando o Apóstolo Pedro, o anúncio da morte do cavaleiro e a certeza de que seus homens alcançariam a vitória frente ao exército muçulmano, dando chances para que ele pudesse tomar as providências necessárias, inclusive para preparar seu corpo para que no momento da batalha não parecesse aos muçulmanos que já estava morto, e ainda organizar sua hoste a fim de alcançar a vitória. Nessa batalha contariam com a ajuda de Santiago e do próprio Cid, morto montado em seu cavalo à frente das hostes cristãs.

⁴¹⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** Op. Cit., p. 333.

⁴¹⁶ FABRO, Eduardo. Sonhos e visões: a cultura popular germânica pela luz dos Nibelungos. In: **Revista Brathair** 4 (1), 2004. p. 41.

⁴¹⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** Fontes Narrativas da História Portuguesa. Ed. Crítica: Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. IV. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990. p. 174-175.

Ressalta-se aqui o caráter divinatório que acompanha os sonhos e visões retratados, associados ainda a um aspecto da realidade peninsular do período: de oposição entre cristãos e muçulmanos. Destaque deve ser dado, nas narrativas, às aparições de Santiago, caracterizado como o defensor da Cristandade hispânica.

4.1.2 O Providencialismo

Outra forma de demonstrar o providencialismo é através dos relatos de auxílio divino em batalhas e conquistas territoriais frente aos muçulmanos e uma delas frente aos normandos. Os relatos estão ligados a conquistas empreendidas por monarcas ou vitórias alcançadas por nobres. Os reis Afonso III de Leão e Ordonho II de Leão teriam recebido auxílio divino em batalhas frente aos muçulmanos.⁴¹⁸ Além dos reis, nobres também teriam contado com auxílio divino em seus combates. Como é o caso do Conde Gonçalo Sanches, da Galícia. Gonçalo Sanches voltou-se contra os normandos, que invadiram a Galícia, rogou ajuda divina a Deus e ao apóstolo Santiago e assim com “a mercee de Deus e do apostollo Santiago, cuja egreja elles quebrantarõ e reoubarom, venceuhos e desbaratouhos, de guisa que todos hy morrerõ com seu rey.”⁴¹⁹

Outros dois relatos estão relacionados à providência divina, sendo ela fundamental na predestinação de um Rei e a Fernão Gonçalves, de cuja linhagem viriam os reis de Castela. O relato relativo à predestinação de Fernão Gonçalves aparece no desfecho do atrito entre o Conde e o Rei de Navarra. O Rei de Navarra prendera o Conde numa emboscada dizendo-lhe que se encontrariam para tratar do casamento dele com sua irmã. A irmã do Rei ao descobrir que o Conde fora preso, foi visitá-lo na prisão e ajudou-o a fugir do cativeiro. Os dois voltaram a se encontrar na batalha de Val Perri. Batalha essa vencida pelo Conde “e demais quis Deus fazer esta mercee ao Conde dõ

⁴¹⁸ Cf. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. 1961. Op. Cit. p. 466.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 109.

Fernam Gonçalvez, que nũa o podessem vecer mouros nem cristãos e campo.”⁴²⁰ Essa predestinação de que o Conde não seria vencido nem por cristãos e nem por muçulmanos mostra a grandeza atribuída a essa personagem.

O Rei Sancho I de Navarra tem, segundo o relato, seu nascimento ligado à providência divina. Seu pai foi morto durante uma invasão de muçulmanos, na ocasião sua mãe estava grávida e acabou sofrendo um ferimento com lança. Estava a ponto de morrer, em função da gravidade do ferimento, quando “nasceu della hũ filho, assi como prougue a Deus, sayo o menyno della pella ferida da lança.”⁴²¹

Dentre os relatos acerca do providencialismo encontram-se relatos que remetem à derrota dos cristãos frente aos muçulmanos, como é o caso da narrativa ligada à derrota de Ordonho II de Leão no Vale da Junqueira. A derrota dos cristãos é tratada no texto como uma forma de punição divina “e lidou ally com elles e morreron hy muytos cristãos; e esto pello pecado da cristaydade.”⁴²² Interessante notar que a batalha acontecera contra as tropas lideradas por Abderramão III, califa de Córdoba, sendo sua grandeza descrita ao longo do texto, no entanto a derrota dos cristãos na batalha não é atribuída à força do exército muçulmano, mas sim aos pecados da própria Cristandade, não sendo eles especificados nesse trecho.

Em outros dois momentos aparece a derrota dos cristãos está ligada aos pecados da Cristandade. Os dois relatos estão ligados a Afonso VI de Castela. No relato da batalha liderada pelo infante Sancho, frente o exército de Miramolim, é descrita a derrota dos cristãos e a morte do infante. O Rei indagando seus homens acerca do que acontecera recebe a seguinte resposta: “e, se Deus por os nossos peccados nos deu agora esta desvêtuira, elle nos dará outra boa andança quando sua mercee for.”⁴²³

Em nova batalha frente às forças de Miramolin, desta vez sendo as hostes cristãs lideradas pelo próprio Rei Afonso VI, o Cronista destaca que “por os peccados dos cristãaos, forõ vençudos e desempararõ seu senhor el Rei

⁴²⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 88.

⁴²¹ Ibid., p. 240.

⁴²² Ibid., p. 472.

⁴²³ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit. p. 36.

dom Afonso ão campo.”⁴²⁴ Mesmo ficando em campo com uma quantidade muito pequena de homens o Rei fez o que pode para enfrentar os muçulmanos, porém acabou vencido e ferido.

Em nenhum dos três relatos merece destaque a força das hostes muçulmanas, o que fica claro nos relatos é que os cristãos perdem uma batalha pelo motivo de não estarem unidos o suficiente. Os homens que acompanhavam o infante teriam preferido o “mal menor” da morte do infante do que morrerem todos e o Rei ficar sem boa parte dos seus homens para garantir a posse dos territórios. As três derrotas teriam acontecido em função dos pecados da Cristandade, se os cristãos estivessem unidos e livres de pecados o resultado dos combates teria sido diferente? Esse é o contraponto que fica implícito no texto.

Dois trechos merecem destaque por estarem relacionados diretamente aos muçulmanos. Um deles trata de ajuda divina contra os berberes e está inserido em um trecho da narrativa que, ao longo de treze capítulos, trata das disputas políticas que ocorrem em torno do governo de Córdoba e dos ataques sofridos pelos berberes.

Segundo o relato, os berberes apoiavam o califa Suleimão II que depusera o califa anterior Hisham II. Um dos homens fortes da cidade que apoiava Hisham era Hairam Alhameri. Ao fugir da cidade de Córdoba Hairam foi ferido pelos berberes, ao recuperar-se das feridas passou a conquistar terras em nome do califa deposto. Após ter tomado a cidade de Almería e lhe “ajudando Deus, Ayrã, assy como dizemos, deitou de Jeen e de Beeça e de Arjona todollos berberiis.”⁴²⁵

O último dos trechos refere-se à Almançor e a uma de suas investidas contra os cristãos chegando até Santiago. Lá chegando

estragou toda a cidade de Santiago e quebrantou o muymêto do apostollo e tirou os seus ossos. E foy muy spâtado por uma visom que vyu, ca foy feito huñ muy grande arroydo que ferio a par delle, em tal maneira que lhes esquecerom os ossos do apostollo. Pero tomarõ as portas e as câpaãs da igreja e levarõnas comssigo pera Cordova por synal de vencimento que avya feito.⁴²⁶

⁴²⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit. p. 40.

⁴²⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 219.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 185.

O fato de Almançor ter violado a igreja dedicada a Santiago acarretou em uma punição divina

Este rey Almançor quando se partio de Santiago, elle e todollos seus, foram feridos da maldiçõ de Deus pollo pecado e atrevymento e çugidades que elle e os seus fizeram na igreja de Santiago. E cayu em elles hũa tam grande infirmitade, das grandes que no mundo pode seer, a que os físicos chamã darrya. Esta door a que dizem darria he enno ventre, que rompe as entranhas e as tripas e faz dos homees menaço tam forte que morrem della. E Almançor e todollos da sua hoste foram tã mal treitos desta door que a mayor parte delles morrerõ, que muy poucos scaparõ. E, os que ende escaparõ, conta a estorya que depois morrerom morte supitanea.⁴²⁷

A ajuda divina aparece ao longo do relato como uma forma de auxílio nas batalhas entre cristãos e muçulmanos, ou como no caso de Sancho I de Navarra ao permitir que ele ainda no ventre de sua mãe não morresse. Merecem destaque: as derrotas sofridas pelos cristãos, atribuídas aos pecados da própria Cristandade, e o trecho que apresenta as consequências sofridas pelo exército de Almançor, após violar a igreja de Santiago. Fica claro ao longo da análise, desses trechos, a visão do autor acerca da necessidade de unidade entre os cristãos, só assim conseguiriam vencer os exércitos muçulmanos, e a questão de distanciarem-se dos pecados que permitiriam as divisões e o enfraquecimento da Cristandade.

4.1.3 O Bom Cristão

Além das descrições ligadas ao providencialismo encontram-se também relatos que remetem aos elementos que caracterizam o bom cristão. Na tabela a seguir encontram-se seis referências ao bom cristão:

Tabela 2 – O Bom Cristão

Personagens	Narrativas
Afonso I, de Leão	Este Rei “dom Afonso foy chamado per sobrenome o Catholico, por que guardou bem e fielmente os mādamentos de Deus e a fe catholica e esforçou todollos cristaãos per seus boos exemplos pera guardarem a santa ley. (Crônica Vol. II p. 390)

⁴²⁷ Crónica Geral de Espanha de 1344. 1961. Op. Cit. p. 186.

	“Trabalhou com toda sua femeça de poer bispos em aquellas cidades que elle ganhaara dos mouros, por que preegassem e demostrassem a fe do Nosso Senhor Jhesu Cristo e a sua palavra aos cristaãos. E desi refez todallas igrejas que eram derribadas e onrrouhas muy ben de todallas cousas que lhe cõviinham. Ajuntou quantos livros pode aver que de Sanctas Scripturas de Deus eram e deuhos aas Igrejas.” (Crônica Vol. II p. 393).
Afonso III, de Leão	“Este rey dom Afonso avya muytos beens e, sobre todos, ouve estes quatro: seer muy lidador e graado e muy piadoso e boõ cristaão.” (Crônica Vol. II p. 428).
Thibault I de Navarra	“Desque foy rey, avendo grande coraçom de fazer serviço a Deus ajuntou muy grande cavallaria e passou aalem mar e foy livrar de poder de mouros a terra santa de Jherusalem; e gaanhou hy muytos logares que tiinham os mouros e deuos aos cristaãos.” (Crônica Vol. III p. 256).
Afonso VI de Castela	“Acrescentador da sancta fe catholica e todos foron delle cõssolados ataa que morreo. E amava muito Deus e por esto acabava todollos seus feitos que começava.” (Crônica Vol. III p. 409).
Conde Fernão Gonçalves	Estando em Burgos já “quebrantado das muytas e grandes lides que avya feitas cõ mouros e com cristaãos por deffender Castella e a fazer mayor e outrossy por acrescentar a cristaydade a serviço de Deus, adoeceu entõ em Burgos e a doença foy tal e tam afficada que morreo o Conde della em aquel logar.” (Crônica Vol. III p. 111)
Rodrigo Dias de Vivar	“Rogote, meu Senhor Jhesu Cristo, que, por tua mercee, me des poder e saber pera eu sempre defender a tua sancta fe catholica; e possa destroyr os inmiigos della.” ⁴²⁸

Das seis narrativas apresentadas, quatro delas estão ligadas a reis cristãos. Os reis considerados bons cristãos são aqueles que guardam os mandamentos de Deus e a fé católica, transmitem bons exemplos aos seus súditos. São descritos ainda em função das conquistas territoriais que fazem frente aos muçulmanos, sendo eles acrescentadores da fé católica, trabalhando na expansão da Cristandade, estariam eles relacionados à especial obrigação de proteger a Igreja, colocada por José Mattoso como um dos deveres do bom monarca.⁴²⁹

Os reis cristãos aparecem associados à Reconquista. Valoriza-se ao longo do texto o poder que os príncipes hispânicos alcançaram, durante a

⁴²⁸ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 421-422.

⁴²⁹ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 84.

Idade Média, através das operações de Reconquista na península frente aos “infiéis,” a fim de entregá-la à Cristandade. Em Aragão, Castela, Portugal ou em Navarra os reis eram justificados na sociedade por essa tarefa. Nesse contexto, a extensão do território às terras retomadas dos muçulmanos, constituía a prova da sua submissão à Deus e aos seus mandamentos.

A Reconquista constituiu-se como uma realidade, que além de possuir uma função unificadora, serviu para justificar o poder dos reis. Em um meio marcado por diferenças e rivalidades, além de guerras entre Portugal e Castela, entre Castela e Aragão ou Navarra, os “cristãos do Norte da península se identificavam na luta contra o Islão, participando de um mesmo projeto militar, religioso e econômico.”⁴³⁰

As duas narrativas de nobres, considerados como bons cristãos, destacam também sua luta frente aos muçulmanos e a expansão da Cristandade. Destaque deve ser dado à narrativa relacionada ao Cid, esta traz uma imagem do que era ser um bom cristão: defender a fé católica e combater seus inimigos.

Como última referência ao bom cristão pode ser empregada a narrativa que traz os feitos de Pascoal Vivas. Esse cavaleiro tinha por costume assistir quantas missas houvesse na igreja assim que nela entrasse pela manhã. Estava ele acompanhando as tropas de Garcia Fernandes quando da batalha contra Almançor, no Vau de Cascajares. No dia da batalha foram a um mosteiro onde acompanharam a primeira missa da manhã, só que havia oito monges no mosteiro o que significava que haveria oito missas a acompanhar. Os demais cavaleiros assim que terminou a primeira missa saíram para a batalha, ficando Pascoal Vivas “hy ataa que todallas oito missas foram acabadas; e sempre esteve armado em gijolhos ãte o altar.”⁴³¹

O escudeiro do cavaleiro estava à porta da igreja acompanhando o desenrolar da batalha, pensando que o cavaleiro permanecera na igreja em função de sua covardia. Estando ele na igreja

Nosso Senhor Jhesu Cristo, por o guardar de vergonça, quis hy mostrar huĩ milagre, em tal maneira que nũca aquelle dya o acharõ menos da fazenda. E nõ ouve hy outro tal nem tam boõ cavalleiro como elle; ca aquelle que parecia

⁴³⁰ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 216.

⁴³¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 117.

em seu cavallo, armado de suas armas e de seus synaaes, esse matou aquelle que tragua a bandeira dos mouros. E per elle se venceu a fazenda.⁴³²

Ao final das oito missas a batalha já havia terminado, no entanto o cavaleiro, com vergonha, não ousava deixar a igreja. O Conde Garcia Fernandes estava procurando pelo cavaleiro, que se destacara na batalha, quando soube que o mesmo não saíra da igreja em momento algum. Ao saber do que acontecera foi procurar o cavaleiro na igreja e ao encontrá-lo pode constatar que

todallas feridas que os mouros deram aaquelle que por el andava enno campo, que todallas elle tiinha êno perpono, na loriga e êno cavallo, o qual hy nõ fora, entenderõ e conhecerom que era milagre de Deus e, por a devoçon que aquelle cavalleiro avya em elle e ênos sacrificios das missas, que por esso quisera elle êvyar o seu angeo em sua fegura que lidasse por elle.⁴³³

Fechando a caracterização do ser cristão, como elemento chave na sociedade da Reconquista, aparece na Crônica o fato do bom cristão combater os muçulmanos, considerados os inimigos da fé católica, o fato de um Rei ou nobre combater muçulmanos aparece com grande frequência ao longo do texto. A fim de servir de referência para a presente análise foram selecionados trechos representativos da ideia aqui apresentada que podem ser encontrados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Reis que combatem muçulmanos

Reis	Ações
Pelágio	“Fez muitas lides e muytas batalhas com os mouros, de que elle sempre foy vencedor; e gaanhou muytas terras dos mouros.” (Crônica V II p. 388-89)
Afonso I, o Católico de Leão	“Este rey dom Afonso cõ seu irmão, dom Fruela, lidou muytas vezes com os mouros e venceuhos sempre. E guaanhou muytas cidades e villas, das que os mouros tiinhã, e meteuihas ã poder dos cristaãos.” (Crônica V II p. 391)
Ordonho I de Leão	“Lidou cõ os mouros muytas vezes e venceuhos.” (Crônica V II p. 415)
Afonso III de Leão	“E el rey dom Afonso ã suas companhas, ferindo em elles muy de coração, matarõ muitos; e os outros arrancarõ do campo e fogiron. E el rey hya empos elles matando quantos acalçava, de guisa que poucos escaparon. Sobre esta boa andança que Deus deu a el rey dom Afonso, querendo elle acrecentar em sua terra e avendo em coração de dar guerra

⁴³² Crônica Geral de Espanha de 1344. 1961. Op. Cit. p. 117.

⁴³³ Ibid., p. 118.

	aos mouros, pois que viia a ajuda que lhe Deus dava.” (Crônica V II p. 428)
Rei Garcia de Leão	“Em começo de seu reinado, entrou em terra de mouros e quebrãtou muitas villas e derribou muytos castellos.” (Crônica V II p. 463)
Rei Ordonho II de Leão	“El rey dom Ordonho, nom avendo sabor de se dar a vagar nem de folgar, ca tiinha que seu tempo perdyra quando nõ trabalhava em dar guerra a mouros, sacou sua hoste muy grade. [...] E foy sobre Merida e correo terra de Lucena e estragouha toda.” (Crônica V II p. 470)
Rei Ramiro II de Leão	“Este rey dom Ramiro era muy forte guerreador contra os mouros.” (Crônica V III p. 05)
Rei Bermudo II de Leão	“E matou el Rei dom Vermudo muytos mouros e arrãcouhos do campo e chegou ataa as tendas, matando ã elles.” (Crônica V III p. 178)
Iñigo Iñiguez Arista primeiro Rei de Navarra	“Vêceu muytas batalhas com os mouros, em tal guysa que, por os seus feitos muytos e nobres, mereceu de aver senhorio.” (Crônica V III p. 240)
Sancho I de Navarra	“E assy soube elle castigar e afastar de seu reyno os mouros, em tal guisa que em todos seus dias esteve a terra segura.” (Crônica V III p. 243)
Sancho II de Navarra	“Despois que este rey dom Sancho ouve quebrantados os mouros per muytas batalhas que lhe deu, mãteve sua terra muyto em paz e sem nem huũ mal fazer.” (Crônica V III p. 246)
Teobaldo I de Navarra	“Foy livrar de poder de mouros a terra santa de Jherusalem; e gaanhou hy muytos logares que tiinham os mouros e deuos aos cristaãos.” (Crônica V III p. 256)
Ramiro I de Aragão	“Este rey dom Ramiro ouve muytas batalhas com os mouros e sempre os venceo.” (Crônica V III p. 258)
Afonso IV de Aragão	“foy muy boõ rey e muyto ben aventurado em batalhas que ouve cõ mouros.” (Crônica V III p. 259)
Ramiro II de Aragão	“Este rey dom Ramiro venceo aquella batalha e ainda outras muytas que ouve com os mouros.” (Crônica V III p. 263)
Jaime I de Aragão	“E começou logo de guerrear os mouros muy de ryjo e correolhes a terra e tomou o Castello que chamã Borriana, que he muy forte castello, e outros muytos castellos e villas que os mouros tiinham.” (Crônica V III p. 268)
Fernando I de Leão e Castela	“Guisou sua hoste muy grande e foy cercar Coymbra. [...] E os cristaãos combatyã muy fortemente com os engenhos, ã tanto que britarom o muro da vila. E os mouros, maaõ seu grado, veheron a el Rei e deitaronsse a seus pees e pedironlhe por mercee que os leixasse hyr cõ seus corpos, e que lhe leixariã a villa e a alcaçova, com quanto aver em ella avya. E el rey com grande piedade outorgoulho. E entregaronlhe a vylla a huũ domingo, ora de terça.” (Crônica V III p. 314)
Sancho II de Castela	“Trabalhousse de hyr sobre mouros e esto por fortaleza de seu coraçom e por serviço de Deus.” (Crônica V III p. 350)
Afonso VI de Castela	“Êtrou ã terra de mouros e correulhes toda a terra e queymou e estragou e roubou quanto achou. E tan grande medo e spanto meteo em elles que todollos mouros d’Espanha lhe deron tributo, e esto por lhes nõ fazer mais mal.” (Crônica V III p. 415)
Afonso VIII de Castela	“Ca a my cõpre fazer mal aos mouros por tres cousas: a prymeira por servir Deus; a segunda por mãteer aquello que mãteverom os reys donde eu venho e a terceira peer

	acrescentar no senhorio e nobreza de Castella e em minha honrra e vossa (dirigindo-se aos seus vassallos).” (Crônica V IV p. 300)
--	---

Dos trechos selecionados, a maioria, remete aos reis que combatem os muçulmanos. Nesse sentido percebe-se que a ação dos reis, conduzindo as operações de combate aos muçulmanos e conquistas territoriais, vai além de uma questão religiosa, faz parte da política régia, corroborando o que coloca Oliveira Marques

sob o ponto de vista estritamente político, todos os reis peninsulares se consideravam herdeiros legítimos e descendentes dos antigos monarcas visigodos. Consequentemente, haviam por sua toda a terra que pudessem ganhar ao infiel. [...] A guerra permanente tinha-se por justa, até que fosse alcançado o objetivo último. Mais do que um conflito religioso, a Reconquista surgia a todos, na Europa cristã, como uma questão de herança.⁴³⁴

O Rei dentro da sociedade é visto como a imagem de Deus, devendo o verdadeiro governante não só se “preocupar por asemejar-se a Dios, sino que en virtud de su posición como rey está mucho más acerca de Dios y es mucho más semejante a Dios que sus súbditos.”⁴³⁵ É com Cristo que o Rei medieval desenvolve relações particulares, sendo sua função como Rei cristão a de defender e trabalhar para a unidade da Cristandade.

Os reis referenciados por suas ações de combate aos muçulmanos caracterizam-se por vitórias em batalhas, conquistas territoriais e expansão territorial. Os combates frente aos muçulmanos são descritos como necessários à política régia, segundo o Cronista o Rei Ordonho II de Leão via como tempo perdido o período que não trabalhava em dar guerra aos muçulmanos. O fato de que os combates contra os muçulmanos eram vistos como uma missão divina, atribuída aos reis, também é referenciada, assim como a ajuda divina nos combates. O combate aos muçulmanos em Jerusalém também merece destaque no texto.

Associada a outra das funções do Rei, que é a de manter a ordem no reino, os castigos impingidos aos muçulmanos contribuem para trazer

⁴³⁴ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **História de Portugal**, das origens ao renascimento. Lisboa: Editorial Presença, 2010. p. 125

⁴³⁵ MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993. p. 95.

segurança e paz aos territórios. O primeiro Rei de Navarra conquistou o direito de possuir um senhorio em função de seu desempenho em batalhas frente aos muçulmanos. Fechando a análise aparece a rendição dos muçulmanos frente ao ataque de um Rei cristão e o fato de que os muçulmanos chegavam a pagar tributos aos reis cristãos, a fim de que fossem poupados de suas investidas.

Dos trechos associados a nobres que lutam contra os muçulmanos merecem destaque os relatos associados a duas personagens: o Conde Fernão Gonçalves e o Cid. O Cronista refere-se ao Conde como o “nobre Conde com seus altos e boões feitos e contado por o melhor homem do mundo, por que muytos reis mouros matou e muytas synas e pendões quebrãtou e matou muytos dos ãmiigos da fe catholica.”⁴³⁶ Aparece no texto como um modelo de nobre através de suas ações em defesa da Cristandade. Em outra referência aparece o temor que o Conde causava aos muçulmanos. Estavam os muçulmanos cercando São Facundo “quando ouvirõ chamar Castella e souberom que aquelle era o Conde dom Fernã Gonçalvez, foram muy spantados e leixarom logo o campo e a prea que tiinhã e começaram de fugir quanto mais poderom.”⁴³⁷

Ainda durante a mocidade do Cid são atribuídas a ele importantes vitórias frente aos muçulmanos, como da vez em que vencera cinco reis muçulmanos antes mesmo de ser armado cavaleiro, prenunciando assim o que viria acompanhá-lo ao longo de sua vida

Rodrigo de Vyvar sayu pella terra e chamou todallas companhas que pode aver. E, desque foron ajuntados a elle, moveo pera os montes d'Oca e sayu aos mouros dyante e lidou com elles e venceuhos e tomoulhe todo o roubo que levavã e prẽdeo os cinque reis. [...] Grande honrra e vitorya que lhe Deus avya dada em prender cinco reis de mouros e averem delles tanto roubo.⁴³⁸

Segue a descrição de outro combate frente aos muçulmanos promovido pelo Cid: “os mouros veherõ correr Castella e a Estremadura. E os da terra, quando esto virõ, evyarõ recado a Rodrigo de Vyvar que lhes acorresse. [...] E fuisse logo onde soube que os mouros erã e acalçouos. [...] E ouve com elles

⁴³⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 56.

⁴³⁷ Ibid., p. 85.

⁴³⁸ Ibid., p. 298-299.

hũa muy forte batalha enna qual foron os mouros vencidos.”⁴³⁹ Na primeira citação é ele que, na ausência do Rei, toma a iniciativa de organizar as tropas e fazer frente aos cinco reis muçulmanos, na segunda citação o destaque vai para o fato de que é a população que está sendo alvo de ataques dos muçulmanos que busca sua ajuda.

No entanto, é interessante notar no texto como o cavaleiro Rodrigo conseguia fazer com que muitos muçulmanos acabassem se tornando seus vassalos, essa reverência pode ser observada na descrição que explica a origem da alcunha “El Cid:”

estando el Rei dō Fernando ã Çamora chegaron hi os messejeyros dos Reis mouros que eram vassalos de Roy Diaz com muy grande aver que lhe tragiã por parias. E, estando elle com el Rei fallando, chegarõ estes messejeyros e chamaronlhe o Cide, em lugar de senhor. [...] Entom mandou que, des ally em dyante, lhe chamassen Roy Dias ‘meu Cide,’ por que os mouros lho chamarõ.⁴⁴⁰

A partir dos trechos analisados pode-se associar o Rei cristão como sendo o Rei da Reconquista, que ao mesmo tempo justifica-o perante a sociedade e o caracteriza como o responsável por zelar pela defesa e unidade da Cristandade. A Reconquista determina ainda suas ações à frente do reino, é ele quem dirige as operações contra os muçulmanos, o texto cronístico legitima a atuação do monarca, por ele prova-se “como os poderes de nobreza derivavam da vontade dos reis, os únicos e verdadeiros dinamizadores da empresa da Reconquista, já que só eles a ela tinham direito por herança e progenitura”.⁴⁴¹

A presença recorrente da intervenção divina, nas conquistas promovidas pelos monarcas, acaba por enriquecer e equilibrar a

faceta leiga e profana de uma história demasiado vinculada ao noticiário das efemérides religiosas e muito dada à consignação de milagres e ajudas celestes prestadas aos reis por uma divindade excessivamente conotada com as instituições eclesiásticas do reino, como se os monarcas guerreiros da

⁴³⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 311.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 322.

⁴⁴¹ KRUS, Luís. Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a primeira Crónica Geral de Hespanha. In: **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, n.º 4, Nov. 1989. p. 08.

Reconquista cumprissem um destino messiânico apenas concretizável por mediação clerical.⁴⁴²

O nobre cristão, assim como o Rei, é apresentado na Crônica associado à defesa da Cristandade, “a missão dos portugueses era a luta contra o infiel, primeiro na Europa e, depois, em África, onde as descobertas permitiam combater os muçulmanos pelas costas.”⁴⁴³ A fim de corroborar essa ideia dois trechos merecem ser analisados, ambos estão relacionados ao Rei Fernando III de Castela.

No primeiro deles pode-se perceber como a participação nas operações de Reconquista serviria para que os filhos do Rei pudessem ser armados cavaleiros, adquirindo assim honra e reconhecimento. Estava o Rei em Córdoba juntamente com os “seus filhos, que a esta sazón começavam de ser mancebos e avyam sabor de fazer grandes feitos, [...] os iffantes correron terra de mouros a todas partes e quebrantarãos e fezeronlhes grande dampno. [...] Desi tornousse com seus filhos alegres e bem andantes pera Toledo.”⁴⁴⁴

No outro trecho o Cronista se coloca diante das inúmeras conquistas realizadas por Fernando III: “se mais longamente vivera, quisera passar em Cepta para conquistar os mouros d’aalen mar.”⁴⁴⁵ Deixa entrever assim que diante da finalização das atividades de Reconquista na Península Ibérica restava aos reis empreender as operações de Reconquista junto aos muçulmanos do norte da África, referência essa que se relaciona tanto ao período narrado do reinado de Fernando III como ao período vivenciado pelo autor e/ou refundidor diante da falta de lugares na Península para combater os muçulmanos.

A monarquia e a nobreza encontravam “su justificación, su razón de ser y su fortuna en un estado de guerra permanente, en la conquista, pero también en la puesta en explotación de las tierras.”⁴⁴⁶ A Reconquista na Península Ibérica constituiu-se assim como a grande formadora da monarquia e da realeza.

⁴⁴² KRUS, 1989. Op. Cit., p. 8.

⁴⁴³ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 263.

⁴⁴⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit. p. 416.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 491.

⁴⁴⁶ GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media, siglos XI-XV**. Madrid: Alianza Editorial, 1997. p. 17.

4.2 SER VIRTUOSO

O aumento no número de obras que se constituem como espelhos de virtudes, régias ou principescas, no século XIII, é reflexo da afirmação do poder político do Rei, que impulsiona a elaboração desse gênero de literatura política.⁴⁴⁷ O texto cronístico ao apresentar o Rei e o nobre ligados a uma série de virtudes aproxima-se de um espelho, onde tais virtudes encontram-se refletidas, bastando ao Rei e aos nobres segui-las para bem desempenhar seu papel na sociedade e bem governar o reino.

As vicissitudes e afrontamentos entre nobreza e Rei, que se acentuam no século XIV, também se encontram refletidas em certas obras do gênero. Podem ainda ser encontradas obras onde predomina “l'autoritarisme royal et ceux qui, au contraire, étaient partisans de formules de limitation, sans oublier, toutefois, les options mixtes.”⁴⁴⁸

O discurso que legitima a nobreza aparece vinculado à instituição monárquica e seus valores. A caracterização do ideal de bom Rei aparece no texto cronístico juntamente com a caracterização de nobres ideais, que personificam virtudes que moldam uma sociedade idealizada.

A responsabilidade do Rei em manter a paz e a justiça no reino, controlar a desordem, lutar contra os abusos e violências, repreender revoltas de dependentes, além de aparecer como responsável pelo respeito dos costumes vigentes, coloca-o como o governante por excelência. Aquele que recebeu de “sua linhagem, marcada pelo selo divino, virtudes especiais que tem a obrigação de cultivar.”⁴⁴⁹

A relevância de se apresentar vícios e virtudes ao longo do texto cronístico está relacionada ao papel que a memória e a escrita possuíam na Idade Média. Segundo Isabel de Barros Dias existem elementos que são recorrentes em diferentes textos cronísticos e que apontam para a “valorização

⁴⁴⁷ NIETO SORIA, José Manuel. Les Miroirs des princes dans l'historiographie espagnole (couronne de Castille, XIIIe-XVe siècles): tendances de la recherche. In: BENEDICTIS, Angela De (org.). **Specula principum**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1999. p. 193.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 194.

⁴⁴⁹ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 82.

da escrita e dos sábios que escreveram, sendo a escrita equacionada com a preservação da memória do passado. O esquecimento é associado à incúria, contra a qual foram inventadas as letras e a escrita.”⁴⁵⁰

Tal concepção está presente já no prólogo da *Crônica de 1344* onde o autor ressalta a importância de rememorar feitos a fim de evitar o esquecimento. Esse prólogo faz parte do trabalho de refundição da *Crônica* e muito se assemelha ao prólogo que fora feito por Afonso X para a *Crônica Geral de Espanha*. Levando em conta a importância de se registrar a memória, podem ser encontrados ao longo da obra trechos onde a ideia do autor sobre o tema fica explícita, como pode ser observado no trecho a seguir:

maneira he de todollos estoriadores que fazẽ livros d'estorias, en que som estorialmente contados os grandes feitos, de os fazerem de boas e nobres razõoes. E os que acham feitos, se en algũa cousa son minguados, devẽnos corregger con boas e fremosas pallavras, non desfalecendo na verdade da estoria mas comprindo as razõoes minguadas e tirando as sobejas, en tal guisa que os que leerem pellos livros aprendam a ben falar e venham en conhecimento e sabedoria das cousas antigas.⁴⁵¹

A história vista assim como *magistra vitae*⁴⁵² aponta para a “noção de que os bons e os maus exemplos devem ser preservados pela memória e transmitidos por motivos didáticos.”⁴⁵³ A memória pode ser analisada, segundo Isabel de Barros Dias, como uma modalidade da cultura medieval, nesse sentido memória e texto escrito não se excluem, pelo contrário se complementam.

A autora Maria do Rosário Ferreira ressalta as dificuldades em torno de se precisar quais seriam mesmo os escritos deixados pelo Conde Pedro de Barcelos, em função das refundições pelas quais suas obras passaram, no entanto aponta para o fato de que

⁴⁵⁰ BARROS DIAS, Isabel de. Teoria e prática discursiva: estratégias de preservação da memória em textos historiográficos ibéricos (sécs. XIII-XIV). In: **Límite**. Revista de Estudios Portugueses y de Lusofonia de la Universidad de Extremadura. Vol. 3, 2009. p. 115.

⁴⁵¹ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 418.

⁴⁵² Segundo Susani Silveira Lemos França: “Cícero entendia a história como mestra da vida e esse seu caráter pedagógico justificava as imortalizações que empreendia. Nesse sentido, a história podia se constituir num repertório de exemplos políticos e morais. Era a verdade ética que deveria estar na mira do historiador.” FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. In: **Tempo**, Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Vol. 14, núm. 28, Janeiro-Junho, 2010. p. 161.

⁴⁵³ BARROS DIAS, 2009. Op. Cit., p. 115.

quando nos debruçamos criticamente sobre os testemunhos mais ou menos adulterados que da escrita do Conde nos restam, vemos emergir uma personalidade autoral bem definida, conscientemente interventiva e que, mais do que compilar fontes, as reescreve numa perspectiva orientada. [...] O que essa personalidade autoral nos deixou não tem nada de avulso, de casuístico ou de flutuante; pelo contrário, constitui verdadeiramente uma obra, dotada de uma coerência ideológica profunda e portadora de uma intencionalidade poderosa, apesar das contradições ou paradoxos que surgem por vezes à flor do texto.⁴⁵⁴

Dentro desta perspectiva, da importância da memória para a sociedade do século XIV, período de redação da *Crônica* e do *Livro de Linhagens* do Conde Pedro de Barcelos, é que vem a relevância de buscar no texto as virtudes e os vícios que são destacados. Através da escrita historiográfica é possível reforçar determinadas memórias, garantindo assim o perdurar de versões do passado que melhor se adaptem aos interesses do presente. Essas “lembranças eram rememoradas e articulavam-se estreitamente com modelos de comportamento reconhecidos, com os quais os vivos se tentariam assemelhar para depois lhes serem associados de modo a poderem também eles, ter o seu lugar na linha das memórias perenes.”⁴⁵⁵

O caráter pedagógico do texto historiográfico aparece de forma nítida, a “rememoração do passado, ancorada no acontecimento e, por isso mesmo, pretensamente exata, era, pois, modelada pela função moralista, levando a uma seleção segundo um critério de edificação.”⁴⁵⁶ Tal seleção visava coincidir o acontecimento e o escrito de forma edificante para que “os que depois veessem trabalhassem de fazer bem per exemplo dos boões e que pello dos maaos se castigassem.”⁴⁵⁷

Dentre as virtudes, vinculadas aos antecessores da linhagem régia e aos nobres, referenciadas ao longo do texto cronístico, estão: cultivar o amor e a amizade, ser esforçado/valente, humilde, piedoso, honrado, leal, manso, guerreiro, bom cavaleiro e moderado. Tais valores/virtudes serviriam para divulgar ideais do código vassálico, estruturantes para a nobreza e

⁴⁵⁴ FERREIRA, Maria do Rosário. Entre linhagens e Imagens: A escrita do Conde de Barcelos. Aguarda publicação nas **Actas do Segundo Congreso de la Sociedad de Estudios Medievales y Renacentistas (SEMYR)**. San Millán de la Cogolla, Setembro de 2008. Página acessada em 22/02/2012. Disponível em: http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA%20conde.pdf. p. 161-162.

⁴⁵⁵ BARROS DIAS, 2009. Op. Cit., p. 126.

⁴⁵⁶ FRANÇA, 2010. Op. Cit., p. 161.

⁴⁵⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 5.

beneficiando o Rei, pois criariam um “ambiente altamente favorável à difusão dos referidos modelos entre a nobreza de corte e senhorial.”⁴⁵⁸ Fazem parte ainda dessa caracterização os *exemplae* a contrário onde a deslealdade e a traição são apresentadas como vícios a ser combatidos.

Certas “virtudes” aparecem melhor caracterizadas ao longo do texto merecendo assim que sejam analisadas mais detidamente, esse é o caso de virtudes como: cultivar o amor e a amizade, ser leal, ser honrado e como vício a ser combatido a traição. As demais características aparecem atreladas a outras, no entanto pode-se, a partir da análise elaborada, traçar um perfil do bom cavaleiro, ressaltando as virtudes a ele associadas, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 4 – Virtudes do Bom Cavaleiro

Virtudes	Personagens
Bom desempenho em batalha	Sancho Avarca de Navarra: “este rey foy assi guerreiro e de grande coraçom e sofredor de trabalho que, por esforçar e anymar sua companhia que lidassê e fizessem guerra aos mouros, andava de pee com os peões por guaanhar dos mouros muytos castellos que tomou e outros muytos logares e averes.” (Crônica Vol. III p. 243).
Guerreiro	Conde Henrique: “era o melhor cavalleiro d’armas e mais guerreiro que homê sabya.” (Crônica Vol. IV p. 03).
Esforçado	O Rei Afonso VI de Castela: “muy esforçado cavaleiro, manteve o câpo ataa a noite cõ esses poucos que com elle ficarõ.” (Crônica Vol. IV p. 40).
Valente	O Rei Afonso VIII de Castela: “muy valente cavaleiro e de grande esforço e levava todollos seus muy esforçados.” (Crônica Vol. IV p. 333).
Sabe manejar as armas	Um caso emblemático do manejo de armas está associado ao cavaleiro Diego Peres de Vargas, estando em batalha perdeu suas armas: a lança, a espada e a maça, “quando vyo que non avya a que se tornar nem cõ que ferir, fuisse a hũa oliveyra e britou hũu ramo que tiinha no fundo hũu çepo a maneira de porra. E com tal arma se meteo na mayor pressa e começou de ferir dhũa e da outra parte, de tal guisa que qualquer a que elle dava hũa pancada nõ avia mais mester. E fez con aquelle çepo tal façanha que seria muyto de o fazer com todallas armas que trager podesse.” (Crônica Vol. IV p. 399).
Leal	O cavaleiro Egas Moniz: “muy boo e nobre e leal cavalleiro.” (Crônica Vol. IV p. 223).
Justo	Garcia Fernandes: “era muy boõ homê e muy dereyto e muy justiçoso e muy boõ cavalleyro d’armas.” (Crônica Vol. III p. 111-112).
Façanhas rememoradas	O Cid é um dos cavaleiros que mais é citado ao longo do

⁴⁵⁸ MATTOSO, José. **Identificação de um país**: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Vol. I. Lisboa: Estampa, 1988a. p. 127.

	<p>texto cronístico, tido como aquele cujas façanhas eram exaltadas para além das fronteiras da Península Ibérica, chegando até a Pérsia. O Sultão teria enviado uma série de “presentes” à ele em função de que “ouvira dizer a grande bondade em feito d’armas que o Cide fazia e como nũa fora vençudo de mouros nem de cristãos – ante vēcera elle muitos reis, assy de mouros como de cristãos – e como guanhara Vallença de mouros, cõ outros muytos castellos, e ouve sabor de seer seu amigo.” (Crônica Vol. IV p. 164).</p>
--	--

Há uma menção no relato cronístico que merece ser destacada, pois apresenta um dos objetivos do Cronista ao redigir a obra: “ca muyto he de louvar a bondade dos bõos cavaleiros que fizeram per suas mãaos os grandes feitos.”⁴⁵⁹ Deixa claro no trecho o caráter didático da obra: era necessário rememorar personagens que fizeram grandes feitos a fim de servir de exemplo para os que tivessem acesso à obra. Nesse sentido é que entra a relevância de se levantar as características atribuídas a um bom cavaleiro: sabe manejar as armas, logo alcança bom desempenho em batalhas, é um guerreiro esforçado, justo e leal cujas façanhas merecem ser rememoradas.

O caráter didático também está presente no discurso de Diego Peres, incentivando seus homens para a defesa de Martos, frente a um ataque muçulmano:

vos todos sooes cavaleiros fidalgos e devees de saber o que avees de fazer em tal feito como este, ca nos de morrer avemos e da morte nenhũ de nos nõ se pode escusar. Pois porque avemos de aver della tam grande medo? E, se agora nos alcâçar, vïr nos ha en grande honrra e leixaremos boa fama, fazendo dereito e lealdade, o que todo fidalgo deve fazer e, pois que a vida he assy breve, por temor da morte non devemos leixar perder a pena de Martos e que levem cativa a condessa e todas suas donas.⁴⁶⁰

Outras duas virtudes merecem ser destacadas: a humildade e a piedade. Como exemplo de descrição que traz referência à humildade, pode ser citado o trecho a seguir relativo ao Rei Afonso I, o Católico: “como quer que Deus exalçasse el Rei dom Afonso e lhe fizesse muytos bões e muitas mercees, nõ leixou poren de sser muito humildoso a Deus e as homees.”⁴⁶¹ A piedade, por sua vez, encontra-se atrelada a reis e a nobres, como exemplo

⁴⁵⁹ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit. p. 399.

⁴⁶⁰ *Ibid.*, p. 422.

⁴⁶¹ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 393.

pode ser empregado o trecho relacionado ao Rei Garcia, de Navarra: “este rey dom Garcia era muy piadoso e muy frãco e, quanto podya aver, dava aos cavaleiros e escudeiros.”⁴⁶²

Fechando essa parte da análise, acerca das virtudes do bom cavaleiro, é importante apresentar as virtudes associadas diretamente aos reis. Elabora-se dessa forma, através de pequenos relatos inseridos ao longo do texto uma espécie de Espelho de Príncipes. O autor possivelmente teve acesso a obras deste gênero, elaboradas durante a Alta Idade Média, que conformavam e orientavam o poder político de acordo com características do pensamento cristão. Tais obras destinavam-se à educação ética do príncipe “la imagen que construyen y tratan de imbuirle se centra en un ideal de perfección personal.”⁴⁶³ Destinavam-se, ainda, a lembrar ao Rei as “virtudes inerentes a sua função, ao seu ministério e sobretudo necessárias para justificar sua elevação ao trono.”⁴⁶⁴

Os Espelhos de Príncipes teriam sido elaborados a partir de conceitos relativos às virtudes ou vícios, cuja prática ou descumprimento proporcionariam ao príncipe a idoneidade pessoal necessária para o exercício do ofício real, pois “el rey, para regir bien a los demás primero debe aprender a regirse o disciplinar-se a sí mismo, debe saber gobernarse en el ejercicio de las virtudes cristianas.”⁴⁶⁵

As virtudes, atribuídas aos reis, estavam ligadas às virtudes cristãs, o caminho real era visto como o caminho de cada cristão em direção à perfeição, sendo função régia “conducir a otros por el mismo camino”⁴⁶⁶ Segundo Jacques Le Goff, os autores de Espelhos de Príncipes carolíngios do século XI dedicaram-se à enumerar algumas virtudes que destinavam-se aos reis: “antes de tudo a justiça, mas também a sabedoria, a prudência, a paciência, a misericórdia, a humildade, o zelo pela retidão, a clemência, e a piedade.”⁴⁶⁷

O autor Paulo Faitanin, analisando os Espelhos de Príncipes escritos na Alta Idade Média, com destaque para o que fora escrito por Tomás de Aquino,

⁴⁶² **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 244.

⁴⁶³ PALACIOS MARTÍN, Bonifacio. El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los espejos de príncipes (1250-1350). In: **Anais da XXI Semana de Estudios Medievales**. Pamplona: Departamneto de Educación y Cultura de Navarra, 1995. p. 464.

⁴⁶⁴ LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 2002d. p. 359.

⁴⁶⁵ PALACIOS MARTÍN, 1995. Op. Cit., p. 464.

⁴⁶⁶ MIETHKE, 1993. Op. Cit., p. 22.

⁴⁶⁷ LE GOFF, 2002d. Op. Cit. p. 360.

aponta para uma ideia presente nos textos de que a perfeição a ser alcançada pelo homem consiste na felicidade, no entanto, a felicidade não está presente nos bens criados pelos homens, mas somente em Deus. Em vida, os homens encontram somente a felicidade imperfeita, dada a conhecer através do “conhecimento do amor de Deus e na prática das virtudes.”⁴⁶⁸ Virtudes essas que deveriam ser perseguidas pelo governante e como que em um espelho servir de exemplo aos seus súditos, levando-os a alcançar assim o bem comum do todo social.

O autor cita algumas virtudes e vícios presentes na obra de Tomás de Aquino *De Regime Principum*. Dentre as virtudes estão: a justiça, a piedade, o respeito, a honra, a obediência, a gratidão, a verdade, a amizade, a liberalidade e a equidade. Já dentre os vícios encontram-se: a falta de respeito a pessoas e instituições, a desonra, a desobediência, a ingratidão, a mentira e a hipocrisia, a inimizade, a adulação, a injustiça e a avareza.⁴⁶⁹

A descrição das virtudes, presente nos escritos de Tomás de Aquino, serviu de inspiração para outros autores que se dedicaram à elaboração de Espelhos de Príncipes, como pode ser observado na análise da obra de Egídio Romano, feita por A. Magalhães. A autora analisa a argumentação filosófica do autor que visa fazer uma apologia das virtudes, percebe em sua análise “uma herança tomista que pode ser encontrada nas considerações do autor acerca de como se encontram repartidas as potências da alma e em quais delas estão as virtudes.”⁴⁷⁰

Ainda dentro dessa conjuntura do século XIII, destaca-se um grupo de autores pertencente à ordens mendicantes que atuava na Corte do Rei Luís IX, de França, e que entre 1250 e 1270 escreveu diversos Espelhos de Príncipes, destacando-se suas obras “por el impacto que van a producir en el género como por su influencia específica en España.”⁴⁷¹

⁴⁶⁸ FAINTANIN, Paulo. **A política Tomista**. In: www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/tomismo-filosofia-a-politica-tomista.htm. Página consultada em 14/07/2009, às 13:36 hs. p. 03.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 09-10.

⁴⁷⁰ MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. Aspectos da educação de Filipe, o Belo: “O De regimine principum” de Egídio Romano. In: **Atas da IV Jornada de Estudos Antigos e Medievais**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Sthampa, 2006. p. 04.

⁴⁷¹ PALACIOS MARTÍN, 1995. Op. Cit., p. 470.

O fato deste grupo estar vinculado às ordens mendicantes, justifica o papel central representado pelo evangelismo em suas obras. A influência do evangelismo pode ser percebida ao se incluir na caracterização do príncipe a ideia de um governo regido não só pela lei e pela justiça, mas que fosse orientado pelo espírito de fraternidade cristã, levando o monarca a preocupar-se com o perseguido e com o pobre, além de coibir os abusos por parte dos poderosos.⁴⁷²

Os escritos do “grupo de São Luís”⁴⁷³ não foram importantes somente no reino francês, sua influência chegou ao reino de Castela. Tal influência pode ser verificada através da grande quantidade de manuscritos de suas obras que se conservaram na Corte, e pela relação direta de alguns de seus membros com os monarcas castelhanos, especialmente Afonso X, bisavô do Conde Pedro de Barcelos.

Essa influência pode ser verificada a partir de diversas coincidências:

la proximidade cronológica entre el grupo de San Luis (1250-1255) y el de Alfonso el Sabio, que [...] comenzó a trabajar al poco de subir el rey al trono y produjo sus primeras obras a partir de 1255; las similitudes en el plan de trabajo, reflejadas sobre todo en la estructura de la primera mitad de las Partidas, que, a pesar de no coincidir ni en el propósito ni en los contenidos con el plan dominicano de Vicente de Beauvais y los espejos del grupo, sin embargo, tienen un planteamiento temático similar [...]; algunas huellas del evangelismo de los mendicantes, bien que tamizadas por el rigor jurídico y doctrinal de la obra. Así cuando se define la función real de mantener la paz y la justicia, ésta no se entiende como un fin en sí misma sino como un instrumento al servicio de un ideal de paz y amor, porque los hombres viviesen en paz y amor.⁴⁷⁴

Essas coincidências podem ser percebidas no reino português através da análise das obras escritas pelo Conde Pedro Afonso de Barcelos. Existem nas obras características semelhantes às ‘coincidências’ apresentadas acima, que relacionam o “Grupo de São Luís” à Afonso X de Castela, cujas obras e ideias chegaram até o Conde, possivelmente quando esteve exilado em Castela, no período de 1317 a 1322.

⁴⁷² PALACIOS MARTÍN, 1985. Op. Cit., p. 471.

⁴⁷³ Maneira como o autor Bonifacio Palacios Martín designa um grupo de autores, pertencentes à ordens mendicantes, que entre os anos de 1250 e 1270 redigiram vários Espelhos de Príncipes na Corte do rei Luís IX de França. Cf. PALACIOS MARTÍN, 1995. Op. Cit., p. 472-473.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 471.

O Conde Pedro Afonso recebeu ainda influências do Grupo de São Luís através dos escritos deixados por seu avô Afonso III, de Portugal, que fora educado juntamente com Afonso X, na Corte de Luís IX, de França, tais influências denotam a extraterritorialidade e a circularidade de ideias verificadas nesse contexto.

Através das obras produzidas pelo “Grupo de São Luís” no período entre os séculos XIII e XV “l'idée de roi et, partant, de monarchie, comme sujet de réflexion intellectuelle a eu dans les miroirs de princes une de ses expressions les plus remarquables.”⁴⁷⁵

A preocupação do Conde em reforçar a importância da figura régia no ordenamento da sociedade e na promoção do bem comum, é uma forma de continuidade das ideias que haviam sido propostas por Afonso X, de Castela, essa continuidade foi possível em função do terreno fértil, presente no reino português, após a Guerra Civil de 1319.

As características de um Espelho de Príncipe, que podem ser encontradas ao longo do relato cronístico, fornecem indícios de como deveria ser o bom Rei e por consequência o bom nobre, quais valores e virtudes deveriam possuir para serem considerados como tal. Nesse sentido pode-se perceber que existia um modelo ideal a ser alcançado, e a constituição desse modelo ideal perpassava “toda a Cristandade.”

Os Espelhos de Príncipes possuíam objetivos específicos, serviam para mostrar o tipo de comportamento esperado do príncipe, ou governante. No entanto, percebe-se que o modelo ideal, suas virtudes e comportamentos extrapolaram o objetivo inicial e chegam a servir de referência inclusive para a *Crônica Geral de Espanha de 1344*, obra que possuía outro objetivo e características. Nesse sentido percebe-se que se tentava criar uma imagem ideal para a vida em sociedade, pautada em determinados valores. Se existia essa preocupação pode-se pensar que a realidade era diferente do ideal que se buscava, favorecendo assim a difusão desses escritos.

Como trechos representativos, das ideias apresentadas acima, podem ser destacados os seguintes relatos:

⁴⁷⁵ NIETO SORIA, 1999. Op. Cit., p. 193.

Tabela 5 – A Crônica de 1344 como um Espelho de Príncipe

Personagens	Narrativas Virtuosas
Pelágio das Astúrias	“Viinha do linhajen dos Godos [...], era muy boo e de boas manhas e de boo intendmento e por que era ardido e esforçado e pera grandes feitos.” (Crônica Vol. II p. 381)
Rei Afonso III, o Grande	“Este rey dom Afonso avya muytos beens e, sobre todos, ouve estes quatro: seer muy lidador e graado e muy piadoso e bõo cristaão.” (Crônica Vol. II p. 428)
Rei Afonso VI de Castela	“Este foy sempre mui boo rey, ca era homẽ de muy grãde verdade e justiçoso, mãso e piadoso e nũca desaforou os poboos nẽ hos fidalgos de seus costumes. Tomou muita terra dos mouros e fez muito bẽ em seu senhorio e fez muitos ospytaaes e obras de piedade.” (Crônica Vol. IV p. 199)
Afonso VII de Castela/Leão	“Este rey dom Afonso foy muy bõo rey e muy frãco e ardido e muy esforçado. E, no tempo do seu reynado, ouve elle muitos e nobres vassalos con que vëceo muitas batalhas e fez muytos boos feitos.” (Crônica Vol. IV p. 207-208)
Afonso Henriques	“Este rey dom Affonso, ẽ sua mancebia, foy muy bravo e esquivo. Mas despois foy muy manso e mesurado e boo cristãao e fez muyto serviço a Deus. E este era o mais esforçado cavalleiro assi em armas como em força que avya em Espanha nẽ de que os mouros mayor medo avyam.” (Crônica Vol. IV p. 234)
Fernando III de Leão/Castela	“Este rey deu em seus reynos mytos e bõos foros e franquezas e grandes liberdades. Elle foy muy leal e verdadeiro e justiçoso e grande catolico e verdadeiro e muy piedoso cristãao. Este guaanhou dos mouros gram parte da terra que el rey don Rodrigo perdera.” (Crônica Vol. IV p. 491)
Mensagem deixada pelo Rei Fernando III de Leão/Castela ao seu filho	“Filho, rico ficas de terra e de muitos bõos vassalos mais que rey que na cristaindade aja: trabalha por seeres bõo cavaleiro e esforçado, ca bem teens con que. Senhor te leixo de toda a terra, des o grande mar Oceano ataa o mar Mediterraneo, assi como a perdeo el rey Rodrigo. En teu poder fica Espanha, della cõquistada e a outra tributaria. E, se a em este estado souberes governar que ta eu leixo, seras tam boon rey como eu; e, se conquistares mais per ty, seras melhor rey que eu. E, se desto minguares, nã seras tam bõo como eu.” (Crônica Vol. IV p. 494)

Segundo os relatos, um bom Rei deveria possuir as seguintes virtudes: ser verdadeiro, praticar a justiça, ser manso, ser nobre, ser piedoso, ser conquistador, ser franco, ser esforçado, ser um bom cristão, ser leal, ser verdadeiro, deve respeitar os fidalgos e seus súditos. Destaque deve ser dado aqui a mensagem deixada por Fernando III ao seu filho, instruindo-o acerca de como deveria governar a Hispânia que lhe entregara.

Levando-se em conta que a conquista de Sevilha, empreendida por Fernando III, marca um momento chave no processo de Reconquista, fruto da união dos cristãos em torno de um objetivo em comum, a mesma deveria servir como modelo/incentivo para a sociedade do momento de redação da obra,

diante das divisões entre os cristãos que o autor percebia ao seu redor. Os cristãos que se uniram novamente em torno da batalha do Salado (1340), derradeira tentativa dos muçulmanos conquistarem novamente a Península Ibérica, deveriam manter-se unidos dali em diante, em benefício da Cristandade.

Duas outras menções merecem ainda ser referenciadas. Elas estão ligadas a duas rainhas: a rainha Berenguela, mãe de Fernando III e Joana, sua segunda esposa. A mãe de Fernando III é descrita como sendo

muy louvada nas estoryas d'Espanha antre as outras raynhas, ca a louvam de muy sisuda e de bõo recado que, per seu siso se regiã os reynos de Castella e Leon. E era molher de gram coraçon e de muyta caridade e muyto comunal a todos, assi aos pobres como aos fidalgos. Esta ouve ã sy tantas virtudes e nobrezas quãtas hũa nobre raynha devya d'aver.⁴⁷⁶

A rainha Joana é descrita como sendo “grande e fremosa mais que outra dona que ella visse, bem assi era a mais temperada dona e ensynada em bõos costumes que homẽ a essa sazõ podia saber.”⁴⁷⁷

A rainha Berenguela aparece ainda como tendo sido a responsável pela união dos reis de Leão e Castela, ressaltando-se assim seu caráter de mediação “soube ella fazer que os reynos que de longos tempos departidos em dous reis, ella os ajuntou em hũa senhorio sem nenhũa contenda nẽ espargimento de sangue, ca ella tal maneira soube em ello teer que todos foron contentes, assi os fidalgos come os poboos.”⁴⁷⁸ As descrições apontam para características que deveriam ser inerentes à posição de rainha: ser caridosa, ter temperança, ter juízo ao governar, praticar bons costumes. Tais características seriam fundamentais para que alcançassem uma posição de destaque na sociedade.

Como *exempla* a contrário aparecem as descrições dos maus reis. Merecem destaque as duas citações a seguir relacionadas a maus reis. Um deles é Fruela II de Leão: “Este rey dom Fruella foy muy maaõ rey. E, logo que reinou, matou sem merecimento que fizessem, dous filhos dhuũ homen dos altos do reyno, que avya nome Olmundo, e deytou seu irmão da terra, o qual

⁴⁷⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit., p. 442.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 416.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 392.

avya nome Frumynio e era bispo de Leom.”⁴⁷⁹ A outra menção a um mau Rei está ligada a Abderramão, filho de Almançor:

foy homen maaõ e travesso e, esso que elle ãno reynado durou, nõ se trabalhava tanto doutra cousa como de molheres e de vynho, assy que era muy luxurioso e bevodo [...]. Mas Abdarame nõ durou ãno senhorio se nõ quatro meses, ca, indo assy com seus maaos costumes, como já dissemos, matarõno os seus vassalos.⁴⁸⁰

Os dois reis, um cristão e um muçulmano, são apresentados como maus por: matar sem necessidade, expulsar o bispo, luxúria e bebedeira. São esses os vícios a eles atribuídos e que os levaram a perder o título de reis.

Foi objetivo até o momento apresentar a relevância das virtudes na caracterização do Rei e do nobre ideais projetados ao longo do relato cronístico. Serão abordadas nos próximos subitens as virtudes que melhor apareceram caracterizadas ao longo do relato: cultivar o amor e a amizade, ser leal, ser honrado e evitar a traição, apresentada como um dos piores vícios a ser combatido a fim de preservar a unidade da Cristandade.

4.2.1 Cultivar o Amor e a Amizade

Em relação à caracterização do nobre ideal a amizade refere-se ao respeito mútuo, inspirado pelas virtudes pessoais, que deveriam ser apreendidas e cultivadas em seu dia a dia. Está atrelada a virtudes como a fidelidade, a lealdade e à assistência mútua, devendo existir entre os homens bons, semelhantes entre si e que desejam o bem um ao outro, da mesma maneira. Buscava-se construir assim por meio do relato “um passado de solidariedade hispânica que funcionaria como incentivo e antídoto à ultrapassagem das tensões e lutas travadas entre si pelos reis cristãos

⁴⁷⁹ *Crónica Geral de Espanha de 1344*. 1954. Op. Cit. p. 477.

⁴⁸⁰ *Crónica Geral de Espanha de 1344*. 1961. Op. Cit. p. 194.

peninsulares e entre estes e os bandos nobiliárquicos dos respectivos reinos.”⁴⁸¹

No texto cronístico foram encontradas menções à amizade envolvendo reis, nobres e ainda ligando cristãos à muçulmanos. A amizade, um dos valores defendidos ao longo da obra, deveria reger as relações entre a nobreza e a monarquia, adquirindo expressão através da relação de vassalagem e de valores como a lealdade. Aparece como sendo a responsável pela implantação da concórdia no reino, onde só o equilíbrio poderia trazer segurança.

A primeira menção ao amor e à amizade encontra-se atrelada à Bernardo do Carpo, vassalo do Rei Afonso III de Leão. Bernardo é descrito no texto como um herói guerreiro responsável por grandes vitórias frente aos muçulmanos e “franceses.” Como recompensa ao serviço, desempenhado pelas armas, reclama a liberdade de seu pai, que era mantido em cativeiro pelo Rei. Como o pedido lhe foi negado, ficou por um período de cerca de um ano sem combater.

Após esse período é descrita uma passagem que conta com a intervenção da rainha. Durante um jogo de tavolado, por ocasião da festa de Natal, a rainha teria incentivado Bernardo a tomar parte da disputa: “Dom Bernaldo, rogovos por o meu amor que vaades lançar a tavolado, ca eu vos prometo que, logo que el Rei venha para jantar, que lhe peça vosso padre. E bem cuydo que mho dara.”⁴⁸² Essa atitude tomada pela rainha lembra o

ambiente cortês em que decorriam estes jogos, nos quais a presença das damas conferia uma certa auréola de sensualismo na disputa de um apetecido prémio, ainda que não nos possamos esquecer de que o termo ‘amor’ não tem apenas ou sempre a carga afectiva que actualmente lhe atribuímos. [...] Ao apelar ao ‘amor’ a rainha está porventura também a lembrar a Bernardo a sua situação de vassalo e de seu natural.⁴⁸³

A parte que a ele cabia na disputa do tavolado Bernardo realizou, no entanto a rainha não conseguiu convencer o Rei a libertar o prisioneiro. Bernardo dirigiu-se pessoalmente ao Rei rogando que libertasse seu pai, em função de sempre tê-lo servido. Diante de nova recusa por parte do Rei,

⁴⁸¹ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 115.

⁴⁸² **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit. p. 434.

⁴⁸³ ESTEVES, 1997. p. 145.

Bernardo chega a desafiá-lo em função de ter feito muitas promessas de libertar seu pai, nunca as cumprindo. Diante do desafio de Bernardo o Rei o desterra com prazo de nove dias para deixar suas terras. Reunindo seus parentes e vassallos Bernardo deixa as terras do Rei, tendo ao seu lado uma hoste capaz de combater o Rei e alcançar diversas vitórias sobre ele.

Alcançando sua autonomia frente ao Rei Afonso III, Bernardo conquista seu próprio espaço no alto de um monte onde constrói uma fortaleza, sendo conhecido a partir de então como Bernardo do Carpo. Após construir sua fortaleza “pos sua amizade cõ os mouros, que o ajudassem e que daquelle castello guerrearía elle e correrya toda a terra.”⁴⁸⁴ Nesse ponto há a relação entre a amizade e um acordo para que os muçulmanos não o atacassem e ele pudesse dali fazer frente ao Rei.

Após seu estabelecimento no castelo libertou dois condes, que tinha como prisioneiros, enviando-os ao Rei esperava que em troca Afonso III libertasse seu pai, o que não aconteceu. Restou ao Conde então armar-se e partir para o enfrentamento direto “amigos, eu nom posso sofrer esto. Pois que assy he, fiquem aquy quinze cavalleyros de vos, que guardẽ este castello e os outros vaã todos connigo.”⁴⁸⁵ A amizade aqui referenciada está ligada à fidelidade vassálica existente entre Bernardo e seus cavaleiros, que não poderiam deixar de acompanhá-lo. A fidelidade é um dos atributos do código vassálico difundido entre os nobres. Nada poderia dispensá-los de suas obrigações.

Ainda relacionado à fidelidade vassálica o trecho a seguir onde Bernardo dá instruções a seus homens, quando estes saíram para combater em Salamanca, território de domínio régio, demonstra que embora Bernardo tivesse pontos a acertar com o Rei não queria que seus homens o atacassem, demonstrando assim respeito pela figura régia: “se el rey veer contra nos, como quer que me elle mal queira, nõ alce nõ huĩ de vos a mão contra elle en nõ hũa guisa, ca muyto me pesarya se alguũ o fizesse.”⁴⁸⁶

Afonso III percebendo que não poderia vencer Bernardo pelas armas, propôs que este lhe entregasse seu castelo em troca da liberdade de seu pai.

⁴⁸⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit. p. 439.

⁴⁸⁵ Ibid., p. 440.

⁴⁸⁶ Ibid., p. 440.

No dia acertado Bernardo entregou ao Rei as chaves do Carpo, no entanto recebeu seu pai morto das mãos do Rei, sendo novamente obrigado a deixar o reino. Nesse caso percebe-se que a estratégia empregada por Bernardo, de oferecer presentes ao Rei, revelou-se infrutífera, culminando no seu desterro.

Outras três referências à amizade estão presentes na narrativa ligada ao Conde Fernão Gonçalves de Castela. A primeira das menções à amizade associa o Conde ao Rei Ramiro de Leão. O Rei reunira suas hostes e levava consigo o Conde para combater os muçulmanos em Saragoça. O governante da cidade assim que “vio el rey dom Ramiro e o Conde Fernã Gonçalvez ambos acordados em huñ, ouve delles muy grande medo e tornou-se vassallo del Rei dom Ramiro cõ toda sua terra.”⁴⁸⁷ Assim que o Rei fez com que lhe obedecessem fortalezas e castelos “tornouse muy honrradamente pera Leom e o Conde pera Castella. E el rey dom Ramiro e o Conde dõ Fernã Gonçalvez pagavãsse muyto huñ do outro e eram muyto amigos.”⁴⁸⁸

A amizade aqui está associada ao vínculo vassálico que unia o Conde de Castela ao Rei de Leão. A relação feudal estabelecida entre o Rei e os senhores caracterizava-se por “uma submissão consciente e espontânea voltada para a organização interna de um grupo.”⁴⁸⁹ Essa submissão personificava-se na criação de laços de solidariedade, que serviam ainda para estabilizar possíveis atritos entre Rei e nobreza. Nessa conjuntura a fidelidade entendida como “o mais sagrado princípio da vida social e política,”⁴⁹⁰ é de fundamental importância na caracterização do nobre ideal, atrelada que está ao amor e à amizade.

A fidelidade aparece como o “mais sagrado dever de quem assume para com outrem qualquer espécie de compromisso.”⁴⁹¹ O contrato pessoal constitui-se como a principal referência para a organização das relações públicas, modelo enfim, para todas as relações onde se faz necessário um compromisso bilateral, onde cada contratante depende do outro.

⁴⁸⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 10.

⁴⁸⁸ Ibid., p. 10

⁴⁸⁹ FERNANDES, Fátima Regina. **Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá, 2000b. p. 54.

⁴⁹⁰ MATTOSO, José e SOUZA, Armindo de. **História de Portugal: a monarquia feudal (1096 – 1480)**. Lisboa: Estampa, 1993. p. 193.

⁴⁹¹ Ibid., p. 194.

A segunda menção à amizade aparece no momento em que o Conde Fernão Gonçalves estava se preparando para a segunda batalha contra o exército liderado por Almançor. Estava ele em oração na ermida de Arlanza, rogando a Deus: “e os reis cristãos, Senhor, avendo medo e ñ querendo guardar o teu serviço, tornarösse vassalos d’Almançor. E, quando eu vy que tam maaõ feyto fazyam e que tam mal queryam aguardar o teu seviço, nũa despois quis sua companha ñ nos ouve por amigos.”⁴⁹² A amizade à alguns reis cristãos é tida como incapaz de existir, segundo o Conde, em função destes terem quebrado o princípio da defesa da Cristandade que os unia, preferiram combater ao lado de Almançor.

A terceira menção à amizade está inserida numa reprimenda aos castelhanos, que estavam perdendo para os navarros, e ameaçavam deixar o campo de batalha:

Oo amigos, muy mal fazedes, ca, por tal feito como este, perderedes o segre, os nados e por nacer; e, quantos de vos veherẽ, todos por ello valleram menos! E, pois que vos querees deseparar o campo, eu em elle quero morrer. E, se me vos deseparardes, seervos ha por sempre retrahido, como homeës que ñ fazem lealdade.⁴⁹³

Os castelhanos ao ouvir tais palavras disseram: “mais nos val que moyramos aquy todos que ouvyr as fortes pallavras do Conde, nem de fazermos cousa que nũa fizemos e o que nos seerya muy retrahido.”⁴⁹⁴ Diante da reprimenda os castelhanos são chamados a cumprir com os juramentos prestados, a serem leais. Lealdade que é o grande sustentáculo da amizade que deveria existir entre os vassalos. O receio de serem lembrados por desleais os faz permanecer junto ao Conde, e lutar contra os navarros.

Outras duas menções à amizade estão ligadas a Rui Vasques e Mudarra Gonçalves. Rui Vasques é descrito como sendo o responsável pela morte dos sete Infantes de Lara, enquanto Mudarra Gonçalves, segundo o relato, é o filho do pai dos sete infantes, Gonçalo Gustioz, com uma irmã de Almançor, que o mantinha preso em Córdoba. Mudarra Gonçalves assim que alcançou idade suficiente saiu em busca de seu pai, jurando que se fora verdade o que ouvira

⁴⁹² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 47.

⁴⁹³ Ibid., p. 81.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 81.

vingaria seus irmãos. Ao encontrar o pai, este o colocou a par de tudo o que acontecera, Mudarra decidiu então procurar Rui Vasques.

Rui Vasques, assim que viu Mudarra e seus homens se aproximarem, disse:

amigos, bem sabees que os que pera mĩ vehestes escudeiros, que eu vos fiz cavalleiros; e, a vos e aos que eram cavalleyros, parti sempre muy bem o que avya. E todos sodes meus vassallos. E, porem, bẽ podees entender o que ende avem cada huũ, se me soo leixardes em este campo. Ca, ainda que me vos aquy soo leixedes, eu nõ me averey daquy partir.⁴⁹⁵

Em seu discurso ressalta o que fizera pelos seus vassalos, esperando deles fidelidade e lealdade, mesmo sabendo que estava sendo perseguido por Mudarra em função da traição que fizera a seu cunhado e da morte dos sobrinhos. Mudarra Gonçalves em seu discurso coloca “amigos, estade todos quedos, ca eu quero veer se se querra aquelle treedor apartar dantre os seus. Ca, se se delles quer apartar, do que se fara averam pello mundo que dizer. E, se virdes que fogẽ todos, yde empos mĩ, ca oje em este dya seeram vingados meus irmãos ou eu seerey morto em este campo!”⁴⁹⁶ Deixa claro aos seus homens que era necessário aguardar a iniciativa de Rui Vasques para poderem agir.

A próxima menção à amizade está ligada aos reis Jaime I de Aragão e Afonso X de Castela. O reino de Castela estava sendo ameaçado pelos muçulmanos e a rainha de Castela, filha do Rei de Aragão, envia uma carta ao pai pedindo-lhe ajuda. O Rei Jaime coloca aos seus conselheiros a necessidade de convocar Cortes para poder formalizar a ajuda a Castela, pois segundo coloca aos seus conselheiros

he ao consselho de fazer cortes, digo que me praz e queroas fazer, hũas em Barcellona e outras em Saragoça, e que ã nem hũa destas cortes nõ entendo a demandar consselho. Mas, quando com elles fallar, dizerlhes hey que quero hyr ajudar el rey de Castella e que eles me ajudem e servam em aquelle feito. [...] E esto que me demãdã he cousa de que nom posso escusar; e esto por tres razões: a primeira, que nom poderei fallecer a mynha filha e meus netos; e a segunda, que he mayor, de que nõ hũu nõ faz mẽçõ, he que, ainda que por divido nõ por meu vallor, eu nõ quisesse fazer ajuda a el Rei de Castella, deverlha hya fazer por ho ganhar por amigo, por que he huũ dos mais

⁴⁹⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 165.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 166.

poderosos homeões do mundo e, se o eu agora não ajudasse, e elle escapasse com sua hõrra desta pressa em que agora esta, em todo tempo me averya por seu inmiigo mortal e me buscarya todo mal e dampno que podesse, e avya boa razon de o fazer; e, se o for ajudar, sem outra preitesya, elle que he homen de boo conhecer e corregerá o torto que me tem feito. A terceira razon, que he mais forte que nem hũa das outras, he esta: se el rey de Castella desaventuradamête perdesse a sua terra, mal escaparia eu em esta mynha.⁴⁹⁷

Mesmo o Rei dizendo aos conselheiros que convocaria Cortes sua decisão de auxiliar o Rei de Castela já estava tomada. Importante notar as razões que o levaram a tomar essa atitude: não podia desamparar sua filha e seus netos, era importante defender suas terras, e, sobretudo era necessário ter o Rei Afonso X, descrito como um dos homens mais poderosos do mundo, como amigo, ressaltando aqui a relação entre a amizade e a ajuda mútua, sob o risco de arcar com as consequências, se a amizade entre ambos não se efetivasse.

Outra menção à amizade, atrelada à ajuda mútua, aparece no trecho em que o Rei Garcia, filho do Rei Fernando I, conclamou seus homens para ajudarem-no contra as tropas de seu irmão Sancho II: “amigos e vassalos, muy bẽ veedes o torto que me traje meu irmão. Rogovos que vos pese dello, que me ajudedes a defender minha terra, ca bem sabedes que, aquello que eu della ouve, que o parti mui bem cõvosco.”⁴⁹⁸ Aparece destacado no trecho o reforço ao vínculo de vassalagem entre o senhor e seus vassalos, estes foram beneficiados com as terras que lhes foram doadas, em troca o Rei acentuava a necessidade de defendê-las.

Merecem destaque também as referências à amizade presentes no relato que descreve as ações do Cid. Dentre elas está sua relação com o Rei Sancho II: o Rei recorda-o de que é seu vassalo e deve a ele certas obrigações, que deve cumprir mesmo contra sua vontade

amigo e conselheiro. E eu sempre vos fiz muito d’algo, e vos servistesme e ajudastesme como leal vassallo mais que nũa senhor d’outro foy ajudado. E eu, por vosso merecimento, deyvos hũu condado e fizvos o mayor de minha casa. Quero vos ora rogar, como amigo e boõ vassallo, que vaades a Çamora e digades a minha irmaã que ma dê por aver ou por cambo.”⁴⁹⁹

⁴⁹⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 274-275.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 360.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 376.

Aparece também no relato a amizade vista como aliança estabelecida entre os nobres, atrelada ao Conde de Barcelona “firmarõ pazes e forom muito amigos dally ayante.”⁵⁰⁰ Em outros dois trechos tem-se a associação entre a amizade e a fama/reputação alcançada pelos feitos de Rodrigo Diaz de Vivar, El Cid, como guerreiro frente aos muçulmanos. Após conquistar a cidade de Valência enviou ao Rei Afonso VI seus homens para que beijassem a mão do Rei, em sinal de subordinação, e ainda lhe entregassem parte do butim alcançado na conquista da cidade. O Rei teria ficado “espantado” com a nobreza do cavaleiro e mandado recado de que “estava seu amigo.”⁵⁰¹ O outro trecho apresenta a intenção do Sultão da Pérsia em conseguir do Cid amor e amizade:

conta a estoria que, [...] o soldom de Perssya, por que ouvira dizer a grande bondade em feito d'armas que o Cide fazia e como nũa fora vençudo de mouros nem de cristãaos [...] e como guanhara Vallença de mouros, cõ outros muytos castellos, e ouve sabor de seer seu amigo. [...] Ë terra d'ultramar era tam grande a fama do prez da cavallaria e feito d'armas do Cide que esto era grande maravilha. E que por esta razão se movera o soldom por lhe mandar seu presente, por aver seu amor.⁵⁰²

Essa associação entre a exaltação dos feitos e a conquista do amor e da amizade, além de demonstrar os interesses que acompanham o amor e a amizade como forma de evitar conflitos e obter alianças, pode ser analisada como uma forma de alcançar a nomeada: “modo de preservação da memória que encontra o seu melhor exemplo no hábito, tantas vezes repetido nos romances de cavalaria, do herói mandar à corte o cavaleiro que derrota com a obrigação de aí contar o sucedido de modo a promover e cimentar a boa fama de um determinado herói.”⁵⁰³

Como último ponto a destacar acerca da amizade encontra-se o relato da vitória alcançada pelos cristãos na batalha de Navas de Tolosa. Após a vitória, frente aos muçulmanos, e repartição do que foi conquistado entre os reis de Leão, Navarra e Aragão, que estiveram envolvidos na batalha com suas

⁵⁰⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit. p. 54.

⁵⁰¹ Ibid., p. 101-104.

⁵⁰² Ibid., p. 164-168.

⁵⁰³ BARROS DIAS. 2009. Op. Cit., p. 123.

hostes, “partironse os reys muyto amigos.”⁵⁰⁴ Fica demonstrado aqui que a vitória frente aos muçulmanos acontecera em função da união entre os reis de Leão, Aragão e Navarra. Sendo esse um dos elementos centrais da argumentação empregada pelo Cronista ao longo da obra: se os reis cristãos estão unidos a Cristandade se fortalece, caso contrário há o enfraquecimento da Cristandade e a divisão entre os homens facilitando assim as vitórias dos muçulmanos.

Os trechos analisados são representativos da fidelidade dos vassalos. Muitos trechos podem reforçar junto à nobreza portuguesa a necessidade da fidelidade em suas relações, fornecendo ainda elementos que apontam para a preeminência da monarquia em relação à nobreza, que saíra aparentemente fortalecida da guerra de 1319-1324 ou ainda pode remeter ao momento de refundição da Crônica na virada do século XIV para o XV, a nobreza deve fidelidade ao Rei, devem ser eles conselheiros e estar à disposição do Rei, sendo-lhes fiéis.

Faz-se importante, nesse momento da análise, relacionar duas obras escritas pelo Conde Pedro de Barcelos: o *Livro de Linhagens* (1340) e a *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Nas duas obras a amizade merece destaque na caracterização de uma sociedade idealizada, diferente daquela na qual ele, autor, está inserido. Quando quer afirmar o valor atribuído à “amizade”, o Conde no *Livro de Linhagens* retoma Aristóteles, “Esto diz Aristotiles: que se homees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus.”⁵⁰⁵

Esse trecho empregado pelo Conde e atribuído à Aristóteles, encontra correspondência no trecho abaixo, retirado do livro de Aristóteles: *Ética a Nicômaco*: “quando os homens são amigos não necessitam de justiça, ao passo que mesmo os justos necessitam também da amizade; e considera-se que a mais autêntica forma de justiça é uma espécie de amizade.”⁵⁰⁶

O Conde coloca o termo “amizade” como uma virtude que se existisse entre os nobres prescindiria de um monarca soberano, porém ao dizer que “se

⁵⁰⁴ *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 1990. Op. Cit. p. 337.

⁵⁰⁵ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. 1980. Op. Cit., p. 55-56.

⁵⁰⁶ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 173.

existisse amizade” pode estar se referindo a uma sociedade ideal diferente daquela na qual ele vive, onde há sim a necessidade do monarca como responsável pela manutenção da justiça a ordenar a sociedade.

Ao citar Aristóteles apropria-se de um discurso já existente e já bastante conhecido para corroborar o que está dizendo, estaria segundo Dominique Maingueneau, lançando mão de uma “dêixis fundadora”⁵⁰⁷ entendida como uma “situação de enunciação anterior que a dêixis (discurso) atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade.”⁵⁰⁸

Para poder empregar Aristóteles nesse momento, o Conde deve ter tido acesso às ideias aristotélicas difundidas a partir do século XIII, século que foi o cenário de uma

florescência científica sem precedentes. A par das condições de caráter social, político e religioso, podemos indagar entre outras as causas principais desta extraordinária renascença científica: a influência da filosofia oriental, a redescoberta da obra de Aristóteles, e, finalmente, o vigoroso movimento intelectual emanado da Universidade de Paris.⁵⁰⁹

A filosofia cristã que floresceu durante o século XIII teve influência essencial do pensamento aristotélico, provocando “a partir de la segunda metade del siglo XIII una transmutación en el pensamiento que puede calificarse de revolución conceptual.”⁵¹⁰ O terreno para que as ideias aristotélicas pudessem ser difundidas, e aceitas da maneira como aconteceu no século XIII, era propício. Uma série de mudanças estava acontecendo na sociedade, principalmente no que diz respeito à maneira empregada para resolver questões de ordem prática no dia a dia da sociedade. Segundo Walter Ullmann sem essas mudanças na forma de pensamento, as ideias aristotélicas não teriam o mesmo alcance.

O autor Walter Ullmann percebe nas associações, uniões, grêmios, comunidades e escolas respostas a uma necessidade natural dos homens de se associarem, maneira de buscarem a autodefesa, decidirem quais são os

⁵⁰⁷ Forma de discurso.

⁵⁰⁸ MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989. p. 42.

⁵⁰⁹ BOEHNER, Philotheus e GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**, desde as origens até Nicolau de Cusa. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 348.

⁵¹⁰ ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona, Ariel, 1983. p. 152.

interesses do grupo, escolher seus representantes. Tais organismos de poder se fazem presentes de maneira mais efetiva nas cidades, nos Concelhos onde os homens resolvem sua necessidade de governarem-se a si mesmos, pautando suas decisões no consentimento. O conjunto social constituía parte necessária para a aplicação dos princípios políticos que regulavam a sociedade, sem seu consentimento muitas decisões precisariam ser revistas.

O acesso às obras de Aristóteles se deu de diferentes maneiras, inicialmente através das traduções árabes, e no decurso dos séculos XII e XIII através de versões latinas a partir dos originais gregos. A influência aristotélica se deu a princípio na medicina medieval, só depois disso é que conseguiu impor-se nos meios filosóficos e teológicos, os quais só a partir de 1230 começaram a familiarizar-se com os escritos aristotélicos.⁵¹¹

A princípio as ideias aristotélicas foram formalmente proibidas pela Igreja (1210-1215), devido às interpretações averroístas, porém aos poucos o ensino da filosofia de Aristóteles foi tolerado e, enfim, oficialmente admitido na Universidade de Paris. Pode-se supor que “qualquer pessoa que houvesse recebido na Idade Média uma formação de um certo nível, fosse na Universidade ou em alguma escola pré-universitária, teria sido, iniciada na lógica de Aristóteles, ou, pelo menos, nos aspectos mais conhecidos de sua filosofia.”⁵¹²

A difusão aristotélica deu-se por um aspecto bem peculiar de sua obra, o aristotelismo político, particularmente suscetível de interessar diretamente aos homens de poder.⁵¹³ O aristotelismo político propunha uma sociedade ideal, onde todos os homens seriam iguais e se ajudariam mutuamente, esse ideal perfeito, porém era inexistente, em função disso a figura do monarca, enquanto regulador e promotor do bem comum, tornava-se necessária. Dessa forma, o discurso aristotélico serviu para fornecer uma justificativa de natureza filosófica para a edificação da Monarquia.

Dentre os princípios do aristotelismo político difundidos na realidade baixo medieval, Walter Ullmann destaca a visão de “Estado” enquanto comunidade suprema de cidadãos, resultado da atuação das leis da natureza.

⁵¹¹ BOEHNER e GILSON, 1985. Op. Cit., p. 360.

⁵¹² VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 34.

⁵¹³ Ibid., p. 26.

Sendo as leis inerentes ao homem. Sem o “Estado” o homem não pode existir, o homem é por natureza um animal político, sendo a monarquia a melhor forma de governo, constituindo-se ainda o “Estado” como a soma de todas as demais uniões naturais, a família, o povo, a cidade.⁵¹⁴

Ainda dentro desse princípio de governo aristotélico e sua influência nos escritos do Conde, a Monarquia Portuguesa pode ser analisada como um elemento que possibilitaria aos nobres retornar ao “amor” e à “amizade” que perderam, ou que não mais existe entre eles, “e como quer que antre eles (nobres) deve haver amizade segundo seu ordinamento antigo em dando-se fe pera se nom fazerem mal ãus aos outros, a meos de tor[v]arem a este amor e amizade per desfiarem-se.”⁵¹⁵

Retomar Aristóteles significa retomar o ideal clássico de amizade, considerada como o “maior de todos os bens que um Estado possa ostentar e o melhor modo de impedir as discórdias,”⁵¹⁶ valorizando o respeito mútuo, inspirado pelas virtudes pessoais, virtudes que são narradas pelo Conde ao longo do *Livro de Linhagens* e também preentes na Crônica, devendo essas ser apreendidas e cultivadas pelos nobres em seu dia a dia.

A partir dessa definição aristotélica da verdadeira amizade, se percebe que muitos de seus elementos foram empregados pelo Conde na elaboração de suas obras. O Conde parte da ideia de que a verdadeira amizade acontece entre os que são bons e semelhantes para dizer no Prólogo que escreveu o *Livro de Linhagens* para “meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha,”⁵¹⁷ um grupo específico dentro da esfera social portuguesa baixo medieval, semelhantes entre si, portanto.

Propunha ainda que, se os nobres houvessem amizade entre eles, haveria uma disposição de prestar ajuda uns aos outros, deixariam de fazer “mal ãus aos outros.”⁵¹⁸ Ao valorizar a amizade e a ética cavaleiresca entre os nobres, como os princípios básicos para organizar a sociedade, o Conde esperava impedir discórdias, valorizar o respeito mútuo aliado a virtudes

⁵¹⁴ ULLMANN, 1983. Op. Cit., p. 160-162.

⁵¹⁵ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op Cit., p. 55.

⁵¹⁶ ARISTÓTELES. **Política.** São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 42.

⁵¹⁷ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op. Cit. p. 55.

⁵¹⁸ *Ibid.*, p. 55.

personais. Esse pensamento, que transparece em sua obra, reflete sua experiência durante a guerra de 1319-1324, como intermediário na demanda entre Dinis e o Infante Afonso, futuro Afonso IV e com isso buscava um ponto de união entre Rei e nobreza, tão necessária na conjuntura da primeira metade do século XIV.

Após caracterizar a amizade, vinculando-a a princípios aristotélicos, é necessário levantar dados que permitam caracterizar de que forma o amor está presente na Crônica. No *Livro de Linhagens* o amor aparece no prólogo como um dos objetivos da redação da obra e ainda para reforçar que se o mesmo existisse entre os nobres não haveria a necessidade do Rei. Ao longo do texto linhagístico somente foram encontradas duas referências a reis destacados por amarem seus vassalos.

No texto cronístico foi encontrado um número muito mais expressivo de referências ao amor. A maioria delas diz respeito ao amor direcionado ao Rei, outras se referem aos nobres e ainda foram encontradas menções ao desamor. Como primeira constatação pode-se perceber que as referências ao amor relacionadas aos reis são muito mais frequentes do que o amor relacionado aos nobres. Levando-se em conta o que fora colocado no *Livro de Linhagens* que em função de não existir amor e amizade entre os nobres fazia-se necessária a existência do Rei, esse deveria agir de forma a ser amado pelos seus súditos, corroborando os dados apontados acima.

Nove personagens são destacadas por terem sido muito amadas pelos seus, como pode ser observado na tabela a seguir:

TABELA 6 – Menções aos reis e nobres amados por seus súditos

Personagens	Narrativas
Fernão Gonçalves	“E entõ o tomarõ por Conde e por senhor, ca o amavã muito e o preçavam.” (Crônica Vol. III p. 06)
Almançor	“Quando vyo que os seus eram vencidos e fogyã tam mallamente, cõ grande pesar que ende ouve, deu em terra com huĩ soombreiro d'ouro que tragia na cabeça ã logo de coroa, [...]. E esto fazia elle por synal que avya muy grãde pesar dos seus por que nõ vencia. Quando os cavalleiros d'Almançor esto virõ, pesoulhes muito de coraçõ por o muy grande amor que avyam com elle.” (Crônica Vol. III p. 179)
Califa Hisham de Córdoba	“Mandou dizer aos moradores das terras que estevessem aparelhados pera cavalgar com ele, quando andasse pella terra ou cavalgasse pella cidade. E esto fazia elle cada dia e prazia dello muyto a todos e amavãno por ello mais que da

	outra vez, quando fora rey, [...]. Elle assy se sabya aviïr com o seu poboo que todos o desejavã veer e o amavam muyto.” (Crônica Vol. III p. 211)
Rei Ramiro II de Aragão	“Este dõ Ramiro foy o quinto rey d’Aragõ. E este foy bem aventurado rey em batalhas e muy amado dos seus e muy franco em dar seu aver.” (Crônica Vol. III p. 263)
Afonso de Aragão	“Este foy muyto amado dos seus.” (Crônica Vol. III p. 287)
Fernando I de Leão e Castela	“Era muy graado e de muy grande coraçom, segundo em seus feitos parece, e muy amado dos seus.” (Crônica Vol. III p. 297) “Despois que foy morto este nobre rey dom Fernando, levarõno aa igreja de Santo Isidoro, a Leon, onde elle tiinha feita sua sepultura, e deytarõno em ella. E foy feito por elle grande planto, ca era muito amado de todollos poboos e outrossy de todollos fidalgos.” (Crônica Vol. III p. 348)
El Cid	Por 5 anos “foy o Cide senhor de Valença e que em todo este tempo non trabalhou tal se nõ d’assessegur os mouros do seu senhorio e servir a Deus. E de tal guissa o sabya fazer que os mouros era tanto ben avïdos con os cristãaos que parecia que sempre viverã en hũu. E todos ho amavã moyto de coraçom.” (Crônica Vol. IV p. 173-174)
Fernando III de Castela	“Este dom Fernando era mais amado dos seus do que temudo.” (Crônica Vol. IV p. 284)

Sete das menções apresentadas estão associadas a reis, excessão feita ao Conde Fernão Gonçalves, tido como cabeça de linhagem dos reis de Castela, e ao Cid, que conseguiram obter o amor de seus vassalos. Destaque deve ser dado ao fato de que dois dos reis são muçulmanos, demonstrando assim que a necessidade de ser amado pelos seus súditos não estava restrita a uma prática dos reis cristãos, deveria ser necessária aos bons reis, ressaltando aos cristãos a obrigatoriedade de serem bons.

Outras narrativas apontam para as ações que devem ser realizadas a fim de alcançar o amor de seus súditos, dando indícios da forma que deveria ser empregada pelo Rei para bem governar. O Rei Ramiro II de Leão diante do poder crescente de alguns condes e do fato de que estes estariam se voltando contra o Rei “trabalhouse quanto pode per sua sabedorya de os tornar pera sy e de os poer em seu amor, ca nõ querya que tantos boõs homeẽs como estes fossem contra a cristaydade nem que fizessem cousa nem hũa contra Deus.”⁵¹⁹ No trecho além da necessidade de conseguir dos condes o respeito e

⁵¹⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 13.

o reconhecimento, tendo os condes ao seu lado, aparece a tarefa régia de defender a Cristandade, evitando divisões entre os cristãos.

A narrativa acerca dos feitos do Rei Teobaldo I de Navarra aponta para as práticas do Rei a fim de alcançar o amor de seus súditos: “foy principe muy mässo e sofrudo e dereito e temperado em todos seus feitos, per tal maneira que de todos era muy amado.”⁵²⁰ Destaque dado nesse momento para a mansidão e a temperança, virtudes que o Rei deveria exercer junto aos seus súditos a fim de ser por eles amado, respeitado. A mansidão, descrita como virtude necessária para manter o reino, aparece também na descrição dos feitos do Rei Ordonho I de Leão: “conta a estoria que foy rey mässo e sisudo e sabedor e entendudo ã todos seus feitos de mãtiimento de seu reyno.”⁵²¹

Dois nobres merecem destaque devido ao fato de que em suas narrativas o amor está ligado ao reconhecimento ao Rei. Um deles é Airam Alhemeri: “aqueel Airam amava muyto Yssem e, que quer que el guaanhava, em seu nome o gaanhava e sempre fazia por elle aquella oraçõ que por os reis suhyam fazer.”⁵²² Mesmo diante do fato de que o Rei a que ele era fiel encontrava-se exilado de seu reino a fidelidade a ele continua, sendo demonstrada no fato de que todas as conquistas por ele empreendidas eram realizadas em nome do Rei.

O outro é o Conde Fernão Gonçalves. Ao saber que o Rei Ordonho III de Leão enviara uma grande hoste para combatê-lo, enviou ao Rei um recado, dizendo que “elle aparelhado estava pera seu serviço e nõ pera seu deserviço e que querya aver seu amor. E a el rey prougue muyto. E dalli adyante ouve antre elles amor.”⁵²³ O amor aqui está relacionado ao fato do Conde estar reafirmando ao Rei que lhe prestava serviço, o reconhecia. Em outro ponto da narrativa, após ter sido atacado por três vezes pelo Rei Sancho de Navarra, acusa-o de que “posera amor cõ os mouros cõtra os cristaãos nõ por al se nõ por que nõ queryã seer seus sujeytos nõ lhe queryam obedecer.”⁵²⁴ No trecho o amor é sinônimo da aliança que teria sido feita entre o Rei de Navarra e os

⁵²⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 257.

⁵²¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit. p. 415.

⁵²² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 219.

⁵²³ Ibid., p. 18.

⁵²⁴ Ibid., p. 39.

muçulmanos, sendo por isso acusado de afastar-se do ideal cristão de defender a Cristandade.

O amor aparece ainda no texto como uma alternativa a confrontos entre reis, como pode ser visto no trecho referente ao casamento da irmã do Rei Bermudo III de Leão com o filho do Rei Sancho de Navarra. O casamento foi um conselho dado pelos ricos homens de Leão em função da guerra que estava acontecendo entre os dois reis. Temendo os danos que tal conflito poderia trazer ao reino os condes propuseram então: “a el rey dom Vermudo que desse sua irmãa dona Sancha por molher ao iffante dõ Fernando; e que bem sabya como el rey dom Sancho era muy poderoso e como lhe avya tomado per força parte do reyno de Leon; e que por este casamento poderia viĩr antre elles boa paz e amorio.”⁵²⁵ O amor resultaria dos laços que surgiriam entre os reis a partir do casamento, evitando assim o confronto direto ente ambos.

O autor Claude Gauvard ao escrever sobre Justiça e Paz aponta para o fato dos casamentos serem empregados como forma de se prevenir futuras guerras: “o conhecido adágio dos antropólogos verifica-se aqui: casa-se com seus inimigos. Essas cerimônias ritualizadas são geradoras de esquecimento, de oscilação na direção do estado de paz, que cria o ‘bom amor’ entre as partes.”⁵²⁶

O amor, assim como a amizade, estava ligado à ajuda mútua, como pode ser analisado na descrição a seguir envolvendo o Rei Afonso VI de Leão e Castela e o Rei de Toledo, que o recebera em suas terras quando perdera as suas para Sancho II: “seendo boõ e verdadeiro, nõ lhe esqueecia o amor que avia a el Rei de Tolledo e a seu filho, ca sempre os ajudou e deffendeo de quẽ quer que contra elles queria hyr.”⁵²⁷

A partir das descrições apresentadas pode-se perceber que amor e amizade se complementam nas descrições. Estariam atrelados assim a compromissos assumidos, ao exercício de virtudes como a mansidão e a temperança. O amor aparece como sendo necessário para se obter o respeito, estabelecer acordos, entre cristãos e muçulmanos inclusive. O desamor, por

⁵²⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 251.

⁵²⁶ GAUVARD, 2002. Op. Cit., p. 57.

⁵²⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 409.

sua vez, aparece como resultado da quebra dos laços mútuos, na infidelidade, na inveja diante das conquistas empreendidas.

4.2.2 Ser Leal

Os vínculos que uniam um senhor a seus vassallos sustentavam a sociedade medieval. Tais laços serviriam para tornar o soberano parte da comunidade feudal, além de propiciar a existência de um consenso quanto à necessidade de se respeitar determinadas medidas, que afetavam as duas partes envolvidas.

As leis que regulavam os interesses, entre os envolvidos, eram estabelecidas a partir de um acordo mútuo entre o senhor e os vassallos. Dentro desse acordo as duas partes envolvidas tinham a mesma importância. Havia, contudo a possibilidade de o contrato ser desfeito no momento em que “una de las partes dejaba de actuar en conformidad con los términos establecidos, por ejemplo, si se daba un caso de deslealtad.”⁵²⁸

Nesse sentido é que entra a relevância de se analisar as menções à lealdade que apareceram ao longo do texto. Foram verificadas três situações diferentes envolvendo a lealdade. Na primeira delas a lealdade está relacionada a vassallos leais, como pode ser observado nos trechos a seguir:

TABELA 7 – Casos de lealdade presentes na sociedade da Reconquista

Personagens	Narrativas
Fernão Gonçalves	“E este condado de Castella, que enton era muy pequeno fezeo este Conde dom Fernam Gonçalvez muy grande e acrecêto em elle muyto, como muy boõ cavalleiro que elle era e cõ muy boõs vassallos e muy leaaes que elle sempre ouve e de que foy sempre muy bem servido.” (Crônica Vol. III p. 24)
Munho Layno	“Era muy boõ cavalleiro d’armas a grande maravilha e muy leal e muy entendido.” (Crônica Vol. III p. 77)
Rei Fernando I de Leão e Castela e El Cid	“Cide, meu leal vassalo! Nũca rey tam boõ conselheiro ouve nẽ tanto leal!” (Crônica Vol. III p. 338)
Garcia, filho do Rei Fernando I de Leão e Castela aos Galegos	“Vos sodes nobres cavalleiros e leaaes e achamos que nũca per vos foy senhor desemparedado e campo. Metome

⁵²⁸ ULLMANN, 1983. Op. Cit., p. 141.

	<p>ẽ vossas mãos, ca eu som certo que sempre me conselharedes bẽ e lealmente e ajudaredes o melhor que poderdes.” (Crônica Vol III p. 358)</p>
Afonso VI de Castela e El Cide	<p>“E, em toda esta guerra (tomada de Toledo), sempre o Cide Roy Diaz andou com el Rei e servyao muy bem e muy lealmente.” (Crônica Vol. IV p. 07)</p> <p>“O presente do Cide recebo eu muy de boamente, como do mais honrrado cavalleiro e leal vassalo que nũca ouve rey.” (Crônica Vol. IV p. 136)</p>
Afonso VIII de Castela	<p>“Esguardou o muyto e leal serviço que lhe avyam feito os seus condes e ricos homens e por lhes dar galardon, herdouhos muy bem de muitas terras aalen das que tiinham e mandouhos hyr pera suas casa muy ricos e honrrados.” (Crônica Vol. IV p. 337)</p>

As sete menções à lealdade, descritas acima, ressaltam a lealdade vassálica. Fernão Gonçalves deve aos seus vassalos, bons e leais, o fato de ter conseguido ampliar a área do condado de Castela. A lealdade de Munho Layno era ao Conde Fernão Gonçalves, chegando até a mandar fazer uma estátua dele para a ela prestarem homenagem, durante o período em que esteve preso em Navarra. O Rei Fernando I reconhece no Cid o leal vassalo, sempre presente ao seu lado e ainda destacado conselheiro régio. O Rei Garcia diante das investidas de Sancho, após a morte de seu pai, enaltece a lealdade dos galegos, esperando tê-los ao seu lado nas batalhas frente seu irmão. Afonso VI de Castela enaltece a lealdade do Cid e ainda quando este, mesmo exilado pelo próprio Rei, o envia presentes recebe-os enaltecendo as virtudes do cavaleiro. Já Afonso VIII reconhecendo a lealdade de seus condes e ricos-homens recompensa-os.

A segunda maneira de referir-se à lealdade aparece no final do reinado de Fernando I de Leão e Castela, e ainda após sua morte. Em seu leito de morte o Rei Fernando fez um novo ordenamento acerca da divisão no reino entre seus filhos, depois de ter feito e confirmado a divisão das terras

fez jurar todos os seus filhos sobre os Sanctos Avangelhos. E em esta jura outorgarõ que fosse maldito e nũca fizesse filho que fosse senhor do reyno o que fosse cõtra esto que elle mandava. E elles ho outorgaron, dizendo: Amẽ. Mas, por seus graves peccados, todos britaron a jura, salvo el rey dom Affonso que sempre a manteve.⁵²⁹

⁵²⁹ Crónica Geral de Espanha de 1344. 1961. Op. Cit. p. 342.

O Rei assim exigia lealdade ao que ele decidira, queria que respeitassem a divisão do reino, essa era sua vontade. Importante notar no trecho a menção à quebra ao juramento, e a referência a Afonso, o único a mantê-lo. Outros trechos podem ser empregados para ressaltar a lealdade ao juramento prestado. Como é o caso descrito a seguir envolvendo o Cid e o Rei Sancho II:

vos, Cide, bem sabedes como me meu padre mandou que vos ouvesse sempre por meu cõselheiro e o que ouvesse de fazer, que o fizesse cõ vosso conselho. E eu assy o fiz ataa aquy e vos conselhastesme sempre bem. E porẽ vos dei huũ condado e tenho que o empreguey muy bem. E agora vos rogo que me conselheades como eu cobre os reynos, ca, se de vos nõ hey conselho, nõ o entendo de aver de nõ huũ homẽ do mũdo. Senhor, quẽ queredes que vos ã esto aja de conselhar? Nõ me semelha guysado que vos eu conselhe que vos bitedes a jura que fezestes a vosso padre. Ca vos bem sabedes que elle me fez jurar ã suas mãos que vos cõselhasse sempre bem. E, em quanto eu poder, fazerlho ey. [...]
Quãdo o Cide vyo que em nõ hũa maneira nõ o podya tirar daquello, conselhouo que posesse seu amor com dõ Affonso por tal que lhe desse passajẽ per seu reyno pera o reyno de dom Garcia e que, se esto nõ podesse aver, que o nõ cometesse.⁵³⁰

O Cid nos trechos permanece leal ao juramento prestado ao Rei Fernando, porém não deixa de cumprir com sua função de conselheiro ao Rei Sancho II. Fechando a narrativa acerca da lealdade à Fernando I, encontra-se o trecho onde Afonso não aceita a “proposta” de Sancho para lhe entregar o reino: “pesoulhe muito e ãvioulhe dizer ca lho nõ daria, mas que faria sobre elle quãto podesse pera ho defender.”⁵³¹

A última forma de apresentar a lealdade está relacionada ao Rei Afonso VI de Leão e Castela e ao governante de Toledo Al-Mamun, que o acolheu quando perdeu o reino de Castela para seu irmão Sancho II. Quando esteve exilado em Toledo foi acolhido por Al-Mamun: “el rey Alle Meymõ honrravao e amavao como se fosse seu filho. E demandoulhe que lhe fizesse preito e menajem de o amar e de o guardar e de o servyr sempre em quãto vivesse e que se nõ partisse delle sem seu mandado.”⁵³² Destaque deve ser dado no juramento ao fato do amor aqui estar ligado à honra depositada pelo Rei de Toledo à Afonso. Esse juramento, de que Afonso não faria mal nem ao

⁵³⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 353-354.

⁵³¹ Ibid., p. 363.

⁵³² Ibid., p. 368.

governante e nem aos seus filhos, foi refeito pelo menos mais duas vezes em quanto ainda esteve em Toledo.

Quando da morte de Sancho II cabia a ele Afonso assumir o reino. Assumiu o reino em um contexto de lutas e divisões entre os muçulmanos. Em função de tais divisões, que poderiam ser empregadas pelos cristãos para se fortalecer, temia o governante de Toledo que os juramentos, de auxílio e ajuda mútua, fossem quebrados pelo Rei Afonso. No entanto o que fica demonstrado no texto foi que os votos jurados, quando ainda estava Afonso em Toledo, foram mantidos:

grande foy a honrra e o prazer que o rey mouro fez a el Rei dom Affonso e muito lhe agradeceu o que lhe fezera e a grande lealdade que lhe tivera e como se nembrara da postura que com elle avya. [...] Muyto foy alegre el rey de Tolledo por todas estas nobrezas e boas condições que vyo em el rey dō Afonso e por a muy grã lealdade que mostrava contra elle.⁵³³

Por duas vezes a lealdade ao juramento feito é ressaltada no trecho, enaltecendo a personagem do Rei que era leal a palavra dada. A lealdade a um juramento feito é importante enquanto modelo estruturante para a sociedade política. Em função da lealdade à palavra dada ser imprescindível na caracterização idealizada, a quebra da lealdade também merece destaque.

A primeira menção à deslealdade envolve o Rei Ramiro de Leão e os muçulmanos. Os muçulmanos após terem conseguido algumas conquistas em território castelhano “se virõ assy beandantes cõtra o Conde e contra seus cristaãos, leixarom Castella e entraron per Leão; e quebrantarõ, come mouros sem verdade, a postura das pazes que avyã firmada com el rey dom Ramiro de Leom.”⁵³⁴ Ressalta-se aqui a quebra a um acordo de paz, os muçulmanos não foram leais ao que acordaram.

As outras três referências à deslealdade estão relacionadas aos filhos do Rei Fernando I de Leão e Castela e ao Cid. A infante Urraca após tomar conhecimento do que fizera seu irmão Garcia, lhe tomando boa parte das terras, ressalta a falta de lealdade prestada ao pai no leito de morte:

⁵³³ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. p. 413-414.

⁵³⁴ *Ibid.*, p. 107-108.

oo rey dō Fernando, meu padre, en forte ponto partistes os reynos, ca toda a terra se perderá por vos e assi se comprirá o que disse meu amo, Airas Gonçallo. Ca, pois que el Rei dom Garcia, que he o irmão meor, me desherda e passou a jura que fez a meu padre, que fara el Rei dom Sancho, que he o mayor e que fez a jura forçadamête, contradizendo sempre a partiçon?⁵³⁵

O Cid teria sido por duas vezes, segundo o relato, acusado pelos reis de ter sido desleal, tais acusações levaram-no ao desterro. Na primeira vez o cavaleiro foi enviado pelo Rei Sancho II à Zamora com um recado à sua irmã para que lhe entregasse a cidade, no entanto Urraca, após consultar seus conselheiros, decidiu que lutaria contra seu irmão, não lhe entregando a cidade. Ao relatar ao Rei o que Urraca decidira recebeu dele a seguinte resposta: “vos conselhastes esto a mynha irmã, por que fostes criado com ella. Mas pois que hy mais nō posso fazer, mandovos que d’oje a dez dias vos sayades de toda minha terra.”⁵³⁶

No reinado de Afonso VI, o que teria contribuído para o desterro do Cid foram alguns ricos homens que, segundo o relato, tinham desamor por ele em função de suas importantes vitórias sobre os muçulmanos. O Rei fora combater muçulmanos que atacavam seu reino, ficando o Cid em função de estar doente. Pouco tempo depois, estando ele já recuperado, um grupo de muçulmanos entrou nas terras do reino e cercou Santo Estevão de Gormaz, o cavaleiro reuniu suas hostes e foi combatê-los. Foram então os muçulmanos perseguidos pelo Cid em direção à Toledo, no caminho devastou terras e capturou muitos muçulmanos.

O governante de Toledo quando soube do que fizera o Cid, em suas terras, enviou reclamações ao Rei Afonso, recordando-o de seus juramentos. Nesse momento é que o Rei, levando em conta um agravo que acontecera no momento em que Rodrigo lhe prestara juramento de vassalagem, o recado do governante de Toledo e também influenciado por ricos-homens

foy muy sanhudo cōtra o Cide. Ca el rey dom Afonso ainda nō avya olvydada a jura que lhe tomara afficadamête por a morte del Rei dō Sancho e queralhe por ello grande mal. Logo que chegou a Burgos, mandou logo por o Cide que se vehesse veer com elle. [...] Quando chegou aa corte e foy ante el rey e lhe quis

⁵³⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 352.

⁵³⁶ Ibid., p. 379.

beyjar a mão, elle ñ lha quis dar; ante lhe disse mui sanhudamête que daquelle dia a nove dias se saísse da terra, se ñ, que elle ho hyria catar.⁵³⁷

Nas duas citações a suposta quebra da lealdade levou o cavaleiro ao desterro. Ocorre aqui uma semelhança entre os relatos acerca do Cid e de Bernardo do Carpo, desterrado por Afonso III, partilham os “heróis” o “facto de serem bons vassallos de maus senhores, na medida em que ambos revelam facetas de grande submissão perante senhores injustos e prepotentes.”⁵³⁸

Os juramentos de vassalagem, cuja origem remete a um período anterior à Hispânia Visigótica, ganham projeção nesse contexto, sendo empregados pelos reis como forma de fortalecimento do poder régio, onde a exigência de fidelidade e lealdade são uma decorrência. O soberano fundamentava seu poder “sobre las fidelidades personales, apoyándose a la vez en la lealtad vasallática y en el sentido del orden público.”⁵³⁹ Porém, segundo Marie-Claude Gerbet, a fidelidade constituía-se numa linha muito tênue que poderia ser rompida a qualquer momento.

O termo vassalo está associado ao súdito, e o que “promove um indivíduo a vassalo é o juramento de fidelidade ao Rei e não o seu local de nascimento.”⁵⁴⁰ O juramento de fidelidade realizado entre o Rei e o vassalo denota um compromisso de que ambos observem características pré-estabelecidas de proteção e fidelidades mútuas. O Rei medieval “é digno da fidelidade e serviço dos seus súditos, na medida em que respeita os foros e os costumes e que promove a paz no reino.”⁵⁴¹

Existem na Crônica alguns trechos, que serão analisados a seguir, que exemplificam situações envolvendo a vassalagem. Quatro personagens merecem destaque aqui: Fernão Gonçalves, a rainha Sancha e o Rei Fernando e ainda o Cid. Em relação ao Conde Fernão Gonçalves interessa analisar a forma empregada por ele para livrar-se do contrato de vassalagem que o unia ao Rei de Leão.

⁵³⁷ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 419.

⁵³⁸ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 200.

⁵³⁹ GERBET, 1997. Op. Cit., p. 63.

⁵⁴⁰ FERNANDES, Fátima Regina. A fidelidade e o “deserviço” em Portugal no reinado de D. Fernando (1367-1383). In: **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba, SBPH/CNPq/FINEP, (17), 2000c. p. 61.

⁵⁴¹ *Ibid.*, p. 61.

Logo após derrotar Almançor na batalha de Hacinas o Conde recebeu comunicado do Rei Sancho de Leão convocando-o para Cortes. Segundo o Cronista o Conde partiu a contra gosto para Leão. O Rei assim que soube da chegada de sua chegada saiu para recebê-lo “com todollos nobres homeens que hy era; e recebeuho muy bem e fezelho muyta honrra. E, a todos quãtos hy avya, prazia muyto cõ elle, assy a fidalgos como a cidadaaõs, [...]”. Em estas cortes eram muytas e boas jentes; e o Conde era ende o melhor e o mais honrrado de todos.”⁵⁴² Destacando-se dos demais pela honra, alcançada após vencer Almancor.

O Conde trazia consigo “huũ açor garceyro que nõ podya melhor seer; e outrossy tragya hũ cavallo que o nõ avya melhor em Espanha nẽ mais fremoso – filharao o Conde a Almançor em aquella lide em que o vencera.”⁵⁴³ O Rei ao ver o cavalo e o açor cobiçou-os, manifestou seu desejo de comprá-los. O Conde diante da insistência do Rei propôs um contrato de venda do açor e do cavalo, que o beneficiava.

O contrato entre eles foi estabelecido na presença do notário e de testemunhas, em seguida o narrador antecipa o resultado desse contrato: “e este mercado sayu despois a el rey muy caro, por que ataa tres annos nõ fez razão de pagar. E, quando quis pagar, nõ avya aver amoedado em todo o mundo per que esto podesse comprir.”⁵⁴⁴ Segundo coloca Elisa Nunes Esteves nessa transação apareceu outra faceta do Conde, complementar do seu caráter guerreiro: “a astúcia, a inteligência manifestada ao aproveitar a oportunidade que aqui se lhe oferece para se livrar do jugo que intimamente vinha já recusando.”⁵⁴⁵

Não fica claro no texto a motivação do conte ter levado para Leão o açor e o cavalo, no entanto levando em conta toda a construção textual que coloca o Conde como o responsável pela transformação do condado de Castela em reino a “presença do açor nas mãos do Conde, em cima de um belo cavalo árabe, impõe, nesse espaço aberto vocacionado para as actividades lúdicas da

⁵⁴² **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 64.

⁵⁴³ Ibid., p. 65.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 65.

⁵⁴⁵ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 111-112.

nobreza, uma ameaçante figura de majestade que o Rei procura integrar em si ao impôr ao Conde a venda desses dois elementos.”⁵⁴⁶

A narrativa relativa ao período de três anos, em que deveria ser paga a dívida por parte do Rei, mostra o Conde em franca rebelião contra seu senhor, demonstrada ao não comparecer diante do Rei nas Cortes convocadas. O Rei envia um ultimato ao Conde dizendo para comparecer às Cortes, colocando sua lealdade à prova, sob o risco de perder o condado, em função de não estar cumprindo com suas obrigações vassálicas. Pode-se dizer que nesse ponto da narrativa está presente a complexidade ideológica que a envolve, pois ao mesmo tempo os “textos podem ser lidos tanto ao nível da sujeição extrema e da defesa incondicional da monarquia, como ao nível da possibilidade de fazer face ao poder, obrigando-o a ceder perante actos que lhe foram contrários.”⁵⁴⁷

Um vassalo poderia fazer, teoricamente, qualquer “coisa para ajudar o seu senhor (mesmo quando este é um rebelde), pois existem valores superiores (caso da lealdade vassálica) que se situariam acima do bem e do mal, razão pela qual um vassalo que comete uma falta para salvar seu senhor se encontra plenamente justificado.”⁵⁴⁸

O Conde ao receber o comunicado régio convocou seus homens e os colocou a par da situação: fora convocado pelo Rei em função de não estar cumprindo com suas obrigações vassálicas, correndo o risco de perder o condado. Deveria ele obedecer à convocação régia para não ser acusado de traidor, manchando assim sua honra, preferindo ser preso a agir mal. Continua seu discurso colocando que seria injusto perderem o que tanto lutaram para conseguir, sendo então dever de seus homens libertá-lo, em caso de ser preso pelo Rei:

e hora, amigos, sobr'esto ha mester que guardedes lealdade, ca, pero que morre a carne, a maldade que o homẽ faz nunca morre e faram della seus parentes muy maaos herdamento. Ora vos hey assaz mostrado de carreiras per que sajades boõs e vos guardees de cayr em erro, ca bem seede certos que ante de muytos dias seeredes ã tam grande coyta que averedes mester siso e esforço. E vos todos bem sabees que el Rei me quer muy grande mal; e certo

⁵⁴⁶ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 112.

⁵⁴⁷ BARROS DIAS, 2003. Op.Cit., p. 244.

⁵⁴⁸ Ibid., p. 244.

soõ que nõ posso escapar que nõ seja preso ou mal treyto. E ally veerey eu como me acorredes ou que consselho averedes pera me sacar.⁵⁴⁹

Segundo coloca Isabel de Barros Dias, nesse trecho o discurso

joga com os deveres da vassalagem, assumindo que os guerreiros, sendo homens do Conde, já não são do Rei, podendo assim agir contra os seus interesses. São assim confirmados dois princípios complementares: os vassallos não devem lealdade ao senhor do seu senhor; o dever dos vassallos consiste, acima de tudo, na defesa do seu senhor.⁵⁵⁰

Em seu discurso mantém inalterada sua imagem de súdito fiel ao Rei, porém é ele quem incita seus vassallos a voltarem-se contra o Rei, seu suserano. A autora aponta ainda que essa ambiguidade estava presente em textos menos antigos, a historiografia de acordo com interferências ideológicas, sociais e políticas, absorveu

elementos que antes teriam sido considerados inconvenientes, e que por isso, abandonados. Do mesmo modo, à medida que os textos vão assumindo uma postura mais acentuadamente pró-nobiliárquica, o que se verifica, tanto em Castela, como em Portugal, com o Conde de Barcelos, vai aumentando o espaço dedicado a figuras menores (entenda-se aqui ‘menores’ como de ‘estatuto inferior ao de Rei’). Em articulação com este facto, verificamos que a aceitação e/ou desenvolvimento de situações como as que agora consideramos, dependerá da maior ou menor consciência da necessidade e da importância do apoio dos soberanos pelos seus vassallos.⁵⁵¹

Após ter sido preso pelo Rei em Leão, o Conde Fernão Gonçalves foi libertado graças a intervenção da condessa. Rei e Conde voltaram a se encontrar na “Veyga de Carryõ.” Na ocasião o Conde faz menção de beijar a mão do Rei, este não quis lhe dar a mão para beijar e ameaçou-o dizendo que se não estivessem em trégua o prenderia. O Conde disse-lhe:

Callade, rey Sancho Ordonhez! Nõ digades pallavras tã vaãs, ca, ãno que dizedes, dariades pouco recado quando comprisse! Ca digo a Deus verdade que, se nõ fosse por essas tregoas que dizedes que antre nos meteu esse abbade de Sam Fagundo cõ os outros homeẽs boõs, assi como vos dizedes, que vos cortaria a cabeça e que do sangue do vosso corpo yria esta auga tynta. E tiinhao muy bem guisado pera ho fazer, se ha tregoa nõ fosse. Ca eu estou ã cima deste cavallo e tenho esta spada cinta; e vos andades em hũa mulla e tragedes esse açor ãna mão. Depois que lhe o Conde esto disse,

⁵⁴⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 90.

⁵⁵⁰ BARROS DIAS, 2003. Op.Cit., p. 245.

⁵⁵¹ Ibid., p. 247.

tornou a redea ao cavallo e deulhe das sporas. E o cavallo, das peegadas que deu na augua, molhou o rosto a el rey.⁵⁵²

No trecho pode-se perceber o desafio do Conde ao ostentar que estava montado em um cavalo e tinha uma espada enquanto o Rei montava uma mula e dispunha de um açor. Em vez da imagem senhorial de majestade que se esperava de um Rei que estava naquele local para impor a supremacia perante seu vassalo, o que “nos surge é uma figura quase ridícula, pela inadequação de sua montada ao momento, e pela absoluta falta de sentido na presença do açor. Se a intenção do Rei era mostrar que vinha em missão de paz, a sua atitude é a oposta, já que ele é o primeiro a agredir o outro, ao recusar-lhe o gesto de beija-mão.”⁵⁵³ A demanda entre os dois foi resolvida com a assinatura de

grãdes cartas de privilegios firmes e revorados com seus seelos, e outrossy cõ firmidõe e outorgamento dos altos homeês de Castella e de Leon; e outrossi que os cõcelhos de Castella ficassem livres e quites e sem tributo nem huũ dally adyante ao senhorio de Leon; e outrossy que, por os mil marcos de prata que el rey dõ Sancho de Leon ouvera a dar ao Conde dõ Fernã Gonçallvez, da compra do cavallo e do açor que lhe vendera [...] dali adeante nũca fosse demandado de Castella a Leon.⁵⁵⁴

A autora Elisa Nunes Esteves ao discorrer sobre a imagem do Conde Fernão Gonçalves, presente na Crônica, ressalta o fato de que ele é descrito como sendo predestinado a transformar a pequena terra de Castela num condado independente. Para tanto são associadas ao Conde as qualidades necessárias para empreender tal tarefa: “as qualidades de um bom guerreiro, indispensáveis para vencer os combates e os atributos oratórios que o levam a conduzir os exércitos e a convencer os seus pares em conselhos plenários, a inteligência e a astúcia para se livrar honrosamente de um contrato de vassalagem.”⁵⁵⁵

As menções a homenagem, lealdade e amizade que envolvem a rainha Sancha e o Rei Fernando estão ligadas à unificação dos reinos de Leão e Castela. A rainha era irmã do Rei Bermudo III de Leão e casada com o Rei

⁵⁵² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 99.

⁵⁵³ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 112.

⁵⁵⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 101-102.

⁵⁵⁵ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 110.

Fernando de Castela, diante da morte de Bermudo ela ficara como única herdeira do reino, sendo assim chamou os leoneses para que pudesse lhes falar:

amigos, bem sabedes como sodes todos meus naturaaes e outrossy bem sabedes como hy ñ ha outro ñẽ huũ que de dereyto deva herdar o reyno de Leon se ñ eu, [...]. E por esto vos rogo, come amygos e naturaaes e homeens que devedes de fazer dereito e lealdade, pois que outro herdeiro ñ avedes se ñ eu, que dedes o reino a el rey dom Fernando, meu senhor, e a mÿ; e em esto faredes bem e mesura e o que sodes theudos fazer. E el rey dom Fernando e eu e todos aquelles que de nos veherem vos faremos por ello, a vos e aaquelles que de vos descenderẽ, muytas mercees.⁵⁵⁶

A rainha pautando seu discurso na amizade, que a unia aos leoneses, e clamando pela sua lealdade esperava que reconhecessem a ela e seu marido como reis, oferecendo-lhes em troca mercês, exemplificando assim uma típica relação feudal entre reis e vassalos. A formalização da vassalagem acontece no dia seguinte, após os leoneses se reunirem e discutirem a proposta da rainha:

abrirõlhe as portas da cidade e sairon todos a receber a raynha dona Sancha por senhora, e outrossy el Rei dom Fernando, e beijarõlhe as mãos e fizeram menagem aa raynha que lhe guardassem senhorio e outrossi lhe fizeram menagem de todallas villas e logares e castellos do reyno de Leon e de Galliza. E ella mandoulhes que, essa meesma menajẽ que a ella faziam, fizessem a seu senhor el rey dom Fernando. E elles assy o fezeron como lhes a raynha mandou.⁵⁵⁷

Volta-se a análise agora para Rodrigo Diaz de Vivar, El Cid. Encontram-se trechos que apontam para o Rei que volta atrás à sua decisão de desterro. No relato envolvendo o cavaleiro e Sancho II deve ser destacada a intervenção dos fidalgos para a tomada de decisão por parte do Rei. O motivo do desterro foi o fato de que o Cid não conseguira persuadir a infante Urraca a entregar ao Rei a cidade de Zamora, levando o Rei a pensar que ela assim agira por influência do cavaleiro que fora designado mensageiro do Rei.

Os fidalgos do reino, percebendo que o Cid levaria consigo mais de mil e trezentos cavaleiros, foram procurar o Rei e aconselhá-lo de que não era uma boa ideia perdê-lo como vassalo, levando em conta a importante ajuda que este concedia ao reino, combatendo os muçulmanos. Seria um grande

⁵⁵⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 294-295.

⁵⁵⁷ Ibid., p. 295-296.

problema para o Rei se ele fosse prestar homenagem a um governante muçulmano: “ca nõ vos leixara assy teer esta cidade cercada em paz como coydades.”⁵⁵⁸

O Rei mandou carta uma carta ao Cid pedindo-lhe que retornasse e que

lhe daria mayor terra que a que delle tinha, [...] O Cide disse que averia consselho cõ seus amigos e vassalos e, como o consselhassem, que assy o faria. [...] E elles, visto todo, consselharõno que se tornasse pera el rey, ca melhor era de ficar com el Rei enna terra e servyr a seus ca servir aos mouros.⁵⁵⁹

Após ouvir seus conselheiros o Cid retornou, sendo recebido pelo Rei com muita honra e como sinal de vassalagem “beijoulhe a mão.” No trecho o temor de que ele pudesse prestar homenagem a um governante muçulmano levou o Rei a voltar atrás em sua decisão de desterrá-lo, devendo ser destacada ainda a importância dada aos conselheiros na resolução da demanda. Era importante demonstrar no texto que “a instituição monárquica precisa da ajuda e do apoio de seus nobres mais valorosos e que, por isso, deve impor limites a eventuais actos irrefletidos como seja o exílio indiscriminado e impetuoso de vassalos imprescindíveis.”⁵⁶⁰

Já o trecho que envolve o cavaleiro e o Rei Afonso VI apresenta mais complexidade em relação à relação de vassalagem. A relação conflituosa entre os dois tem início logo na cerimônia de vassalagem, após a morte de Sancho II. Na ocasião o Cid recusou-se a beijar a mão do Rei e reconhecer senhorio, pois suspeitava que Afonso tivesse alguma ligação com a morte de Sancho II, nesse caso ficou acertado que só lhe reconheceria como Rei após este prestar um juramento na Igreja de Santa Gadea de Burgos.

No dia acertado o Rei e doze de seus vassalos juraram que não foram conselheiros na morte do Rei, no entanto o cavaleiro manteve sua ressalva, tendo colocado que: “se vos ende soubestes parte ou mandado, tal morte moirades como elle morreu!”⁵⁶¹ O Rei “muy sanhudo contra o Cide disselhe: Roy Diaz, por que me aficades tanto? Ca oje me daaes juramêto e clas me

⁵⁵⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 380.

⁵⁵⁹ Ibid., p. 380

⁵⁶⁰ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 198.

⁵⁶¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 407.

beyjaredes a mão,”⁵⁶² teve a seguinte resposta por parte do cavaleiro: “como vos me fezdes mercee, ca ã outras soldadas dam aos fidalgos e assy farã a mÿ queẽ me quiser por vassalo. [...] Muyto pesou a el Rei do que o Cide dizia e desamouho dalli adeante.”⁵⁶³

A reação do Cid diante do juramento prestado pelo Rei, acabou por levar o Rei ao desamor, fragilizando assim o vínculo de vassalagem que os unia. O desamor aqui está ligado ao fato do Rei julgar estar sendo enfrentado pelo cavaleiro, numa atitude de insubordinação. A autora Isabel de Barros Dias ao analisar diversas passagens atribuídas ao Cid, aponta duas razões para sua abundância ao longo do texto cronístico. Uma delas poderia revelar que a “maior absorção de relatos, eventualmente de anedotas dispersas sobre o Cid pode ocorrer, mormente em textos portugueses, para uma construção anti-castelhana.”⁵⁶⁴

A autora aponta que esta não é a única motivação em função de que as “mocidades de Rodrigo” já se encontram prosificadas na *Crônica de Castilla*, conforme se refere Luís Filipe Lindley Cintra na introdução da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, onde não teriam função anti-castelhana. Tal fato aponta então para a outra hipótese levantada pela autora, a de

um posicionamento progressivamente mais pró-nobiliárquico, característico da historiografia pós-afonsina. [...] Esta postura ideológica encontra-se patente, tanto na obra de D. Juan Manoel, como na do Conde de Barcelos, autores que escrevem, em vernáculo, para os seus pares e para os nobres em geral, frequentemente de acordo com um ponto de vista aristocrata. Na sequência da vontade de justificar o papel da nobreza face ao poder real, a inclusão das aventuras do Cid de uma forma tão extensa ganha sentido.⁵⁶⁵

Após ter sido desterrado por Afonso VI, alegando deslealdade, o cavaleiro deixou o reino, em apenas nove dias. Como primeira de suas intervenções, após o desterro, empreendeu a conquista do castelo de Alconcier, lutando contra dois importantes líderes muçulmanos. Ao final da batalha enviou um primeiro “presente” ao Rei Afonso VI, por meio de um de seus homens de confiança:

⁵⁶² *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 1961. Op. Cit. p. 407.

⁵⁶³ Ibid., p. 407.

⁵⁶⁴ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 197

⁵⁶⁵ Ibid., p. 197.

bem sabedes, coyrmaão, como e por que me el Rei dom Afonso deitou da terra. E Deus me fez muyta mercee, como vos bẽ sabedes. E por esto he mester que lho gradeçamos muy bem e desy que conheçamos senhorio a el Rei dõ Afonso, por que nõ digam ã Castella que sempre nós dormymos. [...] Levades a nosso senhor el Rei cincoõta cavallos ã serviço, cõ suas espadas aos arçoões; e beijadelhe a maão por mỹ e dizedelhe como sabemos aca passar antre os mouros.⁵⁶⁶

Percebe-se, na descrição da atitude de Rodrigo, que o fato de ter sido desterrado pelo Rei trouxe-lhe benefícios divinos, sendo assim envia presentes ao Rei, frutos de suas conquistas, reconhecendo-lhe senhorio, obtendo assim o perdão régio. Após outras importantes conquistas empreendidas recebeu um pedido de auxílio por parte do Rei para combater os muçulmanos no castelo de Roda. Rapidamente atendeu ao chamado do Rei que o perdoou. No entanto ao beijar-lhe a mão, e reconhecê-lo como Rei, pediu-lhe por merecimento que lhe fizesse algumas concessões:

o Cide pediulhe que os filhos d'algo ouvessem privilegio que, quando alguũ ouvesse de sair da terra, que ouvesse d'espaco XXX dias, assy como ãte avyã IX; e outrossy que se nõ assanhasse contra nem huũ fidalgo nẽ cidadão sem seer ouvydo como devya cõ dereito, nẽ passasse aas villas nẽ aos outros logares contra seus foros e seus privilegios, nẽ contra os seus boõs costumes, nem deitasse peita nẽ hũa sem guisa e, se a lançasse, que se podesse por ello alçar a terra, ataa que enmendasse. E el rey dom Afonso outorgoulhe todo o que lhe elle pedyo.⁵⁶⁷

Importante notar no trecho a condição para que pudesse aceitar o pedido de perdão do Rei. O Rei tem importância reconhecida na sociedade, no entanto a nobreza possui poder de barganha, de impor suas condições ao reconhecimento do monarca. Seria essa uma forma de recordar à nobreza do século XIV ou XV seu poder na sociedade diante do fortalecimento da autoridade monárquica? O Rei, no trecho, para contar novamente com os serviços de um dos seus melhores vassalos concedeu rapidamente todas as suas reivindicações, seu apoio era necessário para vencer os muçulmanos no castelo de Roda, o Cid aparece assim como um moderador contra futuras atitudes desmedidas por parte dos reis.

A autora Isabel de Barros Dias aponta outras possíveis motivações para o fato dos reis voltarem atrás após o desterro. Apesar do fato dos dois nobres

⁵⁶⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 435-436.

⁵⁶⁷ Ibid., p. 450.

envolvidos em situações de desterro, o Cid e Bernardo do Carpo, não terem estabelecido os fundamentos de um reino, não deixaram de ter a oportunidade de fazê-lo, constituindo assim ameaças concretas para os respectivos reis. Tais ameaças “cristalizam-se no valor e no poder guerreiro que estes vassalos detêm e com que podem antagonizar o poder instituído, o que certamente estará na base da relação de aliança eivada de temor, que os soberanos parecem, com frequência, manter com os referidos vassalos.”⁵⁶⁸

Outra ameaça vinha do fato de que ambos poderiam constituir eventuais hipóteses dinásticas para os respectivos territórios. O Cid descende de um dos Juízes de Castela, Bernardo tem sangue real, sendo filho de uma irmã do Rei, o sangue dos dois “heróis apresenta-se, assim, como sendo do mais alto extracto, perigosamente próximo de um qualquer trono.”⁵⁶⁹

Outro caso que apresenta elementos que podem caracterizar as relações de vassalagem, que se verificavam na sociedade peninsular, diz respeito aos Vela de Castela. Logo após o Conde Fernão Gonçalves conseguir a independência do Condado de Castela, os muçulmanos estabeleceram pazes com o Rei Ramiro de Leão, certificando-se assim de que este não ajudaria o Conde, e começaram a entrar no território de Castela. O Conde sem poder detê-los viu que “corryam a terra e queymavãna e estragando quanto achavã. E todo esse fazyam por consselho daquelle grande homẽ dõ Vela de Castella que nõ querya conhecer senhoryo ao Conde.”⁵⁷⁰ Esse dom Vela foi expulso de Castela pelo Conde Fernão Gonçalves, ficando no território seus três filhos. No período em que governava Castela o Conde Sancho chamou os herdeiros de dom Vela

nom querendo elles obedecer ao Conde dom Sancho, porque elle nõ lhe querya consentir as maldades que sohyam fazer, e elles contendendo em isso e nõ se querendo castigar, deytouhos o Conde da terra muy desonrradamente. E elles forõsse pera el Rei dom Afonso de Leom. E el rey recebeuhos muy bem e deulhes terras em que morassem.⁵⁷¹

⁵⁶⁸ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 200

⁵⁶⁹ Ibid., p. 201.

⁵⁷⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Vol. III. 1961. Op. Cit. p. 107.

⁵⁷¹ Ibid., p. 228.

No trecho ressalta-se a necessidade de haver lealdade, de reconhecer o senhor, caso contrário poderá haver a destituição das terras e aí vem a necessidade de prestar homenagem a outro senhor e receber novos benefícios. Posteriormente os filhos do Conde Vela têm suas terras devolvidas pelo infante Garcia de Castela e lhe beijam a mão, no entanto usando da desculpa de vingarem a desonra sofrida pelo Conde Sancho, pai do infante, matam-no.

O Rei Ordonho III de Leão é descrito como Rei que se dava bem com seus vassalos: “deste rey dom Ordonho conta a estorya que era sisudo assaz e sabia teer bem a sua fazenda e aviirsse com seus vassalos muy bem.”⁵⁷² Já o Rei Sancho II, de Leão e Castela, morreu por acreditar em um falso juramento de vassalagem. Estando a cidade de Zamora cercada pelas tropas do Rei, tendo já os moradores da cidade sofrido uma derrota para as tropas régias, temia-se que a cidade não conseguisse suportar por muito mais tempo. Percebendo essa situação Velido procura a infante Urraca e diz a ela que se ela deixasse ele fazer o que queria, seu irmão retiraria o cerco da cidade, a infante consente sem saber o que faria Velido.

Sem dizer nada, acerca do que faria, aos moradores da cidade Velido simulou uma briga e fugiu. Estando fora da cidade foi procurar o Rei dizendo que o queriam matar na cidade e assim procurava-o para ser seu vassalo. O Rei acreditou nas palavras de Velido “recebeuho por vassalo e fezlhe muyta honrra. [...] ‘Meu amigo e meu vassallo, nõ desdes nõ hũa cousa porẽ! Ca bem vos digo que, se eu ey a villa, que logo vos eu della faço mayor.’”⁵⁷³ Sabendo Velido que ganhara a confiança do Rei, chamou-o para uma caminhada a sós a fim de mostrar-lhe um ponto vulnerável da muralha, por onde poderiam entrar na cidade. Estando os dois já distantes dos demais, aproveitou-se de uma distração do Rei e o feriu mortalmente, traindo assim o juramento de lealdade que fizera.

A autora Isabel de Barros Dias ressalta que no caso dos Vela e de Velido ocorre a insistência da acentuação da traição física com a existência de um juramento, segundo ela pode existir uma traição independentemente de

⁵⁷² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 16.

⁵⁷³ Ibid., p. 384-385.

haver juramentos ou não entre as partes. A vassalagem necessariamente não “obrigava a juramento, ao contrário da constituição de um feudo. A obrigação de lealdade pode, igualmente, decorrer da situação das partes, podendo existir, e tendo realmente existido, mesmo sem juramento, pois só o vínculo de natural já implicava obrigações mútuas, sem que haja lugar a homenagem.”⁵⁷⁴

Restam ainda duas formas de trabalhar a vassalagem presentes no relato. Uma delas remete a ajuda prestada pelos berberes a Suleimão II para a conquista do califado de Córdoba. Após o califa estar instalado os berberes foram procurá-lo “e demandaronlhe todos ã huñ que lhes desse villas e castellos por herdade que fossem suas pera sempre. [...] E deu entom a cada hñus delles seus logares nomeados, que os ouvessem por herdade pera sempre.”⁵⁷⁵ Esse relato está ligado ao fato de que ajuda dada através das armas é empregada como forma de alcançar benefícios, nesse caso específico tratando-se de muçulmanos. São empregados os mesmos princípios descritos em relações de vassalagem entre cristãos.

A outra menção remete aos laços, ainda que tênues, que uniam cristãos e muçulmanos. O Rei Fernando I de Leão e Castela empreendia importantes conquistas contra os muçulmanos quando chegaram notícias de suas conquistas ao Rei da Taifa de Toledo, Al-Mamun. Assim que recebeu mensagem de que tivesse cuidado para não perder seu reino

tomou grande aver ã ouro e em prata e muitos panos prezados e ãvyouhos a el Rei dom Fernando e ãvyoulhe pedyr por mercee que o segurasse e que o verria veer. E el rey mandouho segurar. E o rey mouro veeo ãte el muy homildosamente e pediolhe por mercee que ño fizesse tanto mal ã seu reyno e que o ouvesse em sua guarda com toda sua terra, por que sempre fora a seu mandado. E entom ficou por seu vassallo e que lhe desse ã cada huñ ano suas parias.⁵⁷⁶

Outro trecho da narrativa de Fernando I aponta para a vassalagem estabelecida com a Taifa de Sevilha. A motivação para que o Rei se dirigisse para Sevilha foi um pedido da rainha de que o Rei fizesse em Leão as sepulturas para ambos e nela colocasse muitas relíquias de santos. O Rei pensou então em colocar na Igreja os corpos de Santa Justa e Santa Rufina,

⁵⁷⁴ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 141.

⁵⁷⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 217.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 318.

que foram martirizadas em Sevilha. Partiu o Rei então com suas hostes para Sevilha roubando e estragando toda a terra. O Rei de Sevilha vendo o grande dano e estrago que os cristãos estavam fazendo, enviou seus mensageiros ao Rei Fernando dizendo-lhe que:

lhe não fizesse mais mal em sua terra e que lhe daria parias e seeria seu vassallo e que o ouvesse em sua guarda e encomenda com todo seu senhorio. El Rei dom Fernando, depois que ouve recebida a mesajê do rey de Sevilha, ouve cõselho cõ todos seus ricos homeẽs que se faria ã tal feito. E elles conselharonlhe que tomasse o aver que el Rei de Sevilha lhe dava e que o recebesse por vassallo. E el Rei fez o que lhe conselharom. [...] Ëvyoulhe dizer que, se queria aver seu amor, que lhe desse os corpos das virgeens Sancta Justa e Sancta Ruffina, se nõ, que em outra guisa nõ poderia aver seu amor.⁵⁷⁷

Nos dois trechos a vassalagem ao Rei cristão é vista pelos muçulmanos como uma forma de conseguir evitar novas investidas cristãs, no entanto tais alianças eram bastante frágeis. Destaque deve ser dado ainda à presença do amor no segundo relato, visto aqui como compromisso firmado entre os reis, para que pudesse ser estabelecido o Rei cristão impõe uma condição: a entrega dos corpos das duas santas. Essa percepção de fragilidade entre os acordos entre cristãos e muçulmanos pode ser observada na referência à vassalagem presente no reinado de Sancho II, de Leão e Castela. O Rei Sancho, dois anos após a morte de seu pai, parte para uma investida contra os muçulmanos em Saragoça.

Sua investida trouxe para o entorno da cidade destruição, mortandade, incêndios e roubos. O Rei de Saragoça

quando vyo que dom Sancho avya tanto em coração d'estrugar e o teer cercado e vyo que nõ avya de nõ hũa parte acorro e que, se o longamẽte tevesse cercado, que lhe era grande perigoo, ouve acordo com seus cavalleiros de aver seu amor, peitandolhe ou em outra qualquer maneira. E, avydo este conselho, Ëvyoulhe seus messejeyros que seeria seu vasallo e que lhe daria muytas doas e muyto ouro e prata e que lhe daria em cada huũ anno suas parias muy compridamente e que lhe descercasse a villa e se fosse.⁵⁷⁸

O Rei Sancho ao receber os mensageiros com a resposta de Saragoça respondeu:

⁵⁷⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit. p. 320.

⁵⁷⁸ Ibid., p. 350.

elle me ãvya esto dizer por que me eu levante de sobre elle; e, despois que me for, que ponha meu amor cõ mouros e com cristaãos por fallecer a mÿ do que cõmigo poser. Pero eu quero fazer esto que me elle ãvya dizer. E se me mētyr, eu viĩrei sobre elle e fyo em Deus que se me nã podera deffender.⁵⁷⁹

Os acordos estabelecidos assim eram vantajosos para os cristãos, pois obtinham importantes doações realizadas pelos muçulmanos e ainda garantiam a cobrança das “parias.” Para os muçulmanos era uma forma de evitar maiores destruições e o avanço dos cristãos sobre seus territórios, embora soubessem da fragilidade do acordo, que poderia ser rompido por qualquer uma das partes.

4.2.3 A Traição

O amor, a amizade, a fidelidade e a lealdade aparecem em posição de destaque dentro da caracterização do Rei e do nobre virtuoso. Tais virtudes estabelecem “vínculos de tal ordem que implicam uma obrigação pessoal e sagrada de fidelidade.”⁵⁸⁰ A ruptura de tais laços é caracterizada como traição, determinada assim pelo rompimento do juramento de fidelidade.

A traição na idade Média está sendo aqui entendida como uma

rupture d'un lien préexistant entre des individus: liens naturels ou contrats plus ou moins explicites (serments, engagements écrits); elle suppose une transgression des normes, une inversion des usages. [...] La trahison est ce qui bouleverse l'ordre établi; elle représente, de fait, un danger réel pour la famille, le groupe, l'État mais aussi um danger possible, une angoisse, um fantasme.⁵⁸¹

Nesse sentido merecem destaque as seguintes menções à traição, encontradas na Crônica. Em cinco delas a punição para os traidores é a morte, numa das narrativas os traidores são cegados, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

⁵⁷⁹ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 350.

⁵⁸⁰ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 138.

⁵⁸¹ BILLORÉ, Maïte. Introduction. In: BILLORÉ, Maïte et SORIA, Myriam (dir.). **La trahison au Moyen Âge: de la monstruosité au crime politique (Ve-XVe siècle)**. Rennes: Presses Universitaires Rennes II, 2010. p. 15.

TABELA 8 – Casos de punição à traição, presentes na sociedade da Reconquista

Casos de punições/ Personagens	Narrativas
Dom Afonso, o Magno	<p>“Dom Fruella ouve sua falla con os outros tres irmãos, dom Nuno, dom Vermuu e dom Ordonho, e fallaron como matassem el rey. Pero ño foi fallado per elles tanto em puridade que logo o ño soubese el rey. E dom Fruella fogio pera Bordolya. E el rey dom Afonso foy empos elle e prendeu elle e os outros tres irmãos e cegouos logo todos quatro por aquella treição que cuydarõ a fazer.” (Crônica Vol. II p. 445)</p>
Mudarra Gonçalves e Rui Vasques	<p>Rui Vasques foi o responsável pela traição que levou a morte os Sete Infantes de Lara. Foi perseguido por Mudarra Gonçalves, filho de Gonçalo Gustiiz e uma irmã de Almançor, preso e levado para junto da mãe dos infantes: “Senhora, vedes aqui o treedor. Ora o mandaae justiça como vos prouguer. [...] Dona Sancha disse a todos que lhe agradecia o que diziam, mas pero que esta justiça ella a querya fazer a toda sua voontade; e que esto agradecia muito a dom Mudarra. Mandaria armar huũ tavollado em Burgos, por que a treição que elle fez foy começada sobre tavollado em Burgos, quando elle casou com dona Lambra e sobre esto se alevantou a trayção per que depois foy meu marido metido em cativo e meus filhos mortos. Entom mandou poer duas vigas muy altas ã meo de huũ campo, ambas bem juntas, e mandou ally enforcar o treedor per so os braços e pellos pees. E entõ mandou que todos os que era parentes dos que foron mortos ãna batalha com seus filhos e outros quaaes quer a que elle mal merecesse, que vehessẽ a elle com lanças ou com dardos ou com azcumetas ou cõ varas de lançar ou per outro qual quer modo, ã tal maneira que as carnes do treedor fossem todas partidas em pedaços; e que, depois que caysse, que entõ o apedrassem todos. [...] E por esto he maldicto qual quer que treição faz.” (Crônica Vol. III p. 170)</p>
Alhagib Alhameri	<p>“Ño quedavam os Berberis de correr Cordova cada dia e fazer ena terra quanto mal podyã. [...] Entõ Alhagib Alhameri ãvyou suas cartas em puridade a Çolleyma e aos Berberis, como se querya hyr pera elles com todo quãto avya. Mas esto ño pode seer tanto em puridade que o logo ño ouve de saber Yssem. Mas Çoleyma, logo que ouve leudas as cartas, ãvyou dellas a resposta a Alhagib. Mas Issem ãvyou logo seus mōteiros por elle e demandoulhe aquellas cartas que Çolleyma lhe ãvyara; e elle ouvelhas a dar. E Yssem, logo que o soube, o que ellas diziam, mandouho escabeçar e que trouxessem a cabeça delle per toda a cidade por esta treição que cuydara, que todos soubessem que por este feito o mandava matar.” (Crônica Vol. III p. 215)</p>
Çoleima	<p>“Sayu de Malega Ally e, d’Almarya, sayu Airam e Gilteyam, de Graada, e os concelhos, de terra d’Eceja e doutros logares; e ajuntaronsse todos enna campina de Cordova. E logo Çolleyma, com os Berberis e con os moradores da cidade, sayu a elles e ouverom sua batalha muy grande. E foy Çolleyma vencido cõ os seus. [...] Em cabo, prenderom Çolleyma e seu padre e huũ seu irmão que era hy com elle e apresentarõnos ante el rey Ally. E elle, quando os vyo, começou de doestar e traer mal a Çolleyma, por que fezera traição contra seu senhor, Yssem. E desi elle per sua mão matou Çolleyma e seu padre e seu irmão.” (Crônica Vol. III p. 220)</p>
Filhos do Conde dom Vella: Ruy Vella,	<p>Logo após os filhos do Conde terem matado o infante Garcia de Castela foram perseguidos pelo Rei Sancho de Leão: “el rey com seus filhos cercarom os condes, filhos do Conde dõ Vella, e tomarõnos todos. E, depois que os ouverom tomados, deronlhes muytos tormẽtos, como a treedores que mataron</p>

Diego Vella e Ynego Vella	seu senhor. E, em fym dos tormentos, mādouhos queymar.” (Crônica Vol. III p. 239)
El Cid em Valência – Abemaffa	<p>“Se queredes seer meus amigos e que vos faça sempre bẽ e mercee, guisade como metades ẽ meu poder o treedor d’Abemaffa que matou vosso senhor el rey e fez a vos outros sofrer tanto trabalho e lazeira em esta cerca. E porem nõ he guisado que aquelle que matou seu senhor viva antre vos, ca a sua traiçom conffounderá a sua leadade. (Crônica Vol. IV p. 93</p> <p>O Cid “assentousse ẽ hũu estrado e fezeos assentar a redor de sy e mandou trazer Abemaffa e os outros presos com elle e mādou ao alcaide que, segundo sua ley, julgasse que morte merecia o que matara seu senhor e demais que jurou falsso, dizendo que nõ avya mais que aquello que dava em scripto. E o alcaide, cõ todollos outros, julgarõ que o apedrassẽ, segundo o mandado da sua ley.” (Crônica Vol. IV p. 97)</p>

As seis narrativas trazem exemplos de punições exemplares à traição, merece destaque a narrativa acerca da punição sofrida por Rui Vasques. Muitos deram “sugestões” de como deveria ser punido pela morte dos Infantes de Lara, no entanto coube à mãe dos infantes, e irmã de Rui Vasques, decidir qual seria sua punição. Esse tipo de punição dá provas de que a mãe dos infantes possuía um “carácter, no mínimo, tão violento quanto o do defensor inicial, manifestando uma índole nitidamente excessiva e arrebatada.”⁵⁸²

Outro ponto a ressaltar é a questão do parentesco envolvendo a mãe dos infantes e Rui Vasques. Alguns relatos trazem a figura feminina associada a uma função conciliadora, sendo empregada para concretizar alianças políticas. Nesse caso o que parece ser ressaltado é

que a mulher casada, em caso de tensão, não só deve a sua maior lealdade à linhagem do marido, como se considera efectivamente absorvida ou integrada no sangue deste. Já com Rui Vasques e D. Lambra, o casal que constitui o pólo oposto, onde se congregam os traços dignos de repúdio, verifica-se precisamente a absorção contrária, uma vez que aqui é o marido que passa a viver em função das intrigas e do temperamento da mulher, o que o leva pelo caminho da exemplaridade a contrário. [...] A perfídia de Rui Vasques não se limita unicamente aos actos concretos perpetrados contra o cunhado e os sobrinhos, ou ainda contra o seu suserano, mas é igualmente uma traição aos seus deveres de marido, de quem se esperaria o domínio e a integração do feminino, e não o contrário.⁵⁸³

Esse tipo de punição exemplar, descrita no relato, é representativa de um tipo de “vingança pessoal” e não de uma ação de justiça aplicada por uma autoridade régia. Reflexo de uma sociedade medieval que por um período de

⁵⁸² BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 153.

⁵⁸³ Ibid., p. 153.

mil anos permaneceu como uma sociedade “em que a vingança foi um meio fundamental para resolver conflitos, simplesmente, porque, além das necessidades inerentes ao aparelho do Estado, o laço social repousa em valores que legitimam de fato a prática da vingança. A sociedade medieval fundamenta-se no respeito às leis da honra.”⁵⁸⁴ A análise acerca da ação régia aplicando a justiça será abordada em outro capítulo.

A punição com a cegueira acabou por ser mais “branda” em função do Rei ter descoberto o plano dos traidores antes que pudessem executá-lo. Duas das menções trazem punições exemplares realizadas por reis muçulmanos que também não toleram a traição entre seus súditos, o Cronista mostra assim a amplitude de virtudes como a lealdade e fidelidade verificada até mesmo entre os muçulmanos, quem dirá então entre os cristãos. A punição aos que matam seu senhor é exemplar: tormentos e fogueira.

Finalizando a análise, dos casos descritos acima, é relevante ressaltar o que faz o Cid, estando à frente da cidade de Valência, ao encaminhar o traidor para ser julgado pelo alcaide, segundo sua lei. As narrativas que remetem aos casos de traição funcionam como *exempla* a contrário: por terem provocado o “caos, estes elementos têm que ser devidamente castigados para que a sempre tão desejada ordem possa, de novo, instalar-se e reinar.”⁵⁸⁵

Um ponto a destacar também é a presença da frase “E por esto he maldicto qual quer que treição faz.” As narrativas envolvendo punições à traição levam ao reforço do cumprimento da vassalagem, uma vez que a traição aparece quando o “vassal rompt son serment de fidélité et refuse de servir correctement son seigneur, soit qu’il adopte un comportement trop indépendant et refuse de prêter hommage, soit qu’il remplisse ses obligations vassaliques avec trop de désinvolture ou, pire, qu’il ose prendre les armes et se révolter contre son seigneur.”⁵⁸⁶

Ao contar as traições e acentuar os pormenores das punições o narrador espera “oferecer uma série de exemplos dos quais se deveria fugir. O vício deveria ser evitado por ser, como ensinavam os estóicos, o momento em que o indivíduo se mostrava deformado, afetado e perdido dentro de uma paixão que

⁵⁸⁴ GAUVARD, 2002. Op. Cit., p. 56.

⁵⁸⁵ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 257.

⁵⁸⁶ BILLORÉ, 2010. Op. Cit., p. 15.

o possuía por inteiro.”⁵⁸⁷ Segundo coloca Maïte Billoré os *exempla* teriam assim uma orientação didática, constituindo-se em vetores privilegiados de propaganda/educação moral visando limitar os comportamentos desviantes.⁵⁸⁸

Durante o reinado de Ramiro II de Leão é descrita outra situação envolvendo a traição entre vassalos do Rei e um grupo de muçulmanos liderados por Acefa:

estando el rey dom Ramiro em sua terra em paz, [...], um rey mouro, que avya nome Aceffa, entroulhe ão reyno per ribeira de Tormes com grande hoste e começou a pobrar, [...], e esto, con consentimento e consselho de dous altos homeens deste rey dom Ramiro. [...]. El rey dom Ramiro, avendo grãde pesar da treição que lhe aquelles ricos homeens faziam, sacou sua hoste e apoderousse muy ben e foy contra aquelles mouros; e fezelhos tam grande guerra e tanto mal que per força ouverom de leixar as pobras que avyã começadas de fazer. E, em aquella terra em que assi andava fazendo guerra aos mouros, prendeu aquelles dous ricos homeês; e meteu huũ delles em Leon ão carcer e o outro ão castello de Ardom. Mas despois a tempo, por que os outros ricos homeens do reyno tiinham aquella prisom por maa, sacouhos el rey della, jurãdolhe elles que lhe fossem leaaes dally adyante.⁵⁸⁹

Nesse caso específico, em que os vassalos do Rei auxiliam os muçulmanos a entrar no reino, a traição foi punida com a prisão, no entanto, em função do que lhe aconselharam os ricos homens do reino, o Rei voltou atrás no seu decreto e libertou os prisioneiros exigindo-lhes em troca a lealdade. Reforça-se assim o ideal de articulação vassálica enquanto modelo de estruturação da nobreza, chamando a atenção, da mesma, para o cumprimento de suas obrigações de fidelidade, valor absoluto exigido pelo Rei, que deveria ser respeitado pelos nobres.

Em se tratando de punição à traição tanto o exílio como a prisão “são formas de marginalização que procuram excluir um indivíduo determinado do convívio com a sociedade humana.”⁵⁹⁰ Levando em conta o exílio, como forma de punição à traição, a autora Maïté Billoré aponta que

les membres du grupe regardent en effect le traître comme un élément infecté de la société, comme un membre gangrené qu’il convient d’amputer. De plus, par ses actes, il s’est lui-même exclu, en rompat avec son réseau relationnel et en rejetant les valeurs communes; il est devenu un étranger. L’exil est une

⁵⁸⁷ FRANÇA, 2010. Op. Cit., p. 166.

⁵⁸⁸ BILLORÉ, 2010. Op. Cit., p. 23

⁵⁸⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 12-13.

⁵⁹⁰ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 140.

peine assez consensuelle car elle est une mort symbolique que évite à la société de se salir, c'est aussi une mort qui peut être temporaire et qui laisse une possibilité de retour, um espoir de grâce.⁵⁹¹

Para finalizar as menções à traição encontra-se uma ligada ao Cid e aos seus vassallos muçulmanos. As conquistas empreendidas por Rodrigo estavam causando revolta por parte de outros nobres do reino

veendo os cōdes de Castella ã como cada huĩ dya crecia a honrra e boa andança a Roy Diaz de Vyvar, ouverõ seu acordo que posessem seu amor cõ os mouros e aprazassem com elles batalha pera o dya de Santa Cruz de Mayo e que chamassẽ a esta batalha Roy Diaz de Vivar. E eles cõ os mouros tiinhã posto que o matassem; per esta razom se vingariã delle e que assy ficariam elles senhores de Castella. Feita sua falla, ãviarõ suas cartas aos mouros. E estes cõ que assy ouverõ as fallas eram os reis que eram vassallos de Roy Diaz. E os reis, quando virõ cartas de tanta falssidade ã que andavõ os condes, ouverõ por mal e tomaron as cartas e mandarõnas a Ruy Diaz e ãvyaronlhe descobrir todo o feito dos condes.⁵⁹²

Importante ressaltar a ideia dos condes de colocar amor com os muçulmanos, colocando-se ao seu serviço, buscando auxílio para fazer uma emboscada para matar o Cid. Os muçulmanos são descritos no texto como sendo mais leais que os cristãos que os procuram. Isso pode ser visto como reflexo da “proximidade dos reinos mouros bem como o decorrente conhecimento e permeabilidade social e política que se ia verificando entre as diferentes etnias, seria impossível um retrato inteiramente disfórico sob a pena do texto incorrer em inverosimilhança.”⁵⁹³ Essa comparação serve ainda para ressaltar e condenar o mal comportamento de determinadas personagens, nesse caso os condes que querem matá-lo.

A descoberta do que tramavam os condes levou o Cid a procurar o Rei Fernando I e colocar-lhe a par do que estava acontecendo, resultando na expulsão dos condes do reino. A descoberta do que pretendiam levou-os ao rompimento do vínculo de vassalagem que os unia ao Rei Fernando I.

Nesse ponto da análise é importante realizar um contraponto acerca da visão do Cronista em relação aos muçulmanos. Se numa narrativa os

⁵⁹¹ BILLORÉ, 2010. Op. Cit., p. 29.

⁵⁹² **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit. p. 307.

⁵⁹³ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 135.

muçulmanos merecem destaque pela lealdade, contrapondo-se aos cristãos, em outro trecho a traição é associada aos muçulmanos em geral:

en esta sazón aconteeo outra cousa que ouvera de seer gram perigoo aos cristãaos. Ca Oryas que era hũu mouro de grande estado e veera d'aalen mar a Sevilha como ã romaria e estava hy, e ouve conselho cõ os mouros mais hõrrados do logar en que maneira poderyã matar o iffante dom Afonso. E por que antre elles assiinadamente a treição he usada, cabida e acostumada, veeron a elle enganosamente.⁵⁹⁴

A traição, nesse caso, está associada às más intenções inerentes a um determinado grupo social, particularmente aos muçulmanos. Maomé é associado, segundo Isabel de Barros Dias, “aos piores defeitos, onde se pode destacar a sua falsidade, capacidade para enganar, ligação ao demónio e vontade de distorcer a religião cristã.”⁵⁹⁵

A autora aponta ainda para uma possível estrutura triangular encabeçada por Lúcifer (a encarnação primordial do mal, o primeiro traidor e enganador), tendo no patamar seguinte Judas e Maomé. A partir dessa estrutura se formariam ideologias disfóricas capazes de associar tais características negativas a judeus, muçulmanos e heréticos. Cria-se dessa forma uma espécie de “espelho” onde “cada um destes grupos humanos, marcados negativamente, espelha os defeitos daquele que é tido como o seu protótipo, o qual, por seu turno concentra em si o conjunto das características disfóricas que, de forma mais ou menos dispersa, marcam seu povo.”⁵⁹⁶

A apresentação dos casos de traição ao longo do texto serve para chamar a atenção para os vícios que devem ser evitados. Dessa maneira se pode observar que

au sein du groupe aristocratique, les cas de félonies sont aussi potentiellement catastrophiques car l'ensemble du système féodal repose sur la foi jurée. La rupture des engagements pris lors de la cérémonie de l'hommage rend caduque d'ordonnancement de cette société nobiliaire, rompt lès réseaux relationnels et les solidarités. Il faut bien voir que les liens de vassalité se doublent souvent de liens d'amitié. [...] La pire des trahisons est celle de l'ami. L'Église et la tradition ont fait de Judas Iscariote l'archétype de cet ami-traître et les sources médiévales jouent souvent sur cet oxymore.⁵⁹⁷

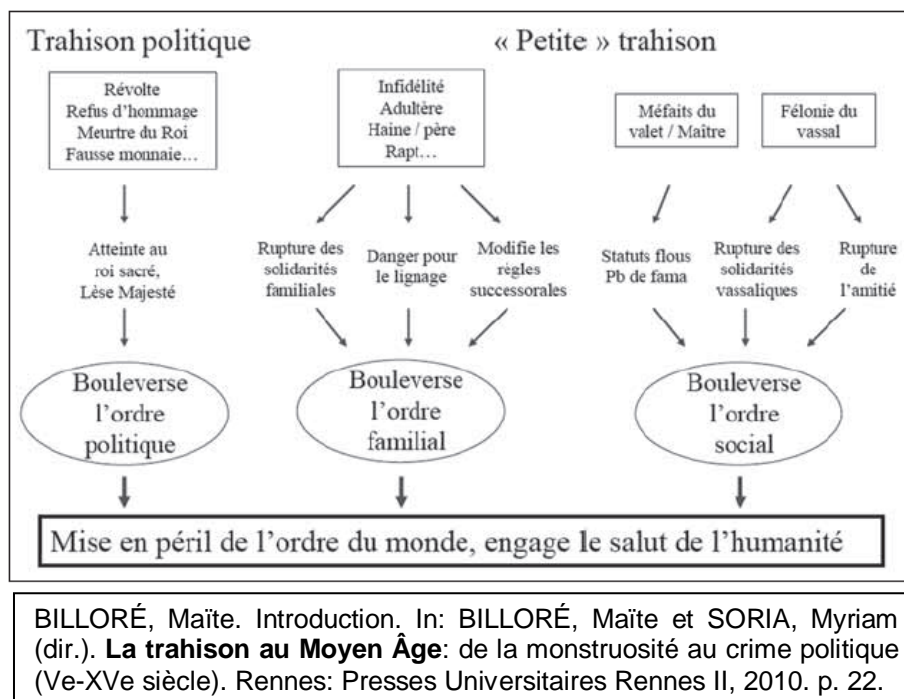
⁵⁹⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit. p. 480-481.

⁵⁹⁵ BARROS DIAS, 2003. Op. Cit., p. 133.

⁵⁹⁶ Ibid., p. 135.

⁵⁹⁷ BILLORÉ, 2010. Op. Cit.p. 19.

Para melhor perceber o quanto as traições afetam todas as instâncias da sociedade medieval segue a seguir um quadro elaborado pela autora Maïte Billoré:



A partir da análise das descrições relativas à traição, presentes no relato cronístico relacionado-as ao quadro acima, é que se pode reforçar o caráter didático/moral de tais descrições. Nelas são demonstrados os casos de traição e as suas consequências, muitos casos terminam com a morte dos traidores, projeta-se assim para a sociedade nobiliárquica a relevância da amizade, do amor e da lealdade a um vínculo vassálico. São utilizados relatos que contrapõe os cristãos aos muçulmanos, a fim de demonstrar aos cristãos a necessidade de se manterem unidos, uma vez que a traição os fragiliza enquanto grupo, coloca em perigo a ordem do mundo, devendo por isso ser extirpada.

4.2.4 Ser Honrado

Se ao longo do texto o Cronista deixa clara a importância de se cultivar o amor e a amizade além de ser leal, a uma palavra dada ou a um juramento,

ressalta também de forma enfática a virtude de ser honrado. A honra pode aqui ser entendida como um “substantivo abstrato que significa a qualidade superior de quem deve ser venerado e respeitado, por desempenhar uma função pública e que, por seu lado, se deve comportar com a dignidade e a superioridade correspondentes.”⁵⁹⁸ Ao longo do relato cronístico são descritas as formas de se alcançar a honra.

Dentre as diversas formas de se alcançar a honra, descritas ao longo do texto, a que aparece com um número maior de citações é a honra alcançada por meio da vitória frente aos muçulmanos, como pode ser observado a seguir:

TABELA 9 – Menções à honra alcançada combatendo os muçulmanos

Personagens	Narrativas
Ordonho I das Astúrias	<p>“Foi lidar cõ os mouros mui esforçadamente. E morrerõ hi muytos dos mouros e vëceu a batalha el rey dõ Ordonho. E os mouros que scaparõ fogirõ todos. E, esto livrado, tornou-se el rey dõ Ordonho con suas cõpanhas pera suas terras cõ muy bõ prez e con grande hõrra.” (Crônica Vol. II p. 415)</p> <p>Combate do Rei Ordonho I contra Musa “E gaanhou todo el Rei dom Ordonho; e ouverõno elle e os seus. E, feito esto, tornou-se el rey muy hõrrado e com grande prez aos que leixara enna cerca.” (Crônica Vol. II p. 420)</p>
Afonso III das Astúrias	<p>Batalha do “Rio Orvego.” “Depois que esta batalha foy vencida, tornou-se el Rei dom Afonso a Touro muy honrrado e com grandes roubos e com grandes gaanças e muy alegre” (Crônica Vol. II p. 432)</p>
Ordonho II de Leão	<p>“E, da primeira corruda que fez, tomou hũa cidade aos mouros das mais fortes que avya ã na terra de mouros, que avya nome Rayel. E dally se tornou muy honrrado e com grande prez.” (Crônica Vol. II p. 465)</p> <p>Vitória em Talavera: “El Rei dom Ordonho entrou logo enna villa e prendeo o caudel de Cordova e trouxeo cativo. E tornou-se muy honrrado a seu reyno.” (Crônica Vol. II p. 466)</p> <p>Vitória em Santo Estevão de Gormaz “Desi tornou-se pera Leom cõ grandes averes que tomou ally e cõ muitos mouros cativos e com grande prez e muyto honrrado.” (Crônica Vol. II p. 469)</p> <p>Vitória em Mérida: “Desy tornou-se pera sua terra muy hõrrado.” (Crônica Vol. II p. 470)</p> <p>“E tanto foy adyãte pera Cordova que podera a ella chegar ã hũu dya de andadura. Depois que esto ouve feito, tornou-se com muy gram prez e com muy grande honrra a Çamora.” (Crônica Vol. II p. 474)</p>
Ramiro II de Leão	<p>“Cercou Madride e quebrantou os mouros e roubou toda a Villa e queymouha e levou muytos mouros cativos. E tornou-se dally pera</p>

⁵⁹⁸ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 175.

	<p>sua terra muy honrrado e em paz.” (Crônica Vol. III p. 08)</p> <p>Vitória em Osma: “E tornousse el rey dom Ramiro pera Leom cõ grande honrra e o Conde dom Fernã Gonçalvez cõ grande boa andança.” (Crônica Vol. III p. 09)</p> <p>“El rey dom Ramiro fez que lhe obedecessem todallas fortalezas e os castellos que eram alçados no reyno de Saragoça, per força e por quebranto que lhes deu, e per sabedorya os tornou ao senhorio. E, depois que esto ouve feito, tornousse muy honrradamente pera Leom.” (Crônica Vol. III p. 10)</p> <p>Vitória em Talavera “E desy tornousse el rey dom Ramiro pera sua terra muy honrrado.” (Crônica Vol. III p. 15)</p>
Conde Fernão Gonçalves	<p>Vitória sobre Almançor em Lara: “E, des aquelle dya endeante, foi o cõde dom Fernam Gonçalvez mas honrrado que ante era.” (Crônica Vol. III p. 36)</p> <p>Cristãos antes da batalha de Hacinas: “Cada hũu rogava a Deus que o guardasse de perigoo e de vergonça e que lhe quisesse dar honrra e vytorya dos ãmiigos em aquelle logar.” (Crônica Vol. III p. 53)</p> <p>Batalha de Hacinas: “E o Conde dõ Fernam Gonçalvez, ho honrrado e nobre cavalleiro e dos grandes feitos, andava pella lide fazendo muy grandes golpes.” (Crônica Vol. III p. 58)</p> <p>Vitória sobre os muçulmanos em Hacinas: “Grande foy a mortfidade que fezerõ nos mouros, dizendolhes o Conde que em aquelle dia guaanhavã prez e grande honrra pera sempre, pera sy e pera todollos que delles vehessen.” (Crônica Vol. III p. 61)</p>
Jaime I de Aragão	<p>Auxílio ao Rei Afonso X de Castela contra os muçulmanos: “E, depois que lha ouve feyta, tornousse pera sua terra muy hõrradamente com grande prez.” (Crônica Vol. III p. 275)</p>
Fernando I de Leão e Castela	<p>“Esta terra correo el rey dõ Fernãdo e outrossi terra de Carpentanea, que he aaquẽ de Ebro, a que agora chamã Saragoça, e ataa Vallença. E toda esta terra meteo so o seu senhorio. E despois que ouve feita esta conquista, tornousse muito honrrado.” (Crônica Vol. III p. 333)</p>
El Cid	<p>Vitória contra granadinos “Dey tornousse cõ grande hõrra e muyta riqueza pera el rey de Sevilha que o recebeu muy bẽ e deulhe muy ricas parias e muy compridas. [...] E o Cide tornousse logo a Castella muy rico e honrrado” (Crônica Vol. III p. 417)</p> <p>“Vitória contra toledanos: “E desi tornousse muito honrrado, elle e todollos que com elle foram.” (Crônica Vol. III p. 418)</p> <p>Vitória durante cerco a Almenar: “Feito esto, tornousse o Cide cõ grande honrra e muyta riqueza e deu os presos a el Rei Çoleyma. [...] E el Rei fez muyta honrra ao Cide e deulhe poder em seu reyno.” (Crônica Vol. III p. 448)</p> <p>Vitória contra o Rei Bucar de Marrocos: “Depois que os mouros forõ nas naves, os que as poderom aver, e os outros mortos e cativos, o Cide tornousse pera Vallença cõ muy grande honra.” (Crônica Vol. IV p. 126)</p>
Álvaro Fernandes	<p>Vitória contra Abenalager: “Deu Deus a vytoria da batalha a Alvaro Fernandes. [...] E ficou Alvaro Fernandez no campo, ledo e muy</p>

	honrrado.” (Crônica Vol. IV p. 08)
Afonso VI de Castela	Vitória contra muçulmanos em Córdoba: “Se tornou pera sua terra cõ muy grande honrra e muy rico.” (Crônica Vol. IV p. 38)
Afonso VII de Castela	“Diz a estoria que en este tempo entrou correr terra de mouros cõ muy grãde hoste e quebrantou e estragoulhes a terra. e despois tornou-se pera Tolledo muy hõrrado.” (Crônica Vol. IV p. 195)
Afonso Henriques de Portugal	Batalha de Ourique: “Desy tornou-se pera sua terra muy honrradamente e com grande vitoria.” (Crônica vol. IV p. 225)
Infante Fernando de Castela	Foi mandado pelo pai para correr terra de muçulmanos, alcança vitórias: “Tornou-se pera seu padre a Talaveira muy rico e muy honrrado.” (Crônica Vol. IV p. 319)
Fernando III	<p>“Foron os mouros vencidos e seguiron os cristãos o encalço çinquo legoas, em tal guisa que morrerõ vñte mil mouros e os cristaãos tornaron-se muy hõrrados e con grande proveito.” (Crônica Vol. IV p. 373)</p> <p>Vitórias alcançadas em excursões de Fernando III em terras de muçulmanos: “Por que era já chegado o inverno e as companhas da hoste se queixavam, tornou-se pera sua terra com muy grande honrra e riqueza. (Crônica Vol. IV p. 385)</p> <p>Batalha em Tyriana: “Foron os mouros vencidos e mortos muytos delles e os cristãos tornarõ-se muy hõrrados pera seu arreal.” (Crônica Vol. IV p. 454)</p>

A grande maioria das menções, presentes na tabela acima, vinte e uma, está relacionada a reis. A honra, a eles ligada, poderia ser alcançada ao expandirem seus territórios para regiões que estavam ocupadas pelos muçulmanos, como é o caso, por exemplo, do Rei Ramiro II ao conquistar a cidade de Madri, ou através da vitória alcançada em batalhas frente aos exércitos muçulmanos. Boa parte dos trechos, treze deles, relata casos de vitórias dos líderes das hostes cristãos, ressaltando assim o papel dos reis na condução do processo de Reconquista territorial e liderança nas batalhas. Como exemplo pode-se referenciar Ordonho I, Afonso Henriques ou Fernando III.

Importante notar ainda a seleção dos reis destacados pela honra, alcançada combatendo os muçulmanos. Tal seleção não pode ser vista de forma aleatória, são referenciados reis que se destacaram ao longo do processo como um todo. Inicia nas Astúrias com Ordonho I, passando por Afonso III, que segundo Adeline Rucquoi teria promovido “a restauração do esplendor visigótico,”⁵⁹⁹ Ordonho II, destacado pelas conquistas territoriais e

⁵⁹⁹ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 141.

desempenho em batalhas,⁶⁰⁰ Ramiro II responsável pela coalizão de forças castelhanas, leonesas e de Pamplona/Navarra para derrotar o exército do califa Abderramão III.⁶⁰¹

Deixando o reino de Leão o destaque vai para o Rei Jaime I, o Conquistador, de Aragão que durante seu reinado “liderou um processo expansionista de novos territórios, promovendo assim um rompimento com toda a política territorial anterior de forte interesse nas regiões do Languedoc.”⁶⁰² De Jaime I para Fernando I e Afonso VI, foi durante esse período que se “lançaram as bases da futura história de um reino em que Castela suplantava futuramente Leão, mas que assentava num princípio monárquico herdado da Espanha hispano-visigótica e transmitida pelos reis de Oviedo e, depois, de Leão.”⁶⁰³ Sem mencionar de modo enfático o caráter de imperador atribuído a Afonso VII, este é o próximo a ser destacado como honrado por combater os muçulmanos.

Finalizando a análise dos reis, que apareceram na tabela acima, encontra-se Afonso Henriques tido como “um herói épico da gesta hispânica medieval”⁶⁰⁴, e Fernando III que finaliza seu reinado com o controle sobre a maior parte dos territórios muçulmanos a sul da Península Ibérica.

O Cronista delineia assim um panorama onde se valorizam os monarcas que conseguiram, através de suas ações, comandar os cristãos, promovendo a unidade em torno de um ideal comum: a expansão da Cristandade. Valoriza dessa forma o caráter guerreiro que traz consigo a honra e o destaque, suplantando as divisões internas entre os cristãos, sem destacar, no entanto o caráter imperialista atribuído a determinados monarcas. A unidade não seria assim garantida pela força, nem pela imposição de um domínio, seria fruto das ações à frente da Cristandade a fim de garantir sua unidade, ressaltando-se

⁶⁰⁰ O rei Ordonho II “transferiu a capital do reino para o sul da cordilheira cantábrica, e Leão, sob a protecção das suas muralhas romanas, tornou-se urbs régia.” RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 143.

⁶⁰¹ “Em 939, o rei de Pamplona, o Conde de Castela e o rei de Leão tiveram uma importante vitória contra os exércitos do califa em Simancas.” RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 145.

⁶⁰² VIANNA, Luciano José e COSTA, Ricardo da. Introdução. In: ARAGÃO, Jaume I de. **Livro dos Feitos**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio,” 2010. p. 14.

⁶⁰³ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 159.

⁶⁰⁴ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 198.

aqui que são valorizadas ao longo do relato as formações dos reinos, exemplo de Castela e Portugal.

Para o Conde Pedro Afonso as disputas, verificadas entre nobres e reis, ou ainda dentro da própria nobreza, podiam ser percebidas como uma desordem social. Não apareciam como casos isolados, dentro das lutas que caracterizavam a política peninsular de finais do século XIII e começo do século XIV, eram sintomas reveladores. Parecia esquecida a

solidariedade que devia unir a realeza e a nobreza em torno do ideal da Reconquista. A necessidade de um retorno ao amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha preocupava o bastardo régio português, tanto como o comportamento dos reis hispânicos que, buscando novas alianças sociais, pareciam menosprezar e afrontar aqueles cujos antepassados ganharam esta terra da Espanha por eles.⁶⁰⁵

Nesse sentido é que aparecem, com bastante força, ao longo do relato as referências aos reis que conseguiram fazer valer a solidariedade entre a realeza e a nobreza, aglutinaram esforços para um objetivo comum: a luta contra os muçulmanos.

Deixando a análise de caracterizar os reis honrados, parte-se agora para a análise dos nobres referenciados como honrados: Fernão Gonçalves, o Cid e Álvaro Fernandes.⁶⁰⁶ Dos três nobres citados Álvaro Fernandes é o que possui um espaço menor na construção narrativa. O Conde Fernão Gonçalves e o Cid são os cavaleiros castelhanos que mais se destacam no texto cronístico “se exceptuarmos talvez o Rei Fernando III, nenhum monarca recebe um tratamento tão privilegiado como o que se dá aos heróis da gesta castelhana, o Conde Fernão Gonçalves e principalmente o Cid.”⁶⁰⁷

⁶⁰⁵ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 119-120.

⁶⁰⁶ Além dos três nobres referenciados na tabela outros cavaleiros merecem destaque na narrativa em função de serem honrados. É o caso de Gustiuz Gonçallvez (cf. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 60), do próprio Cid, já mencionado, que fora reconhecido por Afonso VI como o mais honrado cavaleiro já armado em Castela (cf. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 101), sendo seus feitos e sua honra, reconhecidos por cristãos e muçulmanos (cf. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 111). O Conde Reymõ de Tollosa era tido o homem mais honrado que havia no reino, excluindo-se o rei (cf. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 03), para finalizar cita-se Goterre Fernandez tido como um homem muito honrado (cf. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 270).

⁶⁰⁷ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 187.

A imagem de Fernão Gonçalves é pautada na “exaltação do seu caráter e estruturada à volta da ideologia cavaleiresca. Mas a sua qualificação de herói não se situa só ao nível das aptidões guerreiras. Na constituição do seu retrato manifesta-se também o seu valor moral e o seu superior conhecimento do mundo,⁶⁰⁸ destacando assim seu papel ao conseguir a independência do condado castelhano, e a honra alcançada como cavaleiro. Já em relação ao Cid ressalta-se

a frequência com que se referem as suas vitórias militares e os seus actos de bravura contra os mouros, num registro de discurso que não se afasta da apreciação superlativa e mesmo hiperbólica dos mesmos, faz com que eles deixem de constituir surpresa ou de causar admiração pois o seu carácter de vencedor acompanha-lo-á numa total coerência, ao longo da vida.⁶⁰⁹

Nesse sentido é que aparecem as descrições acerca da honra alcançada, ela é reflexo de suas ações frente aos muçulmanos, sobrevalorizado suas vitórias. Destaca-se assim ao longo da narrativa o papel desempenhado por essas personagens que “participam do espaço moral e religioso privilegiado na obra e seu carácter tende sempre para a exemplaridade. [...] Eles são, como o conjunto de monarcas cristãos hispânicos cujo retrato a Crónica também destaca largamente, personagens referenciais.”⁶¹⁰

Além da honra alcançada em batalhas, são referenciados casos de honra alcançada através do estabelecimento de vínculos de vassalagem entre cristãos e muçulmanos. Todos os casos analisados referem-se a acordos entre reis. A primeira citação apresenta a honra alcançada a partir do estabelecimento do vínculo de vassalagem entre Fernando I e Yahya ben Ismail Al-Mamun (1043-1075), rey de Toledo.⁶¹¹

Ainda relacionada a Fernando I aparece outra menção: estando ele já com bastante idade duas localidades muçulmanas não mais querem lhe reconhecer senhorio. A rainha o impele a tomar uma providência a fim de que

⁶⁰⁸ ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 188.

⁶⁰⁹ Ibid., p. 191.

⁶¹⁰ Ibid., p. 199.

⁶¹¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p.318.

“nõ minguassee nẽ hũa cousa ẽ sua honrra.”⁶¹² O Rei impelido assim pela rainha deu combate às duas localidades fazendo-as reconhecer seu senhorio, e lhe pagar a partir daquele momento o dobro dos tributos, regressando para suas terras de forma honrada.

Os outros dois casos estão ligados a Sancho II e Afonso VI de Castela. O Rei Sancho II alcança a honra após o Rei de Saragoça ter se tornado seu vassalo.⁶¹³ O infante Afonso, futuro Afonso VI, buscou refúgio junto ao Rei de Toledo, sendo por este honrado e amado, segundo o relato como se fora seu filho.⁶¹⁴

Em dois casos a honra encontra-se ligada a muçulmanos: “Amyraamolym” é descrito como sendo muito poderoso e honrado, conseguindo manter suas gentes com justiça e direito.⁶¹⁵ Já Almançor obtivera honra ao vencer as hostes cristãs e alcançar importantes conquistas

tornousse pera sua terra, assy como conta a estoria, muy honrrado e muy loução e cheo de sobervha, ca bem avya ja doze ânos passados que dera guerra aos cristãos e lhes fezera muyto mal e muyto dâpno e metera muytos logares so o seu senhorio e tornara dello honrrado pera Cordova.⁶¹⁶

Em três casos a honra aparece atrelada a vitórias alcançadas por cavaleiros, ou Rei, frente aos exércitos cristãos. O primeiro dos cavaleiros aqui analisados é Bernardo do Carpo: após ter sido desterrado por Afonso III o cavaleiro, a fim de afirmar sua independência e soberania frente ao Rei, conquista o Carpo tendo à sua disposição um exército capaz de fazer frente ao exército régio. É descrito na Crônica como honrado exatamente por ter alcançado vitórias frente às tropas lideradas por Afonso III.⁶¹⁷ Outro caso de honra, obtida frente ao embate com cristãos, está ligado aos reis Garcia de Navarra e Fernando I de Castela/Leão: na disputa entre os dois vence

⁶¹² **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 331.

⁶¹³ Ibid., p. 351.

⁶¹⁴ Ibid., p. 368.

⁶¹⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 467.

⁶¹⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 184-185.

⁶¹⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 440. Segundo coloca Elisa Nunes Esteves, Bernardo do Carpo destaca-se na narrativa em função de sua façanha da fundação do Carpo e não da sua linhagem. Perdera o próprio Carpo, o pai morto no cativeiro do rei Afonso III e não pudera encontrar a mãe, irmão ou tio a fim de obter reconhecimento, nesse sentido o “desterro é, pois, para Bernardo do Carpo o espaço da procura obsessiva, mas vã, da identidade.” ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 147.

Fernando I obtendo assim a honra.⁶¹⁸ Por fim novamente o Cid é referenciado, dessa vez por sua vitória frente ao Rei de Aragão estando a serviço de Afonso VI de Castela.⁶¹⁹

A honra aparece ainda atrelada ao desejo dos homens vinculados ao Conde Fernão Gonçalves, que se preparavam para o combate frente às tropas de Almançor: “elles hyam todos dhũu coração e voõtade pera fazer serviço a Deus e dar honrra a seu senhor ou morrer todos na lide.”⁶²⁰ A honra aqui aparece como uma necessidade a ser almejada quando se entra numa batalha, não havia alternativa, devia-se lutar até a morte, a fuga traria a desonra, conforme pode ser analisado no discurso a seguir atribuído a Fernão Gonçalves:

amigos, sempre aqueles onde vos viíndes tiveron por razon de morrer ante seus senhores e de fazerem mais por elles que nen hũus outros de nen hũa outra terra por os seus e de non consentirem, a nenhuũ senhor que nem ouvessem, que fizesse nen hũa cousa que desaguizada nem sem razon fosse nem que lhe caesse em mingua nẽ ẽ vergõça. E daquello que el rey Rodrigo perdeo por conselho maaõ que ouve, non ficou em Spanha se non muy pouca terra nas montanhas, assi como sabees. E, com muy poucas companhas daquellas que ficaron vyvas e por boos que foron, ouverom senhores a vïir cobrando de aquello que perderom ataa aqui e nunca do seu perderom nem hũa cousa. E porem naçemos nos en maaõ dya, se nos avemos de mynguar daquello que elles fezeron e guaanharõ; ca mais val morte com onrra que vida desonrada; ca, por medo de morte, nũca elles leixarõ de fazer o melhor e porem cobrarõ esto que nos hora avemos.⁶²¹

A autora Elisa Nunes Esteves destaca o destino que estava atribuído ao Conde Fernão Gonçalves, no relato cronístico: transformar o pequeno condado castelhano em território independente. Nesse sentido é que aparecem, ao longo do relato, os discursos atribuídos ao Conde, personificando assim características que vão além do caráter guerreiro, possui atributos oratórios a fim de conduzir os exércitos, enaltecendo a “honra” que advém das vitórias.⁶²²

A ideia de honra até aqui apresentada aparece como um dos atributos essenciais do cavaleiro/da nobreza, corroborando assim o que coloca Georges Duby: “sua função, seu dever para consigo mesmo, para com o senhor a quem

⁶¹⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 310.

⁶¹⁹ Ibid., p. 453.

⁶²⁰ Ibid., p. 33.

⁶²¹ Ibid., p. 28. Conferir também a exortação do Conde Fernão Gonçalves antes da Batalha de Hacinas In: **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 51.

⁶²² ESTEVES, 1997. Op. Cit., p. 110.

servia e ainda para com todos os homens da família, consistia, como afirma o autor da História, em conquistar apreço – quer dizer, o renome de valentia – e honra.”⁶²³ Nesse sentido o relato cronístico aponta para o fato de que

ganhar as batalhas e defender seu povo era questão de honra. Independentemente do perigo a ser enfrentado, eles lutavam e expunham seus corpos diante das armas. A valentia e a dedicação desses indivíduos encantavam multidões que procuravam, em seus heróis, o modelo de homem a ser seguido.⁶²⁴

Finalizando aqui a análise acerca das menções à honra, presentes ao longo do relato cronístico referente à Reconquista, encontra-se o que disse o Rei Fernando III em seu leito de morte para seu filho o infante Afonso: “rogote por todollos ricos homens de meus reynos e por os cavaleiros que os hōrres e que lhes faças bem e mercee e lhes guardes bem seus foros e suas frãquezas. Outrossy te rogo que esso meesmo faças a todollos poboos.”⁶²⁵ Deixa o Rei assim um direcionamento de como seu filho deveria governar, dali para frente o reino, honrando e respeitando ricos homens, cavaleiros e todo o conjunto social, agindo assim Afonso X receberia sua benção caso contrário a sua maldição.

Projeta-se dessa maneira o que o Conde quer transmitir para a sociedade do seu tempo. Uma sociedade que está em transformação onde as grandes operações de Reconquista ficaram para trás, a Batalha do Salado (1340) seria o derradeiro momento da Cristandade unir-se em torno de um mesmo ideal. Nessa projeção idealizada a honra ainda era a marca essencial que se esperava de um nobre “a honra era uma das virtudes que deveria sempre fazer parte da nobreza, mas diante de tantas modificações sociais e de tantos outros sentimentos que estavam se incorporando na sociedade, o papel do nobre já não era o mesmo de outrora.”⁶²⁶

Nesse sentido era relevante ainda recordar à nobreza seu papel na sociedade e ao mesmo tempo reforçar a necessidade do Rei honrar seus ricos

⁶²³ DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 117.

⁶²⁴ PERIN, Conceição Solange Bution e OLIVEIRA, Terezinha. A educação de cavaleiros medievais em dois momentos históricos: séculos XII e XV. In: **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 24, n. 1, 2002. p. 120.

⁶²⁵ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 493-494.

⁶²⁶ PERIN e OLIVEIRA, 2002. Op. Cit., p. 122.

homens, cavaleiros e todos do reino, como forma de alcançar a legitimidade da monarquia. Essa citação da honra, que não está atrelada a ideia da guerra como sua origem, pode apontar para as transformações que o Cronista estava verificando em sua realidade.

Uma vez que a honra é destacada como um atributo que deveria fazer parte da caracterização do bom cavaleiro, a desonra aparece também referenciada ao longo do texto. São descritas situações que motivam a desonra e uma delas está ligada à derrota dos cristãos frente aos muçulmanos. A primeira menção está ligada ao Rei Afonso VI de Leão/Castela na batalha de Uclés (1108) onde o infante Sancho foi morto, gerando no Rei uma grande sanha pelos muçulmanos motivada pela “morte de seu filho e por a grande desonrra que delles recebera.”⁶²⁷

A segunda menção a desonra está relacionada à derrota sofrida por Afonso VIII de Castela frente ao califa Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur em Alarcos (1195). Segundo o relato “nõ quis Jesu Cristo que os cristãaos saissem ende cõ honrra por que non eram todos de hũu coração nem ajudarõ seu senhor como devyã. E por esto foron vencidos e muitos delles mortos.”⁶²⁸ Ressalta-se, no trecho, a divisão que havia entre os cristãos fazendo com que o Rei não conseguisse a unidade necessária entre os membros das hostes, o que levava à derrota.

Se a derrota dos cristãos leva à desonra, a derrota dos muçulmanos frente aos cristãos implica na mesma consequência. A Almançor são atribuídas duas derrotas, que geram desonra. Na Batalha de Lara, ao perder para as tropas de Fernão Gonçalves, teria saído “deshonrrado e muy perdidoso de suas companhas e de seu aver.”⁶²⁹ E na batalha de Calatañazor, ferido, acabou fugindo do campo de batalha perdendo a “alegria e seu bryo e honrra e bondade.”⁶³⁰

O filho de Almançor Abemelic foi derrotado ao invadir Leão, retornou “muy desonrrado a Cordova. E dally adyante nunca quis vñir correr terra de

⁶²⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit., p. 37.

⁶²⁸ Ibid., p. 309.

⁶²⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 36.

⁶³⁰ Ibid., p. 188.

cristãos, mas ficou em sua terra.”⁶³¹ Fechando esse conjunto de citações encontra-se a derrota sofrida pelo Rei Unes de Marrocos frente ao Cid. Após a derrota, Unes voltou para Marrocos e antes de morrer disse ao irmão que “o fosse vingar da grã de deshonnra que recebera do Cide.”⁶³²

Duas outras situações implicam na desonra. A covardia cometida pelos infantes de Carriom quando desonraram suas esposas, as filhas de Rodrigo Diaz de Vivar, deixando-as abandonadas no meio de uma floresta.⁶³³ E a derrota sofrida por cristãos frente aos próprios cristãos. São três casos, no primeiro deles o Rei Garcia de Navarra faz o seguinte discurso a fim de motivar suas tropas: “amigos, bem sabees como eu sôo deshonnrado do Conde dom Fernã Gonçallvez; e a mynha deshonnra vossa he. E quero que saibhades que ou eu delle seerey vingado, ou em ello perderei o corpo.”⁶³⁴

Ao Conde Fernão Gonçalves é atribuída outra menção. O Conde partiu para São Facundo, para dar combate aos muçulmanos, com seus homens, se recusando a levar consigo os cavaleiros do Rei de Leão que se ofereceram para acompanhá-lo. Os leoneses “teveronsse êtom em ello por deshonnrados e quiseronsse por ello mal.”⁶³⁵ Como última referência apresenta-se uma disputa pela vassalagem da cidade de Saragoça entre os reis Ramiro de Aragão e Sancho II de Castela. A cidade, segundo o relato, havia sido conquistada por Aragão, no entanto estava sendo cercada pelo Rei de Castela, que não respeitara a primazia de Aragão, fazendo com que o Rei de Aragão se sentisse desonrado.⁶³⁶

Após analisar as referências feitas à honra pode-se perceber que a mesma está relacionada a uma virtude do nobre e do Rei. Faz parte da caracterização idealizada, proposta pelo autor, a fim de recordar a necessidade da mesma ser mantida como mote da sociedade nobiliárquica, sendo que o não cumprimento de tais preceitos leva à desonra. Em um dos casos a honra apareceu associada a um dever do monarca para com seus súditos, deixando

⁶³¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 190.

⁶³² **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit., p. 109.

⁶³³ Ibid., p. 148-151.

⁶³⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 84.

⁶³⁵ Ibid., p. 85.

⁶³⁶ Ibid., p.351.

entrever uma forma, proposta pelo Cronista, de instalação efetiva da sociedade idealizada por ele, onde Rei e nobreza possuem deveres mútuos.

4.3 SER JUSTO

O autor José Ángel García de Cortázar ao analisar os elementos de definição dos espaços de poder na Idade Média, sobretudo na Península Ibérica, aponta para o fato de que os

titulares del poder se convirtieron, por lo menos, desde el siglo X, en agentes activos de la organización del espacio. Tal vez, sería más correcto decir que, desde aquella fecha, los señores, y nos referimos a ellos genéricamente, como titulares de cualquier tipo de poder, dispusieron de un grado de concentración de poder más visible que en tiempos anteriores.⁶³⁷

E quem seriam então os titulares do poder apontados pelo autor? Seriam todas as pessoas físicas ou jurídicas que, em distintas proporções, exerceram todas, ou algumas, das seguintes competências: a faculdade de ditar, ou estabelecer de forma consensual, normas de convivência; designar pessoas encarregadas de cumprir as normas de convivências estabelecidas; estabelecimento de justiça, exércitos e fiscalização; dispor de uma imagem de poder; materialização do poder através da construção da sua residência e ordenação do espaço a fim de obter recursos; projeção imaterial do poder por meio da ideologia, escrita, crônicas e do uso da língua vernácula.⁶³⁸

A partir do século XII a sociedade medieval teria se aberto para novos valores

implícitos en el dominio del escrito y cuando los titulares de poderes empezaron a ser conscientes de la importancia del nuevo instrumento para la preservación de sus privilegios e intereses. [...] La importancia concedida al testimonio escrito, y, con él, a sus posibilidades de fijar la costumbre, de crear precedentes en la resolución de conflictos, de asegurar la transmisión de

⁶³⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. Elementos de definición de los espacios de poder en la edad media. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la e MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (Coord.) **Actas: XII Semana de Estudios Medievales – Los espacios de poder en la España medieval**. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002. p. 32.

⁶³⁸ Ibid., p.24-35.

pautas de atribución del poder permite explicar la coincidencia en la aparición, en el mismo siglo XII, de una serie de manifestaciones concordantes.⁶³⁹

Teria sido assim, por meio da elaboração de Crônicas, genealogias e lendas, que diferentes detentores de poder conseguiram legitimar-se perante a sociedade. Outros fatores foram determinantes nesse contexto como a retomada do Direito Romano e o uso das línguas vernáculas, a fim de difundir os escritos. A retomada do Direito Romano trouxe consigo o acesso à noção de *Imperium*.

O conceito de *Imperium*, segundo Renan Frighetto, pode ser entendido como um poder de mando militar e pessoal que era exercido pelos cônsules em decorrência de uma concessão legada pelo Senado e pelo povo de Roma. Aproximando-se em termos teóricos da *basileia* proposta pelos pensadores gregos do século IV a.C., onde os melhores e mais bem preparados cidadãos exerceriam as tarefas de governo em prol de toda a comunidade política romana.

Este conceito está ligado ainda ao poder de caráter pessoal, a partir de Augusto, que é delegado pela comunidade política ao *princeps*, para que este realizasse a sua defesa, tanto em relação aos assuntos internos como também com respeito às ameaças externas. O *princeps* deveria defender os interesses da aristocracia senatorial em matéria administrativa, além de ter uma postura ligada à imagem do bom governante detentor da *Clementia* e da *Iusticia*. A partir do século II d.C. o *Imperator* passa a relacionar-se a uma concepção sagrada, passando a ser apresentado como o escolhido pelos deuses para exercer o seu poder.⁶⁴⁰

Essas noções se aproximavam do que se esperava de um Rei nas monarquias feudais: o Rei deveria governar em prol da comunidade, zelando pelo bem comum, esperava-se que o Rei soubesse fazer concessões e cobranças. O bom Rei deveria ainda levar em conta os interesses da nobreza, e procurar exercer a justiça com clemência e piedade.

⁶³⁹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2002. Op. Cit.; p. 34.

⁶⁴⁰ Cf. FRIGHETTO, Renan. **Imperium et orbis: conceitos e definições a partir das fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV/VII)**. Seminário Facetas do Império na História. Curitiba: UFPR, 2006. In: <http://people.ufpr.br/~andreadore/renan.pdf>.

A partir do final do século XII os canonistas e romanistas começaram a desenvolver noções de soberania territorial, refletindo tendências contemporâneas em relação ao governo. Duas fórmulas foram utilizadas por eles na divulgação do governo dos reis: “le roi est empereur dans son royaume; le roi ne reconnaît aucun supérieur.”⁶⁴¹

Aos poucos foi se afirmando, dentro da sociedade medieval, a ideia de que o “roi possédait, à l’intérieur de son territoire, les mêmes pouvoirs dont l’empereur jouissait à l’intérieur de l’empire dans son ensemble, alors que la non-reconnaissance d’un supérieur, exprimait une non-subordination active à l’empereur.”⁶⁴²

Essas ideias, que circulavam pelo ocidente medieval, foram possivelmente incorporadas aos Espelhos de Príncipes produzidos no reino francês e que influenciaram os escritos elaborados em Castela, além de servirem como base aos escritos do Conde Pedro Afonso e seus refundidores. Principalmente no que diz respeito ao papel a ser desempenhado pelos reis na resolução dos conflitos internos e na aplicação da justiça, respeitando os interesses da aristocracia, da nobreza, zelando dessa forma pelo bem comum no interior do seu reino e em relação aos reinos vizinhos.

Os reis representavam a autoridade divina, seu dever era o de preservar o interesse geral. Devia o Rei “não só exercer a justiça e fazer a paz ou a guerra conforme os casos, como também velar pela salvação de seus subordinados.”⁶⁴³ Segundo coloca José Manuel Nieto Soria foi a partir do século XI que se estabeleceu a associação entre o Rei e a promoção da paz, tal associação se fortaleceu, ao longo do século XII, “se completó el paso definitivo de la paz de Dios administrada por la Iglesia a la paz del rey como función característica y esencial del oficio régio.”⁶⁴⁴

⁶⁴¹ CANNING, J. P. Introduction. Politique: institutions et conceptions. In: MÉNARD, Jacques (Org.). **Histoire de la pensée politique médiévale 350-1450**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993a. p. 342.

⁶⁴² CANNING, 1993a. Op. Cit., p. 343.

⁶⁴³ RUCQUOI, 1995. Op. Cit., p. 255.

⁶⁴⁴ NIETO SORIA, José Manuel. El reino: la monarquía bajomedieval como articulación ideológico-jurídica de un espacio político. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la e MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (Coord.) **Actas: XII Semana de Estudios Medievales – Los espacios de poder en la España medieval**. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002. p. 349.

O espaço de poder do Rei, segundo coloca Nieto Soria, era aquele onde ele conseguisse garantir a paz, concebida como “el objetivo prioritario, considerándose la justicia un valor importante, pero sometido al objetivo preferente de la paz.”⁶⁴⁵ Teria sido no período entre os séculos XI e XIII que uma mudança significativa ocorreria. A paz do Rei, cuja instabilidade impedia que fosse estabelecida em um espaço definido, deu lugar à paz e defesa do reino.

Os reis apareciam cada vez mais como detentores do poder, de um poder que vinha de Deus e que justificava a guerra contra o infiel, a Reconquista. Ganhava força assim, a “posición del rey como hacedor o deshacedor del reino, según su capacidad para asegurar los objetivos de paz y de defensa de un espacio concreto que se identifica con el reino, lo que justificará el carácter de guerra justa para aquella promovida por el rey en aras de estos objetivos.”⁶⁴⁶

A função pacificadora do Rei serviu como argumento para justificar a relação entre Rei e reino. Assim ao longo do século XIII, segundo Nieto Soria, houve transformações no binômio paz-justiça, pendendo cada vez para a justiça

hasta considerarse que la paz era el resultado de la justicia, a la vez que la expansión de la justicia del rey e del derecho del rey habían supuesto ingredientes importantes de esta transformación. [...] La vieja reivindicación de la paz, en la parte en que no se identificaba con el principio de la justicia y de la función pacificadora del derecho, se remitía al compromiso del rey con respecto al reino de ampliarlo y acrecentarlo através de la conquista y de la repoblación.⁶⁴⁷

As ideias apresentadas acima, de que a justiça passa a desempenhar um papel chave na estruturação do reino sendo a paz sua consequência, podem ser encontradas no texto cronístico relacionadas ao Rei Ramiro I e ao Rei Afonso VI de Castela. O Rei Ramiro I após vencer o usurpador Conde Nepociano

⁶⁴⁵ NIETO SORIA, 2002. Op. Cit., p. 350.

⁶⁴⁶ Ibid., p. 350.

⁶⁴⁷ Ibid., p. 350.

entrou ẽtom enno reino e tomouho todo e apoderousse delle. E dalli adeante assessegouho e teveo ẽ paz e ẽ justiça e em dereito, em guisa que nõ ouve nem huũ dos seus que se lhe ousasse alçar nem fazer outro pesar nõ huũ. [...] E conta aqui a estoria empos esto que este Rei dõ Ramiro foy muy boõ rey e muy dereito homẽ e rey muyto esforçado em todos os seus feitos. E defendeu de todos seus inmiigos sua terra muy ben e mâtevea em paz en quanto viveo.⁶⁴⁸

Já o Rei Afonso VI de Castela é descrito como:

muy boõ rey e manteve bẽ os reynos e muy sesudamente, assi que todollos altos homeẽs e ainda os outros do seu senhorio vyvyã tanto ẽ paz que nõ huũ nõ tomava armas cõtra ho outro. Ca el Rei era mui bravo e justiçoso, em tal guisa que nõ hũu nõ acharia quem lhe fizesse nojo. E, em quanto el Rei dom Afonso reynou, nõca os do seu senhorio ouverom de fazer servidõ a homẽ do mundo.⁶⁴⁹

Nos dois trechos o que se destaca é o fato dos reis praticarem a justiça em seus reinos, aparecendo a paz como consequência de suas ações. O Rei Ramiro afirmou-se como Rei das Astúrias assegurando justiça, direito e paz enquanto durou seu reinado. Já o Rei Afonso VI teria alcançado a paz no reino, correspondendo aqui a uma ideia apontada por Nieto Soria, através de suas conquistas territoriais incluindo a cidade de Toledo em 1085. Garantiu dessa forma que as armas não fossem tomadas gerando divisões entre os cristãos, impedindo ainda que seus homens se dirigissem a outros reinos. Cada vez mais a justiça passa a ser vista como um atributo régio, em um contexto onde manter o reino em paz já não é mais um critério suficiente, favorecendo assim a identificação e confusão entre justiça e bom governo⁶⁵⁰.

Levando em conta o que coloca Nieto Soria de que a paz está relacionada ao compromisso régio de ampliar o reino através da conquista e repovoamento é que se pode analisar a imagem construída em torno do Rei Fernando III de Castela. O Rei é descrito, ao longo do texto cronístico, de forma a ressaltar suas inúmeras conquistas à frente do reino “sempre trabalhou de tomar a terra aos mouros e poboalla de cristãos. E, se mais longamente vivera, quisera passar em Cepta pera conquistar os mouros d’aalen mar. [...]”

⁶⁴⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1954. Op. Cit., p. 401.

⁶⁴⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 409.

⁶⁵⁰ NIETO SORIA, 2002. Op. Cit., p. 351.

Este gaanhou dos mouros gram parte da terra que el rey don Rodrigo perdera.”⁶⁵¹

Ao seu filho Afonso deixa a Hispânia, seja ela conquistada ou tributária, tal qual havia sido perdida pelo Rei Rodrigo. Ao final da descrição o Rei Fernando III é associado a Espan

e bem assy como no tempo da morte de Espam, aquel bõ rey que pobrou e afortegou Spanha, foi feito gram doo e planto per toda a terra, assi foy feito gram doo por el rey dom Fernando, en guisa que nũca os poboos dos reynos de Castella e de Leon tal planto fezeron por nenhũu rey que lhes ante nem depois morresse. Ca ben assi como Espam pobrou Espanha de gentes de Grecia e doutras muytas partes, bem assi este muy nobre rey dom Fernando pobrou grande parte d'Espanha, tirando della os mouros e dandoa aos cristãaos.⁶⁵²

O Rei Fernando teria conseguido assim manter o reino em justiça e paz, alcançada através de suas conquistas, expandindo o território a ser ocupado pelos cristãos e repovoando-o, tal qual fizera Espan. Quando Afonso X assumiu o trono de Castela em 1252, o reino encontrava-se em seu apogeu

cuatro años antes, su padre había conquistado Sevilla; en los años anteriores había obtenido la rendición de Jaén y Córdoba, ganado así terreno para la cristiandad, hecho del que presumían los españoles desde el comienzo del siglo, precisamente en una época en la que los cristianos perdían terreno en Tierra Santa y los llamamientos a la cruzada no obtenían el efecto deseado. A la corte de Castilla afluían los emisarios y poetas del mundo entero.⁶⁵³

Com suas conquistas conseguira direcionar as hostes cristãs para o combate frente aos muçulmanos, evitando o enfrentamento entre os cristãos, superando assim momentos onde a “guerra que soya seer antre os cristaãos e os mouros tornousse toda entre os cristaãos, matandosse os irmãos e os parentes huñs cõ outros.”⁶⁵⁴ Fato esse que trazia instabilidade para o reino e divisão entre os cristãos, impossibilitando a existência do amor e da amizade. O enfoque do relato nesse ponto está relacionado à hispanidade “una historia que excede de la identificación con un reino para mostrar una peripecia

⁶⁵¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 491.

⁶⁵² Ibid., p. 496.

⁶⁵³ RUCQUOI, Adeline e BIZZARRI, Hugo O. Los espejos de príncipes en Castilla: entre Oriente y Occidente. In: **Cuadernos de Historia de España**. V. 79 n. 1. Buenos Aires Ene/Dic. 2005. p. 05.

⁶⁵⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1961. Op. Cit., p. 364.

histórica más amplia que se extiende a un espacio cultural que, sin tener ahora, en tiempos bajomedievales, identidad política, no dejará de asumir una función de sujeto histórico reconocible.”⁶⁵⁵

Já a associação entre Fernando III e Espam não é aleatória, está relacionada, segundo coloca Nieto Soria, com a chegada à Península Ibérica de novas tendências culturais, como as vinculadas ao humanismo, que favoreciam uma visão mais complexa do passado, ressaltando sua função legitimadora na construção de um espaço histórico e na legitimação monárquica.⁶⁵⁶ Buscava-se nesse contexto elaborar genealogias de reis e de reinos a partir de um critério de continuidade, inter-relacionando o histórico, o mitológico e o lendário. Enquanto que para os reis

se hablaba de una continuidad que se retrotraía al rey Hispan, para el reino, planteado en clave Hispánica; se señalaban genealogías que lo remontaban a la misma época troyana hasta llegar a la época visigoda como momento de particular relieve legitimador para los eventos históricos propiamente medievales.⁶⁵⁷

A figura do Rei é justificada perante a nobreza, segundo a argumentação empregada pelo Conde no *Livro de Linhagens*, como elemento chave na aplicação da justiça, pois, “se os homees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus.”⁶⁵⁸ Aparecendo assim a prática da justiça como uma das principais virtudes do bom monarca, associada à capacidade de manter seu reino em paz, exercendo-a de forma piedosa.

Ao escrever acerca das monarquias feudais, Guy Fourquin destaca que o papel essencial do Rei consiste em ser o juiz supremo, salienta ainda que a “justiça no que ela tem de terrestre, nunca é mais do que a aplicação da lei.”⁶⁵⁹ Nesse caso o que se percebe é que tem destaque a função legislativa do Rei, relacionada tanto à elaboração das leis como de sua aplicabilidade e cumprimento.

⁶⁵⁵ NIETO SORIA, 2002. Op. Cit., p. 356.

⁶⁵⁶ Ibid., p. 357.

⁶⁵⁷ Ibid., p. 357.

⁶⁵⁸ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. p. 55-56.

⁶⁵⁹ FOURQUIN, 1987. Op. Cit., p. 104.

O papel do Rei como legislador é destacado no trecho que descreve o Rei Afonso V de Leão. Ao reconstruir a cidade de Leão, que fora destruída por Almançor: “deulhe boôs foros e costumes, quaaes devya de aver tam boa cidade, e a todo o reyno. [...] Confirmou as leis dos Godos e acrescentou outras que oje ã dia husam enno reyno de Leon.”⁶⁶⁰

O Rei Fernando III de Leão/Castela é descrito de forma a ressaltar seu papel de aplicador da justiça no reino, como pode ser observado no trecho a seguir: “depois que foy casado com a Raynha dona Johana começou d’andar pellas cidades e villas de Castella e de Leon, aderençoandoas em bõo regimento e repayrandoas do que era mester, fazendo a todos dereito e justiça.”⁶⁶¹

Os reis ao serem coroados juravam fazer justiça dentro do reino, considerada importantíssima, já que “representava um sinal da sua autoridade e uma arma graças à qual, podiam alcançar a supremacia nos seus reinos.”⁶⁶² Era dever dos reis recém coroados “practicar la justicia y conducir a los súbditos por el recto camino haciendo uso de la facultad correctiva del gobernante secular.”⁶⁶³

O exercício da justiça representava uma forma de proteção contra a violência, sendo dever do Rei, zelar para que a mesma fosse promovida em todo o reino. Exercendo a justiça, o Rei poderia “centralizar sua autoridade e sobrepô-la aos poderes locais que haviam privatizado prerrogativas originalmente pertencentes ao poder central.”⁶⁶⁴ Devendo recordar-se que o

⁶⁶⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344**, 1961. Op. Cit., p. 225.

⁶⁶¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**, 1990. Op. Cit., p. 419. Ao rei Fernando III são atribuídos ainda outros trechos que reforçam ideia aqui apresentada: “depois que esteve em Tolledo alguũs dias, partiosse dhi e passou a serra fazendo justiça e boon regimento na terra” (**Crónica Geral de Espanha de 1344**, 1990. p. 372); “sayusse de Salamanca e foisse andar pello reyno, hordenandoo muy bem e fazendo suas justiças” (**Crónica Geral de Espanha de 1344**, 1990. p. 392); “depois que el rey dõ Fernando foy sãao daquela door, foisse pella terra por fazer justiça e a correger d’algũas cousas que lhe compriam” (**Crónica Geral de Espanha de 1344** 1990. p. 430); “este rey deu en seus reynos muytos e bõs foros e franquezas e grandes liberdades. Elle foy muy leal e verdadeiro e justioso” (**Crónica Geral de Espanha de 1344** 1990. p. 491).

⁶⁶² STRAYER, Joseph. **As origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, S/D. p. 36.

⁶⁶³ MIETHKE, 1993. Op. Cit., p. 25.

⁶⁶⁴ FERNANDES, Fátima Regina. **Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá, 2000b. p. 42.

conceito de *rex* só se concretiza se o Rei “gobierna pía, justa y misericordiosamente.”⁶⁶⁵

Um caso representativo dessa ideia está associado ao Rei Afonso VI de Castela e ao Cid. O Rei havia indicado os infantes de Carrion para se casarem com as filhas do cavaleiro, o casamento acabou com os infantes desonrando suas esposas, que feridas foram abandonadas em meio a uma floresta. O Rei assim que soube, por Pedro Vermuiz, o que acontecera teria dito: “se foron deshonoradas a torto, nõ o merecendo, seeram vingadas a dereito, assi como minha corte mandar.”⁶⁶⁶ As Cortes foram convocadas para dali a três meses, em Toledo.

Ao chegar em Valência Pedro Vermuiz relatou a Rodrigo a decisão do Rei, em convocar as cortes para decidir sobre o caso. Ao ver a esposa do cavaleiro em prantos, pelo que aconteceu com suas filhas, tentou consolá-la dizendo que: “nõ tomasse tã grande quebrãto, ca cedo averya fremosa vîgãça dos treedores que tal torto fizeram, ou todollos parentes do Cide prenderiã morte, salvo se per elle mîguar.”⁶⁶⁷ Imediatamente foi repreendido por Rodrigo que disse que muitas vezes a vingança acaba sendo pior que o fato em si, deixou claro que conforme decisão do Rei ele, assim que ouvisse das suas filhas o que realmente aconteceu, iria às Cortes para decidir o caso.

O Cid, no prazo estabelecido pelo Rei, dirigiu-se para Toledo com quantos homens pode levar consigo. A assembleia de Cortes convocada pelo Rei para o julgamento dos infantes de Carrion, e seu desenrolar, é descrita ao longo de vinte e quatro páginas. Após todos estarem reunidos no local onde a assembleia aconteceria, o Rei convocou os alcaides que, após ouvirem todas as partes, dariam a sentença. Em primeiro lugar o Cid exigiu que os dois infantes lhe devolvessem as espadas que os dera, os alcaides julgaram justo o que pedia, diante da recusa dos infantes em devolver as espadas o próprio Rei foi pegá-las.

Como segunda demanda pediu aos infantes que lhe devolvessem o dote que receberam quando do casamento. Após os alcaides ouvirem ambas as partes deram a sentença: “os iffantes conhociã que lhes o Cide dera o seu aver

⁶⁶⁵ MIETHKE, 1993. Op. Cit., p. 26.

⁶⁶⁶ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 136.

⁶⁶⁷ Ibid., p. 138.

cõ suas filhas e lhas leixarom, que lho entregassem alli logo sem outro prazo nẽ hũu. E esta sêtença deu por todollos outros o Conde dom Nuno de Lara. E el Rei confirmou seu juizo.”⁶⁶⁸

Como terceira demanda pediu a reparação da desonra sofrida por suas filhas, por meio do seguinte discurso:

e porẽ vos peço, senhor, por mercee, que me mandedes dar delles dereito e da deshõrra que me fezerõ. E certo, senhor, se vós esto bem vyrdes, a vós fezerõ mayor deshõrra que a mÿ. E, se me vós e vossa corte nõ quiseredes delles dar dereito, seja vossa mercee que o leixedes vós a mÿ tomar, ca, com a mercee de Deus e vossa, eu os decerei da hõrra em que som postos, ã tal maneira que eu e mynhas filhas ficaremos honrrados, ca melhores homẽes que elles ei eu vençudos. E, se o vós tiverdes por bẽ, dentro ã Carriõ, por que he a sua herdade, os yrei cercar e tomar presos pellas gargantas. E levallos ei cõmigo a Vallença e tomarã peendencia do pecado que fezerom. E, senhor, se eu esto nõ cumprir dademe por treedor.”⁶⁶⁹

A resposta do Rei foi firme: “vós em mynha corte stades, demandadeos per dereito. E elles salvensse cõ sua razõ, se poderem. E, de como o feito passar, os juízes daram tal sentença como virem que he dereito.”⁶⁷⁰ Após ouvir as partes envolvidas, o Rei saiu com os alcaides para decidirem a sentença, quando retornaram ao paço disse aos presentes:

Eu, avydo consselho cõ os condes que eu dei em este feito por juizes ãtre o Cide Roy Diaz da hũa parte e os iffantes de Carriõ e seu tyo Sueiro Gonçalvez da outra – por que me fezeron entendente que elle foy consselhador da deshõrra das filhas do Cide – e, por salvarẽ seu dereito, lidem cõ outros tres cavalleiros quaaes o Cide der de sua casa. E salvensse, se poderẽ.”⁶⁷¹

A sentença dada pelo Rei foi reconhecida pelo cavaleiro que se colocou a seu serviço. É importante ressaltar aqui em primeiro lugar a posição do Cid em reprimir Pedro Vermuiz dizendo que não praticaria a vingança pessoal, contra os infantes de Carrion, confiando na justiça a ser tomada nas Cortes, convocadas pelo Rei. Em segundo lugar toda a descrição do julgamento merece destaque, desde a designação dos alcaides até a tomada das decisões. O Rei chama para si a responsabilidade pela sentença final, obtendo respeito e reconhecimento. A ordem das demandas, colocadas pelo cavaleiro,

⁶⁶⁸ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit., p. 147.

⁶⁶⁹ Ibid., p. 148.

⁶⁷⁰ Ibid., p. 148.

⁶⁷¹ Ibid., p. 154.

também não passou despercebida: as armas, o dote e por fim a honra, nem por isso a menos importante ou de menor relevância no processo todo.

Por meio do “julgamento dos Infantes de Carrion” fortalece-se a ideia de que para dirimir as controvérsias se fazia necessária a figura régia como responsável pela manutenção da ordem política, por meio de um diálogo constante que implicasse em concessões e cobranças equilibradas, possibilitando “decisiones justas acerca de intereses en conflicto, que castigue la injusticia y que, en casos de necesidad, tome deciones en favor del bien común.”⁶⁷²

O bom Rei devia zelar pelo bem comum dentro de seu reino, como se encontra reforçado no trecho em que o Conde Henrique instrui Afonso Henriques:

Filho, toda a terra que eu leixo, que he des Estorga ataa Leão e ataa Coimbra, non percas della nã hũa cousa, ca eu a tomei cõ muyto trabalho. Filho, toma esforço do meu coração e sey semelhavel a mÿ. E sey companheiro aos fidalgos e dalhes todos os seus direitos. E aos côelhos fazehe hõrra. E faze de guisa que nã leixes de fazer justiça. [...] E non consentas os teus homens seer sobervosos e atrevidos em mal fazer nem façam força a nehũu, ca perderias teu boo preço se taaes cousas nã castigasses.⁶⁷³

Devia o Rei se responsabilizar para que determinadas atitudes não se tornassem práticas recorrentes entre seus vassalos. Se havia a necessidade de zelar por elas, era sinal de que na realidade elas não estavam presentes. O Rei devia ser superior aos homens, era ele quem ditava as leis que deveriam reger a sociedade, zelando para que o bem comum fosse construído para o reino e não para um grupo específico.

A sociedade medieval, marcada por inúmeras diferenças, entre os grupos que a constituíam, só poderia ser “concebida como un todo ordenado

⁶⁷² MIETHKE, 1993. Op. Cit., p. 120.

⁶⁷³ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 215-216. O mesmo trecho encontra-se referenciado também no *Livro de Linhagens* com poucas alterações: “Filho, toda esta terra que te eu leixo des Astorga ataa Coimbra, nom perdas ende ãu palmo, ca eu a gaanhei com gram coita. E, filho, toma do meu coração algũa cousa, que sejas esforçado e sejas companheiro dos filhos d’algo, e da-lhes sãs soldadas todas. E aos concelhos, faze-lhes honra, em guisa como hajam todos dereito, assi os grandes come os pequenos. E faze sempre justiça e aguarda em ela piedade aguisada. [...]E nom consentas em nem ãa guisa que teus homees sejam soberbos nem atrevidos em mal, nem façam pesar a nem ãu, nem digam torto, ca tu perderias porem o teu boo preço se o nom vedasses.” **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. 1980. Op. Cit. p. 124.

siempre que este todo se mantenga unido de forma ordenada.”⁶⁷⁴ Nesse sentido, pode-se dizer que o Conde escrevera suas obras como forma de contribuir para a constituição da unidade hispânica. Para tanto, valorizou determinadas características do código vassálico como o amor e a amizade: “compugne este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha.”⁶⁷⁵

O funcionamento da sociedade deve estar pautado na manutenção de um equilíbrio entre o Rei e suas bases de poder (nobreza, membros dos Concelhos). Estabelecia-se assim um pacto que não poderia ser rompido unilateralmente sob o risco de deposição régia ou perseguição justificada. O equilíbrio entre Rei e nobreza, baseava-se na criação de laços de fidelidade, permitindo assim que se estabilizassem os atritos constantes entre os dois grupos, garantindo o bem comum.

Há um trecho representativo do que poderia acontecer ao Rei, caso não fosse capaz de manter a ordem no reino. O Rei, segundo Armindo de Souza, comporta

equidade, lei, punição, paz. E absorve na sua imagem ideais de tribunais, correições, juizados, alcaidias, tabeliados, cortes, chancelarias, cadeias e patíbulo. Quando isso não funciona ou funciona mal, o monarca é acusado de *imbecilis* e pode ver periclitados o estatuto e a legitimidade. Porque ser justo e manter justiça é a sua nota distintiva e principal tarefa.⁶⁷⁶

No início, de seu reinado, o Rei Sancho II de Portugal “começou de seer muy boo rey. Mas ouve maaos consselheiros e leychou de fazer justiça, en tal guisa que desperecia a terra e hia todo ã perdiçom, ca roubavã os caminhos e faziã todo dãpno na terra e elle ã tomava a ello ã hũa cousa.”⁶⁷⁷ Diante da atitude do Rei, influenciado por maus conselheiros, a solução encontrada foi recorrer ao Papa para que designasse alguém capaz de governar o reino. O Papa designou Afonso, o Conde de Bolonha, irmão do Rei, para que fosse à Portugal “governar e reger a terra. E mandou cõ elle seus legados que

⁶⁷⁴ MIETHKE, 1993. Op. Cit., p. 82.

⁶⁷⁵ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. 1980. Op. Cit. p. 55.

⁶⁷⁶ SOUZA, Armindo de. Imagens e utopias em Portugal nos fins da Idade Média: a imagem consentida de rei. In: **Revista Portuguesa de História**. Tomo XXXI. Vol. II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996. p. 11.

⁶⁷⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 238.

preegassen na terra e que lhe fezessem entregar as villas e os castellos pera poder poer alcaides e justiças em ellas pera se fazer dereito e justiça.”⁶⁷⁸

O rei Afonso III assumiu o reino de Portugal, em meio a uma guerra civil, como Regedor e Defensor do Reino, em função do Papa reconhecê-lo como sucessor de Sancho II somente após a morte deste. O Conde Afonso de Bolonha foi assim enviado à Portugal “para evitar o risco iminente de destruir e perder a monarquia, situação provocada pela incapacidade de Sancho II.”⁶⁷⁹ Afonso III é descrito como tendo sido “muy boo e muy justiçoso e corregeo toda a terra que stava muy danyficada do tempo de seu irmão.”⁶⁸⁰

Seguindo a ideia de que somente o Rei era “encargado de promover y preservar la paz (la Paz del rey), al pueblo no se le consideraba apto para saber en qué residían sus propios intereses ni qué era lo mejor con miras a la paz,”⁶⁸¹ Afonso III orientou a política de seu reinado para a centralização, como forma de garantir a paz e o bem comum. Ao final de seu reinado conseguiu pacificar o reino “cumprindo assim os seus deveres de defensor da justiça,”⁶⁸² sendo reconhecido, tanto no *Livro de Linhagens* como na *Crônica de 1344* como o Rei capaz de manter seu reino em paz, sem contenda nenhuma.

Foi a partir do reinado de Afonso III que a justiça começou a constituir-se em Portugal como instituição, com órgãos competentes, princípios e formas de execução jurídica. A *Utilitas Publica* de um Rei está relacionada à promoção ou não das guerras e ainda na distribuição de justiça e paz aos súditos, ele “precisa chamar a si a justiça; numa palavra, o Rei necessita centralizar o poder, [...], difundir os princípios do Direito Romano através da justiça e da administração do reino”⁶⁸³.

Os ideais de paz e justiça que se espera que o Rei faça predominar em seu reino

⁶⁷⁸ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 239.

⁶⁷⁹ FERNANDES, 2000b. Op. Cit., p. 29.

⁶⁸⁰ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 242.

⁶⁸¹ ULLMANN, 1983. Op. Cit., p. 128.

⁶⁸² MATTOSO, 1988b. Op. Cit. p. 137.

⁶⁸³ FERNANDES, Fátima Regina. A recepção do Direito Romano no ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. **História Questões e Debates**. Curitiba, 2005. V. 1, N. 41, p. 77.

têm conotação escatológica. Representam o fim para o qual deve tender a humanidade de maneira a apresentar-se no Juízo Final em condição de ser salva. Mas se o *rex iustus* é uma expressão banal, atribuída sem intenção particular a numerosos reis, *rex pacificus*, em compensação, sublinha o caráter escatológico do rei e sua vocação a ser um messias e a preparar o milênio que prefigurarà na terra, ao final dos tempos, a era dos santos.⁶⁸⁴

No discurso feito pelo Conde Henrique a Afonso Henriques há um trecho que sintetiza o papel a ser desempenhado pela justiça no interior do reino: “E porem meu filho, sempre em teu coração ama justiça, ca o dia que a leixares de fazer hũu palmo, logo o outro dia ella se afastara de ty hũa braça. E porem, meu filho, ama a justiça e averas e beenção de Deus e a graaça e benquerença das gentes.”⁶⁸⁵

É o Rei quem reconhece certos direitos consuetudinários concelhios como oficiais, é ele quem fixa critérios e procedimentos de ação judicial. O Rei é responsável pela garantia dos direitos dos envolvidos com a justiça, sendo ainda aquele que “garante o Direito, a justiça tende a deixar de ser um privilégio para ser um direito de todos em nome do Rei.”⁶⁸⁶

O Rei aparecia dentro do reino, como o responsável pelo julgamento dos nobres, em questões que os colocam uns contra os outros. Colocava-se como “última instância de Justiça, captando para si as expectativas de resolução de questões que até então estavam sob o jugo arbitrário dos juízes locais, normalmente parciais nos interesses dos senhores locais que os instituíam.”⁶⁸⁷

A justiça estava fundada na “noção de autoridade pública e pelo seu caráter, a um só tempo oficial e legal, é fundamentalmente diferente da vingança, cujo objetivo é de ordem privada.”⁶⁸⁸ Sua existência supõe que o poder possa intervir para indicar a infração da lei, com condições de sentenciar. Segundo Claude Gauvard, para os teóricos do Direito da época medieval, a

⁶⁸⁴ LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002b. p. 408.

⁶⁸⁵ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 215-216. Esse trecho aparece também de forma muito semelhante no *Livro de Linhagens*: “faze sempre justiça e aguarda em ela piedade aguizada, ca se um dia leixares de fazer justiça ũu palmo, logo outro dia se arredará de ti ũa braça e do teu coração. E porem meu filho, tem sempre justiça em teu coração e haverás Deus e as gentes.” **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. 1980. Op. Cit., p. 123-124.

⁶⁸⁶ FERNANDES, 2000b. Op. Cit., p. 95.

⁶⁸⁷ FERNANDES, 2005. Op. Cit., p. 77.

⁶⁸⁸ GAUVARD, 2002. Op. Cit., p. 55-56.

vingança não pode conduzir à paz, na medida em que a paz “é filha exclusiva da justiça. Pode-se mesmo dizer que a paz é objeto de negociações, palavras e gestos que substituem iniciativas privadas, sem que predominasse por isso a anarquia.”⁶⁸⁹

O exercício da justiça encontra-se a atrelado, no relato cronístico, também a Nuno Rassoira, personagem que não era Rei, porém teve grande relevância no reino castelhano em função de ser a cabeça da linhagem dos reis de Castela, e de muitos outros homens bons do reino.⁶⁹⁰ O alcaide Nuno Rassoira

poucas vezes livrava preto per juízo, mas ante punhava em avïir os homeens per amizade e per amor, ênos preitos que viinhã perante elle, que nom per affrontallos per sanha de juízo. E, por esta razon, era muyto amado de todos e queryanlhe muy grande bem por este feito tam boo que fazia. [...] Foy homen que souve entender em seus juízos e ennas outras cousas que avya de fazer per siso e cordura, e fazia em toda guyssa muy bê sua fazenda.⁶⁹¹

É ressaltada no trecho a forma como o alcaide julgava: valorizando o amor e a amizade, valores esses considerados de suma importância para a organização da sociedade, de acordo com o que está presente no texto Cronístico. Segundo o relato, também o filho do alcaide Nuno Rossoira, Gonçalo Nunez, se destacara pela forma como mantinha a terra em paz e em justiça. Outra personagem, não régia, merece destaque pelo fato de chamar para si a aplicação da justiça, trata-se do Cid ao assumir o governo da cidade de Valência.⁶⁹² A justiça encontra-se associada também a um Rei muçulmano: Miramolim, que “defendeu muy bê sua terra e manteve seus poboos ã justiça.”⁶⁹³

Além, dos trechos associados diretamente aos reis, é importante destacar o papel preponderante que possuem, ao longo do relato, os conselheiros do Rei, cabia ao Rei “tomar conselho e saber discernir os bons

⁶⁸⁹ GAUVARD, 2002. Op. Cit., p. 59.

⁶⁹⁰ Da linhagem dos juizes castelhanos “Alaÿ Calvo e Nuno Rassoira veherom despois os reis de Castella e outros muytos homeens boos, assi como vollo divisaremos adyante. Dom Nuno Rassoira ouve uña filha que ouve nome Tareyja Nunez e hũu filho que ouve nome dom Gonçallo Nunez; e de este Gonçallo Nunez sayu o Conde dõ Fernam Gonçalvez, onde veheron os reis de Castella.” **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 478.

⁶⁹¹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1954. Op. Cit., p. 482.

⁶⁹² **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 98.

⁶⁹³ Ibid., p. 41.

dos maus conselheiros.”⁶⁹⁴ O fato de ter bons ou maus conselheiros é de fundamental importância na condução da justiça dentro do reino. A importância de se ter bons conselheiros, pode ser percebida no trecho em que o Conde Fernão Gonçalves ressalta aos seus homens a necessidade de serem bons conselheiros:

a cousa que ao senhor mais compre assy he o boõ conselheiro, ca muyto val mais que aquelle que bem lida, por que, no conselheiro, jaz o bẽ e o mal. E o senhor devesse de conselhar muyto ameude, por que nõ ajam os homeẽs em elle que travar; e pode, per maaõ conselho, aver erro que nõca, per lida que faça, o pode desfazer. E o boõ conselheiro nom deve de aver medo nõ vergonça ao senhor, mas dizerlhe toda a verdade e o que he de dereyto. Mas alguũs ha hy que, em logar de seerem conselheiros, som aduladores ou louvamyneiros que nõ querem ou nõ ousam al conselhar ao senhor se nõ o que entendẽ que lhe mais prazera, dizendolhe que aquello he o melhor. Estes taaes cõsselheiros som muy perigosos e nõ se podem escusar que muy grande culpa nõ ham e dignos de toda perdiçom, ca se pode perder hũu muy grande homen per hũu maaõ conselheiro. Mas o que bem quer conselhar o senhor deve primeiramẽte veer e pensar todo o feito que he ou a que pode recudyr ataa a prestumeira cousa; e deve guardar a sy meesmo que nõ seja bandeiro. E nõ se deve vencer por medo nõ por vergonça, nem por grande amizade, nõ outrossy por grande desamor, nõ por grandes dões, nem por outros offricimentos de dar nem prometer, se conselho quer dar a seu senhor.⁶⁹⁵

Nesse trecho pode-se perceber a importância dada aos conselheiros, são eles portadores do “bem e do mal.” Uma vez dado o conselho pode não mais ser possível voltar atrás, devendo ele sempre dizer a verdade, não se deixando levar por fatores que possam influenciá-lo negativamente como: o medo, a vergonha, a amizade, o desamor.

A narrativa acerca do Rei Garcia, filho do Rei Fernando I de Castela, traz consequências para o mal conselheiro. Relata a atitude dos demais conselheiros frente a um mal conselheiro do Rei:

elle avya por conselheiro hũu seu privado, per que se elle muito regia, e este sabia todas suas poridades e era homẽ de maaõs conselhos e era cõtra os ricos homẽes e fidalgos e contra todollos outros nobres homẽes. E elles, veendo o seu muy maaõ conselho e como se el Rei nõ queria com outro nõ hũu conselhar, e veendo o grande perigoo em que elles e seu senhor eram, per aazo e cajon de tal homen, ouverõ conselho como matassen ãte el Rei e que assi seeria tirado dantre elles todo maaõ conselho. Feito este acordo, foi logo posto ã obra, ca o matarõ em sua presença.⁶⁹⁶

⁶⁹⁴ SOUZA, 1996. Op. Cit., p. 10

⁶⁹⁵ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1961. Op. Cit., p. 90.

⁶⁹⁶ Ibid., p. 356. No *Livro de Linhagens* o Conde ao referir-se ao mesmo episódio nomeia o responsável pela morte do mal conselheiro: “veendo el (Rodrigo Froiaz) como este rei dom

Como último ponto a ressaltar relacionado aos maus conselheiros está um trecho relativo ao Rei Fernando II de Leão, onde a opinião do Cronista, acerca do assunto, aparece: “el rey dō Fernando de Leon sayu muy bõo rey senõ que tragia maaos conselheiros, a qual cousa he muito empreençível aos reis, ca mytos delles foron perdidos per maaos conselheiros como este ouvera de seer.”⁶⁹⁷

Qual intuito teria tido o Conde Pedro Afonso ao valorizar a imagem do Rei justo, podendo ser encontrados diversos trechos narrativos, que exemplificam tal prática? O exercício da justiça dentro do reino exige que seja recuperada a ordem perdida. Nada mais pertinente de se escrever quando se está inserido numa realidade marcada por antagonismos e disputas entre Rei e nobreza. É dever do Rei zelar pelo exercício da justiça, valorizando costumes e tradições, dessa forma a ordem retornaria ao reino. O Conde Pedro Afonso escreve suas obras formulando regras de conduta aos príncipes e a todos os que se ocupam da política dentro do reino.

Garcia havia ãu privado em que poinha toda sa fiuza, e falava com el todos seus feitos apartadamente, e lhe dava mui maos conselhos, estremadamente em percebimento de guerra que havia d’haver com seu irmão, e que nom falava destes feitos rem com os ricos homees seus, nem com aqueles que em tal feito o haviam de conselhar e servir, chamou ãu dia os ricos homees, e todos a ãa voz pidirom a el rei por mercee que lançasse de sa casa aquele privado. E el rei nom nos creoo, e o privado acrescentou em seus maos conselhos cada dia mais. E veendo dom Rodrigo Froiaz a sa maldade, e como fazia perder a el rei sa terra, ãu dia entrou pelo paaço e matou i o privado. **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op. Cit. p. 224-225.

⁶⁹⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit., p. 266.

5 O CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS: ATOR E AUTOR DA HISTÓRIA

Chega-se aqui ao momento de fechamento da análise da *Crônica Geral de Espanha de 1344* e nada melhor do que dedicar essa parte da análise, levando-se em conta todos os pontos trabalhados até o momento, para o contexto vivido pelo autor Conde Pedro Afonso, segundo seu próprio relato. Algumas indagações são importantes, a fim de nortear a análise: de que forma seu relato se insere no contexto da obra? O que esperava: justificar suas ações no contexto da guerra civil? Enaltecer a figura do Rei Dinis, como modelo ideal de monarca? Ressaltar mais uma vez a necessidade do amor e da amizade entre os nobres fidalgos da Hispânia?

Como primeiro ponto é importante destacar a relevância dos relatos relativos ao reinado de Dinis, pai do Conde Pedro Afonso, objeto da presente análise. Existe uma grande probabilidade desses relatos terem sido realmente escritos pelo Conde, apesar de estarem, segundo coloca Isabel de Barros Dias, presente em alguns manuscritos da segunda redação do texto cronístico. A autoria de tais trechos foi confirmada por Luís Filipe Lindley Cintra, que se refere aos mesmos da seguinte forma:

trata-se da época em que viveu o autor da obra e, para a descrever, ele não precisa de se valer de fontes escritas. Baseia-se na sua própria memória ou no testemunho de contemporâneos. [...] D. Pedro, Conde de Barcelos, desempenhou importante papel na vida pública, há numerosas informações acerca da sua actuação, algumas delas com nítido carácter de justificação de atitudes por ele tomadas. E concluímos que ao próprio D. Pedro se deve certamente a redacção deste trecho, como a própria compilação de toda a Crónica.⁶⁹⁸

Levando em conta a confirmação da autoria apontada por Lindley Cintra é que serão analisados os pontos a seguir.

⁶⁹⁸ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 397.

5.1 O REI DINIS

O relato cronístico acerca do reinado de Dinis inicia com um elogio ao Rei, ressaltando suas virtudes:

Este foy o melhor rey e mais justiçaoso nen mais honrrado que ouve em Portugal des o tempo del rey dõ Affonso, o primeiro, ataa o seu tempo. [...] Este rey foy o mais dereito em justiça tẽperada cõ piedade que ouve ã Espanha. E este foy muy boo cristãao e fez muyto ben aas ordẽes e acrecentou aos filhos d'algo nas cõtias e terras que delle tinham. E este ouve muytos mais vassalos que os outros reys que ante elle foram. Este pobrou muytos logares e villas em Portugal e outras cercou muy bem.⁶⁹⁹

No trecho já ficam demonstrados alguns pontos relevantes na caracterização de Dinis: modelo de Rei justo, bom cristão, fez doações de terras aos vassalos além de povoar muitos lugares. Essas características serão ressaltadas ao longo de todo o relato, projetando assim uma imagem régia.

Ao analisar o reinado de Dinis, observa-se que suas primeiras medidas estiveram ligadas à pronta aplicação da justiça, como forma de conter a criminalidade, contribuindo para o sossego das populações: procurava uma atuação mais justa, estando mais disposto a proteger os povos do que exercer dureza sobre eles.

Seu reinado ficou conhecido como a primeira administração completa que houve em Portugal, com leis assentadas na realidade política, econômica e social, além da obrigatoriedade de seu cumprimento. Durante seu reinado, não permitiu que o poder senhorial pusesse em causa o princípio de soberania, atributo da nobreza.⁷⁰⁰

Dinis teve seu governo marcado também pelo fato do reino português subsistir como reino independente no âmbito da Hispânia, sendo seu soberano considerado interlocutor essencial e autoridade política respeitada por todos. Tal prestígio foi alcançado pela implantação de seu poder no interior do Reino, mas também pelos triunfos acumulados por seu pai e pelo poder material por ele adquirido, sendo respeitado também fora das fronteiras portuguesas. O reino português caracterizou-se ainda pelo fato de, por mais de trinta anos,

⁶⁹⁹ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 243.

⁷⁰⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. p. 247.

garantir internamente a ordem pública, enquanto Castela caracterizava-se pela instabilidade governativa e conflitos sociais no mesmo período.⁷⁰¹

Internamente como os ataques muçulmanos já não representavam um perigo, preocupou-se Dinis em consolidar as fronteiras. Procurou atender castelos e fortalezas que se encontravam em ruínas, concedeu foros, obrigações e benefícios, fundou vilas e fortalezas, promoveu a fundação de outros núcleos militares para a segurança do reino, e por meio dos “dois serviços – de conselho, de ajuda militar e financeira – devidos ao senhor pelos vassallos, (pode o) Rei suserano reunir exércitos.”⁷⁰² Promoveu ainda a organização de uma força naval, nomeando para almirante Nuno Fernando Cogominho, depois substituído por Manuel Pessanha, “mais do que atacar Marrocos ou Granada, o Rei pretendia, evidentemente, combater a pirataria sarracena que assolava as costas portuguesas.”⁷⁰³

Ainda relacionado ao processo de proteção das regiões de fronteira, percebe-se o esforço de Dinis em tornar independentes de províncias não portuguesas as ordens militares, “numa época em que o monarca procurava definir a fronteira, impunha-se que a ação dos cavaleiros-monges dependesse apenas da sua autoridade. Não podia o mestre castelhano, para além do direito de visita que lhe era reconhecido, interferir na esfera política e militar dos cavaleiros.”⁷⁰⁴

A obra legislativa de Dinis caracterizou-se, principalmente, pelo intuito de assegurar a eficácia do aparelho administrativo, destinado a garantir de maneira direta ou indireta a cobrança de foros e rendas da coroa. Esse processo de concentração de poder político e econômico na pessoa do Rei permitia-lhe combater o poder senhorial. Para isso fez uso dos instrumentos jurídicos que estavam ao seu dispor, chegando a pegar em armas, se fosse necessário para atingir seus objetivos.

⁷⁰¹ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 149.

⁷⁰² Segundo Guy Fourquin o rei Felipe II, da França, pode ser citado como um rei, tal qual Dinis, que preocupou-se em melhor guarnecer as fortalezas da região de fronteira, além de preocupar-se em ampliar suas tropas através dos serviços de conselho e ajuda militar devidos pelos vassallos ao rei suserano. FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 103.

⁷⁰³ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 154.

⁷⁰⁴ SERRÃO, 1979. Op. Cit., p. 255.

Como exemplo de sua obra legislativa, pode ser citada a publicação da Quarta Lei de Desamortização de 1305, nela Dinis proibiu os nobres de armar cavaleiros os vilãos dos Concelhos, declarando que só o Rei podia exercer este privilégio.⁷⁰⁵ Dessa maneira impediria que os Concelhos perdessem seus direitos, evitando ainda que certos nobres aumentassem seu efetivo armado, pondo em risco a paz pública, afirmava dessa forma “claramente ser o Rei a única autoridade com o direito de tornar cavaleiro quem não é nobre de sangue. É ele, portanto, o senhor e juiz do acesso à nobreza, o único que pode suprir o defeito do nascimento.”⁷⁰⁶

O conflito que teve no início de seu reinado com seu irmão, o Infante Afonso, foi apenas o início de uma luta lenta e insidiosa contra a proliferação senhorial, empreendida por Dinis. Luta essa contra todos os senhores que pudessem fazer uso de maneira ilegítima de direitos senhoriais, com prejuízo da jurisdição régia. Como forma de controle, fez uso das Inquirições Gerais⁷⁰⁷ de maneira persistente e sistemática, permitindo-lhe dessa forma avançar na política de centralização do Reino através da recuperação de muitos dos direitos senhoriais sonegados pela nobreza.

Chegou ainda a instalar em Barcelos, no mês de maio de 1298, o primeiro Condado no Reino Português, no Norte Senhorial, ocupando uma área não muito significativa e sem possibilidades de expansão, já que estava limitado pelos outros senhores. João Afonso de Albuquerque foi nomeado por Dinis, como o primeiro Conde que, a partir daquele momento, passava a ter “um título e um poder que se confinava a um espaço preciso, e ambos expressamente concedidos por graça régia”.⁷⁰⁸

Através da nomeação do primeiro Conde territorial português, o Rei passou a dominar mais diretamente a hierarquia da nobreza determinando uma

⁷⁰⁵ O rei que chama para si o direito de nobilitar, não pode ser visto como um caso isolado do reino português. No reino francês o “rei considerou-se sempre como o primeiro dos nobres, portanto como chefe da nobreza. E mesmo como seu defensor: o rei da França, com este propósito, arrogou-se o exclusivo direito de nobilitar.” FOURQUIN, 1987. Op. Cit., p. 106.

⁷⁰⁶ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 150.

⁷⁰⁷ As inquirições destinam-se a fazer o cadastro de seus (do Rei) rendimentos senhoriais. Mesmo aqueles que são de origem pública, como os que derivam de prestações outrora de natureza fiscal, se equiparam aos exigidos em virtude da autoridade feudal. MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 270.

⁷⁰⁸ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. A nobreza portuguesa no período dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325). In: **En la España Medieval**. nº 22. Madrid: Universidad Complutense, 1999. p. 88.

nova classificação para a mesma. Definindo, de uma maneira mais nítida e exemplar, os escalões superiores da nobreza, conferindo-lhes maior prestígio, e afirmando cada vez mais a dependência em relação ao monarca.

Ao mesmo tempo em que patrocinava a expansão dos direitos senhoriais criando o Condado de Barcelos e fazendo doações a seus filhos bastardos, Dinis restringia a atuação da nobreza por meio das inquirições e limitações à jurisdição senhorial. As inquirições de 1220 (reinado de Afonso II) e de 1258 (reinado de Afonso III) destinavam-se a registrar foros e rendas pagos ao Rei, mencionando o que havia sido sonegado por fidalgos, ordens militares e senhores eclesiásticos.

As inquirições posteriores a 1284 (reinado de Dinis), por sua vez, tiveram como principal objetivo averiguar de que maneira tinham sido adquiridas e transmitidas aos atuais detentores as honras dos fidalgos, também estão registrados problemas de jurisdição, assim como conflitos entre nobres e representantes do Rei, visavam ainda delimitar honras e direitos senhoriais além de reprimir os abusos da jurisdição senhorial através da criação de novas honras e ampliação das antigas.⁷⁰⁹

Tal atitude régia, afirmada de forma mais incisiva a partir do reinado de Dinis, deixava claro que a “monarquia rivaliza e disputa o poder dos nobres a nível local, ao mesmo tempo em que é o seu grande sustentáculo e mesmo sua principal fonte concessora de poder.”⁷¹⁰ O Rei assumia, de forma mais firme, o papel de regulador dos poderes senhoriais, delimitando o espaço territorial destinado à nobreza no reino.

5.2 O REI DINIS E O INFANTE AFONSO, SEU IRMÃO

Uma das primeiras questões, que exigiram atenção cuidadosa por parte do Rei, está relacionada às desavenças com seu irmão, o Infante Afonso. Elas tiveram origem ainda quando da morte de Afonso III: Dinis era o primogênito e

⁷⁰⁹ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 159.

⁷¹⁰ FERNANDES, 2001 (2003), Op. Cit., p. 135.

considerava-se o legítimo sucessor; já o Infante Afonso, secundogênito, alegava que, quando Dinis nascera, o casamento de seus pais estava sob condenação papal, em função do grau de parentesco que ligava Afonso III à Beatriz, filha de Afonso X de Castela. Para que pudesse afastar qualquer possibilidade do Infante Afonso assumir o reino, Dinis e seus partidários consideraram o casamento do Infante Afonso com Violante ilegítimo, em função do grau de parentesco que havia entre eles.⁷¹¹

O Infante Afonso herdara de Afonso III os senhorios de Portalegre, Marvão, Arronches e Castelo de Vide, propriedades situadas na região fronteira de Portugal com Castela, territórios livres da jurisdição régia, podendo o Infante Afonso transmitir esses bens, quando morresse aos seus descendentes. Em seu casamento com Violante (de Castela) teve três filhas: Isabel, Constança e Maria, que se casaram com membros de importantes famílias castelhanas. Invocando razões de política externa “elRey D. Dinys nom querja ligitimar os filhos, que ouue de D^a Violante, que pudesem erdar os seus beems depojs de sua morte, por que ele dizia que deujom de fazer guera e paz daqueles castelos e a quem os ele mandase.”⁷¹² Tal medida procurava impedir a concretização de direitos senhoriais que viessem a por em causa a integridade do Reino, não apenas em relação a possíveis pretensões castelhanas, mas também no que diz respeito às ambições do Infante Afonso.⁷¹³

A primeira manifestação da contenda entre os dois irmãos ocorreu em 1281, quando o Infante, sem a autorização do Rei, decidiu aumentar uma torre, que provavelmente já existia, e cercar uma de suas vilas na fronteira com Castela, transformando-a em castelo sem a devida autorização régia. É provável que “D. Dinis tivesse, sobretudo, pretendido evitar a constituição de um potentado feudal hereditário, especialmente perigoso para a coroa por estar situado na fronteira entre Portugal e Castela, e poder, por isso aliar-se com o reino vizinho contra o seu senhor.”⁷¹⁴

⁷¹¹ GIMENEZ, 2005. Op. Cit., p. 36-37.

⁷¹² **Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – Crónica do Rei D. Dinis.** Vol. II. Lisboa: Academia Portuguesa de Letras, 1953. p. 21.

⁷¹³ SERRÃO, 1979. Op. Cit., p. 248.

⁷¹⁴ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit. p. 159.

A contenda só teve fim em 1282 com a assinatura de um acordo onde o Infante se comprometeu a derrubar suas fortificações e armar-se cavaleiro do Rei.⁷¹⁵ Dessa forma Dinis procurava reforçar a ideia de que o Rei era “o suserano supremo e, direta ou indiretamente, todos os feudais do reino são homens dele,”⁷¹⁶ ideia essa que a partir do século XII tornava-se recorrente em diversas monarquias feudais, que buscavam sua afirmação enquanto tal.

O segundo conflito ocorreu após a Inquirição de 1284, quando o Infante aliou-se aos nobres nos protestos contra as decisões régias, instigando parte da nobreza nas revoltas armadas contra o Rei. Ele associou-se ainda a Álvaro Nunes de Lara que se revoltara abertamente contra o Rei Sancho IV de Castela, sendo a região fronteira o centro de resistência. Tal associação do Infante com o senhor de Lara reuniu contra ambos os Reis de Portugal e Castela.

Dinis havia se envolvido na guerra civil castelhana, que opôs o príncipe Sancho a seu pai Afonso X, ficando ao lado do príncipe Sancho. Com a morte de Afonso X em 1284, Sancho IV fez-se proclamar Rei, sendo coroado em Toledo. A aliança de Sancho IV com Dinis manifestou-se quando ambos se associaram para cercar o Infante português Afonso, irmão de Dinis, em Arronches, em novembro de 1287.

Em novo acordo de paz, acertado em Badajoz em meados de dezembro do mesmo ano, o Infante teve que renovar os compromissos anteriores: obrigou-se a mandar seus alcaides prestar homenagem ao Rei, além de ter que trocar a vila de Arronches pela de Armamar, perto de Lamego, “sinal evidente de que D. Dinis estava preocupado com a eventualidade de revolta de uma praça forte perto da fronteira.”⁷¹⁷

O terceiro conflito deflagrado entre Dinis e seu irmão Afonso, aconteceu em abril de 1299, tendo sido o Infante cercado em Portalegre com ajuda das ordens militares de Avis e do Templo. O resultado foi a “submissão do Infante e a troca dos seus senhorios, perto da fronteira castelhana, por outros do interior.”⁷¹⁸ O Rei Dinis saiu fortalecido com esta nova vitória frente à seu

⁷¹⁵ GIMENEZ, 2005. Op. Cit., p. 41.

⁷¹⁶ FOURQUIN, 1987. Op. Cit., p. 100.

⁷¹⁷ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 160.

⁷¹⁸ Ibid., p. 161.

irmão, revelando uma atitude firme contra as jurisdições senhoriais. Obrigou o irmão a curvar-se perante sua autoridade, além de aproveitar para, através da “imposição de escambos, recuperar para a Coroa o conjunto de senhorios detidos por D. Afonso por doação paterna.”⁷¹⁹

Ao referir-se à disputa entre Dinis e seu irmão Afonso o relato cronístico aponta que “este rey dom Denis, logo en começo de seu regnado, ouve coõtenda com seu irmãao, o iffante dom Affonso, que se movya contra elle sem razão. E elle, nom querendo catar ao seu movimêto, deulhe muyta terra e poselhe grande contia e fezelho muyta mercee.”⁷²⁰ Não são especificadas assim as reais motivações que opuseram Dinis a Afonso, mencionando apenas que Afonso voltara-se contra Dinis “sem razão.” Apenas um episódio da contenda entre os dois é melhor referenciado, trata-se do segundo episódio, nele teria havido uma aliança entre os Reis Dinis e Sancho IV de Castela contra Afonso. O que se destaca ao longo desse trecho é a menção ao “amor” existente entre os Reis de Castela e Portugal, tendo sido o amor a motivar a união dos dois Reis. Após submeterem Afonso os “reys firmarõ antre sy lianças de grande amor.”⁷²¹

5.3 A MENORIDADE DO INFANTE FERNANDO DE CASTELA

Com a morte de Sancho IV de Castela, em abril de 1295, a cena política voltou a agitar-se, motivada pelo questionamento da tutoria do herdeiro do trono, o infante Fernando, que tinha apenas nove anos de idade. Maria de Molina, viúva de Sancho IV, teve a tutoria questionada pelos infantes: Henrique (irmão de Afonso X), João (irmão de Sancho IV), Afonso e Fernando de la Cerda, filhos do promogênito de Afonso X.

Aproveitando-se da fragilidade interna do Reino castelhano, Dinis, de Portugal e Jaime II, de Aragão, promoveram várias campanhas contra o Reino vizinho, a fim de enfraquecê-lo e demarcar fronteiras, estabelecendo uma

⁷¹⁹ PIZARRO, 1979. Op. Cit., p. 93.

⁷²⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 243.

⁷²¹ Ibid., p. 244.

relação durável com seus ocupantes, criando assim uma identidade própria perante seus vizinhos. Para o Reino português, agir dessa maneira significaria

por um termo sobre as disputas com Castela pelo Algarve, até com possibilidades de avançar suas fronteiras sobre Badajoz e Andaluzia, [...], para Aragão, uma Castela enfraquecida significava um empecilho a menos para que o Reino aumentasse sua área sobre o Mediterrâneo e realizasse a conquista do Reino de Múrcia.⁷²²

O Infante João buscou apoio junto ao Rei Dinis de Portugal, para que fosse considerado Rei de Castela. O Infante Henrique, por sua vez, negociou a neutralidade do Rei português, prometendo entregar-lhe as povoações de Moura, Serpa, Arroche e Aracena, além de demarcar a fronteira luso-castelhana em litígio, e ajustar o casamento do infante Fernando com Constança, filha de Dinis. Tal acordo foi firmado na presença de Maria de Molina e posteriormente aceito e ratificado pelo Infante João.⁷²³

Em função do não cumprimento dos ajustes firmados entre Portugal e Castela, no ano de 1295, e do envolvimento do Reino castelhano em demandas com o Reino de Aragão, verificaram-se momentos de negociações e de guerra declarada entre o Rei Dinis e o infante Fernando. Só na primavera de 1297, através de um Tratado, assinado na cidade de Alcanices, é que foram estabelecidos os limites territoriais entre os dois reinos.

Foram renovadas ainda, nesse mesmo tratado, as promessas de casamento de Fernando, de Castela, com Constança, filha de Dinis, ajustando ainda o casamento de Beatriz, irmã do pequeno Rei, com o Infante Afonso, futuro Afonso IV, filho de Dinis e herdeiro da coroa portuguesa. Com pequenas alterações posteriores, esse tratado “fixou até aos nossos dias, [...], a demarcação territorial entre Portugal e Castela, que tem sido, por isso, considerada como a linha de fronteira mais estável da Europa.”⁷²⁴

Esse episódio é retratado na Crônica de forma a ressaltar o papel do Rei Dinis em fazer cumprir o acordo de casamento que fora acertado entre ele e

⁷²² GIMENEZ, 2005. Op. Cit., p. 113.

⁷²³ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 150.

⁷²⁴ Ibid., p. 152.

Sancho IV, e que segundo o relato fora oficializado no testamento do Rei, nem que para isso tivesse que pegar em armas contra os tutores de Fernando.⁷²⁵

5.4 O REI DINIS: ÁRBITRO PENINSULAR

Em função da estabilidade política que alcançara estando à frente do reino de Portugal, o Rei Dinis era solicitado para sancionar acordos entre os soberanos dos reinos de Castela e de Aragão. Essas solicitações contribuíam para aumentar ainda mais o prestígio de Dinis. Tal prestígio da Corte portuguesa pode ser aferido por ela ter sido procurada, por diferentes razões e durante diferentes períodos, por poderosos castelhanos, por nobres e membros da família real aragonesa, além de genoveses. As relações com outros reinos não peninsulares também existiram, embora em menor número, apontando para uma expansão do comércio português em direção ao Atlântico Norte, devido a tratados assinados com os reinos da Inglaterra e da França.

Esse fato merece atenção especial por parte do Cronista. Segundo orientações recebidas do Papa deveriam os Reis de Aragão e de Castela escolher um juiz, que após analisar as demandas existentes entre os reinos daria uma sentença, que deveria ser cumprida pelos envolvidos. Após ouvirem seus conselheiros, os Reis teriam chegado a uma mesma opinião acerca do juiz a ser escolhido: o Rei Dinis

e esto por duas razões: a primeira, por que era muy boo rey e muy derecho; e a segūda, por que avyam ambos com elle grande divido, ca el rey dom Fernando era seu genrro e el rey dō James era seu cunhado, irmão da reyna dona Isabel, sua molher. E cada hūu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy derecho e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe êvyar seu recado que o fizesse.⁷²⁶

A decisão dos Reis foi acatada pelo Papa, com a ressalva de que o que Dinis decidisse deveria ser acatado por eles. Preparou-se então Dinis para ir

⁷²⁵ Cf. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 244-246.

⁷²⁶ Ibid., p 247.

encontrar os dois Reis, deixou em Portugal seu filho legítimo, o infante Afonso, juntamente com outros filhos bastardos, menos “hũu que avya nome dõ Pedro, que depois foi Conde em Portugal, que então era mayor de dias que os outros. E este foy com seu padre esta vez.”⁷²⁷

Todo o deslocamento de Dinis até a fronteira entre Castela e Aragão, lugar onde se reuniram os Reis, é descrito no texto com muitos detalhes, já que o Cronista, supostamente era um dos membros do grupo. A sentença de Dinis foi dada aos Reis tendo por testemunhas nobres de ambas as partes. Os Reis consentiram acerca da sentença dada, a partir desse momento “ficaram todos tres os reys muyto amigos e firmaram antre sy que fossem todos em hũu contra todos os outros reys ou contra outros algũus altos homens, se contra elles quisessem seer. E, se per ventura os dous ouvessem contenda, que o terceiro fosse ende juiz.”⁷²⁸

Na mesma época em que Dinis estava envolvido na resolução da demanda entre os Reis de Aragão e Castela, ficou sabendo que Afonso, filho do infante Fernando Guedelha, que se proclamava Rei de Castela por direito, passava necessidades, teria ido falar com ele e

fezelhe leixar o nome e voz de rey de Castella e o pendom e as armas que tragia e fez a el rey que lhe desse villas e castellos e muy grandes herdades ã Castella e outrossi lhe fez dar muy grande cõtia en dinheiros. E este dom Denis mandou seu filho dõ Pedro a Almaçã por dõ Fernãdo, irmãoo de dom Affonso, e fezeo ficar cõ el rey de Castella e fezelhe fazer muyto bem.⁷²⁹

O que se ressalta nos trechos é a capacidade do Rei Dinis em fazer a mediação entre as partes envolvidas, seja na disputa entre Castela e Aragão ou na tentativa de Afonso em tornar-se Rei de Castela. Aparecendo seu filho Pedro Afonso duas vezes ao longo do texto, de modo que o relato da mediação de Dinis, que se encontra na Crônica, é quase um diário da viagem que permite traçar o itinerário seguido pelo Rei, a Rainha e o séquito de ambos.⁷³⁰ Outro ponto a destacar nesse caso é sua escolha para ser o árbitro da demanda. Segundo coloca Lindley Cintra

⁷²⁷ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 248.

⁷²⁸ Ibid., p. 250.

⁷²⁹ Ibid., p. 250.

⁷³⁰ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 135.

os acontecimentos parecem ter sido neste ponto idealizados a fim de enaltecer a figura de D. Dinis. Lembremos que os documentos também nos provam que foram escolhidos três árbitros para julgar as questões pendentes entre os Reis de Aragão e de Castela – D. Dinis, o infante D. João e o bispo de Saragoça – , dois, para tratar das que estavam na base das lutas de Afonso de la Cerda com Fernando IV – D. Dinis e D. Jaime. É assim que nos apresenta os factos a Crónica Particular de Fernando IV. A Crónica de 1344 não fala senão de um mediador – D. Dinis – com a clara intenção de exaltar a acção do Rei de Portugal⁷³¹

Fechando a descrição acerca da participação do Rei Dinis nesse episódio, ressaltam-se suas generosas doações aos Reis de Aragão e Castela. O Cronista o apresenta como “aquelley rey que era muy noble e muy grandioso e descendia do nobre sangue del rey dom Affonso Anrriquez.”⁷³² Novamente aparecem elogios a Dinis, seguidos da comparação ao Rei Afonso Henriques.

5.5 A GUERRA CIVIL EM PORTUGAL (1319-1324)

Diante do cerco às imunidades senhoriais promovido por Dinis, os nobres protestaram nas Cortes de Lisboa (1285), contra a quebra das mesmas, gerando um clima de contestação no reino, o

progresso da autoridade régia durante a época de D. Dinis foi enorme, (...), provocando a revolta dos senhores sob a chefia do futuro Afonso IV, à semelhança dos fidalgos castelhanos que se haviam revoltado contra um monarca não menos consciente da necessidade de edificar o Estado, Afonso X. Foram ambos os verdadeiros edificadores dos dois Estados de Castela e de Portugal. Até ali a monarquia mal saíra ainda de seu estágio feudal.⁷³³

De 1285 a 1316 os nobres tentaram opor ao Rei uma resistência passiva, ou através de processos legais. Nesse período o Rei continuou firme em seus propósitos, persistente nos inquéritos e decisões, adiando respostas a apelos judiciais, ou ainda obtendo sentenças a seu favor. Em 1316 os esforços dos fidalgos terminaram e no ano seguinte esboçou-se a oposição do Infante

⁷³¹ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 141.

⁷³² **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 251.

⁷³³ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 98.

Afonso ao seu pai Dinis, tornando-se uma oposição aberta em 1319 para resultar em guerra civil no ano seguinte.

A nobreza senhorial tendo esgotado os processos de resistência passiva e das reclamações legais recorreu a intrigas palacianas para colocar ao lado dos senhores o “Infante D. Afonso e fazer dele o seu leader, para que a oposição se transformasse em guerra civil. Era a reação a uma política centralizadora que não havia sabido utilizar com tanta habilidade como no reinado anterior os apoios de uma parte da nobreza.” ⁷³⁴

O Infante Afonso, primeiro filho varão da Rainha Isabel e Dinis, nasceu em Lisboa em 08 de fevereiro de 1290, depois de atingir a maioridade, casar em 1309 com Beatriz, filha de Sancho IV de Castela e de Maria de Molina, e possuir casa própria, começou a discordar abertamente de seu pai. Rapidamente começaram a se reunir a sua volta nobres descontentes, em função da pressão que vinham recebendo por parte do Rei, contribuindo assim para agravar os conflitos entre o Rei e o herdeiro.

Muitos desses nobres haviam sido condenados por Dinis e se aproximavam do Infante para que este, pudesse livrá-los dos castigos, “ajoelhados em sua presença, com fingida lastima, se justificavão inocentes, & encarecião perseguidos, condenando elRey, & seus ministros a sem razão, e a injustiça, com que procedião com todos, aproveitando-se do poder para executarem o roubo, & a vingança,”⁷³⁵ o Infante acolhia assim sob sua proteção todos os que de uma maneira ou de outra se indispunham em relação ao Rei.

A maior queixa do Rei em relação ao Infante estava no fato deste reivindicar para si o regimento da justiça do reino. Os nobres aliados ao Infante esperavam conseguir dessa forma uma administração judicial menos rigorosa, pois poderiam reduzir as pretensões dos juristas que desprezavam os costumes ancestrais dos nobres e só pensavam em aplicar princípios racionais, não valorizando prestígios ou tradições.⁷³⁶

Essa justificativa, apontada por José Mattoso, como sendo a responsável por gerar o desentendimento entre o Rei e o infante Afonso não

⁷³⁴ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 137.

⁷³⁵ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 99.

⁷³⁶ MATTOSO, José. A guerra civil de 1319-1324. In: **Estudos de história de Portugal**. Vol. 1 – Séculos X – XV. Lisboa, Estampa, 1982. p 168.

aparece de maneira direta na *Crônica de 1344*, nela o Cronista não poderia apontar o Rei Dinis como não estando conseguindo manter a justiça no reino, sendo sua personagem construída ao longo do relato como um “modelo de Rei justo.” A justificativa para o desentendimento aparece no texto da seguinte forma:

e el rey dō Denis avya III filhos que nō erã de sua molher, convẽ a saber: o Conde dom Pedro, e dom Affonso Sanchez, e outro que ouve nome Johãe Affonso. E el rey amava muyto Affonso Sanches e fazia muyto do que elle queria. E, por que o diaboo he contrayro a todo bem, meteo a algũus ã coraçõ de meter todo mal antre elle e o iffante, fazendolhe entender que non amava o seu serviço. E esto avyam elles por que Affonso Sanchez nō guardava o iffante nẽ se chegava a elle como compria e en esta maneira se ajuntava a elle o outro irmão que avya nome Joham Affonso que era o menor. Dom Pedro, que era o mayor, chegavassee ao iffante e aguardavao e conhocialhe senhorio. E por esta razom ouverõ os outros irmãos delle muy grande escandalo e buscarõlhe mal cõ el rey, seu padre.⁷³⁷

No trecho destaca-se que a predileção de Dinis por Afonso Sanches acabou por prejudicar Pedro Afonso, há ainda uma referência ao motivo que teria levado o infante a colocar-se contra o bastardo: “alguns” lhe fizeram entender que Afonso Sanches não lhe reconhecia senhorio, ao longo do relato “não se volta a atribuir qualquer responsabilidade ao bastardo nem ao rei, por ele influenciado. Não se faz a mais pequena referência ao argumento constantemente aduzido pelo Infante: a intenção do rei o substituir como herdeiro por Afonso Sanches.”⁷³⁸

Afonso Sanches, filho bastardo de Dinis e Mordomo-mor do Reino, tornou-se assim alvo das críticas de membros da nobreza, fruto muitas vezes de boatos de que o Rei pretendia excluir o primogênito do trono e legitimar o bastardo, ou de um pretenso favoritismo do Rei para com Afonso Sanches, levando o Infante a sentir necessidade de defender a sucessão. O Infante Afonso, filho de Dinis, teria desobedecido ao pai por três razões:

a prjmeira: O grande bem que elRey D. Denjs querja a Afonso Samches, e ao Conde D. Pedro, seus filhos naturaes. E a segunda: gram cobyça, e desordenada, de cobrar os tisouros, que elRey seu padre tinha. A terçeja:

⁷³⁷ *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 1990. Op. Cit., p. 252.

⁷³⁸ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 159.

querendo em toda guisa que elRey tirase de sy a justiça e a dese a ele, pera livremente usar dela.⁷³⁹

Em muitas ocasiões, segundo o Cronista Rafael de Jesus, autor do Sétimo Volume da *Monarquia Lusitana*, o Rei Dinis tentou dissuadir o Infante acerca de suas pretensões, alertando-o de que tinha ao seu lado más companhias que o colocavam contra seu pai. O Rei percebendo que seus conselhos não estavam tendo efeito junto ao filho decidiu enviar pessoas autorizadas, por ele, para que tentassem mudar a opinião do Infante, medida que não trouxe o resultado esperado.

O Rei observando o rumo de tais desavenças, em relação a seu filho, mandou que se fizesse em todo o reino uma grande preparação de armas, “ordenou por decreto seu, que se avaliassem as fazendas de todos seus vassallos, & pella cantidade medio a cada hum a obrigação de gente, & de armas, com que avia de acodir quando o chamasse a occasião.”⁷⁴⁰

No ano de 1314, estando Dinis já envolvido em conflitos com o Infante Afonso, e preocupado com possíveis dissidências, resolveu fazer doações a seus filhos e aos aliados do Infante, para deste modo amenizar possíveis divisões domésticas entre eles,

a D. Raymundo Alferes Mor do Principe seu filho, deu o senhorio da Villa de Mouraõ, para que sempre andasse em seus descendentes. A seu Filho bastardo Affonso Sanches fez merce do officio de seu Mordomo Mor: A Dom Pedro Affonso, que seguia a parcialidade do Principe, deu o Condado de Barcellos; & o fez Alferes Mor do Reyno. Ao Infante Dom João Affonso, tambem seu Filho bastardo, deu a Villa de Rebordãos com todas suas aldeãs, & as do termo de Miranda. A Nuno Fernandes Cogominho, da caza do Principe, & seu Almirâte, & Chanceler Mor, deu hũa herdade em Salvaterra.⁷⁴¹

Foi nessas circunstâncias que Pedro Afonso recebeu como doação vitalícia o Condado de Barcelos (1314), o único existente no reino português, além do título de Alferes-mor em (1317)

Ao Infante D. Afonso alem de outras cousas, deu no anno presente as Villas de Viana, & Terena, (...); & como D. Pedro Afonso seguia as partes do mesmo Infante, querendo asseguralo da benevolencia, & desmentir as falsas

⁷³⁹ **Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – Crónica do Rei D. Dinis**, 1953. Op. Cit., p. 82.

⁷⁴⁰ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 101.

⁷⁴¹ Ibid., p. 101-102.

presunçoens que se tinhão do gasalhado de Afonso Sanches, estando vago o Condado de Barcellos, proueo nelle a este filho, & juntamente lhe deu o cargo de Alferes mor, como tiuera o Conde D. Martim Gil de Sousa. O titulo de Alferes mor lhe dão as escrituras deste tempo adiante; o de Conde de Barcellos lhe deu El Rey por carta sua em Lisboa no 1. de Mayo.⁷⁴²

Segue abaixo a transcrição da carta de doação do Condado de Barcelos a Pedro Afonso, realizada em 1314, transcrição essa retirada da Sexta Parte da *Monarquia Lusitana*

Dom Dinis pela graça de Deos Rey de Portugal, & do Alvarue. A quantos esta carta virem faço saber, que por muito seruiço que me D. Pedro Afonso meu filho fez, & porque o fis Conde, doulhi a minha Villa de Barcellos com seu termo que el que a aja em todolos dias de sua vida bem compridamente com todolos meus direitos que eu hi ei, & de direito deuo auer, & como pertence à Coroa do Reino, & mando aos moradores dessa Villa que o tenham em o lugar que terão a meu corpo; & por esta causa ser mais certa, & não vir em duuida deilhe esta carta. Dada em Lisboa primeiro dia de Mayo. Era de mil trezentos & sincoenta & dous. Afonso Martins a fez.⁷⁴³

A partir do que se pode observar, da carta de doação do Condado de Barcelos à Pedro Afonso, o Rei Dinis apresenta seu filho, com a intenção de fazer parecer a todos que a doação é um benefício dado a ele em função dos bons serviços prestados ao Rei, seu pai. Dentro do contexto, no qual a carta foi escrita, havia muito mais além da intenção de recompensar o Conde pelos seus bons serviços, era uma tentativa de garantir o apoio do mesmo, em caso de um conflito do Rei com o Infante.

Segundo o Cronista Rafael de Jesus, o Infante Afonso estaria sendo mal aconselhado pelos que o cercavam, tais conselheiros percebiam que somente através da desunião do príncipe com o Rei teriam ouvidas suas reclamações, sendo esse um ponto relevante na caracterização proposta na Crônica, percebida em situações anteriores onde apresenta os perigos dos maus conselheiros.

Ao referir-se aos maus conselheiros, que teriam sido responsáveis pelo desentendimento entre Dinis e o Infante, o Cronista apontou o nome de Gomes Lourenço de Beja

⁷⁴² BRANDÃO, Francisco. [1672] **Monarquia Lusitana**: Parte Sexta. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980. p. 207.

⁷⁴³ BRANDÃO, 1980. Op. Cit., p. 208.

ouvesse a desavãir o iffante dõ Affonso cõ seu padre por mizcramêtos que poserom antre elles. E dizẽ que este desvayro pos antre elles hũu capêteiro dessa villa e depois foy freire de Santiago. Este, per suas fremosas pallavras, endusse muytos dos cõcelhos e outrossy dos fidalgos, fazendolhes creer suas mentirosas pallavras. E per estes falsos enduzimêtos, perdeo el rey dom Denis a cidade de Coimbra e o Porto e o Castello de Monte Mayor, o Velho, e o Castello da Feira e o de Gaya, ca os tomou o iffante, por que o ajudarõ algũus dos da terra.⁷⁴⁴

Ao atribuir a culpa pelo desentendimento a um mau conselheiro, o Cronista esforça-se por desviar a culpabilidade do Infante Afonso. Gomes Lourenço de Beja é personagem presente em todas as revoltas do Infante⁷⁴⁵, tornando-se mais tarde privado do Rei Afonso IV, comendador-mor de Santiago e um dos homens mais influentes na corte.⁷⁴⁶ O autor Lindley Cintra ao analisar as menções a Gomes Lourenço de Beja, presentes na Crônica de 1344, aponta que

a animosidade tão vincada do autor da Crónica contra Gomes Lourenço de Beja tem grande importância para a defesa da minha tese segundo a qual esse autor seria o próprio Conde de Barcelos. Dá-se o caso que, das 6 únicas canções de escárnio de D. Pedro que se conservam nos Cancioneiros, uma delas se dirige precisamente contra Gomes Lourenço, então privado de D. Afonso IV, que é nela atacado com a mesma violência que na Crónica.⁷⁴⁷

Os conselhos dos maus conselheiros conseguiram em muitas ocasiões suplantar os conselhos dados pela Rainha Isabel e por Beatriz, mulher do Infante Afonso. Outra importante conselheira do Infante, contra seu pai, foi a Rainha Maria de Molina, sua sogra. Maria de Molina chegou a escrever uma carta à Dinis aconselhando-o e pedindo que

largasse o governo do Reyno ao Principe D. Affonso, com hombros para sustentar o pezo, que sem muyta opressão não poderião levar os de tão diferentes annos; sêdo certo, que o deixar a coroa, não era deixar a vida; &

⁷⁴⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 253.

⁷⁴⁵ Além do trecho citado, Gomes Lourenço de Beja é mencionado ainda nos seguintes trechos: “logo en esse verãao, tornou o iffante a Lixboa por veer seu padre e lhe mover outras cousas affora aquello que antre elles era posto. E esto per cõselho do villãao vogado que ante dissemos e doutros que andavam fazendo estas maneiras. [...] E aquelle vogado Gomez Lourenço andava êduzendo os cõcelhos a esta meneira.” (**Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. p. 256); “Conta a estoria que o iffante dõ Affonso, depois que foi ã Sanctarem, aquelle Gomez Lourenço vogado e Martim Anes de Briteiros e outros cõselharõlhe que se tornasse a Lixboa que a poderia tomar a seu padre.” **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 257.

⁷⁴⁶ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 159.

⁷⁴⁷ Ibid., p. 160.

ficando na cabeça de seu Filho, ficava menos perdida, que ganhada, [...], que mays honorífico era para sua Magestade o descansar, que o cahir; & mays gloriozo seria para sua coroa o perpetua, que o perdela; immortalizando seu nome na duração da fama, que publicaria em todas as idades o discreto proceder de hum Rey, que pôde, & soube tanto, & mays, que a natureza, & a fortuna; poys a pezar da sorte, & do tempo deixava a hum Filho, que só nacera herdeiro.⁷⁴⁸

Segundo coloca José Augusto de Sotto Mayor Pizarro “não deve espantar ninguém a animosidade da rainha-avó de Castela contra D. Dinis, pois nunca lhe perdoara a actuação durante a menoridade do filho, Fernando IV, especialmente as imposições sancionadas no Tratado de Alcañices.”⁷⁴⁹ Dessa maneira ao apoiar o genro, Maria de Molina estava incomodando o Rei Dinis. A carta acima, escrita pela rainha, ia ao encontro dos interesses dos nobres que se consideravam prejudicados “com a maneira como o Rei utilizava o poder judicial para reprimir os abusos senhoriais.”⁷⁵⁰

Dentre os partidários do Infante Afonso estavam ainda os bispos de Lisboa e do Porto, membros da nobreza de Corte, alguns membros da segunda ou terceira nobreza, sendo seus mais ativos partidários filhos segundos ou bastardos, protagonistas das ações violentas, dos crimes que o Rei lhes atribuía e que pretendia castigar. O número de partidários conhecidos do Infante Afonso era maior do que dos que apoiavam seu pai.

Dentre os partidários de Dinis encontravam-se três de seus filhos bastardos Afonso Sanches, João Afonso e Fernão Sanches, oficiais da Corte, alguns nobres de segunda categoria, o bispo de Évora, o deão do Porto, os mestres das ordens militares, poucos chefes de linhagens, fidalgos, filhos segundos além de indivíduos de pouca expressão e membros dos Concelhos. Até mesmo dentro da nobreza de Corte o Rei não contava com uma fidelidade irrestrita, o que fazia com que aparecessem nobres ofendidos pelos excessivos favores prestados pelo Rei aos bastardos. Ao passo que muitos membros da nobreza e chefes de linhagem preferiam guardar neutralidade, esperando o resultado sem interferir.⁷⁵¹

⁷⁴⁸ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 114.

⁷⁴⁹ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. **D. Dinis**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008. p. 245.

⁷⁵⁰ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 162.

⁷⁵¹ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 114.

A maior área de influência do Infante Afonso estava junto ao norte do rio Mondego, parte do reino com forte presença senhorial. Já o Rei voltou-se para o sul, região dos Concelhos. Foi na sua lealdade que o Rei buscou apoio durante a Guerra Civil, apesar das investidas do Infante nessa região.

Durante a primeira fase da Guerra Civil o Conde Pedro Afonso, permaneceu fiel partidário de Dinis, porém ao mesmo tempo procurou estar ao lado do Infante Afonso, herdeiro legítimo da coroa portuguesa, contra o também seu irmão Afonso Sanchez, até que

ouverõ dom Affonso Sanchez e seu irmão de ajuntar todos seus vassallos e amigos e ainda grande parte dos del rey per seu conssentimẽto e ãvyarõ todo este poder cõ Joham Affonso que fosse fazer mal e desonrra a seu irmão, o Conde dõ Pedro. E entom Joham Affonso mãdou desaffiar o Conde e mãdoulhe dizer que o esperasse llll dias em certo logar, ca se queria veer com elle. E o Conde era muyto amado dos filhos d'algo e ajuntou tantos vassalos e amigos que foram mais que os outros e esperou em hũu logar que ha nome Pinheiro d'Azer, a par de Sancta Cõoba Dãa, acerca de tres domaas, ataa que veo o iffante dom Affonso de Lixboa por partir a cõtenda e tragia grande aguça, segundo dizẽ algũus, que o caminho que podera amdar em llll dias, pos ã elle tres domaas. Despois destõ, ordenou dom Affonso Sanchez com el rey que tolhesse a terra ao Conde dom Pedro; e elle foyse pera Castella e amdou la llll anos e meo.⁷⁵²

No relato acima, presente na *Crônica de 1344*, o Conde Pedro Afonso aparece como vítima, fora atacado pelas tropas de seus irmãos. Em contrapartida Frei Rafael de Jesus, na parte sétima da *Monarquia Lusitana*, apresenta uma declaração do Rei Dinis referente ao fato do Conde tomar partido ao lado do Infante, mostrando que o Conde praticara o desserviço

D. Afonso tem odio mortal a meus filhos Afonso Sanches, & João Affonso, sò porque o são em me acompanharem, obedecerem, & servirem; com tão mao coração, que aborrecia a meu Filho o Infante D. Pedro em quanto me assistio, & tanto que sua industria a o apartou do Paço, o estimou, & recolheo a sy cõ publicas demonstraçoens de alegria.⁷⁵³

O autor Luís Filipe Lindley Cintra ao analisar os dois trechos, citados acima, observa que há um acordo acerca dos fatos apresentados, no entanto possibilitam interpretações diferentes:

⁷⁵² *Crônica Geral de Espanha de 1344*. 1990. Op. Cit., p. 253.

⁷⁵³ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 119.

em ambos, D. Pedro é exilado por ter tido um rompimento com João Afonso, a quem o Rei dava razão. O infante D. Afonso estava ao lado do Conde. Mas, na Crónica D. Pedro aparece ilibado de qualquer responsabilidade. Foi ele o atacado, o ofendido: João Afonso veio com todas as suas forças e as de Afonso Sanches ‘fazer mal e desonrra a seu irmão.’ Na proclamação real figura como culpado: desobedecera a seu pai, abandoara-se com o Infante. Não é esta a única vez que observaremos como o relato da Crónica de 1344 se esforça por nos apresentar as intervenções do Conde de Barcelos a uma luz favorável.⁷⁵⁴

O Conde Pedro Afonso foi desterrado, permanecendo exilado em Castela. Antes dessa demonstração de apoio por parte do Conde à causa do Infante, este o colocava no mesmo patamar que Afonso Sanchez como alvo de suas críticas, porém depois do Conde deixar de fazer a vontade do Rei, praticando desserviço, o Infante lhe mostrou grande simpatia e até intercedeu junto à Rainha de Castela para que lhe desse assistência durante seu exílio (1317 à 1322). Importante ressaltar ainda a relevância desse exílio em Castela para o enriquecimento cultural do Conde Pedro Afonso, pode entrar em contato com a atividade literária lá praticada desde os tempos de seu bisavô Afonso X, que ganharia novo vigor no Reinado de Afonso XI, e ainda com D. João Manuel, segundo Lindley Cintra, o maior prosador da Idade Média Castelhana.

755

No ano de 1319 as hostilidades entre o Infante e o Rei agravaram-se em virtude da solicitação do Infante para que o Rei lhe entregasse a justiça do reino. Tal solicitação deveu-se a constantes reclamações feitas pela nobreza, que estava descontente e se sentia prejudicada diante da forma como o Rei vinha fazendo uso do poder judicial para reprimir os abusos da mesma. O Infante representava, para a nobreza, uma pessoa capaz de restabelecer a justiça, segundo suas reivindicações. Tal reivindicação aliada ao apoio que a Rainha de Castela, Maria de Molina, dava às pretensões do Infante fez com

⁷⁵⁴ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 148.

⁷⁵⁵ Cf. **Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – Crónica do Rei D. Dinis**. 1953. Op. Cit., p. 83 e LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 149-150. Lindley Cintra ressaltava ainda dois trechos presentes no testamento do Conde Pedro de Barcelos que remetem ao período em que esteve exilado em Castela: no testamento pede que seja paga uma dívida de mil e quinhentos maravedis de brancos de dinheiros castellãos contraída junto à Aparício Peres, genro de Pero Garcia Jogral, possivelmente no período em que esteve exilado, e ainda no fato de que em seu testamento não deixou nada a seus parentes portugueses, mas lembrou-se de seu “amigo” Afonso XI de Castela recomendando que fosse entregue a ele seu Livro de Cantigas.

que o Rei acusasse publicamente o filho, conseguindo apoio Papal para que seus adversários fossem excomungados.

Em 1320 o Rei Dinis fez circular pelo Reino uma Bula do Papa João XXII, declarando ser falso um documento divulgado pelos aliados do Infante de que o Rei havia pedido ao Papa que legitimasse Afonso Sanchez, seu filho bastardo, para sucedê-lo na coroa, pela incapacidade e demência do Infante. O pontífice solicitava ainda a paz entre o Rei e o Infante, propondo a união entre os vassallos deste e do Rei. O bispo de Évora, responsável por tentar uma reconciliação foi morto pelos partidários do Infante, eliminando qualquer espécie de conversação.

Um ponto relevante a observar nesse momento é a ausência, tanto no *Livro de Linhagens* como na *Crônica de 1344*, de referências a esse episódio e seus desdobramentos, a ocupação e devastação de Leiria pelas tropas do Infante. Essa ausência de notícias contrasta com a abundância de referências aos acontecimentos posteriores, para Lindley Cintra é esse mais um elemento a “indicar-nos com toda a clareza que o autor de um como do outro destes textos foi o mesmo e que não assistiu às lutas entre o Rei e seu filho senão a partir da segunda fase.”⁷⁵⁶

O Rei mandou ler em Lisboa em maio de 1321 o segundo manifesto acusatório contra o Infante, que ocupara Leiria. Em dezembro do mesmo ano Dinis divulgou o terceiro manifesto acusatório, numa tentativa de buscar apoio junto ao grupo nobiliárquico, para uma possível luta armada.

Após o terceiro manifesto divulgado por Dinis, o Infante apoderou-se de Coimbra e Montemor-o-Velho, avançou com suas forças para o norte, onde ocupou os castelos da Feira, Vila Nova de Gaia e do Porto. Depois atacou Guimarães, onde estava refugiado o Meirinho-mor do reino. O Rei por sua vez retomou Leiria, que havia sido oferecida ao infante por traição do alvazil e antigo Copeiro-mor do Rei, Domingos Domingues, e de outros cidadãos principais. O Rei aplicando a justiça contra os traidores “prende-os dentro do Mosteiro de Alcobaça, aonde se tinham refugiado, condenou-os à morte por

⁷⁵⁶ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit., p. 153.

traição, pelo que lhes foram decepados os pés e as mãos depois do que foram queimados, e confiscou-lhes todos os bens.”⁷⁵⁷

Após retomar Leiria avançou sobre Coimbra, no começo de março de 1322. O Infante Afonso, diante dos avanços régios, abandonou o cerco à Guimarães a fim de socorrer Coimbra. Nesse mesmo ano de 1322, o Infante Afonso solicitou ao Conde Pedro Afonso, que estava em Castela, “que em dia apontado se achasse na cidade do Porto, com a gente que de Castella o quizesse acompanhar; & com toda a que na provincia do Minho podesse reduzir.”⁷⁵⁸ Respondendo à solicitação do irmão, o Conde regressou de seu exílio ficando ao lado do Infante, ao mesmo tempo em que pretendia reconciliar-se com o Rei, a fim de que seu desterro fosse levantado e seus bens pudessem ser restituídos.

Para tanto, desempenhou importante ação conciliatória na demanda entre o Rei Dinis e o Infante Afonso, permanecendo ao lado da Rainha Isabel na condução da concórdia. Tinha livre acesso para poder estabelecer a concórdia em função de ser mordomo-mor da Infanta Beatriz, sua cunhada, e de sua mulher a Condessa Maria Ximenez ser dama e criada da Rainha Isabel.

Para desempenhar um papel importante na condução da concórdia, contou com a confiança que o Rei tinha por ele, e com a influência que possuía junto ao irmão, tratava-se de um “Príncipe comedido, capaz, & generoso; & tão entendido, que pode fazer venturosa a desgraça de ser desterrado: Sem convir nas demasias do Irmão, nem faltar ao serviço do Pay, se sustentava na graça de ambos, & na de todo o Reyno, sendo respeytado, & querido de todos.”⁷⁵⁹

Quando as tropas do Rei e do Infante se encontraram nas proximidades de Coimbra, mesmo com alguns conflitos, iniciaram-se as conversações de paz com a intervenção da Rainha Isabel e do Conde Pedro Afonso “em fazer estas avêças, foy muy boo o Conde dom Pedro, ca lhe pesava muyto da maa maneyra que andava antre el rey e o iffante.”⁷⁶⁰ Como resultado de tais conversações foram estabelecidos alguns pontos a ser cumpridos pelo Infante e outros a ser cumpridos pelo Rei. Dentre os artigos convenientes aos

⁷⁵⁷ PIZARRO, 2008. Op. Cit., p. 248.

⁷⁵⁸ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 141.

⁷⁵⁹ Ibid., p. 167.

⁷⁶⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 255.

interesses do Infante estão: que o Rei passaria ao Infante o senhorio das terras que havia ocupado; que para o sustento de sua casa seria repassada a cada ano, pelo Rei, uma ajuda de custo; o Rei perdoaria a todos os que nas rebeliões passadas e presentes tinham seguido o lado do príncipe, sendo restituídos seus bens, além de um artigo que demonstrava a importância do Conde Pedro Afonso nesse momento do conflito: “elRey receberia em sua graça ao Infante D. Pedro Conde de Barcellos, & lhe mandaria restituir as terras, rendas, & moveis que lhe tinhaõ confiscados.”⁷⁶¹

Dentre os artigos referentes à soberania régia estão: que o príncipe colocaria para fora de sua casa os responsáveis por crimes, para que a justiça régia pudesse agir sobre eles; que o Infante seria obrigado a prestar homenagem ao Rei, pelas terras que recebia, comprometendo-se a não fazer guerra e nem celebrar a paz sem a ordem do Rei; que daquele dia em diante seria obediente e fiel; que perdoaria os excessos régios; que esqueceria os escândalos e vexações passadas. Juraram assim

observancia, & firmeza das capitulaçoens, em o Altar de São Simão de Leyria elRey, & com elle os principaes senhores, & ministros de sua corte: São Martinho do Pombal, o Principe, e os fidalgos may illustres de sua parcialidade; & a seu rogo a Rainha Santa, & o Infante Conde seu meyo lrmão.⁷⁶²

Os acordos, porém não significaram o fim dos atritos entre Rei e Infante. Em 1323 o Infante pediu ao pai que convocasse Cortes, alegando que “comprja muyto de se fazerem, porque mymguaia muyto a justiça do Regno.”⁷⁶³ Esse trecho onde o Conde reivindicava a justiça do Reino encontra-se na *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – Rei Dinis* e não na *Crônica de 1344*, onde as novas desavenças são motivadas por maus conselhos feitos ao infante. Após o Rei convocar as Cortes mandou avisar o filho acerca da data, pedindo-lhe que viesse a ter com eles. O Infante não compareceu, descumprindo obrigações que haviam sido acertadas na concordata do ano

⁷⁶¹ JESUS, 1985. Op. Cit., p. 156.

⁷⁶² Ibid., p. 156.

⁷⁶³ *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – Crônica do Rei D. Dinis*, 1953. Op. Cit., p. 122.

anterior. Em Santarém, deu início à reunião de suas forças com a finalidade de conquistar Lisboa.

Nesse momento o Rei, segundo o relato, teria enviado um recado ao Conde dom Pedro “que se nêbrasse que era seu filho e como lhe fizera menagê que, se o iffante quisesse seer contra elle, que se veesse pera elle e que o servisse, ca bem sabia que, se honrra e estado avya, que elle lho dera e que nã quisesse seer ã seu desherdamento.”⁷⁶⁴ Como resposta o Cronista/Conde justifica suas ações:

disse que lhe era theudo como a seu padre que o geerara e o criara e lhe dera terra e honrra e vassalos. E que nũca lhe errara nẽ o leixara de servir senõ por nã querer elle, ca sen nẽ hũu merecimento o posera fora da terra e lhe tolhera os maravedis e todas as outras cousas que delle tiinha. E que esto fora por se nã pagarẽ delle algũus que elle criia. [...] E que bẽ sabia outrossi que, despois que veera de Castella per mãdado do iffante, que nã fora ã cõbate nẽ tomada de villa nẽ de castello nẽ fezera outra cousa ã que lhe errasse; mas, quanto ao preyto que era antre elle e o iffante, que elle se trabalharia de o partir pera aver razõ de ficar o seu derecho guardado. E que elle, por sua parte, se achegasse a concordia cõ seu filho. E assy se partyo este feyto. E desi disse o Conde a el rey que hiria cõ o iffante ataa Sanctarem e que logo se tornaria pera elle. E, logo que o iffante foy ã Sanctarem, tornousse o Conde pera Lixboa pera seu padre.⁷⁶⁵

Ao justificar-se o Conde coloca que sempre esteve ao lado do pai, não deixou de servi-lo. Fora, segundo ele o pai que assim o quis, colocando-o fora de suas terras sem motivo, ou merecimento. Isenta-se assim de culpa nos eventos que levaram ao seu desterro, novamente apontando para o perigo dos maus conselheiros e do que pode acontecer ao dar-lhes ouvido. Ao regressar de Castela não teria participado de nenhum combate contra o Rei. Ressalta seu papel conciliador ao “sugerir” ao Rei que alcançasse a concórdia com o Infante, finalizando assim os conflitos que estavam gerando instabilidade no Reino, fragilizando-o.

Próximo à cidade de Lisboa, as duas hostes entraram em conflito novamente, sendo necessária a intervenção da Rainha Isabel para o estabelecimento da paz, evitando um conflito ainda maior. Em 1324 o Rei foi até Santarém, onde morava o Infante, não foi recebido nem pelo filho e nem pelo Conselho da cidade. Houve combate entre as duas hostes, até que em

⁷⁶⁴ **Crónica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit., p. 256.

⁷⁶⁵ Ibid., p. 256-257.

fevereiro foi assinado um novo acordo de paz. O Rei comprometeu-se a aumentar as rendas do Infante, a retirar seu filho bastardo Afonso Sanchez do cargo de Mordomo-mor, a substituir Mem Rodrigues de Vasconcelos por Vasco Pereira no cargo de Meirinho-mor, cedendo assim às reclamações do filho e da nobreza senhorial. O acordo de paz foi confirmado diante do Arcebispo de Compostela, enviado pelo Papa a fim de dar a cerimônia um caráter sagrado.

766

O Rei Dinis morreu em Santarém, no dia 7 de janeiro de 1325 na presença do “iffante e do Conde dõ Pedro e de Johã Affonso, seu filho, e do Johã de Lacerda, seu gërro, e outros muytos ricos homens e cavaleiros,”⁷⁶⁷ quase um ano após ter concedido ao Infante Afonso um aumento de suas rendas, e garantir-lhe a segurança de sucessão. Era uma efetiva cedência às reclamações de seu filho e da nobreza senhorial. Com a morte de Dinis, não se deve considerar apenas o final de um reinado, mas “sobretudo o momento final do período de criação e montagem dos principais órgãos do Estado monárquico português, agora dotado de instrumentos eficazes de centralização.”⁷⁶⁸

O conflito, que opôs o Rei e o Infante, gerou polarização social com o apoio preferencial dos Concelhos ao Rei e dos nobres ao Infante; regionais, oposição entre o Norte senhorial e agrícola e o Centro e Sul Concelhio e urbano. O que estava em jogo não eram tanto os interesses de grupos sociais que apoiavam este ou aquele contendor, mas o fato de aceitar ou não a centralização política, que na realidade não prejudicava apenas os nobres. Durante o reinado de Afonso IV foi a vez dos Concelhos protestarem “contra a intromissão dos funcionários régios na administração municipal e o desrespeito das liberdades concelhias.”⁷⁶⁹

A Guerra Civil, “querida por Castela e Aragão, reinos interessados em enfraquecer Portugal no contexto da Península,”⁷⁷⁰ e desencadeada pela tentativa de “implantação de uma autoridade monárquica que se coloca acima

⁷⁶⁶ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit. p. 161-163.

⁷⁶⁷ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 258.

⁷⁶⁸ MATTOSO, 1988a. Op. Cit., p. 65.

⁷⁶⁹ MATTOSO, 1982. Op. Cit., p. 176.

⁷⁷⁰ MATTOSO e SOUZA. 1993. Op. Cit., p. 484.

de todos os poderes e que tem, como primeiro ponto do seu programa a supressão das prerrogativas dos senhores,”⁷⁷¹ acabara por mostrar que não era possível acabar facilmente com os privilégios senhoriais da nobreza.

As medidas de centralização de Dinis provocaram uma reação por parte das antigas estruturas senhoriais, reação essa que culminou na Guerra Civil de 1319-1324, até ali “podemos ainda falar da existência de poderes políticos locais, capazes de se oporem efectivamente a um processo de centralização.”⁷⁷² A Guerra Civil teve um desfecho aparentemente ambíguo, fazendo com que o Rei fizesse numerosas concessões à nobreza, porém a “verdade é que o processo de organização do Estado se revela, no reinado seguinte, como irreversível. Os poderes senhoriais, aparentemente triunfantes, não deixarão mais de perder terreno perante o fortalecimento do Estado monárquico.”⁷⁷³

A política centralizadora iniciada no reinado de Afonso III e ampliada no reinado de Dinis respeitou em princípio, a independência das jurisdições senhoriais e concelhias, quando as considerou legítimas. O Rei, jogando com sua dupla qualidade de “soberano e suserano, num primeiro tempo, não deixou prescrever as prerrogativas que o costume feudal lhe conferia, isto antes de se servir delas, num segundo estágio, para aumentar as suas forças e o seu domínio.”⁷⁷⁴

O direito de intervenção do Rei funcionava como um corretor dos poderes locais autônomos, e também como fonte de justificação de toda autoridade. Tal política se fortaleceu ainda mais com a integração das comunidades municipais ao organismo político, coordenado por um governo único. Essa integração foi garantida pela progressiva intromissão de funcionários régios nos campos fiscal e judicial, tratando-se de uma estratégia política para aumentar os laços senhoriais que uniam os Concelhos ao Rei como vassalos coletivos, “ninguém se pode opor a que exija direitos senhoriais

⁷⁷¹ MATTOSO, 1982. Op. Cit., p. 176.

⁷⁷² MATTOSO, 1988a. Op. Cit., p. 65.

⁷⁷³ Ibid., p. 66.

⁷⁷⁴ FOURQUIN, 1987. Op. Cit., p. 100.

a homens livres. É ele a verdadeira e única autoridade sobre as comunidades e sobre os proprietários que não dependem de nenhum senhor.”⁷⁷⁵

Dinis pretendia ser o juiz e vigilante do exercício dos direitos dos nobres, manteria as honras como estavam, impediria os mais poderosos de absorverem os inferiores, defenderia igrejas e mosteiros contra os abusos dos senhores, impediria as ordens monásticas de enriquecerem à custa de seus cavaleiros, com isso visava cumprir o dever de sua obrigação de manter a paz e a justiça no reino.

Apresentava-se ainda Dinis como especial protetor dos Concelhos, censurando as pousadias de ricos-homens, infanções e cavaleiros em terras municipais, protegendo-os contra abusivas sentenças de excomunhão e restringindo os clérigos de ordens menores casados para que não prejudicassem a fiscalidade concelhia. A confiança que depositava na fidelidade dos Concelhos era maior do que a esperada dos nobres. Tal confiança segundo José Mattoso, era talvez excessiva, não obtendo o Rei todo o apoio que necessitava.

5.6 AFONSO IV

Com a morte de Dinis, subiu ao trono do reino português o Infante Afonso, como Afonso IV. A partir desse ponto as referências ao novo Rei tornam-se muito esparsas tanto no *Livro de Linhagens*, quanto na *Crônica de 1344*. O Rei Afonso IV no *Livro de Linhagens* é descrito como tendo sido “sempre nobre Rei e muito teudo com Deus. Este foi rei dom Afonso o quarto, o que houve guerra com el rei dom Afonso de Castela, seu sobrinho e seu genro, com que ele ao depois venceu a lide de Tarifa, como se mostrará no título XXI, de Rei Ramiro.”⁷⁷⁶

Esse trecho supostamente foi introduzido no *Livro de Linhagens* na segunda refundição pela qual a obra passou, por volta de 1380-1383. A

⁷⁷⁵ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit. p. 270 e p. 484.

⁷⁷⁶ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**, 1980. Op. Cit., p. 132.

refundição foi possivelmente realizada por um literato, que desenvolveu as narrativas referentes aos Pereira, inseriu a biografia do Prior Álvaro Gonçalves Pereira, e nela a narrativa da Batalha do Salado, que aconteceu em 1340. Na narrativa o Prior aparece como herói sendo o inspirador da vitória final, apelando à proteção da Vera Cruz, relíquia supostamente trazida por ele da Terra Santa, como forma de dar novo ânimo aos portugueses no combate que estavam a ponto de perder.

Na *Crônica de 1344* há inicialmente um elogio dirigido ao novo Rei: “despois que foy morto el rey dõ Denis, alçarom logo por rey seu filho dom Affonso e foy muy boo rey e de grande regimẽto e justiça.”⁷⁷⁷ O Cronista enaltece assim o Rei Afonso IV pela prática da justiça, elemento que fora de grande relevância na caracterização do Rei Dinis, não sendo ela questionada ao longo do relato.

O Rei Afonso IV assim que assumiu o reinado convocou Cortes para Évora, estabeleceu-se assim uma “assembléia (sic) muito freqüentada (sic) e luzida, espécie de congresso nacional destinado a estreitar em torno do novo Rei o país todo, clero-nobreza-povo, obediente e concordante.”⁷⁷⁸ Foi a primeira vez desde 1254, ano das primeiras Cortes comprovadas, que Cortes foram convocadas para jurar um Rei acabado de subir ao trono. Nestas mesmas Cortes o Rei acusou Afonso Sanches de traidor, condenando-o ao desterro perpétuo, condenando ainda João Afonso à morte.

Tal atitude de Afonso IV fez com que Afonso Sanches pegasse em armas, reunisse forças em Castela e invadissem Portugal. Tratava-se de uma guerra motivada pelo fato de que Afonso XI, de Castela, interessado em promover a paz com Portugal repudiara a esposa e casara-se com D. Maria, filha de Afonso IV, por outro lado Afonso XI tinha obrigação de defender o senhor de Albuquerque, sogro de Afonso Sanches, contra as investidas de Afonso IV, era obrigação de suserano a vassalo. O “ódio e a vingança do monarca português ao seu irmão haviam desencadeado uma guerra mesquinha e extremamente temerária.”⁷⁷⁹

⁷⁷⁷ **Crônica Geral de Espanha de 1344.** 1990. Op. Cit., p 260

⁷⁷⁸ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 484.

⁷⁷⁹ Ibid., p. 485.

Mesmo com a intervenção da Rainha Isabel, através de solicitações de paz e de pedidos de restituição ao bastardo dos bens espoliados, o conflito perdurou três anos, e só terminou porque Afonso Sanches adoeceu gravemente, suspendendo os ataques e negociando a paz, obtendo assim a restituição dos seus bens confiscados, essa disputa encontra-se retratada na Crônica, fechando o relato envolvendo as disputas entre o Rei Dinis e seus filhos.⁷⁸⁰

Passado esse primeiro momento de conflitos armados, Afonso IV buscou realizar uma série de iniciativas diplomáticas e comerciais para assegurar a paz com os reinos vizinhos. Entre 1328 e 1329 confirmou a aliança perpétua com os reinos de Aragão e Castela, em 1353 firmou com o reino da Inglaterra um importante tratado comercial, válido por 50 anos. Durante a Guerra dos Cem Anos, entre os reinos da Inglaterra e da França, o Rei português optou por permanecer ao lado da Inglaterra, pelo menos nas relações diplomáticas e acordos comerciais. O governo de Afonso IV é conhecido ainda por assinalar os primeiros passos da expansão portuguesa para além do continente europeu.⁷⁸¹

Entre os anos de 1336 a 1339 houve uma nova guerra envolvendo Portugal e Castela, provocada em parte por conflitos internos envolvendo nobres e prelados de Castela que se dividiam entre obedecer ao Rei ou a Juan Manuel, seu rival. Afonso IV de Portugal toma o partido da filha D. Maria, esposa de Afonso XI, praticamente repudiada por ele, negocia o casamento do Infante Pedro, seu herdeiro, com a filha de Juan Manuel, desprezando um acordo anterior onde a futura rainha de Portugal seria D. Branca, sobrinha do Rei de Castela. Deve-se nesse momento levar em conta o conflito de sentimentos envolvidos na ingerência de Afonso IV em Castela.

Pode ter havido certa esperança de dilatação de poder de fronteiras, segundo José Mattoso. Sejam quais tenham sido as motivações, o fato é que esta guerra “estalou, espargiu terror e sangue em toda a terra e no mar, invasões contra-invasões, surtidas e escaramuças, incêndios e pilhagens,

⁷⁸⁰ Cf. **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 261.

⁷⁸¹ MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 485.

massacres e prisões.”⁷⁸² Após intervenção Papal e do Rei da França, acertaram-se as tréguas, assinou-se a paz de Sevilha em julho de 1339, não houve mudanças nas fronteiras entre os dois reinos e nem nos acordos de casamentos estabelecidos antes da guerra, “cada vez mais a guerra se mostrava modo inepto para o alargamento fronteiriço de Portugal para Castela; e vice-versa.”⁷⁸³

Nova aliança entre os reinos de Portugal e Castela foi realizada, com a finalidade de impedir o avanço muçulmano a partir da tomada de Gibraltar por Granada, e da entrada vitoriosa do Rei de Marrocos na Península Ibérica, aliando-se aos granadinos para prosseguir para o norte. A aliança saiu vitoriosa na Batalha do Salado, em 30 de outubro de 1340, podendo ser considerada uma das mais importantes da Reconquista, marcando o ponto final para as esperanças islamitas de recuperar a Península.

Fechando a caracterização acerca de Afonso IV na *Crônica de 1344*, há referência aos conflitos gerados pelos acordos matrimoniais e ainda aos acordos feitos para combater os muçulmanos, que buscavam novamente invadir a Península Ibérica: “despois foram muy bẽ aviindos, segundo conta a estoria, ca lhe fez despois muytas e boas ajudas, assy de sua frota como de seu corpo e de seus naturaaes, ca o foy ajudar quando ouve a batalha en Taryffa com el rey de Bellamarim e com os outros reys.”⁷⁸⁴ Ao retomar nesse ponto a união entre os reis peninsulares, contra os muçulmanos, deixando de lado as desavenças internas, o Cronista ressalta o papel preponderante no contexto peninsular da Batalha do Salado, trata-se do “acontecimento terminal da narrativa do passado hispânico que se propôs, dando-lhe, tal como a conquista de Sevilha para a Primeira Crônica Geral de Espanha de Afonso X, a categoria de marco simbólico na história peninsular de seu tempo.”⁷⁸⁵

O autor Lindley Cintra, na introdução feita à *Crônica de 1344*, apresenta dois trechos que se encontram em uma versão do texto manuscrito que fazem referência à não atuação do Conde Pedro Afonso quando da Batalha do Salado:

⁷⁸² MATTOSO e SOUZA, 1993. Op. Cit., p. 486.

⁷⁸³ Ibid., p. 486.

⁷⁸⁴ **Crônica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 262.

⁷⁸⁵ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 115

E despues que se el dean torno a Castilla con el recabdo del rey de Portugal enbio luego ese rey de Portugal por su fijo el ynfante don Pedro e por el Conde don Pedro, su hermano, e por don Gonçalo Pereyra, arçobispo de Braga, e por todos los otros nobles varones de su reyno, asi como maestros de las ordenes e cavalleros e conçejos e llegaron a el a Santeren, en el mes de Mayo de la era de mill e trezientos e setenta e ocho annos.

el rey don Alfonso avia enbiado sus cartas a todos sus ricos homnes e vasallos que se fuesen em pos el a Sevilha, a la mayor priesa que lo fazer pudiesen. E, quando les las cartas fueron dadas, el tienpo era ya tan allegado que non pudieron allegar al plazo que les era mandado, salvo los de entre Tejo e Guadiana e algunos pocos de Estremadura e esto porque eran çerca. E por esto non podieron allegar los que eran entre Duero e Minno nin de los otros lugares alongados; ca el Conde don Pedro, que era hermano del rey don Alfonso, luego que ovo su recabdo se partio de sua tierra, non embargando que era mucho enfermo e gelo defendieron los fisicos. E yendo por el camino, acresçentole el dolor e ya tanto que non podia yr e esto fue por quatro vezes e quando esto vio fizose levar em andas. Pero con todo esto, fizose la vatalla entretanto; de la qual cosa porque non llevo a elle le peso muy mucho; e esto mesmo aconteçio a otros ricos omnes e vasallos e non pudieron porque eran mucho alongados.⁷⁸⁶

O que se pode perceber nos dois trechos é uma justificação dos motivos que impediram o Conde Pedro Afonso de Barcelos de participar da Batalha do Salado ao lado de seu irmão, o Rei Afonso IV de Portugal, e de seu sobrinho e amigo castelhano, o Rei Afonso XI.

Segundo Lindley Cintra, buscando informações na Crônica de Afonso XI de Castela, assim que o Conde se recuperou da doença que o impedira de participar da Batalha do Salado não quis regressar a Portugal sem antes procurar o Rei Afonso XI e explicar-lhe os motivos da sua ausência. A notícia da sua “entrada na Galiza em 1336, da sua presença no conselho em que se deliberou sobre a mensagem de paz de Afonso XI, e da frustrada participação no Salado em 1340, são as únicas que se conservam sobre a intervenção do Conde na vida pública em tempos de Afonso IV.”⁷⁸⁷

5.7 O CONDE PEDRO AFONSO DE BARCELOS E SEU CONTEXTO

Vivendo em um momento marcado por divisões entre os cristãos como a guerra entre Castela e Aragão, arbitrada pelo Rei Dinis e por ele acompanhada

⁷⁸⁶ Manuscrito UQ. Apud: LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit. p. 163-164.

⁷⁸⁷ Ibid., p. 165.

de perto, a guerra de 1336-1339 entre Portugal e Castela e ainda a Guerra Civil que ocorreu no reino português entre 1319-1324, na qual acabou exilado em Castela, o Conde Pedro Afonso percebe na Batalha do Salado a possibilidade do retorno “aos ideias de amor e amizade que deveriam reger as suas relações entre os senhores da Hispânia.”⁷⁸⁸

A diminuição de referências acerca do Rei Afonso IV, nas obras atribuídas ao Conde Pedro Afonso, deve-se muito possivelmente ao seu isolamento da vida na corte após a morte do Rei Dinis. Ao contrário “daquilo que porventura se esperaria, dada a anterior ligação ao irmão e a manutenção do cargo de alferes-mor, inicia-se um período de grande afastamento da corte régia, à qual regressará bem mais esporadicamente.”⁷⁸⁹ O Conde de 1325 até o fim da sua vida deve ter residido nas suas propriedades da Beira, particularmente nos seus paços de Lalim, perto de Lamego.⁷⁹⁰

É do período em morou em suas terras, na região de Lamego, a redação de suas duas obras, o *Livro de Linhagens* e a *Crônica de 1344*. Nas duas obras valoriza acima de tudo a necessidade de entre os nobres haver o amor e a amizade, valores esses que trariam a unidade tão almejada para a sociedade hispânica. Ao analisar os trechos, que se referem diretamente ao seu contexto histórico, encontram-se justificativas para suas ações e a projeção idealizada do Rei Dinis e por que não da sua. Segundo coloca Luis Krus

Pedro Afonso teria actuado de acordo com as responsabilidades inerentes à sua condição de mais elevado representante da nobreza portuguesa. Como a fonte realça numa passagem, ao deter a posse do único condado então existente no reino, ele era, para além de Conde de Barcelos, o Conde em Portugal, [...] modelo ideal de um posicionamento fidalgo tanto hispânico como português. Assim se o pai, D. Dinis, se apresentava como o soberano hispânico mais prestigiado do seu tempo, aquele cujas opiniões, saber e experiência eram respeitadas e acatadas pelos monarcas de Aragão e Castela, Pêro Afonso perfilava-se como o magnate que em Portugal protagonizava os valores e as atitudes correspondentes às mais puras tradições da aristocracia fidalga peninsular.⁷⁹¹

Por isso é tão importante justificar suas ações na *Crônica de 1344*, ele realça seu papel como acompanhante do Rei, sendo-lhe fiel, de conciliador

⁷⁸⁸ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 116.

⁷⁸⁹ RESENDE DE OLIVEIRA, 2011. Op. Cit., p 03.

⁷⁹⁰ LINDLEY CINTRA, 2009. Op. Cit. p 162.

⁷⁹¹ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 308.

durante a Guerra Civil portuguesa e ainda justifica sua ausência na Batalha do Salado. Segundo Luis Krus o Conde destacava-se também pela forma como mantinha seus vassallos e cavaleiros dependentes, praticando a generosidade e prodigalidade feudal, estava assim honrando sua casa, acrescentando poder e renome, como pode ser observado na descrição a seguir, presente no *Livro de Linhagens*: “este Conde dom Pedro foi o que os pôs nas moi grandes contias e o que herdou algũus filhos d’algo nas sas herdades e que houve os melhores vassallos que houve outro Conde, nem homens bõos dos que dante foram.”⁷⁹²

Aparece no *Livro de Linhagens* como continuador dos antigos homens bons de Castela, de Leão, da Galícia e de Portugal. Atitude demonstrada ao ajudar um escudeiro pobre com haveres e riquezas, o escudeiro poderia assim “depressa ultrapassar dificuldades e readquirir a perdida dignidade de um nobre da Reconquista, uma vez que a existência peninsular de fidalgos sem posses e fortuna punha em causa toda a fama e bomdades alcançadas na Cristandade pela cavalaria hispânica.”⁷⁹³

É apresentado ainda como senhor de cavaleiros “por ele postos e feitos em mui grandes contias, ca polos melhores quatro homens bõos que foram em Portugal. salvando se foram ende reis.”⁷⁹⁴ Supera em valor feudal e poder militar os quatro melhores homens bons do reino português, segundo Luis Krus seriam eles os dois antigos detentores do condado de Barcelos: João Afonso Telo e Martim Gil de Riba de Vizela, e os mais antigos ligados à linhagem dos Sousa: Mendo Gonçalves de Sousa e seu neto Gonçalo Garcia de Sousa. Pedro Afonso se tornara Conde de Barcelos, sucedendo na titularidade da casa feudal de Barcelos ao último dos de Riba de Vizela, a linhagem que se tinha apropriado da herança e das tradições dos antigos senhores da Maia, além disso, adquiriu muitos dos bens atrelados à linhagem dos Sousa, em função de um dos seus casamentos.

Nos primeiros anos do século XIV Pedro Afonso dispunha de alguns territórios dispersos pelo sul do reino, tratava-se, segundo Antonio Resende de Oliveira, de pequenas propriedades de antigos funcionários régios. O seu

⁷⁹² **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op. Cit., p. 277.

⁷⁹³ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 308.

⁷⁹⁴ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** 1980. Op. Cit., p. 277.

casamento com Branca Peres, filha de Pero Anes de Portel e de Constança Mendes de Souza, traria a ele importante aporte patrimonial, por meio dos bens de duas principais linhagens do Portugal de duzentos:

em primeiro lugar, a velha linhagem dos senhores de Sousa, que construíra o seu patrimônio e poder entre os séculos X e XIII, primeiro na região de Sousa, de onde retirou o nome, depois em ligação com as respectivas estratégias familiares e com uma presença constante na corte, onde ocupou os mais importantes cargos até o governo de D. Afonso III; e em segundo lugar, a mais recente linhagem dos senhores de Aboim/Portel, vassalos de Afonso III e para quem este monarca constituiu um senhorio centrado em Portel, mas cujos bens continham importantes núcleos na região da Estremadura.⁷⁹⁵

Com a morte da esposa, e do filho pouco tempo depois, o Conde herdou o senhorio pertencente a ela e ainda no ano de 1314 o Rei Dinis transferiu para ele “o título condal e a povoação que o identificava, naquilo que representava um reforço do patrimônio e do prestígio sócio-político do novo titulado. Ao mesmo tempo ter-lhe-á dado o cargo curial que tinha andado associado ao Conde.”⁷⁹⁶ Ao analisar seu percurso até tornar-se Conde de Barcelos pode-se perceber uma clara referência a uma política tomada pelo Rei Dinis de “socorrer-se dos filhos bastardos para associar à corte e fazer regressar à coroa importantes senhorios resultantes do próprio serviço cortesão ou de políticas matrimoniais bem conduzidas, aliadas à presúria ou à simples usurpação.”⁷⁹⁷

O que aconteceu com Pedro Afonso não foi um caso isolado no reinado de Dinis, fez parte de uma política régia marcada pela centralidade e limitações ao poder senhorial. Até o século XIII o Rei desenvolveu ações que pelo menos teoricamente, segundo coloca José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, apareciam como um serviço que a coroa prestava aos vários senhores. Até então as inquirições tinham “sido sempre levadas a cabo por comissões compostas por representantes do Rei, da nobreza e do clero, e os textos recolhidos analisados pela corte.”⁷⁹⁸

⁷⁹⁵ RESENDE DE OLIVEIRA, 2011. Op. Cit., p. 05.

⁷⁹⁶ Ibid., p. 06.

⁷⁹⁷ Ibid., p. 08.

⁷⁹⁸ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII. In: **Revista da Faculdade de Letras – História**. II Série – Vol. X. Porto: Universidade do Porto, 1993. p. 98.

A partir do início do século XIV as ações régias se modificam, o que pode ser percebido já nas inquirições convocadas a partir de 1301, nelas “o inquiridor, nomeado unicamente pelo monarca, seu vassalo e da Casa ou criação, inquiria, julgava e sentenciava.”⁷⁹⁹ O Rei Dinis ganhara poder e prestígio após a derrota e submissão definitiva de seu irmão em 1299, além de obter vitória diplomática e conquista territorial por meio do Tratado de Alcanices de 1297 o que acarretava, segundo Pizzarro uma inabalável determinação de controlar e delimitar os poderes senhoriais.

Ao mesmo tempo esforçava-se por dotar a administração central com meios que permitissem controlar a justiça e a fiscalidade, fator esse ressaltado pelo Conde Pedro Afonso. O Cronista refere-se a Dinis como o Rei que: “andou per seu regno corregendo a terra e fazendo justiça,”⁸⁰⁰ menciona também o fato de que após ter cumprido sua ação como juiz, na demanda entre os Reis de Aragão e Castela: “tornouse el rey dom Denis pera sua terra muy honrrado e bem andante e assy vyveo ã ella ã todos os seus dias, fazendo muyta justiça e bem as seus naturaaes.”⁸⁰¹

No *Livro de Linhagens* o Rei Dinis também aparece como tendo sido: “mui boo Rei e de gram justiça e mui boo cristão,”⁸⁰² deu continuidade à política de centralização, iniciada durante o Reinado de Afonso III, atacando muitas vezes a extensão dos direitos senhoriais.

Por meio de suas ações aparece sua pretensão de ser o “juiz e vigilante absoluto do exercício dos direitos dos nobres.”⁸⁰³ O fato do Rei aparecer cada vez mais como o “Senhor da Justiça” no reino, pode ter sido um dos motivos da Guerra Civil que se instaurou em Portugal. Guerra que refletiu uma reação da nobreza à política centralizadora do Rei, que não soube utilizar, com a habilidade do reinado anterior, os apoios de uma parte da nobreza.

Essa atitude cada vez mais firme do Rei Dinis em controlar de maneira mais efetiva as prerrogativas senhoriais, aplicando a justiça régia com rigor acabou por contribuir para o agravamento da tensão entre Rei e nobreza que

⁷⁹⁹ PIZZARRO, 1993. Op. Cit., p. 98.

⁸⁰⁰ **Crónica Geral de Espanha de 1344**. 1990. Op. Cit., p. 246.

⁸⁰¹ Ibid., p. 252.

⁸⁰² **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**, 1980. Op. Cit. p. 129.

⁸⁰³ MATTOSO, 1988b. Op. Cit., p. 149.

culminou na guerra civil em 1319. No entanto esse não foi o único fator relevante. Segundo coloca Pizarro o século XIV é marcado pela “maior intransigência e isolamento do monarca – quase só escudado pelos seus filhos bastardos, – cada vez mais agastado com o crescente ambiente de rebelião da nobreza encabeçada pelo infante herdeiro D. Afonso.”⁸⁰⁴

O Rei Dinis não podia mais contar com os membros da alta nobreza para a defesa dos seus interesses, muito em função de que

os últimos anos de duzentos foram marcados pela morte de não poucos membros da alta nobreza, representantes de famílias que há muito preenchiam os mais altos cargos curiais e o governo das terras. O vazio criado pelo seu desaparecimento não foi preenchido pelo Rei, nem este parecia muito interessado em fazê-lo.⁸⁰⁵

A partir dos estudos de José Mattoso⁸⁰⁶ e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro⁸⁰⁷ pode-se dizer que o favorecimento que obteve Afonso Sanchez, filho bastardo do Rei Dinis, após a morte do 1º Conde de Barcelos em 1304, pode ter contribuído para deflagrar no infante Afonso a revolta contra o Rei, e ainda foi relevante para o isolamento régio em relação à nobreza que obteve com a revolta do infante “coragem, para sistematicamente contestar as acções

⁸⁰⁴ PIZARRO, 2008. Op. Cit., p. 226.

⁸⁰⁵ PIZARRO, 1993. Op. Cit., p. 99.

⁸⁰⁶ José Mattoso no texto sobre a Guerra Civil em Portugal aponta a relevância que teve o exílio do 2º Conde de Barcelos Martim Gil, também Alferes-mor do rei e Mordomo-mor do príncipe herdeiro, no contexto motivador para a Guerra Civil. O Conde, ao buscar exílio em Castela, não se queixava diretamente do Rei, mas sim “das ofensas do bastardo Afonso Sanches, que ele protegia excessivamente. Com efeito, ele aparece como o protótipo do favorito fiel e incondicionalmente dedicado, do homem de confiança encarregado de missões difíceis e que por isso foi nomeado pelo rei como mordomo-mor. A rivalidade entre ele e Martim Gil explica-se também por razões de família. Eram casados com duas irmãs, filhas ambas do donde D. João Afonso de Albuquerque, anterior mordomo-mor e Conde de Barcelos. Martim Gil herdou do sogro o título de Conde, mas o bastardo régio herdou a maior parte da fortuna, isto é o senhorio e o castelo de Albuquerque. Disputavam entre si o castelo de Zagala, e apesar de o Conde, no seu testamento, adoptar medidas cuidadosas para garantir a exclusão sucessória de Afonso Sanches, recomendando ao alcaide que o entregasse a Pedro Fernandes de Castro, filho de seu primo, tais disposições não foram cumpridas.” MATTOSO, 1982. Op. Cit., p167-168.

⁸⁰⁷ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro na biografia do rei Dinis chama atenção para o fato de que Martin Gil “começou a envenenar o espírito do infante contra o seu irmão bastardo. Depois da morte do Conde, substituiu-o no cargo de mordomo-mor de D. Afonso o fidalgo aragonês D. Raimundo de Cardona, testamenteiro de D. Martim Gil, e que supostamente continuou a alimentar os ciúmes e desconfianças do herdeiro do trono. Esta atitude de D. Raimundo deve ter causado o desagrado do rei. A clivagem no seio da alta nobreza acentuou-se em 1316 com o exílio de Raimundo de Cardona em Castela, sem que saibamos as razões exactas deste facto, que empurrava o príncipe para o lado dos descontentes” PIZARRO, 2008. Op. Cit., p. 233-234.

dos oficiais régios. Com efeito, tinha encontrado uma bandeira, e esta era erguida pelo filho do Rei.”⁸⁰⁸

A alta nobreza do reino português⁸⁰⁹, durante a guerra civil, estaria reduzida, segundo Mattoso e Pizarro, aos bastardos régios, que ocupavam os cargos de Mordomo-mor, Alferes-mor e detinham o condado de Barcelos, único do reino, e a uma ou duas linhagens muito dependentes do favor do monarca. Os nobres “não tinham quem por eles levantasse a voz, chegando à necessidade, porventura humilhante, de ter que apoiar e incentivar a rebeldia do Infante Dom Afonso, na mira de obter deste, quando um dia fosse Rei, o abrandamento das medidas anti-senhoriais.”⁸¹⁰

Segundo coloca Pizarro, o Rei Dinis teria desprezado o apoio da nobreza

assistiu impávido à extinção das velhas linhagens, não as substituiu por outras mais recentes, e que por inteiro lhe ficassem a dever a ascensão. [...] negligenciou a importância simbólica dos cargos curiais, extinguindo as tenências ou deixando vaga a mordomia-mor por mais de dez anos; cargos, finalmente, que a certa altura passaram para as mãos dos filhos bastardos. Por fim, já não era apenas a alta nobreza, ou o pouco que dela restava, que se sentia colocada a margem, mas também o seu próprio filho e herdeiro, o infante D. Afonso, que não podia sofrer sem revolta o continuado cortejo de benesses, de privilégios e de honrarias com que o monarca cumulava os filhos bastardos.⁸¹¹

Dentro desse contexto é que se devem analisar as obras deixadas pelo Conde Pedro Afonso. Estava na corte junto ao Rei Dinis, pudera por meio de seu exílio em Castela refletir de forma distanciada sobre o conflito em Portugal. Ao regressar ao reino sua postura é a de conciliador, buscando uma solução pacífica do confronto, ensaiada por diversas vezes, apesar de voltar ao convívio da Corte e permanecer nela até a morte do pai. Quando Afonso IV assume o trono afasta-se da Corte, sinal “de que a relação com o novo Rei não seria das melhores – pelo menos não o cativou para a permanência junto dele –, recolhe-se ao seu senhorio nortenho onde o vemos tratando da gestão dos seus bens, como o aparato e a magnificência próprios da mais alta nobreza.”⁸¹²

⁸⁰⁸ PIZARRO, 2008. Op. Cit., p. 232.

⁸⁰⁹ Para um panorama da nobreza portuguesa à época do reinado de Dinis conferir: PIZARRO, 2008. Op. Cit., p. 252-257.

⁸¹⁰ PIZARRO, 1993. Op. Cit., p. 100.

⁸¹¹ PIZARRO, 2008. Op. Cit., p. 254.

⁸¹² RESENDE DE OLIVEIRA, 2011. Op. Cit., p. 09.

A nobreza do reino aguardava que a chegada ao trono do novo Rei pudesse melhorar sua situação... No entanto, o que se viu no reinado de Afonso IV foi um processo de concentração do poder político ainda maior nas mãos do Rei

o reforço do poder do Rei não era, de resto, uma empresa fácil nem um processo linear. Chocava com as prerrogativas de outros poderes muitas vezes concorrentes – da nobreza, da Igreja, dos concelhos – e tinha dificuldade em chegar a todos os lugares do reino. Mas sua ambição era, sem dúvida, a de se impor como autoridade hegemônica, superior a todas as outras autoridades de direito ou de facto. [...] O intensificar da intervenção régia nos vários planos da vida social, a modelação da justiça e da administração pelos interesses da monarquia, a proliferação e institucionalização de agentes do Rei com acrescidas competências e capacidade de acção para fazer valer o ponto de vista da coroa davam expressão concreta aos projectos do soberano e dos seus conselheiros. [...] A acção deste monarca assumiu, de facto, um cunho decisivo para a construção do edifício institucional, político e doutrinário da Baixa Idade Média portuguesa.⁸¹³

As obras deixadas pelo Conde representam, dentro do contexto peninsular, uma forma de retomar o ideal cruzadístico, revelando à fidalguia e à realza peninsulares a consciência de seu papel na sociedade. Tal consciência era transmitida pelo Conde através de suas obras, em muito influenciadas pela sua atuação junto à corte do Rei Dinis, pelas viagens que pode fazer ao lado do Rei, ou como inquisidor régio e ainda graças ao período em que esteve exilado em Castela e dos contatos lá estabelecidos. Levando em conta que o “Conde de Portugal se considerava como síntese e espelho dos valores hispânicos, tornava a nobreza portuguesa numa emanção da sua imagem e assinalava ao reino um destino fidalgo, deduzido e inscrito no passado ibérico que a fonte desvendara e fixara.”⁸¹⁴

O autor Luis Krus ao analisar o *Livro de Linhagens*, e suas refundições, aponta para um fator de grande relevância, segundo ele quando em 1380-83 foi realizada a segunda refundição no *Livro de Linhagens* já existiam diversos Condes em Portugal, a nobreza nesse momento não mais remetia a um único Conde em particular. O tempo era outro... Os nobres embora ainda pudessem se reivindicar como herdeiros das tradições vinculadas aos senhores da Maia,

⁸¹³ VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **D. Afonso IV**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009. p. 116-117

⁸¹⁴ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 310.

de Sousa, de Riba de Vizela e, até mesmo, as relativas a Pedro Afonso, pertenciam a uma nobreza de Corte, recompensada e favorecida pela realeza, “não pareciam estar muito interessados nesse legado oriundo dos longínquos tempos da Reconquista. Sentiam-se pouco inclinados a cultivar um passado pleno de arrogância fidalga e portador de valores cruzadísticos a que já não reconheceriam eficácia e oportunidade”⁸¹⁵

Tais valores e virtudes interessavam, sobretudo aos membros das ordens religiosas militares. Destacando-se dentre elas os Pereira, apresentados na narrativa da Batalha do Salado como os guardiões da Vera Cruz do Marmelar, fidalgos que, segundo Luis Krus, teriam adquirido grande poder e privança na Corte de Afonso IV, perdendo-os progressivamente durante os reinados de Pedro I e Fernando I.⁸¹⁶ Os Pereira teriam adquirido, por meio da inserção da narrativa no relato genealógico já legitimado, a vinculação a um passado fidalgo que chegava a se igualar ao que fora anteriormente detido pelo Conde de Barcelos. Reivindicaram

o estatuto de herdeiros e depositários de todas as tradições pertencentes ao património colectivo da nobreza portuguesa. Era neles que deviam recair o respeito e a reverência prestados à memória dos fidalgos que ganharam o reino de Portugal, não só porque descendiam dos respectivos fundadores como porque sempre o defenderam e lhe fizeram cumprir o sagrado e inalienável destino de país a quem o Livro de Linhagens se referia, mais na qualidade de espaço de actuação cruzadística do que como território submetido a uma unificada governação régia.⁸¹⁷

Retomando aqui as questões iniciais acerca de que forma a narrativa dos reinados de Dinis e Afonso IV aparecem inseridos no relato cronístico, assim como no *Livro de Linhagens*, pode-se afirmar que este contribui na caracterização do Rei ideal, pautada na aplicação da justiça, no papel conciliador e na busca por manter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Hispânia.

Através do relato, o Conde esperava apresentar a sua versão acerca do que acontecera, justificando assim suas ações, reforçando nesse sentido a imagem de um nobre ideal, pautada na ação conciliatória, na fidelidade ao

⁸¹⁵ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 310.

⁸¹⁶ Ibid., p. 311.

⁸¹⁷ Ibid., p. 312.

monarca, no bom conselho, reforça ainda o papel a ser desempenhado pela nobreza na defesa da Cristandade e da necessidade de existir entre os nobres o amor e a amizade.

CONCLUSÃO

O *Livro de Linhagens* e, com maior ênfase para a elaboração desta Tese, a *Crônica Geral de Espanha de 1344*, são obras atribuídas ao Conde Pedro Afonso de Barcelos, escritas em um momento marcado por um lado pela acentuação do poder régio, e por outro pela reestruturação da nobreza senhorial. Nobreza que perdera nas revoltas, ou nas campanhas contra os muçulmanos, grande parte de seus membros, além de não conseguir criar novas fontes de rendimento permanentes.

A partir do século XIII, com a diminuição das operações de Reconquista, tornavam-se cada vez mais raras as oportunidades da nobreza servir as armas, iniciava-se assim um processo de modificação do ideal de nobreza vigente até então. A nobreza aos poucos perdia sua conotação mais prática, para adquirir feições idealizadas, os símbolos passaram a desempenhar papel importante na caracterização nobiliárquica.

Fatores como o gosto pela História, em particular da Antiguidade, o interesse dispensado a autores como Cícero, Valério Máximo e Vegécio, além de influências vindas do reino francês e da penetração do Direito Romano, desde os fins do século XII, contribuíram para difundir uma nova concepção de nobreza: a Cavalaria, vista como uma “virtus” pessoal e como profissão querida por Deus, para promover o bem-estar do homem. Esse processo de transformações pelo qual a nobreza passava não se restringiu ao século XIII, pode ser analisado, sobretudo no reino português, como um processo que dura até o final do século XIV, como pode ser verificado na Narrativa da Batalha do Salado, que teria sido inserida no *Livro de Linhagens* por volta de 1380.

Nesse relato, ressaltam-se a qualidade e a importância das ações dos membros das Ordens Militares na defesa do reino, contra os “infiéis,” mostrando assim a sua importância no estabelecimento do reino. O relato aparecia como um espelho onde a “nobreza portuguesa e peninsular deveria espelhar-se nestes homens da fé e da espada a fim de recuperar sua auto-estima de grupo frente à crescente centralização régia e à crise de identidade

que atravessava havia algumas décadas.”⁸¹⁸ Dando continuidade assim aos ideais presentes tanto no *Livro de Linhagens* quanto na *Crônica de 1344*.

O *Livro de Linhagens* pode, ao mesmo tempo, através da enumeração de uma série de virtudes e valores atribuídos ao Rei e à nobreza, proporcionar a esse público ávido por modelos e exortações, seus modelos de ação, oferecendo ainda o ideal de serviço desinteressado ou mesmo da recompensa mítica. Forneceu também alimento literário aos jovens cavaleiros, incitando-os à ação, dessa forma a realidade histórica misturava-se intimamente com a ficção literária e esta, por sua vez, inspirava e motivava a própria realidade.

A difusão do modelo guerreiro, como sendo atributo da nobreza, dependeu da supremacia monárquica e da sua articulação com a nobreza. O papel dos soberanos, enquanto detentores do direito de nobilitar os nobres, adquiria cada vez mais força, dessa forma os soberanos poderiam afirmar sua pretensão de ser a única fonte da nobreza, subordinando-a aos seus interesses.

Diante da presença de filhos segundos junto à Corte régia, desempenhando suas atividades predominantemente militares, as pretensões de superioridade social, aliadas ao interesse do Rei em difundir o código vassálico e cavaleiresco, em seu próprio benefício, acabavam por criar um ambiente favorável à difusão dos referidos modelos entre a nobreza. Em primeiro lugar junto aos cavaleiros da Corte e em seguida aos demais cavaleiros, mesmo aqueles pertencentes à nobreza senhorial.

O Conde Pedro Afonso, inserido nesse contexto do século XIV, foi influenciado por um conjunto de fatores psicológicos (conscientes ou inconscientes) de ordem intelectual ou afetiva, que agindo entre si acabaram por influenciar sua obra. Era filho bastardo do Rei Dinis, irmão de Afonso IV, por fim, nem por isso menos relevante, era membro da alta nobreza do reino português, detinha o único condado do reino. Em suas obras procurou justificar a atuação da nobreza ao mesmo tempo em que ressaltou a necessidade do poder régio. Do bom relacionamento entre Rei e nobreza dependeria o bem comum do reino.

⁸¹⁸ FERNANDES, Fátima Regina. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: **Revista Mosaico**, v.4, n.1, p.75-91, jan./jun. 2011. p. 80.

Já a *Crônica Geral de Espanha de 1344* seguiu um modelo já consagrado no contexto da Península Ibérica por meio da *Crônica Geral de Espanha* de Afonso X de Castela, bisavô do Conde. A competência do Cronista não está somente na capacidade de narrar, encontra-se na “capacidad de generar narración verdadera en su sentido más estricto; la capacidad de elaborar un texto eficaz para usos muy específicos en la esfera de lo jurídico y de lo político.”⁸¹⁹ Nessa perspectiva é que foi analisada a *Crônica de 1344*, ela seguiu um modelo já consagrado, porém seu autor, ou refundidores adaptaram-na a um novo contexto, seguindo novas orientações políticas e sociais. Sua elaboração se deu a partir do cruzamento do elemento formal com o histórico e o ideológico, resultado ainda de um “sistema abierto y dinámico y como tal acompaña la emergencia, derivación, variación y reformulación de las formas cronísticas y sus procedimientos dominantes.”⁸²⁰

Determinadas características, inerentes ao relato cronístico, como o providencialismo e a cronologia com enfoque bíblico, perpassam toda a obra, tendo sido trabalhadas conforme iam sendo empregadas ao longo do relato. No início da *Crônica*, a preocupação está em apresentar como se deu o processo de ocupação da Península Ibérica. Nesse ponto do relato mito e história aparecem imbricados, ressaltando-se as personagens de Rotas, Hércules, Espam e Pirus. Nos relatos destaca-se a forma como conquistaram a região: o bom senhor que vem libertar os homens da tirania, o domínio que exercem sobre a natureza selvagem, mediante a sabedoria.

Ao empregar procedimentos narrativos e a projeção de modelos ficcionais o Cronista sustenta uma “verdade” indo além da evidência documental. Aos cartagineses que empregaram a força, para conquistar a península, se contrapõe os romanos, estes usaram a guerra como última alternativa, empreenderam suas conquistas, sobretudo por meio do “amor”, princípio esse destacado ao longo de todo o relato.

A partir do momento em que o Cronista volta-se para a chegada dos godos, sobretudo dos visigodos à Península Ibérica é possível traçar perfis ideais de Rei e de nobres. Ressaltam-se virtudes e valores imprescindíveis

⁸¹⁹ FUNES, 2008. Op. Cit., p. 272.

⁸²⁰ Ibid., p. 272.

para a sociedade do século XIV, contexto de redação da obra, nas personagens da época. Constrói-se assim um passado idealizado onde determinadas virtudes norteiam as ações humanas, assim como são apresentados os vícios que, se não fossem combatidos, poderiam levar à desintegração da sociedade como foi o caso da luxúria associada aos reis Vitiza e Rodrigo, culminando com a queda dos visigodos frente aos muçulmanos em 711.

Os reis visigodos são destacados ao longo do relato em função das seguintes virtudes, que garantem a unidade do reino: amor e amizade, honra, lealdade, piedade, mansidão e o caráter pacífico. Assim como no período mítico a guerra desnecessária é vista como um elemento a ser combatido. Os reis destacam-se ainda pelo fato de serem cristãos católicos, os reis arianos são caracterizados como maus reis, a partir do momento que houve a conversão ao catolicismo afastou-se a desunião, a desordem e a infidelidade que corrompia a sociedade, abrindo espaço para a regularidade das ações monárquicas.

Já os vícios corrompem a sociedade/o reino. Dentre os vícios aparece a traição, a deslealdade, a desonra, os maus conselheiros, a luxúria, que afasta o homem da civilidade aproximando-o da selvageria, e a quebra das tradições. Os reis são descritos como elementos chave na sociedade, servem eles de modelo aos demais, cabe a ele ainda promover a justiça no reino. Por meio da justiça régia assegura-se a manutenção da honra e da ordem, evita-se divisões e se mantém o reino em paz. Os reis conquistadores também merecem destaque, suas conquistas são asseguradas pela cavalaria visigoda, descrita como o modelo ideal para a cavalaria medieval, daí vem a relevância de rememorar os grandes feitos por meio da “História.”

Após a queda dos visigodos, frente aos muçulmanos, o Cronista ressalta o fato de que os cristãos se colocam como herdeiros da “Cavalaria Visigoda,” cabendo a eles superar os “pecados” cometidos e novamente chegar à idealizada unidade hispânica, seriam seus continuadores. Os pecados cometidos pelos visigodos teriam contribuído para afastar os homens de Deus, desestruturando a sociedade, fragilizando-as por meio das disputas internas,

em função disso não teriam conseguido fazer frente ao ataque muçulmano. Era necessário resgatar determinadas virtudes e combater os vícios.

Nesse momento é que se projeta na Crônica uma imagem idealizada de Rei e de nobreza, muito semelhante ao que fora trabalhado anteriormente quando da elaboração da Dissertação de Mestrado analisando o *Livro de Linhagens*. Nesse contexto a imagem de monarca ideal é definida pela figura de um Rei que domina a hierarquia da nobreza, é Ele quem define escalões, confere prestígio. O Rei constitui-se, nessa visão, como elemento chave na aplicação da justiça e das leis, sabe fazer concessões e cobranças. As leis elaboradas pelo Rei são feitas para todos do reino. Dessa forma centralizaria sua autoridade empregando a justiça, sobrepondo-a aos poderes locais, que fazem uso da vingança pessoal.

Essa centralização, no entanto só seria alcançada se governasse de maneira piedosa, com justiça e misericórdia. A justiça deixa de ser um privilégio para tornar-se um direito de todos, em nome do Rei. Caso ele não fosse capaz de praticar a justiça a ordem do reino se desestabilizaria, podendo até mesmo ser deposto em função disso.

O bom Rei deveria desenvolver ações a fim de que houvesse amor e amizade entre seus súditos, zelando e promovendo o bem comum. A figura do Rei como regulador e promotor do bem comum é necessária na medida em que a nobreza encontra-se fragmentada, desorientada e sem consciência de grupo e da importância que possui dentro do reino. Dois valores que permitiriam à nobreza ajudar-se mutuamente: amor e amizade estariam sendo deixados de lado.

A monarquia permitiria aos nobres retornar ao amor e à amizade, ajudaria para que não fizessem mal uns aos outros, alcançassem o equilíbrio, permitindo a configuração da unidade hispânica, almejada e distante da realidade. O amor merece destaque entre os reis cristãos da Reconquista. Deve ele ser alcançado por meio do respeito de alianças, da defesa da Cristandade, da ajuda mútua, da mansidão, aparece ainda como alternativa a combates entre os cristãos, que levariam à desunião e enfraquecimento.

A amizade, considerada como o maior de todos os bens, seria capaz de impedir discórdias. Valores como fidelidade, lealdade e assistência mútua

estão ligados a ela. São valores que fazem parte da ética cavaleiresca, princípio básico que deve organizar a sociedade.

Se houvesse amizade/fidelidade entre os nobres não haveria necessidade dos reis. Em uma sociedade configurada a partir de vínculos pessoais, a fidelidade é imprescindível. O Rei, na concepção do Conde, só é digno de fidelidade se souber respeitar os foros e costumes nobiliárquicos. Deve apoiar-se nos vínculos pessoais que sustentam a sociedade, a fim de manter a justiça e ordenar a mesma. A imagem do Rei pacífico, capaz de promover a paz no reino é a personificação desse ideal.

O bom Rei é ainda o Rei cristão, temente a Deus. É o Rei da Reconquista, que luta em defesa da Cristandade, combate muçulmanos, conquista territórios e garante a unidade da Cristandade. A defesa da Cristandade une os cristãos, esse projeto único afasta as diferenças e rivalidades, mantém a ordem no reino, garante paz e segurança. Em batalhas ressalta-se o providencialismo, a ajuda divina por meio dos Santos, Anjos e Providência Divina, destaque aqui para Santiago, defensor da Cristandade hispânica.

Essa imagem “ideal” contrasta com uma realidade bem diferente, marcada por revoltas nobiliárquicas, disputas entre reis e infantes, como no caso português onde o Infante Afonso reivindicara o exercício da justiça dentro do reino, fato que culminou na Guerra Civil (1319-1324). Reis que na busca da centralização não souberam relacionar-se com a nobreza, não levaram em conta seus valores e tradições, não proveram o a paz e nem garantiram o bem comum em seus reinos.

Para a nobreza o relato cronístico aparece como forma de fortalecê-la, serviria como um instrumento ideológico, como um instrumento de afirmação, coesão e estruturação, as virtudes a desempenhar aparecem como em um espelho, personagens são rememorados a fim de servir de exemplo. Por meio dele a nobreza tomaria consciência de sua identidade no seio da sociedade. Identidade essa pautada no sangue, no patrimônio e na honra. Ao mesmo tempo em que fazia a nobreza sentir-se importante, cobrava dela um determinado comportamento em conformidade com a essência social que lhe era atribuída.

O nobre ideal que aparece nas obras é o cristão, o amigo que zela pelo bem comum, é fiel, honrado, bom cavaleiro, bravo, corajoso. É ainda o bom guerreiro, que luta contra os muçulmanos pela defesa da Cristandade, é o bom conselheiro.

O que forneceria à nobreza a consciência de grupo seria a teoria da solidariedade decorrente do parentesco, pautada no amor e na amizade. Tais valores impediriam as divisões no seio da própria nobreza, fortalecendo-a perante a sociedade, garantindo o auxílio mútuo. Dessa maneira poderia lutar pelo seu espaço. A nobreza é caracterizada de forma unida, como uma entidade que está acima dos particularismos, não conhece fronteiras.

O Conde valoriza a honra, a fidelidade, o bom cavaleiro e o nobre guerreiro. Reanima dessa maneira o papel da Reconquista, elemento que geraria unidade em torno de um mesmo ideal, a unidade hispânica, para tanto merece destaque a conquista de Sevilha empreendida por Fernando III, grande momento de unidade hispânica em torno de um mesmo ideal. A figura do Rei como condutor dessas operações sairia fortalecida, ao mesmo tempo em que valoriza a nobreza, pois o Rei depende de seu auxílio para alcançar seus objetivos. Rei e nobreza possuem uma mesma ética, são guiados pelos mesmos valores, devendo se ajudar mutuamente.

Se as virtudes são salientadas de forma enfática os vícios a ser combatidos, os *exemplae* a contrário também merecem destaque nas obras. A deslealdade divide os cristãos, leva-os a perder privilégios. A traição é a quebra de vínculos de fidelidade, merece ser punida com exemplaridade. Se a justiça promove a ordem na sociedade a traição traz consigo o caos. Os vícios deformam os indivíduos, são levados à perdição. A desonra está associada à derrota em batalhas e ainda à covardia.

O fato de a unidade hispânica ser um tema tão recorrente fornece indícios de que ela constituía-se como um ideal a ser preservado/alcançado diante dos particularismos locais e entre os grupos que compunham a sociedade, bastante fortes e presentes. É importante, levando em conta o contexto vivido pelo autor, contrabalancear a imagem idealizada/projetada em suas obras com o que via e analisava em seu dia a dia. Nesse sentido é de grande relevância a análise dos trechos onde são narrados os reinados de

Dinis e Afonso IV, momento de originalidade no texto cronístico, pois pode relatar fatos e eventos por ele vivenciados. A partir dessa análise é possível compreender mais sobre o autor, suas escolhas e suas obras.

Sua relevância para o contexto da Península Ibérica está no fato de que

nele se personificavam as mais puras raízes da fidalguia do Reino, aquelas que recuavam aos tempos e à geração da providencial realeza asturiana. Reunidas e reactualizadas num senhor que, por via paterna, pertencia à descendência dos Reis de Portugal, tornavam o Conde de Barcelos no símbolo de uma nobreza que retornava à sua primitiva condição régia e dinástica, a um *illo tempore* sagrado, unânime e fundacional capaz de lhe despertar o vigor e a pujança próprios da sua antiga qualidade de milícia de uma Cristandade, simultaneamente, ecumênica e hispânica.⁸²¹

Em seu texto idealiza o Rei Dinis, enaltecendo suas ações à frente do reino, destaca-o como árbitro peninsular, ressalta seu caráter mediador. No contexto da Guerra Civil em Portugal não menciona o fato de que o Infante estaria reivindicando o exercício da justiça no reino, em função de que seu pai é descrito como um grande modelo de Rei justo. Justifica a guerra como tendo acontecido em função da predileção do Rei por seus filhos bastardos, em detrimento do herdeiro legítimo e ainda pelo fato do Infante Afonso ter ao seu lado maus conselheiros. Justifica, ao longo do relato, suas ações. Explica o que teria motivado seu exílio. Destaca seu papel conciliador quando regressa de Castela, onde esteve exilado, atendendo a um chamado do Infante, percebera que a Guerra Civil estava enfraquecendo o reino, causando divisões internas, a solução estaria na conciliação.

Após a morte de Dinis, afasta-se da vida na Corte, dirige-se para sua residência em Lalim. Após ter recolhido muitas informações, documentos e fontes em suas viagens, nas inquirições pela região norte do reino e durante seu exílio em Castela, pode dedicar-se à redação de suas obras. Percebera o que acontecera no reinado de Dinis quando as mais respeitadas linhagens do reino estavam em processo de extinção, viu a predileção do Rei pelos filhos bastardos. Pode ter analisado bem o isolamento que o Rei Dinis construiu à sua volta ao não conseguir o apoio da nobreza, pode-se perceber isso pela

⁸²¹ KRUS, 2000. Op. Cit., p. 309-310.

maneira como ressalta o papel a ser desempenhado pela nobreza na sociedade, o Rei dela necessita para levar a cabo suas ações.

O novo Rei, seu irmão Afonso IV, é descrito de maneira muito breve. As últimas ações públicas do Conde acontecem quando da Batalha do Salado, justifica o fato de não ter podido ir, comenta de sua visita ao Rei Afonso XI de Castela, com quem convivera durante o exílio e para quem deixara cantigas em seu testamento, a fim de justificar sua ausência.

O Conde Pedro Afonso deixou no *Livro de Linhagens*, na *Crônica Geral de Espanha de 1344* e na “grandiosidade do túmulo que para si próprio encomendara, o grito nostálgico por uma nobreza que jamais voltaria a existir, e que aos poucos morrera com o final do século XIII.”⁸²²



Túmulo do Conde Pedro Afonso de Barcelos localizado no interior do Convento de São João de Tarouca (Tarouca/Portugal) – Foto: Adriana Mocelim

⁸²² PIZARRO, 1993. Op. Cit., p. 101.



Detalhe do Túmulo do Conde Pedro Afonso de Barcelos localizado no interior da Igreja de São João de Tarouca (Tarouca/Portugal): um cachorro repousa aos seus pés, símbolo da fidelidade tão presente em suas obras. Foto: Adriana Mocelim

FONTES

ARAGÃO, Jaume I de. **Livro dos Feitos**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio,” 2010.

BRANDÃO, Francisco. [1650] **Monarquia Lusitana**: Parte Quinta. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976.

_____. [1672] **Monarquia Lusitana**: Parte Sexta. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980.

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – Crónica do Rei D. Dinis. Vol. II. Lisboa: Academia Portuguesa de Letras, 1953.

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – Crónica do Rei Afonso IV. Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal. Vol. II. Lisboa: Academia Portuguesa de Letras, 1953

JESUS, Rafael de. [1683] **Monarquia Lusitana**: Parte Sétima. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Catálogo de la Real Biblioteca, Tomo I. Manuscritos: **Crónicas Generales de España**. Madrid, 1898.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. [1340]. In: Portugaliae Monumenta Histórica, Nova Série. Ed. crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. II Volumes.

Crónica Geral de Espanha de 1344. In: Fontes Narrativas da História Portuguesa. Ed. Crítica: Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1954.

Crónica Geral de Espanha de 1344. In: Fontes Narrativas da História Portuguesa. Ed. Crítica: Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1961.

Crónica Geral de Espanha de 1344. In: Fontes Narrativas da História Portuguesa. Ed. Crítica: Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. IV. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BARROS DIAS, Isabel de. Modelos heróicos num fluir impuro. In: RIBEIRO, Cristina Almeida e MADUREIRA, Margarida (Coord.). **O gênero do texto medieval**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. p. 105-112.

_____. **Metamorfoses de Babel: a historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV) construções e estratégias textuais**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. Modelos teóricos e descrições aplicadas: imagens de soberanos na cronística ibérica de inspiração afonsina (sécs. XIII-XIV). In: LARANJINHA, Ana Sofia e MIRANDA, José Carlos Ribeiro. **Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

_____. Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção ativa. In: **Hispania. Revista Española de Historia**, 2007. Vol. LXVII. Núm. 227, septiembre-diciembre. p. 899-927.

_____. Teoria e prática discursiva: estratégias de preservação da memória em textos historiográficos ibéricos (sécs. XIII-XIV). In: **Limite**. Revista de Estudios Portugueses y de Lusofonía de la Universidad de Extremadura. Vol. 3, 2009. p. 113-128.

BARROS, José d'Assunção. A nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. In: **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 12, nº 16, 1º sem. 2011. p. 38-63.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BEIRANTE, Maria Ângela. Para a história da morte em Portugal (Séc. XII-XIV). In: **Estudos de história de Portugal**. Vol. I – séculos X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

BILLORE, Maïte. Introduction. In: BILLORE, Maïte et SORIA, Myriam (dir.). **La trahison au Moyen Âge: de la monstruosité au crime politique (Ve-XVe siècle)**. Rennes: Presses Universitaires Rennes II, 2010.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOEHNER, Philotheus e GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**, desde as origens até Nicolau de Cusa. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BURKE, Peter. **Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CANNING, J. P. Introduction. Politique: institutions et conceptions. In: MÉNARD, Jacques (Org.). **Histoire de la pensée politique médiévale 350-1450**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993a. p. 323-346.

_____. Loi, souveraineté et théorie corporative, 1300-1450. In: MÉNARD, Jacques (Org.). **Histoire de la pensée politique médiévale 350-1450**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993b. p. 428-449.

CARVALHO, João Soares. Org. **História da Literatura Portuguesa**: das origens ao Cancioneiro Geral. Lisboa: Alfa, 2001.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**, dos Pré-Socráticos a Aristóteles. VOL. I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CONRAD, Philippe. **História da Reconquista**. Sintra: Europa-América, 2003.

COROMINAS, Joan. **Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana**. Volume II. Madrid: Editorial Gredos, 1954.

COSTA, Ricardo da. **A guerra na Idade Média**, estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Paratodos, 1998.

_____. **A mentalidade de cruzada em Portugal (sécs XII-XIV)**. In: www.ricardodacosta.com. Página consultada em 19/09/2006, às 23:00 h.

_____. **O espelho de Reis (*Speculum Regum*) de Frei Álvaro Pais (1275/80-1349) e seu conceito de tirania.** In: www.ricardodacosta.com. Página consultada em 19/09/2006, às 23:00 h.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DE SOUZA, José Antônio de C. R. As raízes da hierocracia no “de Institutione Regia” de Jonas de Orleans. In: DE BONI, Luis Alberto. **O reino e o sacerdócio**, o pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

_____. A teocracia imperial no fim da alta Idade Média. In: DE BONI, Luis Alberto. **O reino e o sacerdócio**, o pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

DIAS, Aida. Fernanda. **História Crítica da Literatura Portuguesa. VOL. I. A Idade Média.** Lisboa: Editorial Verbo, 1998.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, 2ª ed. Porto: Figueirinhas, 1979, 6 vols.

DUARTE, Luís Miguel. Um país de besteiros e castelos (A guerra em Portugal na Baixa Idade Média). **XXXI Semana de Estudios Medievales.** Estella, 18 a 22 de julio de 2004. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo.** Rio de Janeiro: Graal, 1987.

_____. **A sociedade cavaleiresca.** Lisboa: Teorema, 1989.

_____. **Idade Média, Idade dos Homens:** Do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizacional** Vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

ESTEVES, Elisa R. P. Nunes. **A Crónica geral de Espanha de 1344: estudo estético-literário.** Évora: Pendor, 1997.

FABRO, Eduardo. Sonhos e visões: a cultura popular germânica pela luz dos Nibelungos. In: **Revista Brathair** 4 (1), 2004. 36-51. Disponível em

<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/626/549>. página acessada em 09/08/2012, às 16h.

FAINTANIN, Paulo. **A política Tomista**. In: www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/tomismo-filosofia-a-politica-tomista.htm. Página consultada em 14/07/2009, às 13:36 hs.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Fátima Regina. Os Castro galegos em Portugal: um perfil de nobreza itinerante. In: **Actas de las Primeras Jornadas de Historia de España** Vol. II. Buenos Aires: Fundación para a Historia de España, 1999.

_____. As Cortes medievais portuguesas e sua relação com o poder régio – segunda metade do século XIV, In: **Anais da XIX Reunião Anual da SBPH**. Curitiba: SBPH, 2000a, p. 141-144.

_____. **Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá, 2000b.

_____. A fidelidade e o “deserviço” em Portugal no reinado de D. Fernando (1367-1383). In: **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba, SBPH/CNPq/FINEP, (17), 2000c. p. 53-63.

_____. Poder e sociedade na Península Ibérica, In: **Revista de Ciências Humanas**. Curitiba: SCHLA/UFPR, (10), 2001 (2003), p. 123-133.

_____. Discurso e poder na obra de Pedro Afonso, Conde de Barcelos. In: **Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais**, Belo Horizonte, PUC de MG/ ABREM/ CNPq e FAPEMIG, 2003a, p. 351 – 356.

_____. Instituições e poder na Baixa Idade Média Portuguesa. **Atas das Jornadas da Linha Cultura e Poder**, Curitiba: PGHIS/ UFPR. Texto produzido em 2003b. (Prelo).

_____. O modelo de “criatio” régio e senhorial em Portugal (séc. XIV). In: **Anais da XXIII reunião da SBPH**. Curitiba: SBPH, 2003c, p. 01-10.

_____. A recepção do Direito Romano no ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. **História Questões e Debates**, Curitiba, 2005. V. 1, N. 41, p. 73-83.

_____. As estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV. In: **Revista da Faculdade de Letras**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Portugal, 2006. p. 263-84.

_____. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: **Revista Mosaico**, v.4, n.1, p.75-91, jan./jun. 2011.

_____. e FRIGHETTO, Renan. **Cultura e poder na Península Ibérica**, Curitiba: Juruá, 2001.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ. Inés. **Evolución del pensamiento alfonsí y transformación de las obras jurídicas e históricas del rey sabio**. In: Cahiers de Linguistique hispanique Médiévale, 23 (2000), p. 263-83

FERREIRA, Maria do Rosário. **Entre linhagens e Imagens: A escrita do Conde de Barcelos**. Aguarda publicação nas actas do Segundo Congresso de la Sociedad de Estudios Medievales y Renacentistas (SEMYR), San Millán de la Cogolla, Setembro de 2008. Página acessada em 22/02/2012. Disponível em:
http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA%20conde.pdf
 f.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2004.

FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Volume I. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. In: **Tempo, Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense**. Vol. 14, núm. 28, Janeiro-Junho, 2010, p. 147-166.

FRIGHETTO, Renan. Imperium et orbis: conceitos e definições a partir das fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV/VII). **Seminário Facetas do Império na História**. Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em:
<http://people.ufpr.br/~andreadore/renan.pdf>, página acessada em 10/08/2012 às 9h.

FUNES, Leonardo. Um nuevo avance en el conocimiento de la historiografía alfonsí. In: **INCIPIT**. Vol. XII, Buenos Aires: Seminario de Edición y Crítica Textual, 1992.

_____. La construcción ficcional del acontecimiento histórico em el discurso narrativo de mediados del XIV. In: **Studia Hispanica Medievalia III. Actas de las IV Jornadas Internacionales de Literatura Española Medieval**. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 1993.

_____. El lugar de la Crónica Particular de San Fernando en el sistema de las formas cronísticas castellanas de principios del siglo XIV. In: **Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas**. Madrid: Centro Virtual Cervantes, 1995.

_____. Elementos para una poética del relato histórico. In: ARIZALETA, Amaia (éd.). **Poétique de la chronique. L'écriture des textes historiographiques au Moyen Âge (péninsule Ibérique et France)**. Toulouse – Le Mirail, Université, 2008.

_____. La materia legendaria en la historiografía castellana del siglo XIV. In: **Actas y Comunicaciones del Instituto de Historia Antigua y Medieval**. Facultad de Filosofía y Letras. Vol. 6. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la Chronica**, las crónicas hispanas de la época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.

GAUVARD, Claude. Justiça e paz. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Volume II. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. Elementos de definición de los espacios de poder en la edad media. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la e MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (Coord.) **Actas: XII Semana de Estudios Medievales – Los espacios de poder en la España medieval**. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manoel. Don Dionis de Portugal y la minoría de Alfonso XI de Castilla. In: **Revista da Faculdade de Letras – História**. II Serie – Vol. IX. Porto: Universidade do Porto, 1992.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**, siglos XI-XV, Madrid: Alianza Editorial, 1997.

GIMENEZ, José Carlos. **O papel político da Rainha Isabel de Portugal na Península Ibérica: 1280 – 1336**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2005.

GÓMEZ, José Adolfo. **El estado castellano bajomedieval: um aporte para la discusión, acerca del sistema político**. In: Actas de las primeras jornadas de historia de España. Buenos Aires: Fundación para la Historia de España, 1999-2000.

GONZÁLEZ, Cristina. **Selvajismo y barbarie en la *Estoria de Espanha***. In: Nueva Revista de Filología Hispánica. XL, núm. 1. Mexico: Colegio de Mexico, 1992. 63-71.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes** (séculos XIV e XV), o espelho do Rei: “decifra-me e te devoro.” Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2004.

_____. O discurso cronístico e a narratividade histórica. In: MARCHINI NETO, Dirceu e NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Organizadores). **A Idade Média: entre a história e a historiografia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. **Rei e “estado real” nos textos legislativos da Idade Média portuguesa**. In: En la España Medieval nº 22. Madrid: Universidad Complutense, 1999.

INÁCIO, Inês C. & LUCA, Tania Regina. **O pensamento medieval**. São Paulo: Ática, S.D.

JIMÉNEZ, Manuel González. **Alfonso X en la historiografía portuguesa del siglo XIV**. In: Actas de las Primeras Jornadas de Historia de España. Fundación para la Historia de España II – 1999-2000, Argentina.

KONSTAN, David. **A amizade no mundo clássico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

KRUS, Luis. A vivência medieval do tempo. In: **Estudos de história de Portugal**. Vol. I – séculos X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

_____. Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a primeira Crónica Geral de Hespanha. In: **Penélope. Fazer e Desfazer a História**, n.º 4, Nov. 1989. p. 05-18.

_____. Historiografia medieval. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de (Coord.). **História e antologia da literatura portuguesa. Séculos XIII-XIV, a prosa medieval portuguesa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997a.

_____. Crónica Geral de Espanha de 1344. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) **História e antologia da literatura portuguesa, séculos XIII – XIV, a prosa medieval portuguesa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997b.

_____. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280-1380)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

_____. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____, & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. 2 Volumes. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002a.

_____. Rei. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002b.

_____. Sonhos. In: LE GOFF, Jacques & SCHITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002c.

_____. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 2002d.

_____. O imaginário do tempo. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LINDLEY CINTRA, Luís Filipe. D. Pedro, Conde de Barcelos, Gomes Lourenço de Beja e a autoria da Crónica Geral de Espanha de 1344. In: **Boletim de Filologia**. Tomo XVI – Fascículos 1 e 2. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1996. p. 137-139.

_____. Origens da historiografia portuguesa. In: DIAS, Aida Fernanda. **História Crítica da literatura portuguesa**. Vol. I. A Idade Média. Lisboa: Editorial Verbo, 1998.

_____. Introdução. In: **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Fontes Narrativas da História Portuguesa. Vol. I. Segunda Edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1956.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. Aspectos da educação de Filipe, o Belo: “O De regimine principum” de Egídio Romano. In: **Atas da IV Jornada de Estudos Antigos e Medievais**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Sthampa, 2006.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coordenadora) **História e antologia da literatura portuguesa**, séculos XIII – XIV. A prosa medieval portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARQUES, Marisa Costa. O mundo do fantástico na arte Românica e Gótica em Portugal. **Revista Medievalista**. Nº 8, Julho de 2010. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/MEDIEVALISTA8\marques8013.html>. Página consultada em: 05/04/2013

MARTIN, Jose Luis. Una sociedad en guerra, reinos cristianos y musulmanes (siglos XI – XIII). **Revista Historia de España** 4. Año V. – Extra XVI. Diciembre, 1980.

MATTOSO, José. **A guerra civil de 1319-1324**. In: Estudos de história de Portugal. Vol. 1 – Séculos X – XV. Lisboa, Estampa, 1982.

_____. **Ricos-homens, infanções e cavaleiros**: a nobreza portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985a.

_____. A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal – séculos XIII-XIV. In: **Portugal Medieval. Novas Interpretações**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985b.

_____. Estruturas familiares e estratégias de poder, a nobreza de Entre Douro e Minho. In: **Jornadas de História Medieval – 1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV**. Lisboa: História & Crítica Nº 12, maio de 1985c.

_____. **A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder**. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. **Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)**. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1988a.

_____. **Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)**. Vol. II. Lisboa: Estampa, 1988b.

_____. org. e SOUZA, Armindo de. **História de Portugal: a monarquia feudal (1096 – 1480)**. Lisboa: Estampa, 1993.

_____. **Religião e cultura na Idade Média portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997a.

_____. Livros de Linhagens. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coordenadora) **História e antologia da literatura portuguesa**, séculos XIII – XIV. A prosa medieval portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin, 1997b.

_____. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. **Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval**. Porto: Universidade do Porto/Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

MENENDEZ PIDAL, Diego Catalán. **De Alfonso X al Conde de Barcelos**. Madrid: Editorial Gredos, 1962.

MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.

MOCELIM, Adriana. Análise do Prólogo do Livro de Linhagens, escrito pelo Conde Pedro de Barcelos em 1340. In: **Revista Pós-História**. Assis/SP: Unesp, 2005/6. Vol. 13 e 14. p. 95-105.

_____. **“Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2007.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MORENO, Humberto Baquero. O mercado na Idade Média. In: **Estudos de história de Portugal**. Vol. I – séculos X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

NIETO SORIA, José Manuel. La renovación de la historia política en la investigación medieval: las relaciones de poder. In: GARCÍA MARCHANTE, Joaquín Saúl & LÓPEZ VILLAVERDE, Ángel Luis. **Relaciones de poder en Castilla: el ejemplo de Cuenca**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1997.

_____. Las inquietudes historiográficas del Gran Maestre hospitalario Juan Fernández de Heredia (m. 1396): una aproximación de conjunto. In: **En la España Medieval** nº 22. Madrid: Universidad Complutense, 1999.

_____. Les Miroirs des princes dans l'historiographie espagnole (couronne de Castille, XIIIe-XVe siècles): tendances de la recherche. In: BENEDICTIS, Angela De (org.). **Specula principum**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1999.

_____. El reino: la monarquía bajomedieval como articulación ideológico-jurídica de un espacio político. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la e MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (Coord.) **Actas: XII Semana de Estudios Medievales – Los espacios de poder en la España medieval**. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Guia do estudante de história medieval portuguesa**. Lisboa: Cosmos, 1964.

_____. **História de Portugal, das origens ao renascimento**. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

PAIVA DO MONTE, Marcel. Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147. In: **Revista Medievalista**. Nº 5, (Dezembro 2008). Disponível em: [HTTP://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista)

PALACIOS MARTÍN, Bonifacio. El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los espejos de príncipes (1250-1350). In: **Anais da XXI Semana de Estudos Medievales**. Pamplona: Departamneto de Educación y Cultura de Navarra, 1995.

PAREDES MIRÁS, Maria del Pilar. **Mentalidade nobiliária e nobreza galega, ideal e realidade na Baixa Idade Media**. Galiza: Toxosoutos, 2002.

PERIN, Conceição Solange Bution e OLIVEIRA, Terezinha. A educação de cavaleiros medievais em dois momentos históricos: séculos XII e XV. In: **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 24, n. 1, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII. In: **Revista da Faculdade de Letras – História**. II Série – Vol. X. Porto: Universidade do Porto, 1993.

_____. A nobreza portuguesa no período dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325). In: **En la España Medieval** nº 22. Madrid: Universidad Complutense, 1999.

_____. **D. Dinis**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico**, a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Escola dos Annales** : a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RESENDE DE OLIVEIRA, António. O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos. In: **e-Spania Revue Interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales**. 11 |juin 2011. Consulté le 16 août 2011. URL: [HTTP://e-spania.revues.org/20374](http://e-spania.revues.org/20374).

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

_____, e BIZZARRI, Hugo O. Los espejos de príncipes en Castilla: entre Oriente y Occidente. In: **Cuadernos de Historia de España**. V. 79 n. 1. Buenos Aires Ene/Dic. 2005.

SARAIVA, António José. O autor da narrativa da Batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro. In: **Boletim de Filologia Tomo XXII**. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1964-193.

_____. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.

_____. & LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2000.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban. La construcción de una memoria de identidad. El género historiográfico en la Edad Media: de lo europeo a lo hispano. In:

IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la e MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (coord.). **Actas: Los espacios de poder em la España Medieval: XII Semana de Estudios Medievales**. Nájera, del 30 de Julio al 03 de agosto de 20001. Instituto de Estudios Riojanos: Espanha, 2002.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**, ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: Edusc, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Dicionário da língua portuguesa medieval**. Londrina: EDUEL, 2009.

SOUZA, Armindo de. Imagens e utopias em Portugal nos fins da Idade Média: a imagem consentida de Rei. In: **Revista Portuguesa de História**. Tomo XXXI. Vol. II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

STRAYER, Joseph. **As origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, s/d.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades. In: **Estudos de história de Portugal**. Vol. I – séculos X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona, Ariel, 1983.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). In: **Hispania. Revista Española de Historia**, 2007, vol. LXVII, num. 227, septiembre-diciembre. P. 881-898.

_____. **D. Afonso IV**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

VIANNA, Luciano José e DA COSTA, Ricardo. Introdução. In: ARAGÃO, Jaime I de. **Livro dos Feitos**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio,” 2010.